UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FELISA ANAYA

DE "ENCURRALADOS PELOS PARQUES" A "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO":
As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental

Belo Horizonte
2012

FELISA ANAYA

DE "ENCURRALADOS PELOS PARQUES" A "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO":
As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri
Co-orientador: Rômulo Soares Barbosa

Belo Horizonte
2012

301 Anaya, Felisa Cançado

A536d De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”

2012 [manuscrito] : as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental / Felisa Cançado Anaya. – 2012.

255 f.

Orientador: Andréa Luísa Moukhaiber Zhouri.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sociologia - Teses. 2. Meio ambiente- Teses 3.Movimentos sociais – Teses. I. Zhouri, Andréa. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título

Banca Examinadora constituída pelos professores:

_____

Andréa Luisa MoukhaiberZhouri (orientadora) – UFMG

_____

RômuloSoares Barbosa (co-orientador) – UNIMONTES

_____

FláviaGalizoni – UFMG

_____

Norma Valêncio – UFSCAR

_____

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – UFPA

Belo Horizonte, 11 demaio de 2012

Para as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha.

Para Mário e Tiago.

AGRADECIMENTOS

A Andréa Zhouri, minha orientadora, pela firmeza, pelo aprendizado e pela generosidade durante o acompanhamento deste trabalho. Esteio desse percurso.

A Rômulo Soares Barbosa, meu co-orientador e amigo, pela consideração, pelo suporte na construção de minhas análises e por seu grande coração norte-mineiro.

Ao Aderval Filho, Ana Flávia Santos e Flávia Galizoni, pelas contribuições durante qualificação do projeto de tese, momento de extrema importância para meu percurso.

Ao Mário Marcos do Espírito Santo, pela segurança, tranquilidade, amor e dedicação indispensáveis durante todos esses anos. Pelo profissional, marido e pai que é.

Ao Tiago Anaya, por ter tornado este percurso mais alegre e minha vida mais colorida.

À comunidade de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, pelo acolhimento e aprendizado.

Ao Carlos Dayrell e Zilah Matos, por compartilharem suas histórias e experiências de lutas junto aos povos e comunidades tradicionais da região.

Aos amigos Pablo Matos, Elisa Cotta e Luciana Monteiro, por compartilharem seus saberes, suas companhias e sua colaboração durante trabalho de campo. Nesse sentido, também agradeço ao Fábio Santos, à Carolina Poswar, à Camila Milene, à Tathiara e à Tathiane Paraíso.

Ao David Anaya, pela colaboração no tratamento dos mapas mentais; Tânia Anaya, pelo suporte; Ângela Rojas e Clodomiro Rojas, pela generosidade e acompanhamento deste percurso; Antônio Carlos Costa, por compartilhar dessa generosidade, e à Cristina e Nívea, pessoas fundamentais, que cuidaram da casa e do meu filho durante esse processo.

Às minhas queridas amigas Isabel Brito; Ana Thé; Cristina Sampaio; Vera Trabouldt; Rosângela Silveira; Ana Nogueira; Flávia Mendes; Flávia Freire; Flávia Neves; Islândia.

A João Batista Costa (Joba) pelo diálogo sobre " Dramas Sociais" e generosidade em compartilhar seu saber.

Ao Alessandro Magno da Silva, funcionário da UFMG, pelo profissional e pessoa gentil que é. e a Telma Borges, que topou no último momento enfrentar comigo o fechamento desta empreitada.

À Rede Colaborativa de Pesquisa em Florestas Tropicais Secas – TROPI DRY, pelo apoio financeiro e compartilhamento do meu processo de formação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEMIG, pelo auxílio concedido através da bolsa de doutorado, que permitiu a realização de minhas viagens e a aquisição de material bibliográfico para esta pesquisa.

LISTA DE SIGLAS

AMDA – AssociaçãoMineira de Defesa do Ambiente

BIOTRÓPICOS – Instituto de Pesquisa em Vida Silvestre

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CAOMA/MG – Centro de Apoio Operacional do Meio-ambiente/MinistérioPúblico de MG

CPBSF– Coordenação das Promotorias da Bacia do rio São Francisco

CI – Conservação Internacional

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CONAMA – Conselho Nacional de Meio-ambiente

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental

CPT/NM – Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas

CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e Parnaíba

DPU – Defensoria Pública da União

EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

FIAN – *Food first Information and Action Network*

GESTA/UFMG – Grupos de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

EF/MG – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITER/MG – Instituto de Terras de Minas Gerais

MST – Movimento dos Sem Terra

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

NINJA/UFSJ – Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental da UFSJ

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STR – Sindicato dos Trabalhadores rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TROPI DRY – Rede Colaborativa de Pesquisa em Florestas Tropicais Secas (*Tropical Dry Forest*)

UPI – Unidade de Proteção Integral

UUS – Unidade de Uso Sustentável

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

RESUMO

Os processos que possibilitaram a construção de um movimento social e político de reinvindicação territorial específico no Norte de Minas, denominado por seus atores de "Vazanteiros em Movimento", são objeto de estudo desta tese. Constituído pelas comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, tal movimento se originou com o processo de encurralamento e expropriação territorial consequente à sobreposição de Unidades de Proteção Integral (UPI's), na modalidade de parques, em seus territórios tradicionais. Assim, a criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, condicionantes ambientais à expansão da etapa 2 do projeto de fruticultura irrigada Jaíba, evidenciaram, nesta tese, as contradições das políticas de conservação ambiental que atuam a reboque da racionalidade econômica capitalista e geraram conflitos sócio-ambientais que levaram tais grupos a se mobilizarem e se articularem politicamente em defesa de seus territórios. Diante desse contexto, tais processos de construção e mobilização política são analisados. Eles revelam a participação das entidades sociais da região que contribuíram para a auto-afirmação identitária desses grupos, para a troca de experiências de lutas sociais com outras coletividades da região e para a aproximação de distintos atores institucionais e civis, que permitiram aos "Vazanteiros em Movimento" avançarem da condição de "Encurralados pelos Parques" e incorporarem capital cultural e técnico às suas reivindicações territoriais. Nessa perspectiva, a apropriação do discurso e dos instrumentos jurídicos próprios do campo ambiental contribuiu para a caracterização de um processo de ambientalização de suas lutas sociais, permitindo aos "Vazanteiros em Movimento" disputarem nesse campo projetos alternativos de sustentabilidade e conservação da natureza, associados às suas tradições locais e visão de mundo.

Palavras-chave: campo ambiental, encurralamento, unidades de conservação, território.

ABSTRACT

The subjects of this thesis are the processes that allowed the construction of a specific social and political movement of territorial claiming in the north of Minas Gerais state, denominated by these actors as "Vazanteiros em Movimento" ("Riverines in Movement"). Such movement is constituted by the riverine communities of Pau Preto, Pau de Légua and Quilombo da Lapinha and emerged after their expropriation and enclosure by the creation of conservation units of restricted use (CURU's) along their traditional territories. Thus, the creation of three state parks (Verde Grande, Lagoa do Cajueiro and Mata Seca) as environmental compensation to the expansion of the irrigated perimeter of Jaíba had evidenced the contradictions of the environmental conservation policies. Such policies are driven by the economic rationality of the capitalist system and generated social-environmental conflicts that lead these communities to self-organization and political articulation to defend their territories. In this context, such processes of political construction and mobilization are analyzed, revealing the participation of regional social entities that contributed to the self-affirmation of the identity of the Vazanteiros communities, to the exchange of experiences on social struggles involving other collective organizations in the region, and to the approximation of distinct institutional and civilian stakeholders. All these factors allowed the "Vazanteiros em Movimento" to move from the condition of "corralled by parks" and incorporate cultural and technical capital to support their territorial claims. In this perspective, the appropriation of the discourse and juridical instruments peculiar to the environmental arena contributed to the "environmentalization" of their social struggles. This process opened the opportunity for the "Vazanteiros em Movimento" to dispute, in this arena, the access to alternative projects of sustainability and nature conservation that are associated to their traditions and livelihood conceptions.

Keywords: environmental arena, enclosure, conservation units, territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

FIG. 01: Mapa dos parques sobrepostos aos territórios vazanteiros.....p. 14
FIG. 02: Mapa PEMS, *Revista MG Biota*.....p. 31
FIG. 03: Tabela com relação dos eventos organizados pelos vazanteiros.....p. 34
FIG. 04: Mapa do Projeto de Fruticultura irrigada Jaíba – etapas 1 e 2.....p. 99
FIG. 05: AMDA.....p. 109
FIG. 06: Mapa do encurralamento.....p. 110
FIG. 7: Principais municípios do norte de Minas com ocorrência de Matas Secas.....p. 112
FIG. 08: Cartaz de chamada para o "Grande Debate sobre Matas Secas" – Sociedade Rural.....p. 116
FIG. 09: Tabela com leis, decretos e resoluções sobre a Mata Seca.....p. 121
FIG. 10: Outdoors da campanha Movimento SOS Norte de Minas.....p. 124
Fig. 11: Mapa dos Biomas de Minas Gerais.....p. 125
FIG. 12: Mapa de Vegetações de Importância Biológica.....p. 126
FIG. 13: Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica do IBGE.....p. 127
FIG. 14: Foto Mapa Mental original "Tempo do Liberto" Pau de Légua.....p. 140
FIG. 15: Foto da Oficina de Mapas Mentais de Pau de Légua.....p. 142
FIG. 16: Foto do Mapa Mental original "Tempo de Liberto", Pau Preto.....p. 143
FIG. 17: Mapa Mental "Tempo de Liberto" Pau Preto, tratado graficamente.....p. 147
FIG. 18: Foto da Oficina Mapas Mentais Quilombo da Lapinha.....p. 148
FIG. 19: Mapa Mental original "Tempo de Liberto", Quilombo da Lapinha.....p. 149
FIG. 20: Mapa Mental "Tempo de Liberto", Quilombo da Lapinha, tratado graficamente.....p. 151
FIG. 21: Foto Oficina Mapas Mentais Pau Preto.....p. 156
FIG. 22: Foto de D. Joana fiando algodão, Quilombo da Lapinha.....p. 158
FIG. 23: Foto do Mapa Mental "Tempo do encurralamento", Pau de Légua.....p. 159
FIG. 24: Mapas Mentais "Tempo de Liberto" e "Tempo do encurralamento", Pau Preto. .....p. 164
FIG. 25: Foto do Mapa Mental "Tempo do encurralamento", Quilombo da Lapinha.....p. 166
FIG. 26: Unidades Territoriais vazanteiras.....p. 171

FIG. 27: Unidades de paisagem que compõem o território vazanteiros de Pau Preto.....p. 173
FIG. 28: Mapa da Proposta da RDS de Pau Preto.....p. 217
FIG. 29: Foto do Mapa do Encurralamento, Ilha da Ressaca.....p. 228
FIG. 30: Foto do Mapa do Encurralamento – Ilha da Ressaca.....p. 233
FIG. 31: Reuniões da Comissão Nacional de Direito Humano e Alimentação Adequada com SPU, IEF e INCRA.....p. 234
Fig. 32: Foto da apresentação dos Mapas Mentais de Pau Preto: "tempo de Liberto" e "tempo do encurralamento" no V Encontro dos "Vazanteiros em Movimento", Ilha do Jenipapo.....p. 236
FIG. 33: Mapa dos Pólos de agropecuária da região do Jaiba e UCS compensatórias do projeto de irrigação Jaiba.....p. 238
FIG. 34: Foto da auto-demarcação da RDS de Pau Preto.....p. 239

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....p. 13

Percurso Teórico-metodológico .....p. 22

Estrutura da Tese.....p. 39

CAPÍTULO 1

Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas: a Construção Política dos Encurralados .....p. 44

1.1 Povos e Comunidades Tradicionais do Território Negro da Jahyba e dos Gerais.....p. 48

1.2 Políticas do "Encurralamento" e Estratégias de Resistência: mobilização política dos encurralados.....p. 58

1.3 Revisitando o Espaço de Interlocução e de Mobilização Política do "Movimento dos Encurralados".....p. 83

CAPÍTULO 2

Mata Atlântica ou Caatinga: o Jogo da Mitigação e a Condição de Encurralamento dos Vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha .....p. 93

2.1 O Jogo da Mitigação: a Expansão do Projeto Jaíba e a Funcionalidade das Condicionantes Ambientais.....p. 98

2.2 As Divisões da Mata da Jahyba e o Encurralamento que Coloca os Sujeitos em Movimento.....p. 111

CAPÍTULO 3

Tempo de Liberto e os Dramas Sociais dos Vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha .....p. 134

3.1 O Tempo de Liberto e os Sentidos do Lugar para as Comunidades Vazanteiras de Pau Preto, Pau De Légua e Quilombo da Lapinha.....p. 138

3.2 Tempo de Encurralamento e de Restrições.....p. 159

3.3 Os Dramas Sociais das Comunidades Tradicionais Vazanteiras Pau De Légua, Pau Preto e Quilombolas da Lapinha:.....p. 168

3.3.1 "Tempo de Liberto".....p. 169

3.3.2 Momento de Ruptura: Sudene e Ruralminas .....p. 179

3.3.3 Intensificação da crise.....p. 193

CAPÍTULO 4

De Encurralados pelos Parques a Vazanteiros em Movimento: a ambientalização da luta e a tradição como resposta à conservação.....p. 199

4.1 Da Resistência Silenciosa à Busca de Resolução de Conflitos na Justiça Local.....p. 202

4.2 De Movimento dos Encurralados a Vazanteiros em Movimento.....p. 207

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p. 242

REFERÊNCIAS..........p. 246

INTRODUÇÃO

As lutas sociais e as reivindicações de reapropriação territorial das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha fazem parte de um processo de mobilização e de articulação política que expressa os paradoxos de uma política ambiental que atua em complementação aos interesses do agronegócio no Norte de Minas. Tal mobilização aponta para a construção de projetos alternativos de sustentabilidade que revalorizam suas práticas tradicionais, articuladas a técnicas agro-ecológicas como constituinte de outro modelo de conservação, em que cultura e natureza se produzam de forma indissociada. Posto esse contexto, esta tese tem como objetivo mostrar os processos que possibilitaram a essas comunidades vazanteiras reivindicarem, no campo ambiental, suas "terras tradicionalmente ocupadas", identificando redes, relações de poder, estratégias de resistência, de luta e projetos sociais para o lugar.

A noção de *campo*[1] aqui utilizada está tomada no sentido conferido por Bourdieu (2007) a um espaço social de diferenciações, campo de forças e de disputa de poder pelos agentes nele situados, utilizada por Zhouri (1998) e Carneiro (2005) para se pensar o campo ambiental. Tal como os campos jurídico e político, propostos por Bourdieu (2007); Zhouri (1998) e Carneiro (2005), utilizam o conceito de campo como o espaço político e institucionalizado do debate ambiental.

Localizadas na baixada média sanfranciscana, as comunidades vazanteiras de Pau Preto e do Quilombo da Lapinha se encontram no município de Matias Cardoso, margem direita do rio São Francisco; os vazanteiros da comunidade de Pau de Légua, à margem esquerda do mesmo rio, no município de Manga, Minas Gerais. Têm sobrepostos a seus territórios tradicionais os Parques Estaduais "Verde Grande", criado em 1998, que ocupa o território vazanteiro de Pau Preto; "Lagoa do Cajueiro", também criado em 1998, sobreposto ao território vazanteiro-quilombola da Lapinha; e "Mata Seca", criado em 2000, e sobreposto ao território vazanteiro de Pau de Légua; conforme mapa a seguir.

[1] Para Bourdieu (2007), o social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, com uma lógica própria, não reproduzida e irredutível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas ao campo de forças, conservando ou transformando sua estrutura.

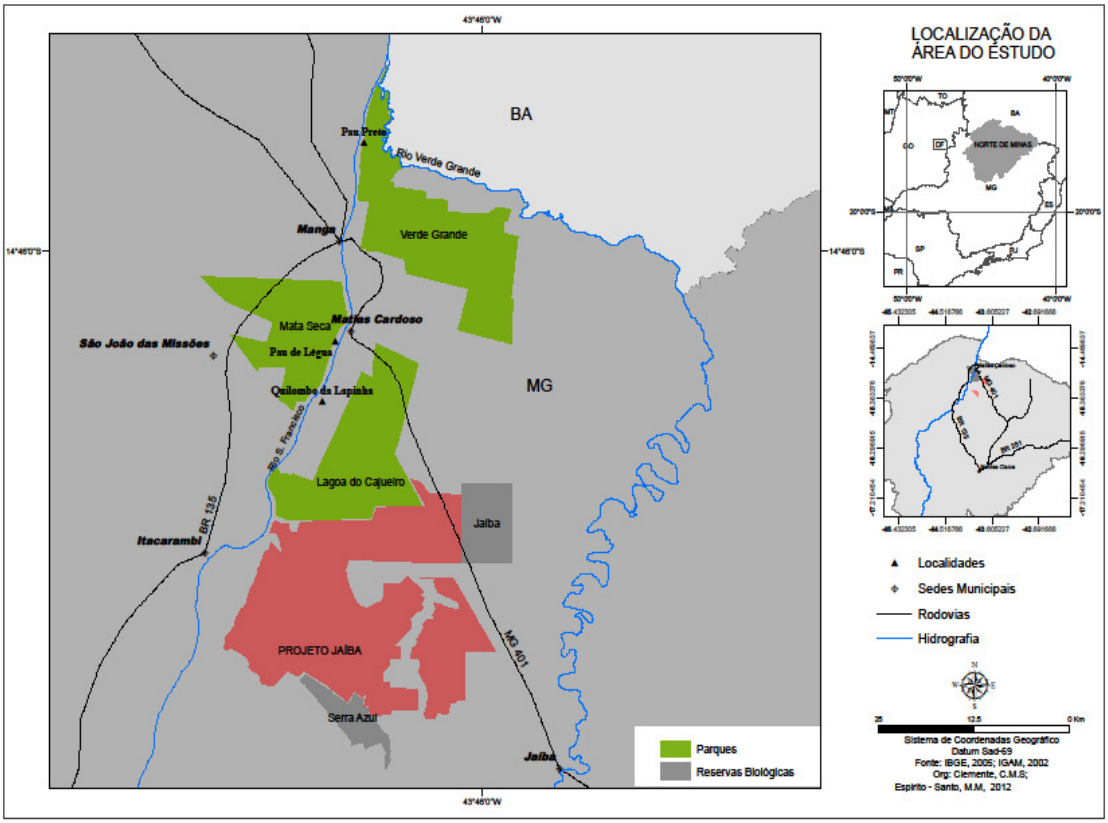


FIG. 01: Mapa de localizaÇão das comunidades vazanteiras de pau preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha sobrepostos pelos Parques estaduais Verde grande, Mata seca e Lagoa do Cajueiro. Fonte:CLEMENTE, C.M.S; ESPIRITO SANTO, M.M,2012.

Identificados historicamente como *lameiros* (PIERSON, 1972), *varjeiros/varzeiros* (DIEGUES; ARRUDA, 2001) e *barranqueiros* (MATA-MACHADO, 1991; NEVES, 2004), essas comunidades possuem especificidades culturais e históricas próprias e são reconhecidas genericamente a partir das categorias jurídicas de "populações tradicionais", no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)[2] e da Lei da Mata Atlântica[3] e de "povos e comunidades tradicionais", no âmbito das políticas sociais, através do Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Essas categorias se constituíram em torno dos debates sobre a presença humana em áreas protegidas e os conflitos ambientais advindos da concepção de preservação do ambiente sem gente[4].

Caracterizadas por Luz de Oliveira (2005) como populações residentes das áreas inundáveis das margens do rio São Francisco, possuem territorialidades

[2] Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

[3] Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

[4] A sociogênese da noção de "populações tradicionais" e seu debate iniciado no âmbito do conservacionismo internacional, é realizada por Barreto Filho, 2002.

próprias constituídas na relação peculiar que mantêm com os diversos modos de apropriação de seu ambiente natural (LUZ DE OLIVEIRA, 2005). Territorialidade operada como fator de identificação e de defesa do ambiente do qual se apropriam, convertendo-o em seu território (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2008). Tal território, remodelado a cada nova cheia e baixa do rio São Francisco, se constitui em territórios diversos que os faz se reconhecerem como "povos das águas e terras crescentes" devido à permanente mobilidade de suas ilhas. De acordo com os vazanteiros,

> uma ilha nunca é a mesma no ano seguinte. Assim como ela aqui se forma, ela também desaparece e ressurge acolá, dependente que é da cheia. Se o rio toma uma terra aqui, ali ele a devolve, e ela cresce renovada, por isso 'crescente' (CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS, ILHA DA INGAZEIRA, MAIO de 2006).

A combinação dos diversos ambientes produzidos por essa mobilidade natural do território inundado permitiu a esses grupos desenvolverem, de forma comunal, "atividades de agricultura de vazante e sequeiro nas ilhas e terra-firme, pesca no rio e nas lagoas marginais, a criação de animais nas ilhas e áreas de solta e o extrativismo na mata" (LUZ DE OLIVEIRA, 2005, p. 17).

Assim, a forma de apropriação material e simbólica do ambiente, realizada pelos *vazanteiros*, é marcada pela existência de um regime agrário coletivo e familiar, que se baseia num conjunto de regras e valores consuetudinários, correspondentes à diversidade de modalidades de apropriação dos recursos naturais incluídos na categoria jurídica de "terras tradicionalmente ocupadas", presente na Constituição Brasileira de 1988, conforme disposto no artigo 231, ao conferir direitos aos povos indígenas[5]. Essa categoria reconhece modalidades distintas e combinadas de uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens, envolvendo diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como o extrativismo, a agricultura, a pesca, a caça, o artesanato e a pecuária. Aqui se incluem também indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, vazanteiros, quebradeiras-de côco, castanheiras, entre outros (ALMEIDA, 2008), cada um com formas específicas de se apropriarem e se relacionarem com seus ambientes naturais.

[5] "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (CONSTITUIÇÃO DEFERAL, 1988).

No caso dos *vazanteiros*, reconhece-se uma tecnologia específica de apropriação da natureza que garantiu a eles, durante muitas décadas, o "acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica ou 'lameiro', depositada em longas extensões das margens e ilhas, além de um farto suprimento de peixes que se reproduziam nas lagoas marginais" (COSTA, 2005, p. 3).

Frente à nova onda de fronteiras em expansão no Norte de Minas, que originou uma série de conflitos fundiários a partir das décadas de 1960/70, com o processo de implementação de políticas públicas de colonização e de desenvolvimento econômico voltados para a região, essas comunidades se fortaleceram internamente na defesa de seus territórios, em decorrência dos processos históricos de expropriação e do cercamento de suas terras ancestrais, identificados por estes como "encurralamento".

Esse período foi constituído por denúncias de grilagem de terras e pela expropriação territorial de povos e comunidades tradicionais, em consequência da transformação de grandes fazendas em empresas rurais e da implementação de grandes projetos empresariais de irrigação, como o Jaíba, projeto que se tornou o principal mecanismo de exclusão das comunidades vazanteiras aqui estudadas e que será abordado de forma mais detalhada no capítulo 2 desta tese. Tal processo os "encurralou" nas ilhas e barrancos do rio São Francisco, intensificando a prática da vazante em detrimento do uso da terra-firme, convertendo ilhas e beira-rio em locais de trabalho e morada. Nesse contexto, as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha ficaram restritas às ilhas de Pau Preto, Pau de Légua e Ressaca, Vargem da Manga, Saco e Lapinha (as quatro últimas referentes ao território vazanteiro-quilombola da Lapinha).

Tal situação se agravou com a criação e a operacionalização de Unidades de Proteção Integral (UPI) compensatórias ao projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba[6], sobrepostas aos seus territórios tradicionais. Constituídas nas modalidades de parques estaduais, nas UPI's não são permitidas a ocupação humana e a exploração direta da natureza. Sua finalidade é a preservação de ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades educativas e o

[6] No decorrer desta tese o vocábulo Jaíba aparecerá com diferentes grafias em função das diferenciações de sentido que assumirá em cada contexto.

turismo ecológico (SNUC, 2000)[7]. Assim, foram criados os Parques Estaduais Verde Grande (decreto nº 39.953, de 8 de outubro de 1998); Parque Estadual Lagoa do Cajueiro (decreto n°39.954, de 08 de outubro de 1998) e o Parque Estadual da Mata Seca (decreto n° 41.479, de 20 de dezembro de 2000), sobrepostos às terras tradicionalmente ocupadas pelos vazanteiros das comunidades de Pau Preto, Quilombo da Lapinha e Pau de Légua respectivamente. Criadas para ampliar a etapa II do projeto Jaíba, servindo, assim, ao agronegócio no Norte de Minas, a partir de 2005 suas áreas foram consideradas pelo Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais (BIODIVERSITAS, 2005) como prioritárias para a conservação. Isso serviu para legitimar suas criações e dar início à operacionalização deles enquanto parques restritivos.

O Parque Estadual Verde Grande se sobrepôs ao território vazanteiro de Pau Preto, localizado no interflúvio dos rios Verde Grande e São Francisco. Atualmente, a Ilha de Pau Preto tem aproximadamente 61 famílias que vivem do plantio de uma diversidade de cultivos alimentares em terra-firme e vazantes, destinados ao consumo próprio, direto ou indireto. Além de criarem animais, como porcos, galinhas e poucas cabeças de gado, mantêm, como uma de suas principais atividades, a pesca. Alguns moradores complementam a renda familiar com empregos temporários em Manga e Matias Cardoso (DUQUE-BRASIL *et al*, 2011).

O mesmo ocorreu com a criação do Parque Estadual da Mata Seca, sobreposto ao território vazanteiro de Pau de Légua, distante cerca de mil metros da cidade de Matias Cardoso, portanto, do outro lado do rio São Francisco, município de Manga. Os vazanteiros de Pau de Légua têm 52 grupos familiares que se dividem quase todos os dias entre a cidade de Matias Cardoso e a Ilha Pau de Légua. Vivem, atualmente, da agricultura da vazante e de terra-firme, da pesca e da criação de animais de pequeno porte.

No caso do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, este foi sobreposto ao território vazanteiro do Quilombo da Lapinha, que inclui em seus arredores as localidades de Vargem da Manga, Lapinha, Saco (também conhecida como Santa Efigênia) e Ilha da Ressaca. Distantes cerca de vinte quilômetros, quinze quilômetros,

[7] O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), institucionalizado em 2000, possui duas modalidades de proteção da natureza: as UPI's e as Unidades de Uso Sustentável (UUS's). A distinção entre uma e outra está relacionada ao objeto, à forma de conservação da natureza e à consequente restrição de acesso e uso. São unidades de proteção integral (UPI): estação ecológica, reserva biológica, parques nacionais, estaduais e municipais, monumento natural e refúgio de vida silvestre.

doze quilômetros e dez quilômetros, respectivamente, do município de Matias Cardoso (ARAÚJO, 2010), tais localidades são compostas por cerca de 170 famílias autorreconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares desde o dia 12 de julho de 2005. Atualmente, vivem de pequenas plantações na vazante e no sequeiro do rio São Francisco; possuem pequena criação de bovinos, suínos e aves. Devido às restrições territoriais, muitos migraram para os grandes centros urbanos em busca de trabalho e renda.

O contexto de sobreposição das UPI's, as terras tradicionalmente ocupadas dessas comunidades propiciou a Araújo (2009) utilizar a categoria nativa "encurralamento", em seus estudos sobre as comunidades vazanteiras de Pau de Légua e de Quilombo da Lapinha, para se referir ao processo de expropriação e redução territorial desses grupos. Ressalto, porém, que a criação dos Parques Estaduais Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2000), em si, não intensificaram o "encurralamento" desses grupos sociais que estavam em processo de reterritorialização de suas áreas de "terra firme", desde a enchente de 1979. Tal "encurralamento" se deu com a operacionalização desses parques enquanto unidades restritivas, o que ocorreu somente após a valorização dos remanescentes de Matas Secas nativas existentes na região, pelo Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais (BIODIVERSITAS, 2005), ressaltando esses espaços como prioritários para a conservação. Esse contexto possibilitou às UPI's operarem, na prática, enquanto parques de caráter restritivo, impedindo as práticas tradicionais vazanteiras e pressionando a retirada deles de seus territórios. É o momento em que se inicia, também, uma disputa classificatória entre a bancada ruralista norte-mineira[8] e ambientalista[9], sobre o bioma de pertencimento dessa formação vegetal (caatinga ou mata atlântica), que tem como pano de fundo redefinir o *status* de proteção das Matas Secas e as condições de seu desmatamento, também tratado no capítulo 2.

Localizo também a categoria dos "encurralados" como uma expressão nativa genérica, utilizada anteriormente por diversos grupos étnicos norte mineiros

[8] Como ruralistas, defino grandes fazendeiros e latifundiários da região, que criam gado para exportação, e representantes do agronegócio, como: empresários da agricultura irrigada e das monoculturas de cana para fazer biodisel, que fazem parte do Projeto Jaíba.

[9] Como ambientalistas, compreendo aqui os agentes ambientais dos órgãos institucionais de preservação e pesquisadores do TROPI DRY da área da Biologia da Conservação. Cabe lembrar que o campo e as visões desses atores, assim como do campo ambiental, não são unas, uma vez que são constituídas de distintas sensibilidades (THOMAS, 1998).

que foi politizada em um processo de mobilização social, construção identitária e articulação de lutas territoriais no início dos anos 1990. Essa categoria analisada socialmente, a partir da noção de "processo de territorialização" de Pacheco de Oliveira (1998), remete historicamente a conflitos sociais que se iniciaram ainda no período colonial, quando do estabelecimento de grandes fazendas de gado à beira do rio São Francisco, que passou a ser reconhecido como "rio dos Currais". Nesse contexto, a ocupação branca e o povoamento da região realizado por bandeirantes paulistas impuseram outra conduta territorial, exterminando e subordinando as territorialidades indígenas existentes como mão de obra para a pecuária, fundando os primeiros povoados da região, dentre eles a primeira vila do Estado de Minas Gerais: "Morrinhos", atual município de Matias Cardoso.

Porém, será a partir desse processo mobilizatório no qual diversos grupos sociais da região se dão conta da condição de "atingidos" por grandes empreendimentos capitalistas, instituídos através de políticas públicas de colonização e modernização do Norte de Minas nas décadas de 1960/70, que a categoria de "encurralados" assume sua dimensão política. Nesse contexto, tal categoria denuncia os processos de expropriação e restrições territoriais aos quais são submetidos, articulando-os em defesa e na busca da reapropriação de seus territórios ancestrais. Dentre esses grupos, são precursores os geraizeiros de Riacho dos Machados, "encurralados" por grandes maciços de eucalipto em seu território, desde a década de 1980 (DAYRELL, 1998); os quilombolas de Brejo dos Crioulos (COSTA, 1998) e do Gurutuba (COSTA FILHO, 2009) e vazanteiros do médio São Francisco (LUZ DE OLIVEIRA, 2005) "encurralados" por grandes fazendas transformadas em empresas rurais e projetos de irrigação a partir da década de 1960: no caso dos Gurutubanos, o projeto de irrigação Gorutuba e dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha o projeto de fruticultura irrigada Jaíba.

A politização desses grupos atingidos se deu a partir da constituição de uma rede de apoio social, que realizava críticas às políticas de modernização do campo, associadas ao pensamento socioambientalista[10] emergente, no início da década de 1990, animada principalmente pela articulação de distintas entidades,

[10] O socio-ambientalismo, em uma das correntes do ambientalismo no Brasil, tem como contexto de origem o processo de redemocratização brasileira e o fortalecimento dos movimentos sociais da década de 1980. Surge da aliança entre seringueiros e ambientalistas, ganhando projeção internacional com Chico Mendes, que passou a simbolizar a incorporação de valores ambientais à identidade política dos seringueiros da Amazônia. (ESTERCI, 2009).

como: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Contra o Deserto Verde, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Sem Terra (MST), Liga Camponesa (LP), universidades, entre outros que foram se incorporando em diferentes momentos e contextos. Rede que passou a ser reconhecida como Fórum de Desenvolvimento Regional e possibilitou a formação de lideranças comunitárias, a articulação de suas lutas territoriais no campo agrário e ambiental, o compartilhamento de uma agenda coletiva e a visibilização dessas coletividades, conforme será visto no capítulo 1 desta tese.

Nesse contexto, se inseriram também, no ano de 2005, os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e os vazanteiros-quilombolas da Lapinha que, ao acionarem essa rede, iniciaram um processo de construção e de mobilização política, unificando suas lutas territoriais e se nomeando como "Movimento dos Encurralados pelos Parques". Nesse processo, apropriam-se também do discurso ambientalista, incorporando a este suas próprias concepções e práticas tradicionais, ressignificando-as. Passaram, pois, a se apresentar como "cuidadores da natureza" e portadores de práticas de manejo de vazantes constituídas de baixo impacto e contribuintes para a manutenção das lagoas e sobrevivência dos peixes de seus territórios.

À semelhança de outros "movimentos de territorialização" (ALMEIDA, 2008), que se constituem em redes sociais e reinvindicam o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios, tais como índios, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, castanheiros, quilombolas, entre outros, ressalto que o "Movimento dos Encurralados pelos Parques", além de trazer uma complexidade de elementos identitários para o campo ambiental, foi ressignificado a partir do processo de interiorização de uma nova questão social e pública: a conservação do ambiente e seus mecanismos institucionais de proteção da natureza. Exemplo foi a autodemarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Arraial do Meio, realizado em território vazanteiro de Pau Preto (Parque Estadual Verde Grande), justificado por liderança vazanteira como necessidade de "zelar pelo que é nosso", (…) pois "é o estado que não está cumprindo com seus deveres; nós tamo cumprindo. Então, foi obrigado nós tomá essa atitude" (CARTA-MANIFESTO VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DAS ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES, MATIAS CARDOSO, 24 DE JULHO DE 2011).

Nessa perspectiva, reconheço um processo de "ambientalização" (LOPES, 2006) de suas lutas sociais, que permitiu aos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha disputarem, hoje, politicamente com o Estado, outro modelo de conservação junto às suas reivindicações territoriais.

Assim, inseriram-se no "jogo da mitigação" (CARNEIRO, 2005), que estrutura e garante a sobrevivência do campo ambiental, ao proporem a mudança da modalidade de conservação integral por modalidades menos restritivas, como Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável. Estratégias mais viáveis na busca pela reapropriação de seus territórios no campo ambiental onde predomina, de forma hegemônica, a ideia de "conservação sem gente" e "natureza intocada" (DIEGUES, 2004). Assim, as medidas mitigatórias que orientaram a criação dos parques estaduais compensatórios em territórios vazanteiros, decorrentes da supressão das áreas de Matas Secas nativas para a concretização do projeto de fruticultura irrigada Jaíba, não são contestadas. Mas são utilizadas por vazanteiros no jogo em que propõem a reconversão das UPI's em Unidades de Uso Sustentável (UUS)[11], com objetivo de regularizarem suas terras comunais e protegerem os recursos naturais dos quais dependem tradicionalmente, através de uma tecnologia própria, repassada através de gerações, mas aliada a técnicas agro-ecológicas.

Redefiniram, portanto, suas maneiras de agir e se apresentarem à sociedade, num processo que os moveu do lugar "de encurralados pelos parques" para o de "Vazanteiros em Movimento". Esse processo envolveu denúncias de extração ilegal de madeira em seus "territórios-parques", oficializadas em boletins de ocorrência, da mortalidade de peixes e assoreamento das lagoas de seus territórios, por restrição do manejo vazanteiro que as mantinha, e uma série de ações em conjunto, como ocupações com constituição de acampamentos e autodemarcações.

Entretanto, o processo que culminou na ressignificação de "Movimento dos Encurralados" para "Vazanteiros em Movimento" não implica inferir que esses grupos deixaram de ser encurralados, mas remete ao desenvolvimento de uma luta em que os grupos redefiniram maneiras de agir, de reinvindicar e de se relacionar com o Estado, praticando o jogo que se joga no campo ambiental. Ou seja, registra-se um

[11] No caso das UUS's admite-se a presença de moradores, desde que compatibilizem a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. São unidades de uso sustentável (UUS): áreas de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.

primeiro tempo em que os sujeitos se dão conta da condição de atingidos, denunciando o encurralamento e outro momento de ação coletiva em que, acionando mecanismos próprios ao léxico e às formas de agir, correntes no campo ambiental, na interlocução com o Estado frente aos espaços instituídos pelo marco regulatório ambiental, começam a se identificar como "Vazanteiros em Movimento".

Nessa perspectiva, procuro responder a algumas questões para entender como os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha se movimentaram e se construíram historicamente frente aos processos de "encurralamento", atualizados pela implementação dos parques em seus territórios, mais precisamente, a partir do momento em que esses parques foram reconhecidos como áreas prioritárias para conservação e iniciaram um processo de restrição e expropriação desses grupos de seus territórios. Ou seja, como se estruturaram as reivindicações territoriais desses grupos frente aos diferentes períodos de expropriação e perda de domínio territorial por eles vivenciados? Quais estratégias e categorias políticas foram acessadas para ganhar maior poder de negociação frente ao estado e quais atores foram acionados nesses contextos? O que permitiu, no momento presente, a essas coletividades se posicionarem politicamente como "Vazanteiros em Movimento", disputando com o estado outra noção de conservação no campo ambiental? E, por fim, como a "ambientalização" de suas lutas sociais pode ser pensada, a exemplo dos movimentos por "justiça ambiental"? Esses questionamentos foram se construindo no trabalho de campo, da escrita e através do diálogo constante com outros atores, entre eles, os vazanteiros.

Percurso teórico-metodológico

Meu primeiro contato com os vazanteiros se deu em maio de 2007, quando participaram do I *Workshop* sobre "Políticas Públicas e Processos Socioambientais na Mata Seca do Norte de Minas", realizado pela Rede de Pesquisa Colaborativa TROPI-DRY[12]. Esse contato foi possibilitado pela mediação do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), que trouxe representantes desses grupos sociais que viviam situações de restrição e de expropriação, em consequência da sobreposição dos Parques Estaduais compensatórios ao projeto de

[12] Do inglês: "Tropical dry Forest". Em português "Florestas Tropicais Secas".

fruticultura irrigada Jaíba em seus territórios tradicionais. À mesa estavam presentes: Jesuíto (liderança vazanteira do Quilombo da Lapinha), Davi (representante da comunidade vazanteira de Pau Preto) e Carolino (representante do acampamento dos sem-terra da Jaíba).

O depoimento dos atores em conflito com os parques apontou as tensões emergentes na região; denunciaram o "encurralamento" que vinha se acentuando com as ações restritivas dos parques, assim como o início de um processo de organização entre esses grupos que tinham como objetivo permanecer em seus territórios tradicionais. Tal encontro propiciou a explicitação do choque de territorialidades no lugar e a busca do reconhecimento das diferenças culturais dessas comunidades, assim como a visibilização de suas lutas.

Entretanto, minha primeira inserção em território vazanteiro se deu no ano anterior, em 28 de janeiro de 2006, através de uma viagem exploratória ao entorno do Parque Estadual da Mata Seca, como pesquisadora da rede TROPI DRY no Brasil. Esse foi o início de um processo de pesquisa em que o "estar lá" (GEERTZ, 1998) em campo com meu interlocutor "nativo" (pessoas do lugar) não se realizou como planejado, posto que essa entrada se constituiu pela condução do "outro institucional" (gerente do parque) no espaço abstrato e vazio da conservação, processo que explicarei mais adiante nesta seção. Ressalto, entretanto, que tal incursão a campo foi acrescida de um mal-estar referente à minha formação de origem (Psicologia), que me fez, a posteriori, "estando lá", questionar e ressituar o olhar disciplinado e naturalizado que me conduzia nesse processo. Esforço no sentido de realizar rupturas com antigos esquemas de pensamento e, consequentemente, com as formas de me apresentar enquanto sujeito e pesquisadora da rede TROPI DRY.

Antes de esclarecer melhor ao leitor essa primeira incursão na área de estudo, considero necessário localizar a rede TROPI DRY e meu lugar nela, uma vez que esta se tornou referência científica reconhecida para os estudos sobre Matas Secas na região e vem subsidiando e apoiando, com capital técnico, as reivindicações desses grupos em suas lutas pela reapropriação territorial.

Criada em 2004 e coordenada por um engenheiro civil costarriquense, da Universidade de Alberta-Canadá, essa rede interdisciplinar tinha como eixo de pesquisa o mapeamento de mudanças ambientais e usos da terra através de sensoriamento remoto, principalmente na Costa Rica, México e Venezuela. A partir de 2006, recebe financiamento do *International American Institute for Global Change*

Research (IAI) e propõe estudos comparativos em Florestas Tropicais Secas (Matas Secas) a partir da integração das 3 dimensões: ecológica, biofísica e humana. Nesse mesmo ano, o TROPI DRY incorpora o Brasil na rede, através de um convênio firmado com a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Composta por cerca de 80 pesquisadores do Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, México, Venezuela e Brasil; entre eles estudantes de doutorado, mestrado e graduação, seu objetivo principal era realizar um "estado da arte" sobre as florestas tropicais secas nas Américas e comparar informações sobre a estrutura, funcionamento e dinâmica dessa formação vegetal ainda pouco conhecida.

Coordenada regionalmente pelo Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (Unimontes)[13], no Brasil, o principal local de estudo da Rede TROPI DRY é o Parque Estadual da Mata Seca.

À denominada "dimensão humana" cabia o levantamento das práticas de ocupação e uso da terra através da literatura científica, documentos, dados estatísticos e pesquisa de campo, assim como historicizar as políticas públicas de conservação na região de estudo. O trabalho de campo pressupunha a escolha de estudos de casos que fizessem referência à "pressão antrópica" das populacões residentes nas "zonas tampões" das áreas de estudo. Essa proposta tinha como referência teórico-metodológica a biogeografia já traduzida pelas categorias utilizadas acima, presentes nos protocolos que orientavam as informações a serem comparadas entre os países. Tais categorias revelavam também que a maioria dos cientistas que faziam parte da chamada "dimensão humana" não tinham formação originária em Sociologia ou Antropologia[14], inclusive esta pesquisadora, graduada em Psicologia e com mestrado em Ciências da Saúde.

A construção de um diálogo entre os pesquisadores sociais brasileiros e o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG), coordenado pela professora Andréa Zhouri, a partir do meu ingresso no curso de doutorado em

[13] A articulação da Unimontes junto à rede se deu a partir do Congresso da ATBC – *Association for Tropical Biology and Conservation*, realizado em Uberlândia, no ano de 2005. Ali se encontraram pesquisadores mexicanos, costa-riquenses e brasileiros que compuseram uma mesa que discutia sobre essa cobertura vegetal. Convidados a conhecer a área de estudo no Norte de Minas, pelos pesquisadores das Ciências Naturais da Unimontes, poucos meses após o congresso, se deu o conhecimento da área e sua incorporação à rede.

[14] A primeira coordenadora geral da dimensão humana da rede era geógrafa e, a atual, bióloga.

Sociologia da UFMG, no ano de 2008, contribuiu com mudanças substanciais para o que atualmente denominamos de "dimensão social". A ruptura com o enfoque "humano", que trazia um viés biologizante da cultura e naturalizante dos processos sócio-históricos, foi realizada pela apropriação, durante esse processo, de uma crítica baseada na sociologia dos conflitos e orientada principalmente pelo campo da Ecologia Política[15].

Trago essas considerações para apresentar o lugar a partir do qual iniciei esta pesquisa, explicitada no relato de campo abaixo; e para localizar as mudanças teóricas e metodológicas durante esse processo, refletidas na construção desta tese. Esse processo foi marcado por constantes reelaborações na condução da minha pesquisa de doutorado, que se confundia inicialmente, muitas vezes, com a da rede. Isso exigiu constantes reconstruções do meu objeto de estudo e um desafio teórico-metodológico mais engajado, em que o "estar lá" e o "estar aqui" (GEERTZ, C., 1989) foram se afinando e se construindo na escrita desta tese.

Isso posto, volto à minha primeira inserção de campo, na área de estudo do TROPI DRY. Ela foi conduzida pelo olhar "institucional" do gerente do Parque Estadual da Mata Seca, funcionário do Instituto Estadual de Florestas de Itacarambi – Minas Gerais (IEF/MG), instituição com a qual o TROPI DRY estabeleceu convênio de pesquisa. Iniciamos o trajeto pelos arredores do parque no carro oficial do IEF, passando pelas quatro fazendas particulares, adquiridas para a constituição do parque: Fazenda da Ressaca, Lagoa da Prata, Maracaiá e Lagoa Encantada. Utilizadas para a pecuária de corte e para a agricultura de irrigação, as fazendas eram propriedades de empresários paulistas e grandes fazendeiros de Montes Claros e região. Abandonadas por falta de investimento financeiro, apresentavam uma grande área de Matas Secas preservadas, com quatro grandes lagoas em seu interior, a uma distância de 15 km do rio São Francisco.

Na fazenda Lagoa da Prata, onde se localiza a sede do parque, ainda havia em funcionamento dois pivôs centrais de irrigação de tomate, com 80 hectares cada um, arrendados para terceiros. A não finalização total da indenização latifundiária dessa propriedade permitia a utilização compartilhada da sede e do terreno entre o

[15] De acordo com Jatobá (2009) e Martínez-Alier (2007, a expressão Ecologia Política foi introduzida pelo antropólogo Erick Wolf em 1972, embora haja registros de que Bertrand de Jouvenel a utilizou em 1957. Cabe ressaltar que a Ecologia Política se constitui atualmente como um campo interdisciplinar de estudos que envolve geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais que compreendem a natureza de forma dialética, ou seja, enquanto ambiente natural e ao mesmo tempo construído socialmente.

arrendatário e a gerência do parque, arranjo finalizado somente no ano de 2009, com a desapropriação do local. Vale notar que tal processo não é exclusivo desse caso, mas é recorrente, tal como observado por Diegues (2000) em várias experiências de regularização fundiária de unidades de conservação no Brasil. De acordo com o autor, uma das consequências da criação de parques no Brasil é a enorme dívida pública resultante da desapropriação de grandes latifundiários e empresas possuidoras de títulos de terra. Isso porque o pagamento da maioria dessas propriedades com cifras astronômicas é acionado pelos supostos proprietários, por meio de ações judiciais; os chamados precatórios, em que governos estaduais e federais são obrigados a pagar as dívidas em justiça, retirando esses recursos de áreas prioritárias, como saúde, educação, entre outros (DIEGUES, 2000). O superfaturamento dessas propriedades foi verificado também na compra das sedes das fazendas: Casa Grande, localizada no Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, de propriedade do grupo Ometto e da fazenda Catelda, localizada no Parque Estadual Verde Grande, de propriedade dos Diários Associados[16]. Essas são utilizadas também pelo IEF como sedes dos referidos parques.

Durante o período em que estive ali na sede do Parque Estadual da Mata Seca, observei algumas construções demolidas ao longo desta. Questionado sobre a existência de populações no local, o gerente do parque respondeu que não havia ninguém no interior e que aquelas demolições eram de alguns agregados do fazendeiro, que haviam abandonado o local com a venda da fazenda. Faz referência, entretanto, a alguns pescadores, identificados por ele como “invasores”, que utilizam as margens do rio São Francisco como ponto de apoio para a pesca e para o plantio de pequenos roçados, utilizando das lagoas para pescar, clandestinamente, à noite. Os “invasores” citados pelo gerente do parque se revelaram, no transcurso da pesquisa, ser os vazanteiros de Pau de Légua. Quando investigadas as suas histórias no lugar, foi possível identificar essas demolições como as moradias dos vazanteiros de uma das três localidades que compunham o território de Pau de Légua, antes da chegada do fazendeiro Air Vieira, que vendeu a propriedade ao IEF, conforme revelado nos mapas mentais feitos pelos vazanteiros no capítulo 3.

Cabe contextualizar que Air Vieira foi um dos grandes produtores de gado da região; ex-presidente da Sociedade Rural de Montes Claros, é reconhecido pelos

[16] Tais propriedades estão sob processo de investigação criminal.

vazanteiros de Pau de Légua pela forma violenta com que lidava com eles, que resistiam em seu território tradicional. O poder político de sua família se mantém através de gerações no Norte de Minas. É pai do atual deputado federal Jairo Ataíde, casado com a deputada estadual Ana Maria Resende Vieira, ambos do PSDB e representantes da bancada ruralista no Norte de Minas. A deputada é responsável pela Lei Estadual da Mata Seca, n° 17.353, de 18 de janeiro de 2008, que visava ao desmatamento dessa formação vegetal em 60 e 70% para projetos agropecuários "sustentáveis". Essa lei teve sua aplicação no Norte de Minas invalidada pelo disposto no decreto federal, n° 6.660, de novembro de 2008. Entretanto, em 2010, as pressões da bancada ruralista culminaram na aprovação da Lei Estadual n° 19.096, de 2010, do então deputado estadual Gil Pereira, atual Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN), que tentou transformar a Mata Seca em um bioma exclusivamente mineiro, permitindo ao estado legislar sobre essa formação vegetal. Entretanto, tal lei foi considerada inconstitucional pelo Superior Tribunal de Justiça, em janeiro de 2011, como será discutido no capítulo 2.

Encurralados à beira do rio São Francisco e vivendo em trânsito entre a Ilha Pau de Légua e Matias Cardoso, como forma de manter o vínculo territorial, os vazanteiros da comunidade Pau de Légua passaram a utilizar de estratégias de acesso a seus territórios que evitassem o confronto direto com fazendeiros e órgãos ambientais, nos moldes do que Scott (2000) denomina de "arma dos fracos". Ou seja, uma "resistência silenciosa" e cotidiana, que os impelia, durante à noite, a voltar ao território expropriado para pescar ou somente para "olhar e matar a saudade", conforme relato de vazanteiro de Pau de Légua, em entrevista à pesquisadora, o que será abordado no capítulo 4.

Continuamos nossa viagem; passamos pelos pivôs de irrigação e por um grupo de trabalhadores temporários que colhia tomates para exportação, um tipo de agricultura intensiva muito comum, realizada por grandes empresas rurais na região. De lá seguimos para o "entorno" ou "zona tampão", para conhecer as populações que faziam divisa com o parque. Iniciamos pela comunidade de São Bernardo, localizada a 6 km do parque e na divisa de Manga com São João das Missões. Ali, existiam cerca de 30 famílias, todas compostas por pequenos produtores que viviam de agricultura familiar e da criação de animais de pequeno porte. Seguimos para a

comunidade de Remanso, a 6 km do parque e localizada no município de Itacarambi. Com mais ou menos a mesma proporção de famílias, sua proximidade com o rio São Francisco incluía os moradores da Ilha do Capão que, além da agricultura familiar e criação de animais de pequeno porte, trabalhavam também com piscicultura, através da Associação dos Pescadores. Fomos em direção a São João das Missões, onde se localizam alguns núcleos da reserva indígena dos Xacriabá, mas não paramos. Passamos por Rancharia, um dos núcleos Xacriabá, que incluía a zona tampão do parque e de lá fomos para a comunidade de Coqueiros, com uma população em torno de 20 famílias de agricultores. Durante esse percurso, paramos para conversar com algumas pessoas que estavam no caminho, mas que não falavam muito. Notei que a maioria evitava o contato ou era reticente no diálogo. De Itacarambi, seguimos viagem no barco do IEF, pelo rio São Francisco. Paramos do outro lado da margem, em Matias Cardoso, na comunidade Várzea da Manga, reconhecida pelo gerente como remanescentes de quilombo, visto a recente titulação recebida pela Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura). Localizada na zona tampão do Parque Estadual da Mata Seca e na divisa do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, a comunidade quilombola de Várzea da Manga era composta por doze famílias que sobreviviam da criação de animais de pequeno porte, da agricultura familiar e da pesca. Na porta da casa de um dos moradores, havia um cartaz do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), sobre comunidades quilombolas. Observei que a foto era de seu Crispim e de sua esposa, da comunidade quilombola de Baú – Milho Verde, tirada por mim, em 2004, quando ainda pesquisadora de uma ONG chamada FALA NEGRA. Encontrei então uma oportunidade para iniciar o diálogo. Soé, uma liderança local, relatou que estavam em processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola, o que já havia ocorrido, de acordo com o registro no livro de cadastro geral da instituição, registro número 232, folha 38, em 02 de junho de 2005. Quanto ao Parque Estadual da Mata Seca, disse não existir problemas diretos com sua criação, mas que muitos parentes seus estavam com problema com o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro. Esses parentes faziam parte das localidades do Saco, Lapinha e Ilha da Ressaca que, durante o processo mobilizatório, junto à Várzea da Manga, se reconheceram como quilombolas da Lapinha.

Apesar da conversa amigável comigo, essa liderança não se mostrou muito receptiva em relação ao gerente, ao fazer referência a uma multa aplicada a ele

pela Polícia Florestal. O lugar da lei incorporado na figura do gerente, portador de autoridade para fiscalizar e aplicar sansões, vai se evidenciando ao longo do dia. Encontrei e entrevistei Soé novamente, em 2007, no Encontro da Ilha da Ressaca, onde eu e outra pesquisadora da rede TROPI DRY gravamos, em vídeo, algumas entrevistas sobre as dinâmicas socioambientais nas Matas Secas.

Entretanto, nessa primeira viagem de campo, poucas foram as pessoas que se dispuseram a conversar conosco; a maioria mantinha forte desconfiança em relação à nossa presença ali. Só mais tarde, pude compreender que essa entrada via IEF não se constituía como uma estratégia viável. Ao contrário, por se tratar de uma instituição estatal com poder de "polícia", o IEF se revelaria, também, como o principal ator do conflito com os povos e comunidades tradicionais em estudo, considerados "invasores" por esse órgão.

Retomando o relato desta viagem, atravessamos de barco novamente para a margem do parque, onde, de acordo com o gerente, havia pescadores de Matias Cardoso e Manga "que precisavam ser retirados". Eram "os invasores", ou seja, os vazanteiros de Pau de Légua e sua retirada era justificada por utilizarem Áreas de Proteção Permanente (APP's), isto é, as beiras do rio para o cultivo de vazantes. Isso, na visão preservacionista vigente no campo ambiental, se constituía crime relacionado à degradação da mata ciliar do rio São Francisco. Entretanto, o cultivo de vazantes no rio São Francisco ou lagoas banhadas por ele era uma prática tradicional já identificada por Pierson em seus estudos sobre o Homem no Médio São Francisco, em 1972. A prática de cultivo de vazantes não era reconhecida pelo gerente como viável. Em sua percepção, que as considera como áreas de preservação permanente (APP). Assim, a presença dos vazanteiros se constituía em obstáculo à conservação dessa área a ser protegida, pois, segundo sua própria fala, "desmatavam o barranco e comprometiam o solo". Essa situação representava uma das tensões presentes no campo ambiental subsidiadas por leis restritivas, apoiadas num saber técnico-científico que se confronta com concepções sócio-ambientais que incorporam as formas tradicionais de fazer e de viver dos grupos sociais. Descemos do barco e subimos em direção a uma das casas de adobe e lona. Tudo era silêncio, não havia ninguém. Passamos por plantações de milho, abóbora, mandioca e algumas criações de galinha e porco que estavam por ali. Na casa vazia, notei uma prateleira feita com madeira de árvores locais e forrada com um pano bordado. Sobre ela, chamaram-me a atenção as vasilhas de alumínio organizadas e areadas como um espelho. Algo que só

pude ressignificar posteriormente, quando li Araújo (2009), sobre o valor simbólico dado ao brilho nas panelas, depois de lavadas pelas mulheres do Quilombo da Lapinha e vazanteiras de Pau de Légua. De acordo com a autora, o brilho das panelas é socialmente reconhecido como panelas bem lavadas, valorização social alcançada quando usam a água do rio. Ao contrário de serem lavadas com a água calcária das cisternas, que não possibilitam o mesmo brilho, pois ali são depositados sais; quando secas, as vasilhas ficam manchadas, em decorrência do acúmulo de calcário da água com a qual são enxaguadas.

Voltamos para o barco, ocasião em que o gerente aponta certa expectativa de trabalho conjunto com a "dimensão humana" do projeto, tendo por objetivo a possibilidade de retirar os pescadores e criar outras alternativas de sobrevivência para eles, desenvolvendo, posteriormente, um trabalho de educação ambiental. Expectativa comum aos conservacionistas frente ao trabalho desenvolvido por sociólogos.

No âmbito da Rede TROPI DRY, durante um período de quase dois anos, nos dedicamos ao estudo das políticas públicas e dos processos sociais e econômicos que transformaram o Norte de Minas sem, no entanto, conhecer de perto o ambiente na sua dialética com os grupos sociais tradicionais que ali viviam. Tal distanciamento é revelado no mapa abaixo, resultado ainda dessa primeira viagem exploratória ao entorno do Parque Estadual da Mata Seca, em que este, assim como os mapas cartográficos dos institutos ambientais, se apresenta como um "espaço vazio".

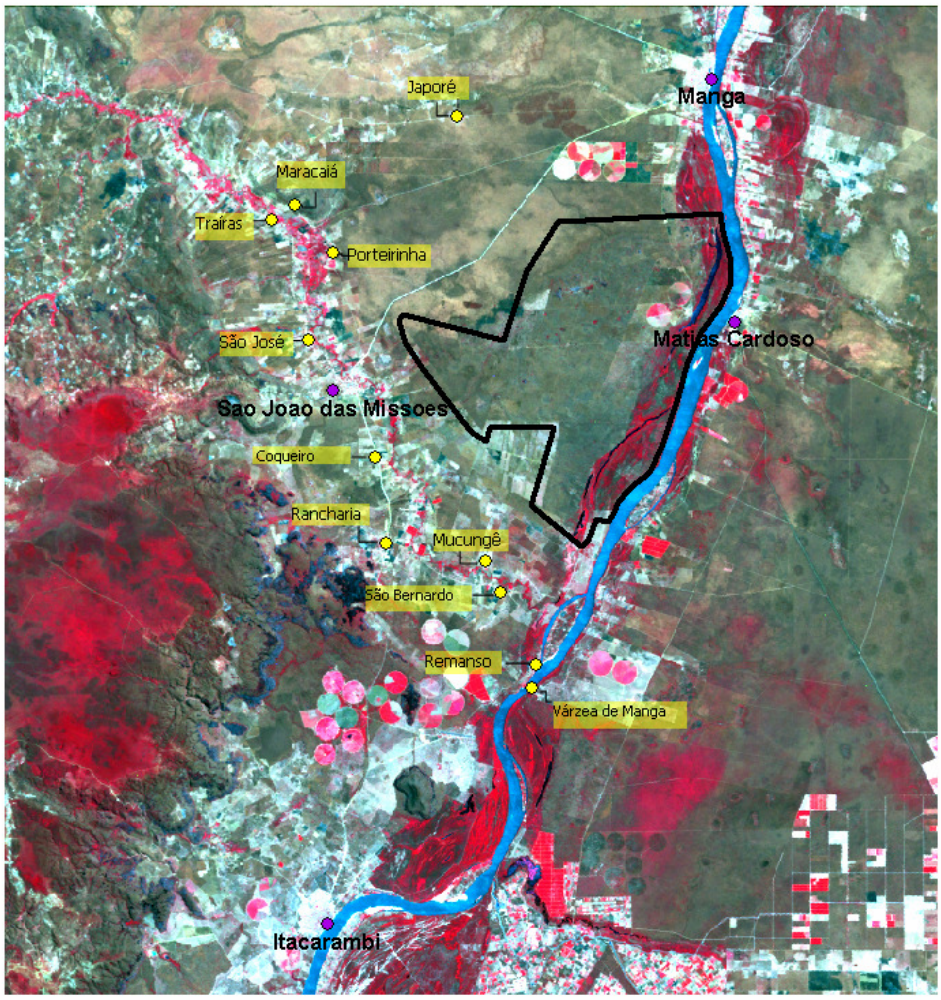


FIG. 02: Mapa do entorno do Parque Estadual da Mata Seca.
Fonte: ESPÍRITO SANTO *et al*, 2008, p. 10.

Apesar dos limites dessa imagem, que reitera o esvaziamento do lugar, hoje a reinterpreto como expressão de um processo de apropriação territorial, por parte do Estado, inspirada na ideia de Valcuende Del Rio & Cárdia (2009, p. 8), que entendem que vários tipos de processos de colonização se justificam por compreender os espaços como um vazio, anulando a existência de sujeitos com outras formas de organização social e cultural, portanto, espaço a ser colonizado. Essa interpretação me convidou a refletir sobre os processos de territorialização que transformaram as formas de uso e de apropriação das Matas Secas na região, ao anular a presença das territorialidades vazanteiras, impondo ali outra dinâmica. Nessa perspectiva, se apresentam as políticas de desenvolvimento econômico e de colonização da região, que foram dominando o Norte de Minas, a partir de mecanismos, como grandes empresas rurais, o projeto de colonização e irrigação Jaíba e, posteriormente, a

criação de unidades de conservação ambiental, que permitiram a expansão desse projeto.

No ano de 2008, ingressei no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG, com o projeto "Povos Tradicionais e Unidades de Conservação nas Matas Secas do Norte de Minas: conflitos socioambientais em uma perspectiva comparativa na América Latina". Entretanto, diante da complexidade do contexto e dos processos sociais e políticos em curso na região, os conflitos ambientais territoriais que envolviam os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha se colocaram como centro da reflexão. A noção de conflitos ambientais territoriais se tornou importante contribuição de Zhouri & Laschefski (2010) por evidenciar situações de "injustiças ambientais"[17] relacionadas à apropriação capitalista da base territorial de determinados grupos sociais e as tensões entre diferentes territorialidades.

Nesse processo, a articulação com as instituições de assessoria e mediação política dos povos e comunidades tradicionais em conflito com os parques, CAA e CPT, fez com que o "estar lá" (GEERTZ, 1998) em campo se tornasse possível num sentido mais antropológico, apontando outros caminhos a serem percorridos pela pesquisa. Como consequência, foi possível minha participação em uma série de eventos, a partir dos quais fui registrando e acompanhando os grupos. O encadeamento dessas ações revelou situações sociais de luta e de organização política que serviram como material empírico para a tese. Durante esses eventos, o depoimento das lideranças vazanteiras registrava histórias e processos sociais em contextos comuns de expropriação vivenciados pelas distintas comunidades "ilheiras". Revelavam o "encurralamento" nas ilhas através do agronegócio e, atualmente, pelos parques, processo que impossibilitava suas reproduções socioculturais e alimentares, em função de proibições e sansões. Eram momentos de articulação política e construção do entendimento sobre seus direitos territoriais. Tal fato propiciou o fortalecimento intergrupos na luta por reconhecimento identitário e na elaboração de estratégias políticas em busca da reapropriação territorial. Esses

[17] Por injustiça ambiental define-se "o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais descriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis" (ASCELRAD, 2009, p. 41).

eventos se constituíram, também, como espaços de confronto entre determinados atores e oportunidade para a construção de alianças com outros.

No transcurso dos acontecimentos, foram realizadas observações participantes em vários eventos sociais ao longo da pesquisa, que se constituíram, desde as situações criadas pela rede TROPI DRY aos eventos organizados pelos próprios vazanteiros e assessores, em importantes momentos de investigação, conforme quadro abaixo:

EVENTO SOCIAL	**TEMA**	**PERÍODO E LOCAL**	**ATORES**
- I *Workshop* Internacional TROPI DRY	"Florestas Estacionais Deciduais Brasileiras: Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável"	24 de janeiro de 2007 Hotel Pampulha – Belo Horizonte	BIOTRÓPICOS; AMDA; CI; CEDEFES; SEMAD/ COPAM; IBAMA; CAOMA (MP); EMBRAPA; PNUD; TROPI DRY/ Unimontes.
- I *Workhop* TROPI DRY	"Políticas Públicas e Processos Socio-ambientais na Mata Seca do Norte de Minas"	Maio de 2008 UNIMONTES – Montes Claros	NINJA/UFSJ; MPE/CPBSF; CAA/NM; CPT/NM; UNIMONTES; Representantes das Comunidades de Vazanteiros de Pau Preto, Lapinha e MST; TROPI DRY/ Unimontes.
- Encontro da Ilha da Ressaca	"Vazanteiros do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos territoriais das populações tradicionais"	22 e 23 de setembro de 2008 Ilha da Ressaca – Quilombo da Lapinha. Matias Cardoso.	Representantes das Ilhas de Pau Preto; Capão; Ressaca; Jenipapo; Curimatá; Maria Preta; Retiro; Quilombo da Lapinha; Fazenda Liana; Alto Bonito; CAA-NM; CPT Vale do São Francisco e do Amazonas; Associação dos Vazanteiros de Itacarambi; IBAMA; MPE; Instituto Chico Mendes – DF; Universidade de Kassel (Alemanha); UNIMONTES; TROPI DRY/Unimontes.
- Encontro da Ilha de Pau de Légua		24 e 25 de abril de 2009. Ilha de Pau de Légua. Manga.	Representantes das comunidades vazanteiras do Quilombo da Lapinha; de Pau de Légua e de Pau Preto; CAA-NM; CPT Vale do São Francisco; Associação dos Vazanteiros de Pau de Légua – Matias Cardoso; UNIMONTES; Prefeitura Municipal de Matias Cardoso; Câmara dos Vereadores de Matias Cardoso; TROPI DRY/Unimontes.
- II Workhop TROPI DRY	"Políticas Públicas e Processos Socioambientais na Mata seca do Norte de Minas: povos tradicionais e parques"	16 de junho de 2009. Matias Cardoso.	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso; CAA/NM; CPT/NM; Representantes das Comunidades de Vazanteiros de Pau Preto; da Lapinha; de Pau de Légua e MPE/CPBSF.
- Missão Vazanteira em visita a Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha	Visita da "Comissão Especial: Direito Humano a Alimentação Adequada"	21 a 24 de junho de 2010. Ilha de Pau Preto, ilha de Pau de Légua e Quilombo da Lapinha.	MPF; SPU; FIAN Brasil; Defensoria Pública da União; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Terra, Território e Alimentação;

		Matias Cardoso e Manga.	CNPG; SDH; Conselheiro Fiscal da Federação Quilombola (N'Golo); UNIMONTES; CAA-NM; CPT-NM; TROPI DRY/Unimontes; comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha.
- III *Workhop* TROPI DRY	"Políticas Públicas e Processos Socioambientais na Mata seca do Norte de Minas: desafios para a conservação"	01 de julho de 2010 UNIMONTES-Montes Claros	CAOMA (MPE); CAA/NM; TROPI DRY/Unimontes e UNIMONTES.
- Oficina: Mapa Mental de Pau de Légua	Construção de mapas mentais	18 de agosto de 2010. Ilha de Pau de Légua. Manga.	Pesquisadora TROPI DRY/Unimontes; bolsista de iniciação científica da Unimontes; CEDEFES e comunidade vazanteira de Pau de Légua.
- Oficina: Mapa Mental de Pau Preto	Construção de mapas mentais	19 de agosto de 2010. Ilha de Pau Preto. Matias Cardoso.	Pesquisadora TROPI DRY/Unimontes; bolsista de iniciação científica da Unimontes; CEDEFES e comunidade vazanteira de Pau Preto.
- Oficina: Mapa Mental de Quilombo da Lapinha	Construção de mapas mentais	20 de agosto de 2010. Acampamento do Quilombo da Lapinha. Matias Cardoso.	Pesquisadora Tropi Dry/Unimontes; bolsista iniciação científica da Unimontes; CEDEFES e comunidade vazanteira do quilombo da Lapinha.
- Seminário TROPI DRY	"Ocupação, Uso Sustentável e Preservação das Matas Secas em Minas Gerais"	03 de Setembro de 2010 UFMG – Belo Horizonte	MPE; CAA/NM; GESTA/UFMG; AMDA; pesquisadores UFMG e Unimontes.
- 5° Encontro "Vazanteiros em Movimento"	"Povos das Águas e Terras Crescentes"	16 e 17 de setembro de 2010. Ilha do Jenipapo. Itacarambi.	Povos e Comunidades Tradicionais dos municípios de Manga; Matias Cardoso; São João das Missões e Itacarambi: representantes das Ilhas de Pau Preto; Maria Preta; Ingazeira; Pau de Légua; Ressaca; Lagoa do Retiro; Jenipapo; Fabião II; Vila Florentina; Acampamento São Francisco (Quilombo da Lapinha); Reserva indígena Xakriabá; CAA-NM; CPT-NM; CIMI; Associação dos Vazanteiros de Itacarambi; STR de Itacarambí; UNIMONTES; TROPI DRY/Unimontes; IBAMA; SPU; UFV; FEAM; Comissão Especial dos Direitos Humanos e Segurança Alimentar; Secretaria Municipal de Educação; Prefeito e presidente da Câmara de Itacarambi; MPE/CPBSF.
- Visita do IEF ao território retomado pelos vazanteiros de Pau Preto (Parque estadual Verde Grande).	Negociação da nova diretoria do IEF junto aos "Vazanteiros em Movimento" depois da retomada territorial da sede do parque com a	Agosto de 2011.	Comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha; IEF/MG; CPT-NM; TROPI DRY/Unimontes.

	implementação da RDS pelos vazanteiros.		
- Visita do IEF à ilha de Pau de Légua (Parque estadual da Mata Seca).	Negociação para plantio de determinadas áreas em terra-firme para os vazanteiros de Pau de Légua.	Novembro de 2011.	Comunidade vazanteira de Pau de Légua; IEF/MG; CPT-NM; TROPI DRY/Unimontes.

FIG. 03: Tabela com relação dos eventos organizados pelos vazanteiros.
Fonte: Dados da pesquisa.

Esses eventos foram se desdobrando em um processo de construção desses sujeitos coletivos e permitiram compreender a "ambientalização" de suas lutas a partir do momento em que foram construindo um repertório técnico, retirado da linguagem ambiental traduzida na relação com mediadores. Nessa perspectiva, a compreensão dos processos sociais que permitiram a esses grupos sociais se construírem em "Vazanteiros em Movimento" foi orietada pela inspiração no que Gluckman (1987) denominou de "*extended-case method*" (o método de estudo de caso detalhado) e, posteriormente, Velsen (1987)[18], em "análise situacional". A observação de eventos, denominada por Gluckman (1987) de "situações sociais" se constituiu como matéria-prima do trabalho de análise desse tema. Apesar de dialogar com abordagens funcionalistas sincrônicas, esse método enfatiza diacronicamente os processos sociais, criando o que o Velsen (1987) denomina de análise situacional. Assim,

> registros de situações reais e de comportamentos específicos têm sido transportados dos diários de campo do pesquisador para as suas descrições analíticas, não como ilustrações aptas, das formulações abstratas do autor, mas como parte constituinte da análise" (VELSEN, 1987, p. 360).

Essa orientação ressalta os eventos em sua perspectiva histórica, recorrendo não somente às próprias observações do pesquisador, mas a outros tipos de fontes, como a memória dos sujeitos entrevistados, documentos institucionais ou não, entre outros. Entretanto, não analisarei cada evento de forma detalhada, utilizei das minhas anotações, observações e análises desses eventos para compreender, nesta

[18] Gluckman (1987) vem de uma perspectiva funcionalista, que pensa o conflito como uma alteração do estado de equilíbrio interno de uma comunidade, o que será relativizado por Velsen (1987) posteriormente na tentativa de tratar o conflito como "normal"e não "anormal" no processo social. Entretanto, cabe relembrar que a noção de conflito utilizada nesse estudo não se baseia nessas perspectivas. O discurso que irá dialogar com esse método parte do campo da Ecologia Política, onde a Antropologia tem lugar, porém, não é exclusive.

tese, as principais etapas e aspectos da construção da luta e reivindicação territorial dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha. Também utilizei eventos informais que compreendiam a relação desses grupos com as entidades de assessoria, que envolviam planejamento de outros encontros, busca de auxílio para projetos sociais, assessoria jurídica em relação a multas recebidas do IEF e IBAMA e até mesmo a busca de saídas para os conflitos intergrupos que iam surgindo nesse processo de articulação entre Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha. Minhas análises se estenderam às reuniões, às quais fui sendo requisitada a participar, algumas vezes, como parte do grupo de assessores, tais como, reuniões com o Ministério Público e IEF e entre os próprios vazanteiros. Assim, os resultados parciais da pesquisa foram aos poucos sendo incorporados como instrumento de legitimação das reivindicações vazanteiras, o que me fez assumir, por conseguinte, uma posição mais política dentro da própria rede TROPI DRY; posição igualmente compartilhada por parte do grupo, que se tornou ator importante na relação com vazanteiros e suas demandas ao Estado. A dialética dessa relação produziu documentos e relatórios[19] que foram encaminhados às instituições públicas no processo de reivindicação territorial desses grupos. Nesse percurso, muitas transformações foram realizadas num processo permanente de construção de conhecimento, de aproximação desses sujeitos, uma vez que essas experiências me possibilitavam interagir com homens e mulheres vazanteiros, conhecer suas casas, algumas atividades diárias e lugares que me fizeram entender os sentidos de suas reinvindicações e o vínculo com seus territórios.

Durante as viagens às áreas de estudo (Matias Cardoso e Manga) foram realizadas entrevistas individuais com lideranças das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, com o objetivo de compreender o

[19] Dentre estes: a) Declaração técnica sobre as disputas políticas sobre remanescentes de Matas Secas, encaminhada ao Ministério Público, em setembro de 2010. Tal declaração subsidiou o pedido de inconstitucionalidade da Lei Estadual 19096/2010, de autoria do deputado estadual Gil Pereira, que prevê a reclassificação das Matas Secas como formação vegetal pertencente ao bioma Caatinga. Caso a reclassificação fosse instituída, as Matas Secas poderiam se desmatadas em até 70%, conforme interesse dos ruralistas da região; b) Declaração ao Ministério Estadual do Meio Ambiente de Desenvolvimento Social, em março de 2011, em favor da criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Extrativistas, conforme proposto pelas comunidades vazanteiras de Pau Preto e Pau de Légua. Nesse documento, a rede reconhece a tradicionalidade desses grupos sociais e os vínculos territoriais ao território reclamado; c) Colaboração na construção do Relatório da Comissão Especial "Direito Humano a Alimentação Adequada", do governo federal, encaminhada aos diversos órgãos institucionais envolvidos no Conflito com as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, em outubro de 2010; d) Relatório Técnico apresentado à nova diretoria do IEF sobre a comunidade Pau de Légua, em novembro de 2011. Documento que mostra os processos de territorialização desse grupo, com mapas mentais de seu território e discussão sobre os direitos coletivos dos vazanteiros de Pau de Légua ao território reclamado.

conflito que emergia situacionalmente a partir da presença dos parques em seus territórios. Entretanto, mais do que a situação atual de conflito, os relatos das lideranças e de membros mais antigos das três comunidades, também entrevistados, revelavam processos históricos de expropriações que se constituíam em dramas sociais vivenciados por essas comunidades à medida que o conflito atual falava de restrições, em contraposição a um tempo de fartura e de liberdade de acesso e uso do território expropriado. Foram também entrevistados outros atores que se inseriram nessa disputa territorial, seja como assessores (CAA, CPT, pesquisadora Unimontes), seja como mediadores (Ministério Público Estadual/Coordenadoria das Promotorias da Bacia do Rio São Francisco e Ministério Público Federal), ou como atores que se encontravam na disputa com distintos projetos sociais para o lugar (Sociedade Rural de Montes Claros e IEF), compondo o campo dos conflitos ambientais territoriais na região. Essas entrevistas mostraram sujeitos com visões de mundo distintas em relação aos territórios onde se localizam as comunidades vazanteiras aqui estudadas, sobre as próprias comunidades e suas constituições identitárias, e sobre a noção de sustentabilidade que orienta as ações no campo ambiental. Um exemplo se refere ao olhar dos distintos sujeitos sobre esses grupos, ora de forma mais substancializada, naturalizante ou biologicista, como encontrada nos relatos do IEF, do Ministério Público Estadual e da Sociedade Rural, o que causa problemas no reconhecimento dessas comunidades por essas instituições. Outras vezes, percebe-se um olhar mais relativistas desses sujeitos à medida que compreendem que a identidade desses povos, além da questão da tradição e do vínculo com o lugar, se dá na construção política da relação com o outro, como no caso do MPF, CAA, CPT e pesquisador Unimontes). Essas percepções foram abordadas no capítulo 2.

As entrevistas abertas ou semi-estruturadas foram construídas de acordo com o perfil de cada entrevistado, uma vez que meu propósito era trabalhar, também, um pouco da história de vida de cada um para compreender como as visões de mundo desses sujeitos foram-se constituindo e orientando suas ações ao longo de suas escolhas profissionais, no caso de assessores ou de atores institucionais. Logo, nas entrevistas, de forma geral, busquei trabalhar os seguintes aspectos: a percepção que os sujeitos da entrevista tinham em relação à implementação das UPI's na região do Jaíba; qual importância e relevância daquela região para os entrevistados; quais eram os problemas (conflito) que identificavam em relação àquela região; como percebiam os conflitos ambientais entre o IEF e as populações do lugar, como era entendida a

questão da Mata Seca enquanto formação vegetal a ser preservada e o embate sobre sua significação entre ambientalistas e ruralistas, dentre outras. Essas entrevistas contribuíram para mostrar as distintas posições dos atores no campo ambiental, que ora se articulavam em busca de projetos que lhes interessassem, como no caso do IEF, e representantes do agronegócio na região (vide compensações ambientais do projeto Jaíba) e ora se colocavam em lados opostos (vide a luta dos ambientalistas com ruralistas sobre a classificação das Matas Secas como Mata Atlântica ou Caatinga). Tais entrevistas ajudaram, também, a entender as diferentes racionalidades desses sujeitos que, articuladas às análises de diversas situações sociais, contribuíram para observar melhor a dinâmica do conflito e suas implicações para os "Vazanteiros em Movimento", conforme apresentado no capítulo 2.

Além das entrevistas e da observação participante nos diversos eventos sociais citados, foram realizadas oficinas de "mapas mentais" junto às comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha. Essa técnica foi utilizada com o objetivo de acessar a história e o vínculo com o território reivindicado; visibilizar o que era subsumido pelo discurso preservacionista e os mapas oficiais que apresentavam ali como um "espaço vazio". Nesse contexto, ao contrário de uma cartografia tradicional, os mapas mentais tinham como objetivo mobilizar, a partir dos elementos gráficos indicados pelo grupo, memórias, interpretações, explicações e reflexões sobre o lugar reivindicado, compreendendo, assim, o vínculo territorial que mantinham com este (NIEMEYER, 1998; ARCHELA, GRATÃO & TROSTDORF, 2004; NOGUEIRA, 2002). Nessa perspectiva, o mapa se tornou material importante, pois trouxe à tona os diversos sujeitos do lugar e as localidades que foram expropriadas e até mesmo destruídas com o processo de desenvolvimento e de colonização da região. Mais ainda, um tempo de domínio territorial, de fartura e de liberdade, denominado por eles de "Tempo do Liberto", ou seja, um tempo que mantém esses grupos articulados na luta pela reapropriação territorial em tempos de restrição e de "encurralamento". A riqueza dos relatos, ancorados na memória desses sujeitos, possibilitou identificar marcos de territorialização, vínculos valorizados com o lugar, que se constituíram a partir das formas de apropriação material e simbólica estabelecidas e as estratégias de defesa desse território, contribuindo para a construção dos "Vazanteiros em Movimento" e a ambientalização de suas lutas. O processo escalonado de embates ou expropriações territoriais vivenciado por esses grupos sociais, advindo da construção dos mapas

mentais, foi trabalhado no capítulo 3, utilizando a noção de “dramas sociais” (TURNER, 2008). Assim, a análise a partir do drama permitiu evidenciar a intervenção do Estado no processo de desterritorialização dessas comunidades vazanteiras, formas de resistência e de construção política. Logo, utilizo das sequências dos “dramas sociais” formuladas por Turner (2008), com o objetivo de visibilizar a incidência das políticas de colonização e de desenvolvimento econômico para a região sobre as diversas territorialidades ali existentes, a partir de 4 fases: ruptura, crise, intensificação da crise e ação reparadora. Apesar de o drama ser constituído por cinco fases, sendo a última delas o desfecho, esse não será aqui abordado, uma vez que ainda se encontra em aberto. Uma das contribuições práticas da utilização dos mapas mentais foi que seu resultado gráfico contribuiu, em algumas situações, como ferramenta de visibilização dos sujeitos do lugar e como instrumento de negociação junto ao IEF. Tais mapas foram acionados no V encontro dos “Vazanteiros em Movimento” da Ilha de Jenipapo, em setembro de 2010, e nas duas visitas dos membros da diretoria do IEF às comunidades de Pau Preto e de Pau de Légua, em agosto e novembro de 2011.

Além dos mapas mentais, foi analisada uma série de materiais escritos como relatórios sobre os eventos citados; documentos de instituições públicas, como IEF, SPU, MPE, relatórios, moções, cartas-denúnicias do CAA e da CPT, bem como material disponibilizado na mídia; além de resoluções, leis e mapas, conforme poderá ser observado ao longo de todos os capítulos.

Logo, a elaboração desta tese parte de processos situacionais e históricos que possibilitaram a construção dos “Vazanteiros em Movimento” protagonizada por esses sujeitos. Busca evidenciar atores, disputas, posições, projetos sociais e estratégias de luta que permitiram a esses sujeitos reivindicarem seu território no campo ambiental e disputarem com o IEF outro modelo de conservação e sustentabilidade para o lugar.

Estrutura da tese

Nessa perspectiva, estruturo esta tese da seguinte forma: no capítulo 1, apresentei a contribuição dos estudos precursores sobre os "povos e comunidades tradicionais" do Norte de Minas, que revelaram os "contextos intersocietários de conflito" (LITTLE, 2002) comuns a esses grupos. Contextos que dizem respeito às sucessivas invasões de suas terras, propiciadas pelas políticas de desenvolvimento econômico voltadas para a região, seja via implementação de grandes fazendas de gado, pela construção de barragens para irrigação de projetos como o Gorutuba e Jaíba, seja pela implementação da monocultura de eucalipto e de unidades de proteção integral. Esses processos impuseram outras formas territoriais na região e contribuíram como elemento unificador de cada um desses grupos que se articularam internamente e externamente, em rede, pela defesa de seus territórios. Dentre esses estudos, alguns se assentam nos "processos de territorialização" (PACHECO DE OLIVEIRA,1998) dos remanescentes de quilombo de Brejo dos Crioulos (COSTA, 1999), Gurutubanos (COSTA FILHO, 2009), Lapinha (ARAÚJO, 2009), vazanteiros da baixada média do rio São Francisco e de Pau de Légua (LUZ DE OLIVEIRA, 2005; ARAÚJO, 2009) e dos Geraizeiros (NOGUEIRA, 2009); e outros na perspectiva da etnoecologia e das dinâmicas sociais e políticas dos geraizeiros de Riacho dos Machados e de Vereda Funda (DAYRELL, 1998); (BRITO, 2006). Entretanto, faço uma leitura desses a partir do que Almeida (2008) denominou de "movimentos de territorialização", com o objetivo de focar a dimensão política da construção de um processo coletivo de reinvindicação territorial desses grupos, apoiados por uma rede social emergente na década de 1990, que compartilhou entre si posicionamentos, estratégias de resistência e articulações políticas. Essas situações contribuíram para que os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha se unificassem internamente e reinvindicassem suas lutas territoriais no campo ambiental. Esses estudos contribuem com a desinvisibilização dessas coletividades tão diversas que, apoiadas por uma rede de entidades, foram se construindo politicamente como "encurralados" na relação com os demais grupos e lançando mão da auto-atribuição identitária como instrumento legítimo para suas lutas territoriais. Nesse processo, o CAA, a CPT, STR's, associações quilombolas e vazanteiras, MST e universidades tiveram papel central. Organizações sociais que,

articuladas a movimentos ambientalistas e inspiradas na luta de Chico Mendes e na articulação dos Povos da Floresta, se constituíram como lugares de formação de diversas lideranças no Norte de Minas, criando *locus* de aprendizagem, de saberes, de intercâmbio de experiências e de valores socioambientais que orientaram a ação coletiva e a construção identitária dos diversos grupos sociais da região.

No capítulo 2, busco demonstrar que os *vazanteiros de Pau Preto*, *Pau de Légua* e *Quilombo da Lapinha* emergiram, enquanto movimento político no campo ambiental, somente pela condição de encurralamento a que foram submetidos. Esse encurralamento foi propiciado por uma série de restrições relacionadas ao seu território e práticas tradicionais, desde que os parques estaduais passaram a operar enquanto Unidades de Proteção Integral (UPI). Para tanto, trago o contexto que legitima a existência e a operacionalização desses parques, que ocorre através da valorização das Matas Secas, e o debate sobre o *status* de proteção desta como Mata Atlântica ou Caatinga. Esse contexto implica na operacionalização, por parte do IEF, de medidas restritivas e expropriatórias relacionadas às comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha. Logo, estruturo a discussão a partir de dois momentos: uma etapa anterior ao encurralamento, que se dá via etapa dois do projeto de fruticultura irrigado Jaíba e a criação das condicionantes ambientais, como instrumento funcional ao agronegócio e aos ambientalistas que se alinham em seus interesses a partir do "jogo da mitigação" (CARNEIRO, 2005); e uma etapa posterior, que tem como contexto a valorização das Matas Secas e a região dos parques como área prioritária para conservação, ratificada pelo Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais de 2005, e pelo debate legislativo sobre o *status* de sua proteção. Esses eventos revelam uma disputa classificatória das Matas Secas entre ruralistas e ambientalistas, o que implica em distintos projetos sociais para a área de estudo. Neste debate, incluo entre os ambientalistas a rede TROPI DRY, como um dos atores que defendem a proteção das Matas Secas e que apóia a inclusão dos "Vazanteiros em Movimento" nas áreas de proteção integral, reconvertendo-as em áreas de uso sustentável. Busquei assim compreender as implicações dessa disputa legislativa para os povos e comunidades tradicionais da região.

No capítulo 3, explicitei o processo de encurralamento desses atores, na perspectiva trabalhada por Turner (2008) de "dramas sociais", ressaltando o sentido de lugar contestado por esses grupos sociais, assentado no plano da memória. Para tanto, utilizo como referência de análise os relatos das comunidades vazanteiras de

Pau de Légua, de Pau Preto e de Quilombo da Lapinha, coletados em oficinas realizadas para a construção de mapas mentais sobre seus territórios reivindicados. Isso porque, o processo de reivindicação territorial das comunidades vazanteiras diz respeito à demanda de reapropriação simbólica e material do lugar, que é acionada pelo vínculo com o território e suas práticas tradicionais. Essas práticas e modo de vida têm como referência um tempo passado, denominado por eles de "tempo de liberto", em contraposição ao "tempo dos encurralados". Ou seja, se hoje vivenciam um tempo de restrições e de penúria, mostram que no passado vivenciaram um tempo de fartura e de liberdade territorial, tempo que reemerge, nesse contexto de lutas sociais, como elemento unificador do grupo, que revaloriza suas práticas tradicionais como modelo alternativo de conservação do lugar. A utilização dos mapas mentais teve como objetivo visualizar o lugar de pertencimento, revisitar lugares, vínculos e práticas de um tempo evocado de suas memórias e que os unifica atualmente em suas reivindicações.

No capítulo 4, ressaltei o processo de "ambientalização" (LOPES, 2006) de suas lutas sociais, ao compreender os "Vazanteiros em Movimento" como uma construção que se realiza pela incorporação da questão ambiental em suas reivindicações, reelaboradas sob nova linguagem e convertidas como nova fonte de legitimidade e de argumentação no campo dos conflitos ambientais. Nesse contexto, acessam instrumentos jurídicos do campo ambiental que, associados às suas próprias tradições e visão de mundo, permitem disputarem com o IEF uma visão alternativa de conservação, através das modalidades de Reservas Extrativistas (RESEX) ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Assim, esse capítulo tratou de identificar momentos da luta dos "Vazanteiros em Movimento", a partir de eventos encadeados que ilustram a construção identitária e política desses grupos que, apesar da condição de atingidos, ou seja, ainda na situação de "encurralados pelos parques", sempre estiveram em movimento no processo de suas lutas territoriais. Evidenciei ainda que a situação social de "encurralamento" unificou as comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha em um contexto de emergência de direitos coletivos, permitindo-lhes se inserirem na categoria política de vazanteiros, utilizando do arcabouço jurídico da "tradição" para reivindicarem seus territórios ancestrais. Discuti, também, como suas lutas sociais foram se ambientalizando, seja pela apropriação da linguagem presente no campo ambiental, pela utilização de seus instrumentos jurídicos, seja pela disputa de uma visão alternativa de conservação

nesse campo. Mostrei que o reposicionamento desses grupos sociais no campo dos conflitos ambientais faz parte de um processo de construção e assimilação do jogo que se joga nesse campo, permitindo a estes se apresentarem atualmente como "Vazanteiros em Movimento".

Por fim, nas considerações finais, resgatei as contradições ambientais da *doxa* do desenvolvimento sustentável, evidenciando como suas medidas mitigatórias, baseadas na ideia de consenso, agem a reboque de uma racionalidade econômica complementando-a e consolidando-a no Norte de Minas, assim como os vazanteiros vêm acionando outra lógica para a noção de sustentabilidade, visibilizando suas lutas locais em busca de "justiça ambiental", através dos "Vazanteiros em Movimento".

CAPÍTULO 1

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS –
A construção política dos encurralados

Neste capítulo, busco a contribuição dos estudos de Dayrell (1998), Costa (1999), Luz de Oliveira (2005), Brito (2006), Costa Filho (2009), Araújo (2009) e Nogueira (2009) para compreender a construção de um processo mobilizatório no Norte de Minas de Gerais, qual seja, a reivindicação territorial, conhecido genericamente como "movimento dos encurralados". Ao realizarem estudos das comunidades quilombolas e vazanteiras de *Brejo dos Crioulos* (COSTA, 1999), dos *Gurutubanos* (COSTA FILHO, 2009), da *Lapinha* e de *Pau de Légua* (ARAÚJO, 2009) e *vazanteiros* da baixada média do rio São Francisco (LUZ DE OLIVEIRA, 2005), tais autores partiram de uma leitura dos *processos de territorialização*[1] (PACHECO DE OLIVEIRA,1998) dessas comunidades, o que permitiu a construção de informações sobre a existência de um grande território negro na região Norte de Minas, denominado por Costa (1999) de *campo negro da Jayhba*. Esse campo remete a um tempo passado de fartura e liberdade, referenciado ainda na memória desses grupos sociais, em oposição a um presente de "encurralamento" e de restrições. Tais estudos permitem compreender as dinâmicas sociais e políticas que contribuíram para a fragmentação de seus territórios e desarticulação social desses grupos, revelando suas estratégias de resistência no lugar e a construção de uma rede social de apoio, que possibilitou se reconhecerem identitariamente e se articularem em busca de reivindicação territorial.

Caso específico é observado no movimento dos remanescentes do quilombo de *Brejo dos Crioulos* e no dos *Gurutubanos*, que se afirmaram a partir de suas diferenciações étnicas relacionadas à ancestralidade negra e à resistência em seus territórios. Encurralados no *Campo Negro da Mata da Jahyba* (COSTA, 1999) e articulados às distintas comunidades tradicionais e entidades de apoio ao "movimento dos encurralados", realizaram sua luta territorial sustentada no âmbito dos direitos constitucionais[2] referentes aos povos indígenas e quilombolas.

Diferentemente, outros distintos grupos sociais, como *geraizeiros* e *vazanteiros*, apoiados na noção de "população tradicional", reivindicaram seus direitos a

---

[1] Ao estudar as sociedades indígenas, na perspectiva de suas territorializações, Pacheco de Oliveira observou que a territorialização se caracteriza como um processo de reorganização social em um determinado espaço, com implicações em quatro dimensões: a) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, 55).

[2] De acordo com o Art. 68 do ADCT, "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

partir dessa categoria jurídica que passa a ser reconhecida no campo ambiental, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)[3] e da Lei da Mata Atlântica[4]. Veremos, entretanto, que as distintas identidades passarão a ser relativizadas e acionadas conjuntamente na experiência dos vazanteiros de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, que acionam a categoria jurídica de "povos e comunidades tradicionais", presente no campo das políticas sociais[5], culminando no processo de ressignificação do "movimento dos encurralados pelos parques" para "Vazanteiros em Movimento". Esse movimento possibilitou reorganizarem-se em suas diferenças, pela afirmação identitária frente à sociedade e ao Estado e a denunciarem o processo de cercamento e expropriação de suas terras comunais.

Entretanto, a mobilização social de resistência no Norte de Minas, que se organizou politicamente no "movimento dos encurralados", teve como precursores os *geraizeiros* da Serra Geral, principalmente os da região do Alto Rio Pardo, estudados por Dayrel (1998), por Brito (2006) e por Nogueira (2009), "Encurralados" por grandes maciços de eucalipto durante as décadas de 1970/80. Tal *movimento de territorialização* (ALMEIDA, 2008) se tornou referência para os povos e comunidades tradicionais da região, ultrapassando a área dos "Gerais" (cerrado) e indo ao encontro do *Campo negro da Jayhba*, num processo de reinvindicação territorial generalizado por estes grupos que buscavam o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios. Constituíram assim uma intricada rede de relações, articulada localmente entre as diversas comunidades geraizeiras da região; pela agregação de outras comunidades tradicionais que foram se reconhecendo nesse processo, como quilombolas, catingueiros e vazanteiros; e nacionalmente, pela participação em diversas instâncias políticas exemplificadas pelo assento na Comissão Nacional das Políticas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais.

Logo, inicio este capítulo apresentando a contribuição desses autores que revelaram "contextos intersocietários de conflito" (LITTLE, 2002) comuns a essas distintas coletividades. Esses contextos dizem respeito às sucessivas invasões de suas terras por grandes empreendimentos capitalistas subsidiados pelas políticas de desenvolvimento econômico voltadas para a região, desde a década de 1940, destacando-se

[3] Lei nº 9.985, de18 de julho de 2000.

[4] Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

[5] Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007.

aqui, os anos 1960/70: seja via implementação de grandes fazendas de gado, pela construção de barragens para irrigação de projetos como Gorutuba e Jaíba, seja pela implementação de unidades de proteção integral compensatórias ao projeto Jaíba e pela introdução da monocultura de eucalipto para abastecimento do setor siderúrgico da região. Parte de um processo de territorialização ocorrido no Norte de Minas que, por outro lado, serviu como elemento unificador de cada um desses grupos que se articulou internamente e externamente em rede, na defesa de seus territórios. Nessa perspectiva, busco contextualizar brevemente os processos sociais e políticos regionais que se configuraram na expropriação e no "encurralamento" desses grupos sociais no Norte de Minas, utilizando da perspectiva do que Almeida (2008) denomina de "movimentos de territorialização". Noção que contribui para compreensão do processo de mobilização e articulação política desses povos e comunidades tradicionais, que buscam defender seus territórios, construindo e compartilhando de diversas estratégias de resistência e de proteção deste, em um contexto de "encurralamento".

Para tanto, será utilizada, também, a análise de documentos do "movimento dos encurralados" escritos com apoio das instituições da rede de apoio social como: cartas, registros de conferências, manifestos e documentos endereçados à mídia, entre outros, para reconstruir essa história e compreender como esses grupos sociais foram se construindo politicamente.

Veremos que, nesse processo, o CAA, a CPT, os STR's, associações quilombolas e vazanteiras, MST, Liga Campesina, universidades, entre outras instituições, tiveram papel central. Organizações sociais que se articularam a movimentos socioambientalistas nacionais como a Rede Alerta Contra o Deserto Verde e a REDE CERRADO constituíram o "Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas". O Fórum, ao valorizar a relação desses grupos com o cerrado e a caatinga, contribuiu para a construção e o fortalecimento de seus posicionamentos frente ao modelo de desenvolvimento econômico da região. Serviu, também, de palco para mobilização política desses grupos sociais, apoiados no processo de reconhecimento identitário e na busca de seus direitos territoriais. Apresentou-se ainda como canal de denúncia, de visibilização e de aproximação dos diversos grupos com organizações sociais diferentes, na busca por projetos sociais distintos que garantissem a reapropriação e a manutenção de seus territórios. Nesse contexto, o "encurralamento" se tornou símbolo comum da expropriação territorial e bandeira de luta dessas comunidades que passaram a incorporarar elementos ecológicos em suas reivindicações territoriais, dando

sinais do início de um processo de "ambientalização" (LOPES, 2006) dos conflitos sociais, que passam a ser reelaborados sob nova linguagem.

1.1 Povos e comunidades tradicionais do território negro da Jahyba e dos Gerais

Dentre os estudos aqui citados, a dissertação de mestrado de Costa (1999), intitulada "Do Tempo da Fartura ao Tempo da Penúria dos Morenos: a identidade através do rito no Brejo dos Crioulos", é precursora na visibilização das comunidades negras rurais do Norte de Minas e na postulação da existência de um *campo negro* no interior do vale do rio Verde Grande, identificado pelo autor como *Campo Negro da Mata da Jahyba*[6]. A noção de "campo negro" utilizada por Costa (1999) é utililizada em analogia aos estudos de Gomes (1996), que estudou as relações existentes entre as comunidades fugidas da escravidão na região fluminense de Iguaçu. Tal noção foi apropriada por Costa (1999) para se referir à existência de um *território negro* no Norte de Minas Gerais, constituído por um conjunto de localidades que abrigava uma sociedade multicultural e pluriétnica no vale do rio Verde Grande. Além de se situarem na bacia desse rio, suas relações foram estabelecidas com povoações ao longo da baixada média do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos como Contendas, São João do Gorutuba, Porteirinha e Tremendal (COSTA, 2005, p. 33). Essas relações se tornaram visíveis ao etnografar a comunidade negra de *Brejo dos Crioulos*, composta por 512 famílias, distribuída em oito núcleos localizados nos municípios de São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia.

Para tanto, utilizou das narrativas de membros mais antigos da comunidade, acrescidas dos relatos de viajantes europeus, historiadores regionais e da análise de documentos que permitiram ao autor observar uma intensa relação social entre *Brejo dos Crioulos* e outros grupos sociais negros daquele território, articulada fortemente por vínculos de parentesco e casamentos interétnicos.

[6] A grafia com Y, utilizada pelas bandeiras de Matias Cardoso, no período colonial, é mantida por Costa (1999) para fazer referência às águas insalubres dessa mata, propícias à malária, e para diferenciar da grafia do Projeto de Fruticultura Irrigado Jaíba, que impôs outra territorialidade nessa região, como será visto no capítulo seguinte.

Dentre os grupos negros do *Território Negro da Jayhba*, foram também reconhecidos os *Gurutubanos*, estudados por Costa Filho (2009) e identificados por esse pesquisador como um dos mais antigos e maiores quilombo do Norte de Minas, com origem datada do século XVIII. Localizados no Vale do rio Gorutuba, os *Gurutubanos* se constituem atualmente por um número em torno de 5.000 pessoas, distribuídas em 27 núcleos, nos municípios de Pai Pedro, Jaíba, Catuti, Janaúba e Gameleira[7]. A grafia com "u" é mantida por Costa Filho (2009) ao se referir ao povo *Gurutubano* com objetivo de diferenciar da escrita com "o", que remete à localização destes no "Vale do Gorutuba". Grafia mantida em referência à primeira menção relacionada aos negros que se aquilombaram no Gorutuba, encontrada pelo autor na "Chorografia do Município de Boa Vista do Tremendal", de Neves (1908).

Ao ressaltar as relações de reciprocidade e de solidariedade entre os grupos negros da *Mata da Jayhba*, principalmente entre *Gurutubanos e Brejo dos Crioulos*, identificados inicialmente nos estudos Costa (1999), verifica-se que estas compunham uma complexa rede social que os articulava em torno de suas lutas sociais. Identificados enquanto comunidades remanescentes de quilombo, esses grupos "se estruturavam por meio da lógica da reciprocidade, pela forma de ocupação e modo de organização alternativo à sociedade escravocata, dedicando-se à produção de gêneros alimentícios e criação de gado" (COSTA, 2005, p. 52). Essa sociedade negra não se constituía em um mundo fechado e intransponível à sociedade circundante, com quem sempre manteve certa abertura, através de relações sociais e produtivas, que a integrava à economia regional, assim como a realização de casamentos interétnicos, conforme observado por Santos (1997), que relata contatos entre antigos membros dos indígenas *Xacriabá* e de negros aquilombados nessa mata.

Tal mata fazia parte de um ambiente natural descrito por Costa (2005) como recoberto por uma floresta de Caatinga Arbórea, Matas Secas e pequenas lagoas em seu interior, servindo, durante período colonial e imperial, como barreira estrutural ou "obstáculo natural" (BANDEIRA, 1988; O'DWYNER,1993) à ocupação branca e indígena. A densidade da "mata da Jaíba" (BRANDÃO, 1994; FERNANDES, 2007) e a insalubridade das águas desse território funcionaram como estratégia de defesa territorial para grupos que conseguiram manter o domínio coletivo deste e sua reprodução sociocultural pelo período de três séculos. Esse território, de acordo com

[7] Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=495. Acesso em: 27/12/2011.

Costa-Filho (2009), se ampliou no final do século XIX, com a abolição da escravatura, trazendo uma nova ocupação de negros libertos, que se fixaram nos vales dos rios São Francisco, Verde Grande e Gorutuba. Tal circunstância pode ser consubstanciada nos estudos de Araújo (2009) sobre a comunidade negra vazanteira do *Quilombo da Lapinha*, onde membros mais antigos identificaram, a partir de suas memórias, fatos datados por volta de 1822, quando ainda regia o império e existia a escravidão negra. Esse período é referenciado pelos quilombolas da Lapinha para informar sobre a origem das relações de parentesco com os *Gurutubanos*, assim como sobre sua ascendência africana e a migração de seus antepassados da região do Verde Grande para a beira do rio São Francisco. Assim, permitiu à autora ratificar a existência desse território negro postulado por Costa (1999), constituído por uma intensa vida social e uma grande quantidade de terras sob o domínio negro, com dinâmicas sociais e produtivas que integravam esses grupos à economia regional (ARAÚJO, 2009, p. 124).

Até então, antes da intervenção do Estado na região, esses grupos sociais negros tinham liberdade e domínio territorial com amplo acesso aos recursos naturais do local, garantindo durante todo ano fartura alimentar a seus grupos familiares. Para Costa (1999), esse tempo é denominado "tempo da fartura" em relação a *Brejo dos Crioulos*, denominado por Costa Filho (2009) de "tempo das soltas ou carrancismo", ao estudar os *Gurutubanos*; e por Araújo (2009) como "tempo de encontro, de gentes e de culturas" e "tempo da ocupação bandeirante e das sesmarias", em sua dissertação sobre *Vazanteiros de Pau de Légua* e *quilombolas da Lapinha*. Isso constitui marco temporal ressaltado pelos autores, que diz respeito a um contexto histórico anterior à colonização do Norte de Minas e tem como referência os estudos arqueológicos, iconográficos e dos naturalistas do século XIX, que narraram e descreveram diversas etnias indígenas e relatos de agrupamentos negros anteriores à ocupação branca.

Caracteriza-se como período da penetração de bandeiras baianas e paulistas ao longo do rio São Francisco, que exterminaram diversos grupos indígenas nativos da região e estabeleceram currais e fazendas de gado, datados do século XVII. Nesse contexto, constituiram-se grandes sesmarias, identificadas por Araújo (2009) como o primeiro mecanismo político de territorialização da região central do Norte de Minas, dividindo-a como parte da Casa da Torre de Garcia D'Ávila e parte da Casa da Ponte, de Antonio Guedes de Brito, ainda no século XVI. Com a fixação dos bandei-

rantes[8] mineiros e paulistas, a pecuária foi introduzida extensivamente às margens do Rio São Francisco e se tornou a principal matriz econômica da região, destinando sua produção ao abastecimento do mercado baiano e dos núcleos de mineração do estado.

Mata-Machado (1991) descreve, paralelamente à emergência da pecuária como atividade econômica principal do Norte de Minas, a existência de outro todo econômico, constituído por pequenos proprietários, posseiros e agregados, que produziam coletivamente uma agricultura diversificada e extrativista, associada à criação de gado "na solta". Além de uma relação, muitas vezes, de subordinação a grandes fazendeiros da região, em função do acesso à terra, existiam também laços de fidelidade e interdependência regulando as relações entre as famílias de fazendeiros, vaqueiros, camaradas e agregados. Tais características contribuíram para a associação histórica do Norte de Minas a um espaço social *sertanejo*. A identificação da região com o sertão mineiro é ressaltada por Ribeiro (2005) como a extensão negativa do estado, que passou a ser dividido em dois: as "Minas" e os "Gerais". Nesse caso, as "Minas", signo da região econômica aurífera do estado, era intensamente povoada e civilizada pela relação estabelecida com a metrópole portuguesa; os "Gerais" eram traduzidos sob o signo de *sertão*, sobretudo *rural*. Visto pela *urbe* como vazio cultural e demográfico, onde o comércio era limitado, pois baseado mais na troca de mercadorias, o sertão mineiro era sinônimo de atraso e de pouca civilização.

Reforça-se essa imagem através das narrativas de cronistas coloniais, de relatos e documentos do bandeirantismo e posteriormente em estudos de viajantes estrangeiros[9] pela região. Esses relatos contribuíram para a consolidação de uma literatura baseada na visão eurocêntrica de inferioridade racial do homem sertanejo, como resultado do processo de mestiçagem realizado ainda no período da colonização e interiorizada pela intelectualidade brasileira no século XIX. Tal diferença pode ser associada às discussões de Quijano (2005), constituídas pela disseminação de uma visão colonialista europeia, que caracterizou a Europa em relação ao resto do mundo e se impôs de forma mundialmente hegemônica na formação identitária do Ocidente

[8] Sobre a ocupação da região que deu origem aos municípios da região do Jaíba, e os processos políticos e históricos dessa constituição, consultar estudos anteriores, como COSTA-FILHO (2009); ARAÚJO (2009), entre outros. Ressalto, entretanto, os bandeirantes que se destacaram, como: Matias Cardoso (dando origem ao primeiro povoado da região: Matias Cardoso), Januário Cardoso (dando origem a Januária, antigo arraial de São Romão e Porto do Salgado) e Antônio Gonçalves Figueira (dando origem aos atuais municípios de Manga, Guaicuí e Montes Claros). (FILHO, 2008).

[9] As descrições e relatos de viajantes e naturalistas europeus sobre a região foram utilizados amplamente por Ribeiro (2005) em *Florestas Anãs do Sertão*: o cerrado na história de Minas Gerais. Vol 1.

colonizado, produzindo novas identidades sociais inferiores, como índios, negros e mestiços. Estes, desconsiderados historicamente em relação à sua organização social, também foram não incluídos como produtores ou parte da história cultural da modernidade, mas populações racialmente inferiores, com economias primitivas. Nesse contexto, as diferenças espaciais e culturais passaram a ser interpretadas como diferenças em sequência temporal, ou seja, diferenças no estágio do progresso alcançado, conferindo um estado de anterioridade e atraso a determinados grupos sociais no processo evolutivo do desenvolvimento.

Nesse sentido, as representações hegemônicas dessa visão eurocêntrica, associadas às ideias de civilização, modernidade e desenvolvimento, se constituíram historicamente como um espelho invertido para as Américas, Ásia e África, justificando o estabelecimento de uma geografia não somente de fronteiras, mas uma *Geografia do Poder*[10] (Massey, 2000). Essa geografia situa historicamente o Norte de Minas, enquanto a porção pobre do Estado, à margem do processo civilizatório e relegada à condição de periferia, com toda carga negativa que isso implica. Com essa característica, justificou-se a implementação de uma série de políticas e programas voltados para a colonização e desenvolvimento dessa região, a partir da intervenção direta do Estado.

Assim, a penetração "civilizada" sobre o Norte de Minas foi justificada pela necessidade de desbravamento desse sertão e domesticação de sua incivilidade pelos primeiros colonizadores da região (RIBEIRO, 2005; MOREIRA, 2010). Porém, enquanto indígenas estabeleciam relações com os bandeirantes, os negros aquilombados da *mata da Jayhba* mantinham-se invisibilizados, como estratégia de resistência e defesa de seus territórios à expansão colonial na região.

Entretanto, a existência desse *campo negro* para a sociedade branca será revelado nas décadas de 1930/40, com a derrubada das Matas Secas na região para a construção da estrada de ferro que liga o Rio de Janeiro a Salvador. Tal fato foi possibilitado pelo processo de desinfecção da malária, no início do século XX. Representa um marco temporal, descrito por Costa (1999), em seus estudos sobre os quilombolas de *Brejo dos Crioulos*, como "tempo dos Fazendeiros", início de um processo de "domesticação do sertão" (PIMENTEL,1997), ruptura no modo de vida e perda de

[10]As diferentes formas de apropriação e controle dos grupos sociais, em relação aos fluxos e movimentos, numa compreensão tempo-espaço, e suas consequências nas mobilidades desses grupos são determinadas por Massey (2000) de *geografia do poder*.

domínio territorial do grupo. Também, é um período, identificado por Costa Filho (2009) como "tempo do cercamento"[11] e "tempo da grilagem e afazendamento", em relação aos *Gurutubanos*, e por Araújo (2009) como "tempo dos coronéis", em relação à *Lapinha* e vazanteiros de *Pau de Légua*.

Essa conjuntura consequente à instituição da Lei das Terras de 1850, reconhecida por Araújo (2009) como segundo mecanismo político especializado de territorialização no Norte de Minas, depois da instituição das sesmarias, permitiu a regularização e a divisão de terras no final do século XIX e início do XX. Cabe ressaltar que a implementação da Lei das Terras de 1850 redefiniu o regime fundiário no Brasil, em um contexto no qual se configuravam os primeiros sinais da abolição da escravatura e se tornava necessário aos grandes proprietários rurais restringir o acesso à terra por meio da posse. A Lei de Terra propiciou, assim, a eliminação do regime de sesmarias, estabeleceu a compra como única forma de acesso a terra, em que as terras de uso comunal, "sem proprietários" na "razão instrumental" (LITTLE, 2002) do Estado, passaram a ser consideradas por este como devolutas e poderiam ser adquiridas por meio de compra ou leilão.

Como consequência, houve um deslocamento da população negra habitante na *mata da Jayhba* em busca de novas áreas de ocupação. Alguns se inseriram numa posição secundária e instável, ficando subordinados aos fazendeiros, que passaram a solicitar a regulamentação das terras que ocupavam, dando origem a conflitos entre famílias mais influentes e os demais grupos sociais. Nesse momento, grandes fazendeiros ganharam expressão política e força de lei na região, ocorrendo paralelamente uma redefinição do controle social sobre os recursos naturais. Nessa conjuntura, muito sertanejos emergiram nas categorias sociais de agregados e de posseiros, quando os primeiros, subordinados ao poder dos fazendeiros e coronéis, mantinham relação de compadrio e de dependência, enquanto os últimos, morando em lugares mais distantes, mantinham certa independência. Em ambos os casos havia, porém, um espaço para o estabelecimento da autonomia na reprodução da vida desses grupos.

Nesse período, também ocorreu, de acordo com Araújo (2009), uma "complexificação das etnicidades" e do manuseio de recursos ambientais nos diversos espaços dos territórios apropriados coletivamente pelos distintos grupos sociais. Tal

[11] Utiliza o termo "cercamento" de Castilho (1999), por se assemelhar aos processos históricos de expropriação e territorialização dos quilombos de Pau D'Arco e Parateca (BA), narrados pelo autor.

articulação resultou na coexistência de territorialidades com distintas formas de relacionarem-se com o ambiente, de apropriarem-se deste e de ali se reproduzirem socialmente. Assim, esses grupos étnicos se reorganizaram socialmente passando a se auto-identificarem e a serem reconhecidos a partir de seus nichos ecológicos ou fração de um bioma, apoiando suas identidades em uma relação dialética de pertencimento a um suposto lugar de origem e pela contrastividade entre *eles/nós* (BARTH, 1998).

Nesse contexto, emergiram os *geraizeiros*, vinculados aos Gerais, ou seja, aos planaltos, vales e encostas do Cerrado; os *catingueiros,* vinculados às florestas da Caatinga, que incluem também os *veredeiros* ou gentes das veredas, os *chapadeiros* que vivem nas chapadas, os *campineiros* que vivem nas campinas (DAYRELL, 1998) e os *vazanteiros* vinculados às áreas de vazante do rio São Francisco (LUZ DE OLIVEIRA, 2005), que convivem com florestas de caatinga e de Matas Secas ao longo do curso do rio, representando uma construção identitária que os associa a um "lugar-natureza de habitação e de trabalho" (PROJETO OPARÁ, 2010).

Foi a partir desse processo de alteridade que essas comunidades se auto-identificaram e foram identificadas, pelos "de fora", a partir de diferenciação étnica em termos de suas identidades básicas mais gerais, presumidamente determinadas por sua origem e seu meio ambiente (BARTH, 1998). Como pode ser observado no relato de Luz de Oliveira (2005), em entrevista para esta tese, essa diferença identitária lhe foi apresentada quando ainda trabalhava com cursos de formação em agro-ecologia pelo CAA, na década 1990. Esses cursos agregavam grupos sociais como os *geraizeiros* e *catingueiros* de Varzelândia, *geraizeiros* do Alto do Rio Pardo e Salinas, *vazanteiros* de Januária e os *indígenas Xacriabá* de São João das Missões:

> *Em Varzelândia, por exemplo, em uma reunião com o sindicato, nós começamos a brincar com o uma dinâmica de entrosamento do curso. O pessoal, eles mesmos faziam essas brincadeiras. Ah! Esses geraizeiros são assim mesmo, mais mansos que os catingueiros. Aí, um dia provocamos. Então, vamos lá! Quais são as diferenças? Um vai falar da percepção que tem do outro. Foi muito interessante. Eles faziam em forma de brincadeira. Os geraizeiros são mais amarelos porque têm muita sombra, muita água. Tem mais tempo para coletar, então, não é tão apressado. O catingueiro têm pé rachado e pescoço mais enterrado de tanto buscar água. É mais preto, mais moreno, porque vive no sol, não tem sombra nem água perto* (Entrevista concedida pela antropóloga Cláudia Luz de Oliveira, em julho de 2010).

De acordo com Luz de Oliveira, esses grupos já chegavam com uma auto-denominação relacionada aos ambientes onde viviam e produziam; reforçada pelas diferenças culturais que iam entrando em contato ao falarem um dos outros. Essa construção identitária permitiu a Luz de Oliveira (2005), em seus estudos sobre os *vazanteiros* do médio São Francisco, utilizar a noção de "etnicidade ecológica" de Parajuli (1996) para ressaltar, como traço relevante da identidade desses grupos, as relações que estes mantinham com os diversos regimes de apropriação do ambiente.

Assim, em sua dissertação de mestrado, intitulada "*Vazanteiros do rio São Francisco*: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas'', Luz de Oliveira (2005) faz referência à territorialidade dos *vazanteiros*, a partir de uma perspectiva histórica e etnográfica, descrevendo as formas de apropriação do ambiente reguladas, segundo ela, por um "sistema de direitos combinados". Esse sistema é constituído por regras sociais do grupo que regulam as formas de apropriação e acesso aos recursos naturais nos diversos ambientes que integram seu território. Tal "sistema de direitos combinados" é organizado em função do ciclo do rio, cujas secas e enchentes alteram a área e os limites das ilhas. Característica que possibilitou à autora identificá-los na categoria de "população tradicional", em que as especificidades produtivas, sociais e culturais, observadas por ela, em seu trabalho de campo, foram se ratificando no diálogo com as obras de Pierson (1972), Neves (1998) e Mata-Machado (2001). Assim, ressalta a complexa interação desses sujeitos com seu território inundado, por isso marcado pela mobilidade e criando um modo de vida específico, relacionado às diversas formas de apropriação do ambiente, identificadas pela autora a partir de três unidades de paisagem: a) complexo terra-firme; b) complexo ilha e c) complexo rio. Ambientes que serão abordadas no capítulo 3 e que constituem em referência para a realização de suas práticas culturais e relações simbólicas com seus territórios.

Foram ressaltados, na pesquisa de Luz de Oliveira (2005), quatro momentos do processo de territorialização *dos vazanteiros*, que correspondem ao tempo alcançado por suas memórias e às transformações nas formas de apropriação territorial destes com as novas ondas de expansão de fronteiras de capital na região. Diz respeito à "chegada do posseiro véio", à "chegada dos novato" ou do "enxame de gente" e a fase da "vendição".

A "chegada do posseiro véio" se refere ao período entre as décadas de 1930/60, ainda relacionado ao tempo da abundância e da terra livre para "aposse-

á", na historicidade vazanteira. Tempo remetido pelos *geraizeiros* das comunidades do Alto Rio Pardo como "tempo antes da chegada do eucalipto" (NOGUEIRA, 2009), ou seja, tempo da fartura, da tradição, da liberdade de uso de seu território, quando o "Gerais" se constituía em terras livres e abundantes.

Precursores no processo de organização política, em busca de reapropriação territorial no Norte de Minas, que se traduziu no "movimento dos encurralados", os *geraizeiros* estudados por Dayrell (1998) se tornaram referência para os demais grupos, aqui citados, em relação à luta pela reapropriação territorial. Apresentados pelo autor a partir de uma perspectiva agroecológica, este realizou uma etnografia desses grupos ressaltando a complexidade dos sistemas de produção da agricultura geraizeira e sua diversidade, relacionada aos distintos ambientes naturais que utilizam. Essa produção tem suas origens assentadas nas contribuições das agriculturas indígenas, da colonização portuguesa e dos negros oriundos da África.

Ao identificar o Gerais aos planaltos, encostas e vales do Cerrado, Dayrell (1998) apresentou a forma singular de apropriação da natureza por esses grupos, regida por um sistema próprio de representações, códigos e mitos. Natureza "manejada" de forma extensiva, articulando cultivos de mandioca, cana, amendoim, diversas qualidades de feijões, milho e arroz realizados nas margens dos pequenos cursos d'água. Nas áreas de uso comum (chapada, tabuleiros e campinas) criavam "na solta" bovinos, aves, suínos, local onde também caçavam, realizavam o extrativismo de frutas nativas, madeiras, plantas medicinais e mel (DAYRELL, 1998). Dentre os estudos relacionados aos *geraizeiros*, Nogueira (2009) investiga a territorialidade dessas comunidades e seu processo de expropriação, a partir de uma perspectiva diacrônica do processo de territorialização desses grupos, com origem que remete a meados do século XVIII. A autora revela um período de "desterritorialização", ainda na década de 1970, com a implantação dos maciços de eucalipto; e um epsódio mais recente, a partir da década de 1990, de "reterritorialização", com propostas e implementação de assentamentos agro-extrativistas. Logo, Nogueira (2009) revela três tempos que marcam a territorialização geraizeira, denominados pela autora de: "tempo antes da chegada do eucalipto", "tempo da opressão" ou do "encurralamento" e "tempo presente articulado com a ideia de futuro".

Assim, os processos históricos de ocupação do Norte de Minas incindiram sobre a territorialização dos grupos sociais aqui abordados a partir de mecanismos políticos semelhantes, mas que ocorreram de maneira diversificada na região, contri-

buindo para a expropriação territorial dessas comunidades. Caracterizada estruturalmente por conflitos, esses remetem, ainda, ao período de implementação das sesmarias nos tempos de colônia. Tais conflitos foram acentuados com a tentativa de integração da região à economia nacional, com as políticas econômicas do Império, voltadas para a unificação do território brasileiro.

A partir do final da década de 1940, período que coincide com o emergente desenvolvimento industrial da sociedade brasileira, terá início um novo processo de integração do país pela intervenção direta do Estado, incorporando regiões subdesenvolvidas, como o Norte de Minas, à dinâmica econômica experimentada pelo sul e sudeste, objetivando resolver o problema do desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse contexto, as políticas públicas para a promoção do desenvolvimento econômico na região foram decorrentes da influência da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), organismo das Nações Unidas que, durante a segunda metade do século XX, buscou impulsionar os países da América Latina a saírem da condição de "subdesenvolvidos". Para isso, era necessário colonizar e desenvolver grandes "vazios" demográficos e econômicos do Brasil para integrar o Nordeste ao Sudeste. Os principais agentes desse projeto governamental de "desenvolvimento regional" do Norte de Minas Gerais, no âmbito federal e estadual, foram a SUDENE[12], a EMATER[13], a RURALMINAS[14] e a CODEVASF [15], principalmente a partir das décadas de 1960/70. A participação mais detalhada dos agentes que protagonizaram as políticas de desenvolvimento econômico para a região será melhor tratada no capítulo seguinte, em que o processo de "encurralamento" dos vazanteiros de Pau Preto, de Pau de Légua e de Quilombo da Lapinha serão ressaltados a partir desse contexto.

Cabe, neste capítulo, porém, ressaltar a participação dessas instituições governamentais como mecanismos políticos importantes e legitimadores das práticas

---

[12] A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959, com o objetivo de orquestrar as ações de planejamento econômico do Estado brasileiro no Nordeste do país.

[13] Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada na década de 50 para responder pela implantação, difusão e a assistência técnica do pacote tecnológico que viria a modernizar a agricultura no Brasil, teve suas raízes no modelo de mercantilização da agricultura americana.

[14] Fundação Rural Mineira, órgão da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

[15] Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e Parnaíba, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Foi criada em 1948, por força da previsão de um plano de aproveitamento das potencialidades da Bacia do Rio São Francisco, para a integração do desenvolvimento socioeconômico do país, incluída na Constituição de 1946.

de expropriação territorial da população rural do Norte de Minas. Dentre elas, os grupos quilombolas de *Brejo dos Crioulos* e *Gurutuba*, *geraizeiros* e *vazanteiros*.

1.2 Políticas do "encurralamento" e estratégias de resistência: mobilização política dos encurralados

A partir de 1965, o Norte de Minas Gerais foi incluído na região de planejamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como Área Mineira do Nordeste, visto a oportunidade de conectar a região aos processos econômicos do centro-sul do Brasil, privilegiados pelo governo federal, ainda no período de 1930 a 1945. Os incentivos à indústria nacional privilegiaram o sudeste do país, principalmente São Paulo, que assumiu uma relação do tipo centro/periferia com o restante do País (OLIVEIRA *et al*, 2000). Além de possibilitar a interiorização das estratégias econômicas (industriais e agroindustriais), já em curso no Centro-Sul do país, durante os anos de 1950/1960, a SUDENE tinha como objetivo inicial a coordenação das ações do Governo Federal para implementação da industrialização no Nordeste, contornando, assim, os problemas agrícolas agravados pela constante ocorrência de secas nessa região. Os desníveis entre as forças produtivas do Nordeste e Centro-Sul evidenciavam as desigualdades econômicas e sociais existentes entre essas regiões, repercutindo de forma negativa no país como um todo[16]. Concebida para planejar e promover o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, a SUDENE foi o primeiro grande esforço governamental de fomento e planejamento regional, dentre outras ações de menor envergadura que já haviam sido implementadas, como por exemplo as ações destinadas ao combate das secas. Assim, além de fomentar a região nordestina, através de planos diretores, a autarquia deveria também elaborar planos emergenciais anuais, com objetivo de combater a seca. De acordo com Oliveira *et al* (2000), existem várias especulações sobre a inclusão do Norte de Minas na área da SUDENE, entretanto, a mais corrente, oficializada em documentos pela própria autarquia, se

[16] As causas dos desníveis observados entre as regiões nordestinas e Centro-Sul do país são atribuídas por Oliveira *et al* (2000, p. 209) à perda de impulso da indústria têxtil nordestina, que não conseguia competir no Mercado nacional com as estabelecidas na região Centro-Sul; adoção de política cambial desfavorável às regiões exportadoras por parte do Governo Federal e implementação de política de expansão rodoviária de integração nacional, que facilitava a entrada de produtos do Centro-Sul nas demais regiões.

refere ao fato de essa região estar contida no "Polígono das Secas"[17], apresentando semelhanças culturais, climáticas e os baixos níveis de desenvolvimento econômico equiparados ao da região nordeste do país. Tal literatura observa ainda que as relações do Norte de Minas com a região Centro-Sul foram ampliadas e as intervenções governamentais reforçaram algumas tendências e ideologias modernizadoras que possibilitaram a instalação das condições necessárias à produção capitalista na região. Nesse contexto, o Norte de Minas passou a investir em infra-estrutura para responder às expectativas de agentes públicos e privados que vislumbravam a obtenção de grandes oportunidades econômicas. Assim, a SUDENE se articula com a CODEVASF para promover o desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do rio São Francisco, se constituindo, desde então, nos principais mecanismos institucionais do Estado para dinamizar a economia da região.

O distanciamento da autarquia de sua concepção inicial, em direção a ações de valorização do grande capital, é ressaltada por Rodrigues (2000) através da facilidade de aquisição de terras na região, tanto com finalidades produtivas quanto especulativas, associada à disponibilidade de desfrutar dos incentivos fiscais e creditícios proporcionados pela SUDENE, voltados para as atividades de agropecuária, irrigação e reflorestamento. Tal processo de transformação, vivenciado na região, é destacado pela autora em razão da alteração nas relações de trabalho e na estrutura produtiva que levou a uma situação em que o "moderno" e o "tradicional" foram colocados lado a lado. Das transformações advindas daí destacam-se a expulsão da população rural preexistente em áreas mais isoladas, em direção aos centros urbanos; a manutenção da concentração fundiária e de uma mesma base produtiva e; o crescimento populacional nos centros urbanos.

A implementação das políticas de "modernização" e de "desenvolvimento" na região trouxe um contexto generalizado de expropriação e restrição territorial de vários grupos de pequenos produtores e de uma diversidade de povos e comunida-

[17] O Polígono das Secas compreende uma divisão regional efetuada em termos político-administrativos dentro da zona semiárida, sujeita a períodos críticos de prolongadas estiagens. Recentemente as Áreas Susceptíveis à Desertificação – SAD passaram a ser denominadas por força de convenções internacionais (Convenção de Nairobi), de Semi-árido Brasileiro. Compreende os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e extremo norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Disponível em: http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/poligono-das-secas. Acesso em: 15/01/2012 Tem-se, assim, uma área definida pela seca – Polígono das Secas – a qual foi incorporada e ampliada como área de atuação da SUDENE. Definida em 1936, não incluía o Norte de Minas, isso seria feito em 1946, pelo decreto-lei n^0 9.857. Oliveira *et al*, 2000.

des tradicionais, processo identificado pelo movimento social da região de "encurralamento". Nesse processo, quatro intervenções merecem destaque: a política agrícola dos governos militares pós-65; a inclusão da região na área da SUDENE; a política de estímulo ao reflorestamento; os projetos de desenvolvimento e de perímetros irrigados, como o Jaíba (RODRIGUES, 2000).

Com a política de incentivo à agricultura e pecuária, grandes fazendas de gado, estabelecidas desde o período da ocupação colonial, foram estimuladas a se modernizarem com uma série de recursos subsidiados pela SUDENE, tornando-se grandes empresas rurais. Como consequência, rompeu-se o trato entre fazendeiros e camponeses que, apesar de viverem como agregados ou de forma mais autônoma em seus territórios ancestrais, mantinham paralelamente o domínio e o acesso a seus territórios. Com a regularização dos documentos de propriedade dessas "novas empresas rurais", pela RURALMINAS, ocorreu o cercamento dos limites imprecisos das terras desses grupos tradicionais e até mesmo a grilagem das "terras de uso comum" ou "de solta", onde gerações de pequenos agricultores já viviam. Apesar de se reconhecerem e serem reconhecidos entre si como *vazanteiros*, *catingueiros*, *geraizeiros*, dentre outros, para a sociedade geral foram subsumidos na categoria social de posseiros, pelo fato de não possuírem documentos legais de registro das terras habitadas e utilizadas coletivamente por seus antepassados, em alguns casos secularmente (DAYRELL, 1998).

Exemplo foi o que ocorreu com os *geraizeros* do Alto Rio Pardo, que tiveram transformada a paisagem do cerrado e alterado todo seu sistema de produção agrícola e de organização social, com a implementação de maciços de eucalipto em suas áreas de uso comunal, nos períodos das décadas de 1970/80. Esse contexto foi consequente ao plano de caráter desenvolvimentista, em curso no país, que tinha como mecanismos institucionais os incentivos fiscais, financeiros e as políticas públicas de promoção ao desenvolvimento do setor, voltados para regiões consideradas "vazios demográficos e econômicos", como, no caso de Minas Gerais, o Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha (MAZZETO SILVA, 2011). Dentre eles, se destacam o Fundo de Investimento Setorial (FISET)[18], o Programa Distritos Florestais[19] e, no caso parti-

[18] O FISET, criado por decreto de lei em 1966, possibilitava a dedução do Imposto de Renda de indivíduos e empresas investidos em projetos de *reflorestamento* – na época, aprovados e supervisionados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). NOGUEIRA, 2009.

cular do Norte de Minas Gerais, os incentivos financeiros oferecidos pela SUDENE e pela CODEVASF (NOGUEIRA, 2009).

De acordo com Brito (2006), o arrendamento de terras pelo Estado às reflorestadoras foi realizado a preços irrisórios, com a isenção temporária do imposto territorial. Além disso, o contrato entre o estado e as empresas tinha vigência média de 25 anos e, segundo a autora, correspondia ao período aproximado do ciclo das espécies de eucalipto que permitem três cortes a cada sete anos. Essas políticas não só estimularam a expansão dos maciços de eucalipto, mas reduziram o risco dos investimentos a zero, viabilizando a apropriação de enormes áreas nas regiões citadas. No caso do Norte de Minas, isso possibilitou aos grandes fazendeiros venderem suas terras às empresas que puderam, assim, adquirir áreas contínuas para os plantios de eucalipto e *pinus*, no mesmo período.

Nesse contexto, os *geraizeiros* passaram a ter suas áreas comunais, como as grotas e as chapadas, dominadas por maciços de eucalipto, através da concessão dessas terras, consideradas devolutas pela RURALMINAS, às grandes empresas reflorestadoras (D'ANGELIS FILHO & DAYRELL, 2006). A tentativa de negociação da saída dos *geraizeiros* de suas áreas de uso comunal pelas empresas reflorestadoras se deu através da compra de direitos de posse, pela informação sobre a venda da terra pelos fazendeiros e pela expulsão com violência dos que resistiram. Esse momento foi identificado por Nogueira (2009) como "tempo da opressão" ou do "encurralamento", em que a restrição ao território das chapadas levou a uma intensificação do uso das grotas pelos geraizeiros e na inviabilização de seus sistemas culturais de produção. As conseqüências ambientais, advindas das florestas homogêneas de eucalipto sobre os recursos hídricos da região, foram também ressaltadas pela autora, que observou um processo contínuo de assoreamento e secamento dos mananciais de água existentes no território geraizeiro. A avaliação que Brito (2006) realizou das consequências sociais da implementação da monocultura de eucalipto para os *geraizeiros* aponta que, além de serem expropriados de seus territórios ancestrais, não houve melhora em sua condição de vida; ao contrário, geraram vários efeitos negativos ao meio ambiente, à renda, à concentração de terra, além de desestrutur a forma de vida construída no lugar.

---

[19] A criação dos Distritos Florestais no país teve origem com o Programa Nacional de Papel e Celulose, no ano de 1974. Tais distritos viabilizaram as intenções do Governo Federal de dotar o País de capacidade industrial de produção de papel e celulose. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/ifcrs/area.htm. Acesso em: 06/04/2012.

Em decorrência desse quadro, a comunidade geraizeira da *Tapera*, município de Riacho dos Machados, procurou, dentre os "setores progressistas[20]"da igreja católica, o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a participação de Organizações Não Governamentais (ONG's), com destaque para o Centro de Agricultura Alternativa (CAA). De acordo com Nogueira (2009), essa articulação constituiu um *campo ético-político* que abrigava o movimento de resistência geraizeira, oferecendo-lhes elementos práticos e ideológicos, um novo repertório de estratégias de mobilização e articulação política e uma rede de relacionamentos em diferentes níveis (local, regional, nacional).

No contexto de transformações dos setores progressistas da Igreja Católica no Brasil, a CPT foi fundada em 1975, com objetivo de servir os camponeses, inicialmente da região Amazônica, multiplicando-se posteriormente em todo o Brasil na função de assessoria dos movimentos sociais rurais incipientes. De acordo com Zilah de Matos, da CPT de Manga-MG, o período das décadas de 1980/90 foi de ascenção dos movimentos sociais no Norte de Minas, caracterizado também pela forte resistência das comunidades expropriadas pelas políticas desenvolvimentistas voltadas para a região. Nesse contexto, muitas lideranças foram assassinadas ao entrarem em confronto direto com os grileiros e grandes fazendeiros. Zilah de Matos afirma:

> *Naquele período eu trabalhava na FETAEMG. E aí foi o momento que as atuações cresceram. Foi quando nasceram as centrais sindicais. Campo e cidade passaram a ter um momento de aliança muito grande. Foi quando aqui no Norte nasceram o maior número de STR's, as associações de pequenos produtores. Nesse período, o Estado investiu nas EMATER's, nas prefeituras, na criação de associações. E nasceram os movimentos sociais na região. Nasceu a CPT na década de 80, o CAA nasceu em 85, o MST também em 85, e a Cáritas a partir da década de 1980. Foi o período de grandes conflitos e muitos assassinatos na região. Nós presenciamos vários assassinatos; alguns precisaram desenterrar para fazer corpo delito dos anônimos. Em 84 foi assassinado Elóy, no São Francisco; na Serra das Araras foi a Luciene; em 85 foi o Ermes aqui da Jaíba. Ele era um posseiro da Fazenda Poço da Vovó. Assassinaram ele e feriram seus netos. Teve o conflito com os Xacriabás em 87, onde 3 índios foram assassinados. Em 89, o posseiro Donato, em São Francisco. Em 86, o sr. Júlio, pai da Cidinha, sindicalista de Unaí. Então, foram vários assassinatos. Foram para audiência, o criminoso foi ouvido, preso e depois libertado. Foi um período que as lutas cresceram. Em 88, com a Assembléia Constituinte, teve um grande avanço na luta pela terra. O que para gente é fundamental perceber, é como que, durante todo esse percurso os grupos re-*

[20] Setores tributários do Concílio Vaticano II de 1965. Conjugados a uma nova teologia (Teologia da Libertação), abriram nova perspectiva de relação entre igreja e o mundo dessacralizado, servindo como catalisadores da mobilização e organização das classes populares de todo o país. (ROTHMAN, 2008).

> *sistiram. Encontraram caminhos para driblar a situação* (Entrevista concedida por membro da CPT de Manga em agosto de 2009).

Todas as entidades que se constituíram nesse período apoiaram a organização social e política dos camponeses do Norte de Minas, dentre esses diversos povos e comunidades tradicionais da região, subsumidas na categoria de posseiros. Nesse período, a CPT trabalhava a questão do direito à posse, entendida como direito hereditário, dádiva a ser cuidada, lugar de morada e de trabalho. "*Era uma posse que passava de pai pra filho, era um direito hereditário, a terra não era um espaço pra lucro, mas sim um lugar pra viver*" (Entrevista concedida por membro da CPT de Manga, em agosto de 2009). O trabalho da CPT se apoia na perspectiva de formação comunitária herdada das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)[21]. O suporte à organização social e política dos trabalhadores rurais faz com que o trabalho da CPT esteja relacionado às temáticas dos direitos humanos, da agricultura familiar e da ecologia:

> *a nossa missão tem sido de apoiar as organizações e contribuir com essas comunidades nessa formação; a gente tem trabalhado junto a essas comunidades na conscientização, na discussão dos direitos, na compreensão das leis ambientais, sobretudo o princípio do direito dessas famílias, a gente trabalha esses dois momentos, direito da posse do uso da terra e a defesa deles* (Entrevista concedida por membro da CPT de Manga, em agosto de 2009).

A questão da retomada da terra para os *geraizeiros* estimulou-os a se integrarem através da CPT ao STR, que se constituía, nesse contexto, em canal legítimo de reivindicações trabalhistas e fundiárias, assim como a aproximação dos movimentos de massa, a exemplo do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST). A aproximação dos *geraizeiros* dos STR e do MST, em torno da realização de ações diretas de reivindicação pela terra, como as ocupações e acampamentos, contribuiu, de acordo com Nogueira (2009), para a laicização do discurso e da prática política do

[21] As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos de 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculados a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida. De acordo com o método *ver-julgar-agir*, buscam olhar a realidade em que vivem (VER), julgá-la com os olhos da fé (JULGAR) e encontrar caminhos de ação impulsionados por este mesmo juízo à luz da fé (AGIR). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base. Acesso em: 04/04/2012.

grupo, em que princípios fundamentais em relação ao entendimento da defesa da vida como *dom divino* passa a ser entendido também, nessas condições, como *direito fundamental*. Esse processo culminou na aprendizagem de uma ação política direta pelas lideranças *geraizeiras* e na incorporação de um repertório que representa essa ação traduzida por eles como *luta*. Nesse contexto, a questão ambiental passou a ser problematizada junto às lutas dessas comunidades, a partir do contato com entidades socio-ambientalistas, das quais, inclusive, participaram como membros. Caso específico é de Braulino Caetano, liderança geraizeira, membro da REDE CERRADO[22], do Centro de Agricultura Alternativa[23] e atualmente representante da Comisão Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. O contato com essas entidades permitiu à liderança circular por vários cenários regionais e nacionais, conhecendo experiências diversas de lutas e distintos povos que permitiram aos geraizeiros fortalecerem contrastivamente suas identidades e incorporarem a elas valores *sócio-ambientalistas*, como a dos seringueiros do Amazonas[24]. Reconhecendo-se como "Povos do Cerrado", passaram a reivindicar a posição de "guardiões da biodiversidade" e seus defensores, visto a estreita dependência que tinham com esse bioma e a relação identitária com ele estabelecida.

Assim, em 1993, a luta dos *geraizeiros* da Tapera culminou com a criação do *assentamento agro-extrativista da Tapera*, primeiro assentamento *geraizeiro* a ser constituído em uma área de 4.057, 76 ha, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tal assentamento foi resultado da reivindicação dos geraizeiros que pretendiam realizar a reconversão da monocultura de eucalipto para sistemas agro-extrativistas e regularizar seus territórios, o que implicaria no

[22] A REDE CERRADO foi constituída em 1992 durante a ECO 92. De acordo com Dayrell (2008), foi expressiva a participação de lideranças camponesas da região nesse evento, assim como no movimento ambiental e cultural em torno do rio São Francisco, através da "Associação para a Barca Andar" e a Articulação do Semiárido (ASA).

[23] "O CAA surge inicialmente como um projeto da FASE, articulado com a Casa de Pastoral de Montes Claros. Em 1989 é formalizado como uma instituiçãoo civil, sem fins lucrativos, tendo, em sua composição de sócios, agricultores, agricultoras e outras lideranças do movimento social da região" (DAYRELL, 2008, p. 34).

[24] Augusto (2011) ressalta o encontro de Braulino com Chico Mendes, quando este último ainda era vivo e Nogueira (2009) recorda o depoimento de Braulino para lideranças da Rede Cerrado e demais geraizeiros, ao relatar o encontro com um seringueiro que estava em Brasília pela primeira vez, através da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. "O Seringueiro disse estranhar a visão que tinha tido 'do sol saindo da terra'. Braulino, que já havia ido ao Acre anteriormente, deu-se conta de que em meio à floresta, essa não é uma visão trivial, em razão da altura das árvores, e passou a dizer que 'ver o sol nascer da terra' era um privilégio dos Povos do Cerrado, que dispõem dos amplos horizontes das chapadas" (NOGUEIRA, 2009, p.186).

respeito ao manejo tradicional agrário e pastoril desses grupos e na recuperação ambiental dos recursos naturais degradados pela eucaliptocultura.

Nesse contexto, o CAA foi incorporado à rede de apoio, oferecendo suporte técnico em agroecologia para a comunidade assentada. Criado institucionalmente no final da década de 1980, o CAA teve sua origem a partir de uma articulação anterior, produzida na interlocução com os movimentos sociais e pastorais da região. Tais entidades articularam o *I Encontro Regional de Produtores*, em 1985, em Montes Claros, com a participação de lideranças sindicais, camponeses engajados na luta pela terra, agentes pastorais e técnicos em agro-ecologia. Nesse encontro, constituiu-se a demanda para um centro de assessoria aos agricultores do campo, como proposta alternativa ao modelo da "Revolução Verde", modelo estatal alicerçado na difusão de pacotes tecnológicos baseados no uso de adubo químico, agrotóxico, irrigação e mecanização. Assim, nesse evento, surge o embrião do que viria a ser o CAA, apostando nas tecnologias alternativas que tinham como base a agroecologia e técnicas de manejo assentadas na agricultura familiar. Nos anos de 1990, constituiu junto a um grupo de extrativistas e agricultores a Cooperativa Agro-extrativista Grande Sertão, promovendo uma iniciativa econômica diferenciada, envolvendo comunidades *geraizeiras*, *catingueiras*, *quilombolas* e o povo indígena *Xacriabá*. Os diversos cursos de "Formação de Monitores em Agro-ecologia", realizados pela ONG, no período de 1993 a 1997, foram compostos por participantes encaminhados pela CPT, CEB's e STR's. Os encontros se constituíram, também, em espaço para a formação de lideranças e para o fortalecimento identitário desses grupos, visto a contrastividade explicitada entre os membros. Muitas dessas lideranças passaram, posteriormente, a compor quadros das organizações da rede regional de mobilização política, como o próprio CAA, os STR's, a Cooperativa Grande Sertão, a Área Experimental de Formação Agroecológica e a Comissão Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais (NOGUEIRA, 2009).

A partir da experiência do "assentamento agro-extrativista da Tapera" e da articulação entre os diversos movimentos sociais da região, que apoiavam a luta pela reapropriação territorial desses grupos, iniciou-se em Rio Pardo uma intensa mobilização das diversas comunidades geraizeiras, para a reconversão do quadro social e ambiental consequente às políticas desenvolvimentistas dos anos 1970/80, que passaram, também, a exigir *Projetos de Reconversão Extrativista* frente ao vencimento dos contratos entre empresas reflorestadoras e Estado, e como estratégia de reapropriação

territorial.

Entretanto, nos governos seguintes de Luiz Inácio Lula da Silva, no nível federal, e de Aécio Neves, no nível estadual, desenhou-se uma nova possibilidade de expansão da monocultura de eucalipto frente à retomada de políticas de desenvolvimento, como as orientadas pelos Planos Plurianuais (PPA's) de 2004-2007. O plano plurianual era constituído pelo programa nacional de florestas, que previa uma série de medidas que estimulavam o setor florestal (BRITTO, 2006). Na esfera estadual, tal plano repercutiu com o aumento dos investimentos do setor siderúrgico e de celulose no Estado, diminuindo a possibilidade de negociação deste com as comunidades geraizeiras que reivindicavam a devolução de suas áreas comunais, arrendadas às empresas, visto o vencimento dos contratos (D'ANGELIS FILHO & DAYRELL, 2006). Como consequência, os *geraizeiros* das diversas localidades de Rio Pardo promoveram enfrentamentos através de denúncias dos crimes ambientais realizados pelas empresas reflorestadoras, através da extração de mudas e de ateamento de fogo nas plantações de eucalipto e pela realização de "empates" através da paralização de tratores e carvoarias. Esses empates se tornaram símbolo de resistência dos seringueiros que tentavam impeder o avanço da exploração agropecuária sobre as terras e recursos naturais dos seringais incorporados à luta territorial-ecológica geraizera, em analogia aos enfrentamentos seringueiros. Nesse contexto, mais atores são adicionados à rede social de apoio no âmbito regional, nacional e internacional como:

> Cáritas Diocesana, Associação Casa de Ervas Barranco de Esperança e Vida (ACEBEV), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Centro de Referência Geraizeira (CRG), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), a agência de Cooperação Internacional suiça Hilfswerk der Evangelischen Kirchen Schweiz (HEKS) e as agências de Cooperação Internacional Alemãs Pão Para o Mundo (PPM) e Katholishe Zentralstelle fur Entwicklungshilfe (MISEREOR), Via Campesina, Rede Alerta Contra o Deserto Verde, Rede Cerrado e Articulação do Semi-árido (ASA) (BRITTO, 2006; D'ANGELIS FILHO & DAYRELL, 2006; NOGUEIRA, 2009).

Essas entidades e organizações posicionaram-se em favor dos diversos grupos sociais expropriados no contexto dos processos sociais e políticos implementados no Norte de Minas, nos anos de 1960/70. Dentre elas, muitas constituíam a rede

de apoio social, coordenada pelo *Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas*, criado institucionalmente em 1997, e composto inicialmente pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Cáritas Brasileira, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Central Única de Trabalhadores (CUT) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. O Fórum se constituiu em espaço de debate em torno do desenvolvimento regional e em favor de novas perspectivas societárias, articulando-se a outras entidades sócio-ambientais, como a "Associação para a Barca Andar", Articulação do Semiárido (ASA), e a Rede Alerta contra o Deserto Verde, que se constituiu em canal importante de denúncia social de diversas populações atingidas, apontando os efeitos negativos produzidos pela monocultura de eucalipto. Tal articulação permitiu aos *geraizeiros* construírem alianças que ultrapassaram a dimensão local, inserindo sua luta no âmbito regional e nacional.

Assim, o *Fórum* se constituiu como núcleo regional importante de resistência das diversas populações tradicionais que buscavam defender seus territórios e serem reconhecidas em suas diferenças culturais, vinculando suas práticas tradicionais como meio sustentável de conservação do ambiente. As críticas ao tipo de desenvolvimento trazido para o Norte de Minas ressaltavam a concentração de terras, a mecanização da agricultura e a implementação de grandes projetos econômicos, como os principais mecanismos institucionais que aumentavam a desigualdade social e ambiental na região, como informa trecho do relatório do CAA abaixo:

> O 'desenvolvimento' ocorrido no norte mineiro não levou em conta a existência de uma diversidade de populações rurais que, historicamente, desenvolveram estratégias sensíveis no manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes e no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social dos grupamentos humanos, designados genericamente como pequenos produtores rurais, deixando-os ainda mais frágeis frente às adversidades climáticas da região (CAA-NM, 2005, p. 2).

A conexão entre conservação ambiental e as práticas tradicionais e agro-ecológicas eram também suporte fundamental para a luta de reapropriação territorial. Isso permitiu a esses grupos serem revalorizados, não somente em suas diferenças culturais, mas em suas práticas tradicionais de baixo impacto.

Nesse contexto, a demanda de projetos agro-extrativistas dos *gerai-*

zeiros ao Estado estabeleceu um eixo de relações políticas no campo agrário, via INCRA e Instituto de Terras (ITER)[25]. A estratégia de pressão utilizada era a realização de ocupações e a criação de acampamentos, duas estratégias aprendidas com o *saber-fazer* dos movimentos de massa, como MST e Via Campesina[26] e que passou a ser utilizada pelos diversos grupos que se inseriram no "movimento dos encurralados". Um exemplo se traduz na ocupação da Fazenda Americana, no ano de 2000, em Grão Mogol, pelos *geraizeiros* da comunidade de Córregos, e que teve o apoio de outras comunidades geraizeiras da região e dos *catingueiros* de Porteirinha. Essa ação culminou com a regularização pelo INCRA do *Assentamento Agro-extrativista Americana*, no ano de 2002. Em ambos os casos, o do assentamento Tapera e o de Americana, a experiência da CPT e do MST foi fundamental no planejamento e na realização das ações diretas reinvindicatórias pela terra:

> As ocupações, bem como as tramitações nos canais institucionais competentes, das propostas para a criação dos assentamentos; a articulação política, tanto para ações-denúncia, quanto para a construção de alianças, basearam-se em larga medida, no *modus operandis* (organizações de protesto e formas de ação específicas) dessas organizações (NOGUEIRA, 2009, p. 177)

Fundamental também foi o suporte do CAA, que tinha como desafio, junto a essas comunidades, reconstruir a condição camponesa dos *geraizeiros* frente a uma paisagem completamente transformada e sob um novo enquadramento institucional de seu território, o de "assentamento de reforma agrária".

A mobilização dos demais grupos *geraizeiros* em torno da reapropriação territorial propiciou a articulação das diversas comunidades de Rio Pardo, no *I Encontro de Encurralados pela Monocultura de Eucalipto*, no ano de 2003. A participação de 26 lideranças geraizeiras aprovou, nesse evento, a proposta de reconversão agroextrativista da monocultura do eucalipto por sistemas agrossilvipastoris, encaminhada

[25] O Iter-MG foi instituído pela Lei nº 14.084, de 06 de dezembro de 2001 e reorganizado pela Lei Delegada nº 107, de 29 de janeiro de 2003 e pelo Decreto 43.335/03; é uma autarquia estadual, vinculada à Secretaria Estadual de Regularização Fundiária. Foi criado a partir de um processo de mobilização da sociedade civil envolvida com as questões da terra no Estado de Minas Gerais. Primeiramente, Comissão Operacional da Reforma Agrária (CORA), em seguida Grupo Especial de Acesso à Terra (GEAT), e posteriormente Superintendência Geral Fundiária foram os primeiros instrumentos institucionais que precederam a criação do Iter-MG.

[26] A Via Campesina criou uma estrutura parecida com a do MST, pois tem como eixo a luta contra o agronegócio e multinacionais que desenvolvem produtos transgênicos. O tema da soberania alimentar transformou-se em uma de suas mais expressivas bandeiras de luta (GOHN, 2010).

ao Secretário Extraordinário de Assuntos da Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais (BRITTO, 2006). Nesse ano, realizou-se também a primeira *autodemarcação de território*, na comunidade Vereda Funda e se elaborou projeto específico de reconversão agro-extrativista para a comunidade, auxiliada pelo CAA e pela demanda dos órgãos estaduais responsáveis pela regularização fundiária.

Entretanto, frente à morosidade do INCRA e do ITER em atender e dar respostas à proposta de "reconversão agroextrativista", em 2004, auxiliados pela Via Campesina, realizaram novas ocupações e levantaram acampamento em Vereda Funda. De acordo com D'Angelis Filho & Dayrell (2006), o fato de o contrato com a empresa reflorestadora já ter se expirado há mais de 1 ano e esta se recusar a devolver o terreno, levou alguns camponeses desesperados a destruírem uma série de fornos de carvão em funcionamento e colocar fogo nos caminhões das firmas empreiteiras[27]. Da justiça local, o caso repercutiu na Vara Agrária do Estado e a luta pelo território tornou-se a principal reivindicação e forma de visibilização do povo *geraizeiro*, que foi reafirmada nas diversas conferências seguintes.

A primeira, em 2006, na comunidade Tapera, em Riacho dos Machados; a segunda, no assentamento Vale do Guará, em Vargem Grande do Rio Pardo, 2007; e a terceira, também em 2007, em Vereda Funda, em Rio Pardo de Minas. Destaque é dado à segunda conferência geraizeira que originou a *Carta dos Povos Geraizeiros*, composta por questões referentes à identidade diferenciada desse grupo, à reivincadicação territorial, à história da expropriação e diversas reinvindicações.

CARTA DO POVO GERAIZEIRO AOS GOVERNOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Muitos anos passaram, na história do Brasil, dos povos que desbravaram o sertão, muito se contou dos fazendeiros com suas boiadas, do poder dos coronéis, mas **muito pouco se contou dos povos do sertão**, dos que nos gerais sem fim, ali fincaram suas moradas, uma terra de pouca serventia: diziam que suas terras eram fracas e seu mato de madeira branca. Pois foi nestas terras, nestes Gerais de pouca serventia que fomos buscar refúgio. Ao longo dos séculos, com o **conhecimento que herdamos de nossos irmãos, índios, dos negros que fugiram do cativeiro em busca de liberdade, de camponeses pobres que vieram da Europa em busca de sossego, fomos aprendendo a cultivar estas terras, a viver do sustento do cerrado, de seus frutos, com os seus remédios, de sua caça, de seus peixes.** Mesmo com muitas dificuldades de acesso a terra, do jugo dos coronéis, com este aprendizado, nós fomos criando nossas famílias, desenvolvendo nossas comunidades, sustentando o movimento das feiras e dos mercados, alimentando uma grande população que dependia dos nossos produtos. **Nos chamavam de Geraizeiros, e outros de Geralistas, porque vínhamos dos Gerais, porque vivíamos nos Gerais. Com os Gerais aprendemos a conviver. Nós, o Povo Geraizeiro, somos um povo agroextrativista. Vivemos das roças, das criações, do extrativismo do cerrado.**

[27] Mais informações sobre o caso de Vereda Funda, ver: BriTto (2006); D'angelis Filho & Dayrell (2006).

Também somos extrativistas.

Uma história que não podemos esquecer

Durante as décadas de 1970 e 1980 o **nosso território foi violentamente expropriado pelas grandes empresas e fazendeiros para implantação de grandes monoculturas de eucalipto e fazendas de gado**. Tal situação foi possível pelas políticas do Governo do Estado de Minas Gerais e do Governo Federal que consideraram as terras da população geraizeira como devolutas, terras de ninguém, terras sem uso. A Assembléia Legislativa e o Congresso Nacional foram coniventes e quase um milhão de hectares de nossas terras foram alienadas (vendidas) ou arrendadas pelo governo às grandes empresas de eucalipto. Para as elites o Povo Geraizeiro não valia nada. Mas **éramos nós que abastecíamos os mercados com alimentos, com as frutas nativas, com plantas medicinais. E o nosso jeito de trabalhar a terra sempre conservou os cerrados, suas águas, seus animais. Hoje vivemos uma situação de calamidade**: nossas águas secaram, córregos, nascentes e rios entupiram de areia, nossas matas foram devastadas, nosso povo empobreceu. **Passamos a viver encurralados**: pelas grandes reflorestadoras e fazendeiros que nos tomaram as chapadas, e também pelas grandes barragens que vem nos expulsando das grotas e vazantes.

Mas não estamos parados. Já demonstramos o valor de nossa cultura, aproveitando e conservando a biodiversidade dos cerrados, que vale muito mais do que o carvão, do que o ferro, o aço, a celulose, estes produtos e subprodutos que se sujam porque carregam o sangue de nosso sofrimento. Já apresentamos nossas propostas tanto para o Governo Estadual quanto o Federal. Queremos nossas terras de volta. Queremos recuperar as águas, as matas, voltar com os bichos viventes.

E nesta luta não estamos sozinhos. Temos do nosso lado as nossas associações, as igrejas, pastorais, os sindicatos e federação dos trabalhadores rurais. Muitas organizações e movimentos de Minas Gerais e do Brasil estão do nosso lado, apoiando a nossa luta como a ACEBEV, CAA, a Cooperativa Grande Sertão, a CPT, o MST, o MPA, o MAB, o NASCER, as CÁRITAS, MASTRO, FEAB, Estudantes da UFMG, UNIMONTES, UFF, Grupo Teatral Pirraça em Praça, Irmã Maria e muitas outras organizações.

A Conferência Geraizeira propõe

Reunidos na Comunidade Vale do Guará, município de Vargem Grande do Rio Pardo, norte de Minas Gerais, 350 geraizeiros e geraizeiras oriundos de 40 comunidades e 16 municípios durante a II Conferência Geraizeira discutimos e apresentamos as nossas propostas.

- Cada comunidade discutir com o seu povo o seu território. Demarcar o seu território.
- Fiscalizar o território: não deixar que plantem mais a monocultura do eucalipto, que desmatem o cerrado, que degradem os recursos hídricos.
- **Fazer denúncias, fazer empates, buscar apoio das organizações parceiras e movimentos que estão do nosso lado**.
- Cobrar do Governo do Estado a devolução das terras que foram arrendadas para empresas reflorestadoras. O movimento dos trabalhadores rurais do Alto Rio Pardo tem um projeto para estas áreas denominado: Programa de Reconversão da Monocultura para o Agro-extrativismo. Vamos exigir a sua implantação.
- Vamos exigir do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa a Extinção da PEC sobre Terras Devolutas. O PEC é um Projeto de emenda constitucional elaborado por deputados entreguistas e pelo Governo Aécio que querem legitimar a doação de nossas terras para os empresários e fazendeiros.
- Vamos aprimorar as nossas propostas para o Território Geraizeiro e buscar o seu reconhecimento através da nossa participação na Comissão Nacional de Populações Tradicionais e em outros espaços de políticas públicas do município, do estado e da união.
- Vamos organizar as nossas propostas em um projeto regional camponês que vem sendo articulado pela Via Campesina de Minas Gerais.

Assinam esta carta:

Geraizeiros das comunidades de: Assentamento Tapera; Barreiro; Bem Finca; Boa Vista; Brejão; Brejo; Caatinga; Cachoeira Um; Caiçara; Catanduva; Cedelo; Corgo Verde; Córregos; Curral Novo de Muzelo; Fazenda Buracos; Fazenda Cercado; Fazenda Furnas; Fazenda Peri Peri; Fazenda Pindaíba; Fruta de Leite; Furna; Lagoa de Pedra; Lagoa Grande; Lagoinha; Mucambo; Mucambo da Onça; Mumuca; Muquém Um; Muselo; Onça do Mato; Padre Cândido; Raiz; Riachão; Ribeirão do Jequi; Roça do Mato; Salgueiro; Salina; São Bartolomeu; São João; São José das Contendas; Simão Guedes; Sítio Novo; Taboquinha; Tamburil; Tapera; Vale do Guará; Vargem da Salina; Vargem Grande; Vereda Funda; Organizações: Cáritas Janaúba; CAA; Cooperativa Grande Sertão; Estudantes UFMG, UNIMONTES, UFF, CEFET; FEAB; Grupo Teatral Pirraça em Praça; MAB; Mastro; MST; NASCER; Povo Xakriabá; STRs; Equipe do Território Alto Rio Pardo

Vale do Guará, 14 de janeiro de 2006. . (DAYRELL, 2008, p. 42).

A contribuição dos geraizeiros para a formação da sociedade e sua diferenciação cultural em relação aos demais grupos camponeses são aqui ressaltadas pela história de ocupação do Norte de Minas, síntese da miscigenação dos povos originários (índios, negros e europeus). Tal herança é salientada pelos *geraizeiros* como constitutiva do seu modo de vida comunal, associado ao desenvolvimento de uma agricultura específica, praticada no cerrado e na extração de seus frutos. O processo de expropriação pelas empresas de eucalipto mostra a apreensão crítica dos processos sociais e políticos na região e o quanto contribuíram para a situação atual de restrições, entendidas pelos *geraizeiros* como *encurralamento*. A articulação social e política a uma rede de atores aqui citados dá legitimidade às suas reivindicações, que envolvem a relação intrínseca entre ambiente e sociedade geraizeira. Essa articulação diz de uma luta solidária com outros movimentos emergentes, que buscam a reapropriação territorial e o compartilhamento de ações coletivas em busca de apoio entre si, como fazer empates e denúncias. Afirmam-se, nesse contexto, como "cuidadores da biodiversidade e do território" em contraposição à lógica de produção intensiva e degradadora dos grandes empreendimentos capitalistas, a exemplo da implementação de monoculturas de eucalipto e da construção de barragens. Assim, a revalorização de sua cultura e a defesa do Cerrado incrementam a luta pela reapropriação territorial através da incorporação de princípios presentes no discurso sócio-ambientalista. Tais princípios são construídos na relação com essas coletividades e com os atores que compõem os movimentos ambientalistas na região; sinais de um processo de "ambientalização" (LOPES, 2006), de suas lutas territoriais. Apesar de a Carta dos Geraizeiros não contemplar a questão das Reservas Exatrativistas (RESEX), como possibilidade de reapropriação territorial, visto que a disputa política nesse momento se colocava no campo agrário, tal discussão é contemplada nessa II Conferência enquanto recurso de proteção territorial, em função da demanda específica de algumas comunidades. Conforme Nogueira (2009), foi nesse evento que foram definidas três propostas de RESEX's que ainda se encontram em negociação com o governo Federal, pois com receio de perderem áreas preservadas do Cerrado para empresas reflorestadoras, nas quais mantinham suas atividades agrossilvipastoris, algumas comunidades gerai-

zeiras,[28] junto aos atores da rede social que os apoiavam, observaram nessa modalidade a possibilidade de proteção de seus recursos naturais.

A luta territorial dos *geraizeiros*, articulada à questão da preservação dos cerrados, incluiu um aprendizado com distintos grupos que já vinham realizando uma luta pela terra e grupos ambientalistas em favor do Cerrado. Dentre esses, o trabalho de base política e espiritual realizado pelos setores progressitas da igreja foram fundamentais para a politização e para a unidade dessas comunidades. A inspiração no processo da luta dos *seringueiros* na Amazônia, que conseguiram implementar a primeira RESEX no Acre e inserir tal modalidade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2001, despertou a consciência ecológica nesses grupos que a praticavam sem racionalizar sobre ela. A adesão dos *geraizeiros* à categoria genérica de "Populações Tradicionais", presente no texto do SNUC, apesar de contribuir com estereotipações sociais, pasteurizando ou homogeneizando diferenças históricas e culturais específicas, favoreceu, por outro lado, o diálogo no campo científico e ambiental; possibilitou a construção de políticas públicas, até então inexistentes, e organizou novas práticas políticas. O contexto de valorização da cultura e das práticas de baixo impacto ambiental das populações tradicionais reforçou a relação dos *geraizeiros* com o Cerrado e os traços culturais contrastivos a outros grupos tradicionais da região, reconhecendo-se como "cuidadores do território, da cultura e da biodiversidade, em oposição às forças degradadoras, encarnadas pelas empresas reflorestadoras" (NOGUEIRA, 2009, p.165).

Será, portanto, a partir da experiência geraizeira que o "movimento dos encurralados" vai incorporando outros grupos étnicos que sofreram processo político de expropriação semelhante e foram se articulando na luta pela reapropriação territorial. Nesse processo, quilombolas de *Brejo dos Crioulos* e dos *Gurutubanos* foram também se articulando e compartilhando agendas comuns e específicas de ação política ao se inserirem na rede social de apoio da região.

De acordo com Costa (1999), a implementação das práticas governamentais e civis das décadas de 1960/70, que mudaram a paisagem e a sociedade sertaneja, provocou, paralelamente, o "amansamento" das comunidades negras do território do *campo negro da Jayhba*. Dentre essas, *Brejo dos Crioulos* e *Gurutubanos* que, para

[28] Localizadas nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande e Montezuma.

sobreviverem a esse contexto, foram obrigadas a estabelecer relações de subordinação com grandes latifundiários que grilaram seus territórios na região ou obrigou-lhes a migrarem sazonalmente para outras regiões e para outros estados. Essa situação representou um período de restrição territorial e alimentar, identificado por Costa (1999) como "tempo da penúria", em relação a *Brejo dos Crioulos*; e por Costa Filho (2009) como "tempo do apertamento ou da precarização territorial", em relação aos *Gurutubanos*.

No caso do quilombo de *Brejo dos Crioulos* e do *Gurutuba*, seus territórios passaram por intensa disputa com grandes latifundiários e essas comunidades foram obrigadas a se deslocarem ou a resistirem em um território recortado, sem acesso aos recursos naturais dos quais dispunham. Os *Gurutubanos* ainda tiveram seu quadro mais agravado pela construção da barragem Bico da Pedra, na década de 1970. Empurrados para as margens dos cursos de água e cercadas em áreas extremamente restritas, a criação da barragem, para beneficiar a exportação de fruticultura irrigada, alterou todo o ciclo hidrológico das cheias que fertilizavam os vales do território Gurutubano, deixando a comunidade sem acesso à água. Ou seja, com a diminuição da vazão das águas do rio Gorutuba, secaram os poços que permitiam a criação de gado na solta e as lagoas onde eles mantinham a prática da pesca que garantia sua soberania alimentar.

Frente a essa conjuntura de expropriação e perda de domínio territorial, várias estratégias de resistências são utilizadas pelos distintos grupos, com o objetivo de manterem minimamente seu território e sua reprodução social. Costa (1999) e Costa Filho (2009) descrevem a violência atribuída aos grupos negros de *Brejo dos Crioulos* e *Gurutubanos* como uma estratégia de defesa, ainda que sem a orientação política de uma ação coletiva, que lhes permitiu manter alguns núcleos de seu território na região e reproduzirem-se socialmente. No caso de *Brejo dos Crioulos*, Costa (1999) analisa tal mecanismo de defesa como contribuidor para a marginalização da comunidade pelo poder local e demais grupos camponeses da região, que os estigmatizavam pela cor da pele e por suas práticas sociais, dentre elas os rituais de mandinga. Nesse mesmo contexto, utilizam de outra estratégia, a autoidentificação na categoria de "morenos", como forma de se desvincular dos atributos que os marginalizavam e informar a incorporação de práticas sociais modernizadoras na vida social da comunidade:

> Ao negar os marcadores da diferença, assumiam publicamente que já não eram mais o mesmo grupo, pois 'domesticaram-se' no processo instaurado nos anos 1960 e por meio do qual a sociedade regional, num primeiro momento, e a nacional, em seguida, os envolveu. Lendo na cor o marcador evidenciado, negaram-na por sua negatividade (COSTA, 2005, p. 20).

A estratégia de positivação pela categoria dos "morenos", de acordo com Costa (2006), obscurecia o passado quilombola, deixando de lado práticas sociais e características culturais específicas do grupo. Isso será revertido, de acordo com o autor, com o processo de visibilização de *Brejo dos Crioulos* como quilombo, na mídia em nível regional e nacional, possibilitada pelo pesquisador e pelo apoio do movimento social emergente no Norte de Minas, que os incentivaram na reorganização social e política enquanto grupo. Nesse contexto, *Brejo dos Crioulos* criou sua própria Associação Quilombola e tomou conhecimento de seus direitos étnicos e territoriais previstos na Constituição de 1988. Tal fato os levou a um processo de mobilização interna, negando a representação de "morenos" construída por eles mesmos e assumindo sua representação externa de "crioulos". A repercurssão da exclusão, discriminação e estigmatização de *Brejo dos Crioulos* desencadeou uma série de providências do município de São João da Ponte e Varzelândia, onde se encontram seus núcleos, em relação à implantação de bens coletivos e acesso a benefícios até então a eles negados. Assumiram para o município a representação da cultura local, que passou a enviá-los a eventos regionais e estaduais com seu grupo de dança e batuque (COSTA, 2005).

Processo semelhante ao de *Brejo dos Crioulos* tiveram os *Gurutubanos* e as comunidades descendentes desse grupo negro, que passaram a ser visibilizadas na mídia, assim como *Brejo dos Crioulos*, em sua condição de excluídos. Com essa exposição, instituições do governo estadual e federal passaram a desenvolver ações de reparação do quadro de penúria ao qual estavam submetidos. A rede social de apoio que permitiu o fortalecimento dos *Gurutubanos*, e que fazia parte também da articulação de Brejo dos Crioulos, foi identificada por Costa Filho (2009), em 2005, como constituída por ONG's, OSCIP's, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entidades religiosas, instituições financeiras, instituições de educação superior, redes nacionais e internacionais, como também as entidades responsáveis pelo movimento quilombola estadual e nacional – a Federação Estadual de Quilombos N'Golo e a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas – CONAQ, dentre outros parceiros. Dentre os atores desse período destacam-se:

> Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida – ACEBEV (com sede em Porteirinha), Pastoral da saúde de Porteirinha, Cáritas Diocesana de Janaúba, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM, Cooperativa Grande Sertão, Comitê de solidariedade dos funcionários do Banco do Brasil da Serra Geral e de Belo Horizonte – SUPERMINAS, Fundação Banco do Brasil, Prefeitura Municipal de Porteirinha, Superintendência Regional de Ensino de Janaúba, Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura – MINC, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR (COSTA FILHO, 2009, p. 240).

O trabalho dessas instituições foi, de acordo com o autor, orientado pela articulação de ações que diziam respeito à capacitação em gestão política e administrativa, à assessoria na elaboração, negociação e implementação de projetos educacionais, ao abastecimento hídrico, à segurança alimentar e nutricional, à implantação de hortas domiciliares, à implantação de banco de sementes, à implantação do Programa Luz para Todos, a projetos de inclusão produtiva, dentre outros. essas iniciativas se tornaram possíveis pela mediação do CAA, em 2003, que firmou convênios com programas do governo para contemplar o povo *Gurutubano*. Em 2004, iniciaram diálogo com o município de Porteirinha que, através de sua prefeitura, fez esforços para o reconhecimento dos *Gurutubanos* enquanto remanescentes de quilombo, e para terem acesso a direitos sociais. No âmbito federal, obtiveram diversos projetos sociais disponibilizados para o grupo via Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre outros. Costa Filho (2009) ressalta, ainda, nesse contexto, o Centro de Documentação Eloy Ferreira (CEDEFES)[29], como importante parceiro que possibilitou a visibilização do grupo pelo *Projeto Quilombo Gerais*, financiado pela Minaseor, entidade alemã ligada à Igreja Católica, assim como a atuação da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (*N"Golo*), criada em 2005, como resultado do I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas, realizado em Belo Horizonte, no ano de 2004.

Entretanto, a partir de 2004, frente à morosidade do Estado, *Brejo dos Crioulos* iniciou um processo de ocupações de fazendas reclamadas como parte de

[29] O CEDEFES é uma Organização Não-governamental, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual. Tem como objetivo promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais. O nome escolhido para o Centro, fundado em 1985, é uma homenagem a Eloy Ferreira da Silva, trabalhador rural e sindicalista do Norte de Minas gerais, assassinado em 16 de dezembro de 1984, no Vale do São Francisco, Minas Gerais.

seus territórios tradicionais, estratégia de pressão e visibilização junto ao Governo Federal. Estratégia também utilizada pelos *Gurutubanos,* a exemplo de *Brejo dos Crioulos*, e por vários outros grupos tradicionais da região. Essas ocupações foram aprendidas na articulação com grupos agrários mais organizados politicamente, como o MST e a Via Campesina, parte da rede social de apoio à região.

De acordo com informações obtidas no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais[30], após esse período foram realizadas seis ocupações por *Brejo do Crioulos*, três delas intermediadas pela Procuradoria da República de Minas Gerais, acionada pela rede de apoio social que vem acompanhando esses grupos na região. A última ocupação do grupo foi no dia 27 de setembro de 2011, em frente ao Palácio do Governo Federal, onde se colocaram acorrentados, com o objetivo de pressionar a assinatura do decreto de desapropriação das fazendas de seu território. Com área total 17.300 ha, de acordo com carta topográfica elaborada pelo INCRA-MG, esse decreto foi assinado no dia 30 de setembro de 2011, pela Presidente Dilma Roussef, após um período de 12 anos de espera.

Entretanto, o autor aponta o ano de 2006, quando realizado o "I Encontro Norte Mineiro de Comunidades Quilombolas", em Montes Claros-MG, como marco na articulação política dessas coletividades, o que possibilitou a interlocução, o intercâmbio de experiências, o estabelecimento de estratégias e o planejamento comum de ações. Isso representou a oportunidade encontrada pelo *Quilombo da Lapinha* para iniciar o processo de organização social do grupo e trocar experiências de enfrentamento na luta pelo território.

A carta abaixo, resultado da I Conferência Quilombola, realizada nos quilombos do *Gurutuba* e *Brejo dos Crioulos*, entre os dias 17 e 20 de janeiro de 2006, se constitui em instrumento de visibilização desses grupos, além de ser vista como parte do repertório construído pela experiência da mobilização geraizeira. No caso dos remanescentes de quilombo, a especificidade histórica e cultural desses grupos são aqui ressaltadas.

CARTA DOS QUILOMBOS PARTICIPANTES DA I CONFERÊNCIA QUILOMBOLA DO NORTE DE MINAS *"Na época de 69 (1969) chegou um Zé Cido, que disse que Moacir tava vendendo umas terras aqui... ai, ai, ai! Não tinha terra de Moacir para*

[30] Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=496. Acesso em: 27/12/2011.

vender aqui não..." (Morador Taperinha).

Para poder vivermos aqui neste grande vale dos rios Verde Grande, Gurutuba, Arapuim e São Francisco, no meio das matas e caatingas, tivemos que ficar escondidos durante muito tempo, desde quando o Matias Cardoso veio para cá há quase quatro séculos. Ele veio para prender e exterminar os negros que subiram o rio São Francisco, que aqui chegavam pelas estradas dos tropeiros, fugindo da escravidão. Aqui ficamos muito tempo, recebendo nossos irmãos até mesmo depois que os negros foram alforriados, pois quando isso aconteceu nossos irmãos não tinham onde ficar, não tinham garantia da integridade de suas famílias. E nós os recebíamos, nosso povo foi crescendo livre, pois aqui, por causa da malária, os brancos não chegavam. Então vieram os fazendeiros, os coronéis, os cartórios, veio a Ruralminas, e começaram a fazer documentos das terras onde vivíamos, vender nossas terras, tirar nossa gente do lugar. **Como exemplo podemos citar a luta do povo de Cachoeirinha que foi despejado pelos fazendeiros com o apoio do governo militar e que aconteceu aqui do lado de Brejo dos Crioulos onde estamos hoje.** Foram muitos os casos de violência que ocorreram nesta expropriação, muitos de nossos irmãos foram assassinados, tiveram suas casas e lavouras destruídas, seus animais mortos, sendo obrigados a saírem fugidos de suas terras, como o acontecido com Dona Lizarda Pinheiro da comunidade de Araruba.

Depois veio a SUDENE financiando com dinheiro público subsidiando estas grandes fazendas, o desmate de grandes áreas, abrindo estradas onde já vivíamos há muitos séculos. Veio a CODEVASF construindo a Barragem em São José do Gurutuba dizendo que ia perenizar o rio, mas foi o que acabou de acabar com o nosso rio Gurutuba e com os seus peixes, pois suas águas hoje só correm até onde irrigam as monoculturas de banana.

Hoje estamos nesta grande luta para termos reconhecidos os nossos direitos. **A cultura negra, o braço negro que abriu o campo no Brasil ao longo de sua história, construiu riquezas, foi sendo deixado de lado. Mas agora estamos entendendo mais os nossos direitos e da obrigação de nossos governantes dos municípios, do Estado e da União. Por isso realizamos esta I Conferência Quilombola no Norte de Minas Gerais**. Viemos de diversas regiões onde vivem os nossos irmãos e irmãs de quilombo. Fomos recebidos com muita alegria pelas comunidades Gurutubanas e de Brejo dos Crioulos desde o dia 17 de janeiro de 2007. **Reunimos 280 pessoas de 27 comunidades e 18 municípios. Tivemos a visita de nossos companheiros do Quilombo de Ivaporunduva do Estado de São Paulo. Recontamos a nossa história, as nossas iniciativas para sermos reconhecidos, as nossas lutas pela reapropriação de nossos territórios, ouvimos de representantes do Governo Federal as políticas que estão sendo implementadas em nosso favor.** Vimos que temos algumas conquistas em algumas comunidades, de acesso à água, de educação, energia elétrica. Mas as dificuldades que enfrentamos são muitas. Vivemos uma realidade de grande descaso dos poderes públicos.

O que temos a dizer é que muito do que se fala só está no papel ou nem no papel está. **Nós demos agora mais um voto aos nossos governantes e nós estamos de olho, não estamos mais escondidos, não estamos dispostos a ficar sendo tapeados com promessas, com conversas que voam como cascas de alho. Muitos dos políticos que foram eleitos estão atendendo apenas os interesses dos latifundiários e das grandes empresas. Isso fica muito claro quando um grupo de deputados da Assembléia Legislativa (como Gil Pereira, Ana Maria Resende, Arlen Santiago, Carlos Pimenta e outros), com a conivência do Governador Aécio Neves e do ITER propôs um Projeto de Emenda Constitucional – PEC das Terras Devolutas – que pode transferir terras públicas para fazendeiros e empresários, em vez serem utilizadas para regularizar o nosso território.**

Isso fica muito claro quando **o Judiciário toma decisões para nos despejar de nossas áreas ancestrais tratando nossa luta apenas como conflito fundiário, sem considerar os artigos 215, 216 e o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal nem o Decreto 4.887 de 2003** que nos garante a propriedade definitiva de nosso território e obriga o estado a emitir o título. Isso fica claro quando um órgão público como **o IEF elabora um laudo em favor do fazendeiro Albino José Fonseca dizendo que a propriedade que ele diz que é dele é um exemplo de preservação ambiental quando na verdade, além de grilar terras públicas, promoveu uma grande destruição nesta área que é nossa**. E não é só este que está provocando estas destruições. São muitos os fazendeiros intrusos nos nossos territórios que estão aproveitando a omissão do governo, do IEF, da Policia Florestal, e vendendo ilegalmente as madeiras de lei como as aroeiras, abrindo carvoeiras, tudo para deixar nossa terra arrasada.

Por tudo isso, a nossa grande luta agora é a retomada de nossos territórios que dependem da titulação definitiva a ser dada pelo INCRA, conforme prevê a constituição da república. O INCRA é o nosso grande entrave hoje. Apesar do decreto 4.887 de 2003, da instrução normativa 20 que orienta e prevê os procedimentos para titulação dos territórios quilombolas, o INCRA continua lerdo para cumprir a sua missão.

> Diante deste quadro **exigimos:**
> - O nosso reconhecimento como categoria jurídica de comunidades remanescentes de quilombo;
> - Agilização imediata pelo INCRA de todos os processos de titulação demandados pelas comunidades quilombolas;
> - Fiscalização imediata dos desmatamentos, carvoarias que estão funcionando ou sendo implantadas pelos fazendeiros e empresas agropecuárias nas áreas inseridas nos territórios quilombolas;
> - Extinção definitiva da PEC das Terras Devolutas e elaboração de um instrumento jurídico no âmbito estadual que viabilize a titulação de nossos territórios.
>
> Brejo dos Crioulos, aos vinte de janeiro de 2007. (DAYRELL, 2008, p. 43).

A carta quilombola, assim como a carta geraizeira, revela à sociedade e ao governo federal e estadual a história de resistência, de expropriação e de reivindicação territorial através da visibilização de sua cultura e dos direitos garantidos por lei. O território ancestral é ressaltado como lugar de resistência à escravidão, espaço social de vida e de solidariedade entre os diversos grupos que foram ali se estabelecendo. As críticas aos mecanismos institucionais de expropriação territorial são aqui explicitadas desde a época do bandeirantismo até o processo de modernização e desenvolvimento econômico das décadas de 1960/70, voltado para a região. Nesse contexto, as instituições públicas (RURALMINAS, SUDENE e CODEVASF) têm seu papel ressaltado como braços institucionais, no âmbito federal e estadual, que propiciaram a concentração e a grilagem de terra nas mãos de grandes latifundiários da região, responsáveis diretos pela degradação ambiental das matas e rios, em consequência aos grandes projetos implementados em seus territórios. Ressaltam o conflito agrário de Cachoerinha[31], hoje Verdelândia, como exemplo emblemático da violência contra remanescentes de quilombo durante período de regularização fundiária da RURALMINAS, que beneficiou grandes latifundiários, em um contexto violento de expropriação por grandes fazendeiros e com apoio do governo militar. Os direitos étnicos e coletivos sobre o território quilombola, garantidos pela Constituição de 1988, são acionados como estratégia de defesa territorial inserindo a luta territorial para além das disputas agrárias. Nesse contexto, denunciam ações políticas de deputados e vereadores da região que representam a elite ruralista e buscam manter a concentração de terras e renda nas mãos dessa classe. Esses mesmos deputados e vereadores que propuseram o projeto de lei de reconversão das Matas Secas como parte do

[31] Sobre o conflito de Cachoeirinha – Norte de Minas, ver: SANTOS, S. N. *À procura da terra perdida:* para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

bioma Caatinga em contextos distintos: Ana Maria Santiago, Arlen Santiago, Gil Pereira, que serão abordados no capítulo seguinte. Nesse texto, assumem a categoria jurídica de remanescentes de quilombo, exigem agilidade do INCRA, denunciam órgãos públicos ambientais e exigem que sejam fiscalizados desmatamentos realizados por grandes fazendeiros, assim como a suspensão da proposta de Emenda Consitucional que beneficiará a elite agrária do estado e acirrará a expropriação dos diversos grupos tradicionais da região.

Nessa mesma linha de argumentação, em que existe um processo de expropriação generalizado dos povos e comunidades da região, os *vazanteiros* inseriram-se no movimento social dos "encurralados". Expulsos da terra-firme pelos grandes fazendeiros, nas décadas de 1960/70, foram obrigados a adotar ilhas e beira-rio como únicos locais de moradia e trabalho. Esse período é identificado por Luz de Oliveira (2005) como a "chegada dos novato" ou do "enxame de gente", quando há uma intensificação do uso das ilhas que, antes, eram somente lugar de trabalho e passaram a ser também lugar de morada. Araújo (2009) ressalta, nesse processo, que o tensionamento entre fazendeiros e vazanteiros teve a contribuição do "encurralamento" do rio São Francisco pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, uma vez que a construção da barragem de Três Marias, em 1953, passou a controlar o fluxo das águas, e administrar a vazão do rio, impondo ali outra dinâmica para as comunidades vazanteiras. Suas terras, que deixaram de ser inundadas pelo represamento da barragem, passaram a ser disputadas por grandes fazendeiros que avançaram sobre seus territórios, ampliando suas fazendas. Consequente a esse contexto, entretanto, já na década de 1980, Luz de Oliveira (2005) identificou uma desarticulação no sistema de direitos combinados de acesso ao território, estabelecidos pelos vazanteiros, em função da penetração do modo mercantil de relação com a terra, identificado pela autora como fase da "vendição".

Assim como foi visto anteriormente, o STR se constituiu, no período, importante porta de acesso dessas populações aos direitos trabalhistas e à formação política. No caso dos vazanteiros do rio São Francisco, o contato com o STR se refere ao período relativo ao final da década de 1990, quando do início do que Luz de Oliveira (2005) identificou como fase da "documentação", ocasião em que buscaram reconhecimento frente ao Estado na categoria de trabalhadores rurais, com objetivo de obter acesso a benefícios da previdência social e a programas voltados para a agricultura familiar. Esse processo demandou uma série de documentos relacionados às suas pos-

ses fundiárias para acessarem tais recursos financeiros via Estado.

Vista a especificidade de organização social e produtiva frente aos demais grupos ribeirinhos e agricultores familiares, os STR's percebem que a categoria de "Trabalhador Rural" não conseguia dar conta da complexidade do modo de vida dessas populações. O fato de utilizarem áreas de vazante para produzirem era uma especificidade que se chocava com o modo produtivo dos demais trabalhadores rurais. Nesse contexto, os incentiva a constituírem suas próprias associações vazanteiras; e a recorrerem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) para mediar a regularização de suas posses de terra junto aos órgãos do governo Estadual e Federal.

São incluídos como atores, nesse processo de negociação fundiária, a RURALMINAS, o INCRA, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) e Gerência Regional do Patrimônio da União em Minas Gerais (GRPU). É nesse momento de busca de regularização das margens e ilhas do território vazanteiro junto ao ITER que essas diferentes territorialidades entram em conflito com a questão ambiental, uma vez que áreas de vazantes passam a ser compreendidas desde o código florestal (1965) como Áreas de Proteção Ambiental (APP), portanto, "intocadas". Sem poder regularizar suas situações fundiárias e sem se enquadrarem na categoria de trabalhadores rurais, muitos foram se constituindo em reserva de mão-de-obra para o mercado agropecuário nacional, diante de uma intensificação da lógica de produção capitalista no país. Subsumidos nas categorias de boia-fria e migrante sazonal, a migração tornou-se uma estratégia necessária de alguns membros desses grupos sociais para garantirem a reprodução material de suas famílias vazanteiras (ARAÚJO, 2009).Por outro lado, o contato dos *vazanteiros* com a CPT via STR propiciou que estes fundassem suas próprias associações e se inserissem nos cursos de formação agroecológica junto ao CAA. Mesmo curso de formação, citado anteriormente, que coloca em contato diversos grupos sociais, *catingueiros, geraizeiros* e os povos indígenas *Xacriabá*.

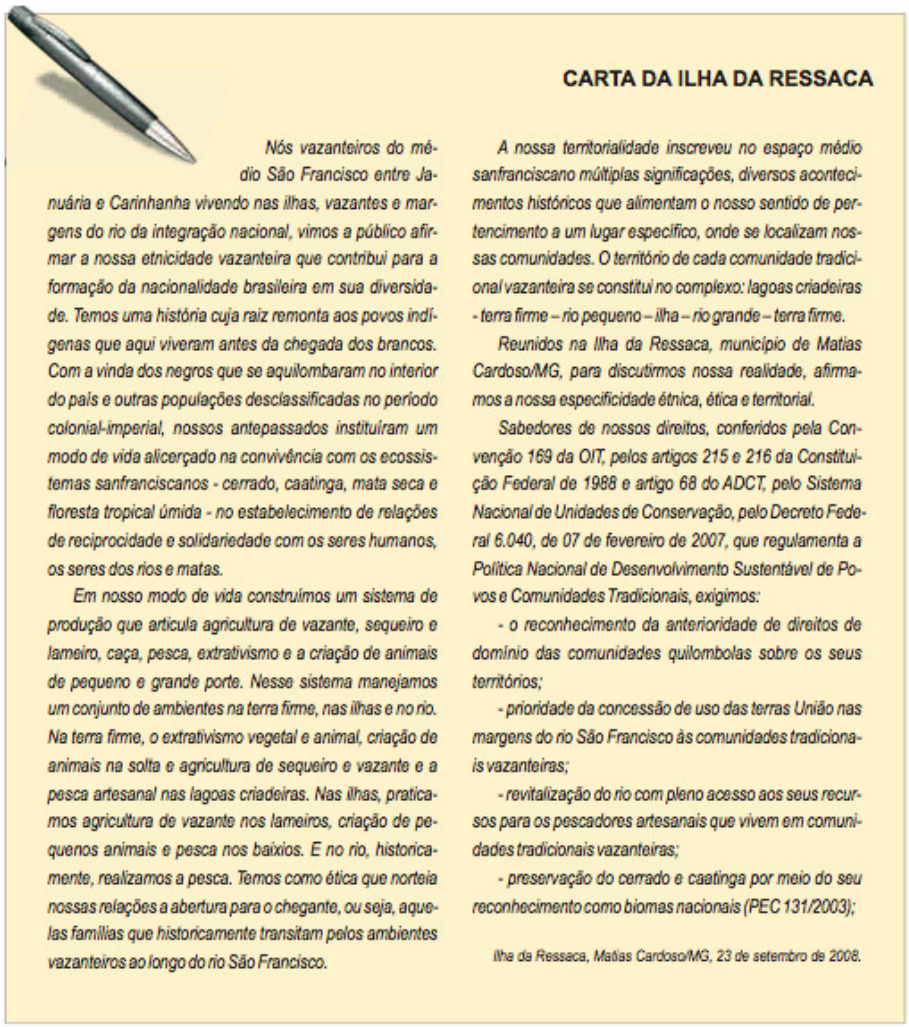
Entretanto, o processo de criação de Unidades de Conservação nos territórios vazanteiros das comunidades de Pau Preto, Pau de Legua e Quilombo da Lapinha, em compensação ao projeto de fruticultura Jaíba, acirrou o encurralamento desses grupos na região que, em contato com entidades da rede de apoio social, iniciaram um processo de formação política e identitária. Inserindo-se no "movimento social

dos encurralados, possuem a especificidade de ser "encurralados pelos parques", confrontando suas reivindicações territoriais no campo ambiental.

Tal período foi denominado por Araújo (2009) de "tempo das empresas, dos parques e dos territórios étnicos", quando o Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba se traduziu, de acordo com a autora, no principal mecanismo politico de expropriação desses grupos na região. Esse projeto será abordado com mais detalhes no capítulo seguinte. O projeto de fruticultura irrigada Jaíba tem como característica ser o maior projeto de irrigação de áreas contínuas da América Latina, com capacidade para irrigar uma área de 100 mil hectares para fruticultura e uma área de 130 mil ha para o desenvolvimento da pecuária bovina e culturas adaptadas ao solo seco. Cabe ressaltar, entretanto, que o projeto Jaíba foi implementado pelo setor público com iniciativa de colonização em terras devolutas e tinha como objetivo inicial a indução do desenvolvimento regional, por meio da formação de um polo agro-industrial no Norte de Minas, planejado para se desenvolver em quatro etapas. A etapa I foi financiada pelo Banco Mundial e a II por uma empresa japonesa, a OECF (*Overseas Economic Corporation Found*). A etapa I se caracterizou por assentar colonos de baixa renda, pequenos e médios empresários e duas grandes empresas produtoras de fruticultura irrigada. Durante o Governo de Fernando Henrique, novos investimentos foram mobilizados para financiar a implantação da Etapa II, que se caracterizou pela entrada de grandes empresas privadas, cultivadoras principalmente de cana para a produção de biodisel. No entanto, em função dos novos marcos legais no campo ambiental e da existência de um passivo ambiental acumulado durante a etapa I. A liberação de recursos financeiros pelo Banco Mundial foi condicionada à obtenção da Licença de Operação junto ao Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais – COPAM.

Assim, a situação de encurralamento dos vazanteiros das comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha se acentuou quando foram criados os Parque Estaduais Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2000) sobre seus territórios tradicionais, num processo de reterritorialização desses grupos aos territórios ancestrais. A operacionalização dessas unidades de proteção integral, a partir de meados dos anos 2000, restringiu o uso comunal de seus territórios e coibiu suas práticas tradicionais em terra firme e áreas de vazante. Criados sem consulta pública e impostos de forma autoritária, iniciaram uma série de conflitos entre vazanteiros, IEF e IBAMA. Nesse contexto, buscaram apoio na CPT e no CAA, aproximando-se da rede social que vinha se articulando desde *Brejo dos Crioulos*, *Gurutubanos* e

geraizeiros. O contato com a rede resultou em inúmeros encontros e seminários, sendo a Carta da Ilha da Ressaca resultado de um deles,quando ocorreu uma grande mobilização dos grupos vazanteiros *encurralados* por grandes empresas agropecuárias e por um mosaico de unidades de conservação que se constituiu na região.



CARTA DA ILHA DA RESSACA

Nós vazanteiros do médio São Francisco entre Januária e Carinhanha vivendo nas ilhas, vazantes e margens do rio da integração nacional, vimos a público afirmar a nossa etnicidade vazanteira que contribui para a formação da nacionalidade brasileira em sua diversidade. Temos uma história cuja raiz remonta aos povos indígenas que aqui viveram antes da chegada dos brancos. Com a vinda dos negros que se aquilombaram no interior do país e outras populações desclassificadas no período colonial-imperial, nossos antepassados instituíram um modo de vida alicerçado na convivência com os ecossistemas sanfranciscanos - cerrado, caatinga, mata seca e floresta tropical úmida - no estabelecimento de relações de reciprocidade e solidariedade com os seres humanos, os seres dos rios e matas.

Em nosso modo de vida construímos um sistema de produção que articula agricultura de vazante, sequeiro e lameiro, caça, pesca, extrativismo e a criação de animais de pequeno e grande porte. Nesse sistema manejamos um conjunto de ambientes na terra firme, nas ilhas e no rio. Na terra firme, o extrativismo vegetal e animal, criação de animais na solta e agricultura de sequeiro e vazante e a pesca artesanal nas lagoas criadeiras. Nas ilhas, praticamos agricultura de vazante nos lameiros, criação de pequenos animais e pesca nos baixios. E no rio, historicamente, realizamos a pesca. Temos como ética que norteia nossas relações a abertura para o chegante, ou seja, aquelas famílias que historicamente transitam pelos ambientes vazanteiros ao longo do rio São Francisco.

A nossa territorialidade inscreveu no espaço médio sanfranciscano múltiplas significações, diversos acontecimentos históricos que alimentam o nosso sentido de pertencimento a um lugar específico, onde se localizam nossas comunidades. O território de cada comunidade tradicional vazanteira se constitui no complexo: lagoas criadeiras - terra firme – rio pequeno – ilha – rio grande – terra firme.

Reunidos na Ilha da Ressaca, município de Matias Cardoso/MG, para discutirmos nossa realidade, afirmamos a nossa especificidade étnica, ética e territorial.

Sabedores de nossos direitos, conferidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e artigo 68 do ADCT, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pelo Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, exigimos:

- o reconhecimento da anterioridade de direitos de domínio das comunidades quilombolas sobre os seus territórios;

- prioridade da concessão de uso das terras União nas margens do rio São Francisco às comunidades tradicionais vazanteiras;

- revitalização do rio com pleno acesso aos seus recursos para os pescadores artesanais que vivem em comunidades tradicionais vazanteiras;

- preservação do cerrado e caatinga por meio do seu reconhecimento como biomas nacionais (PEC 131/2003);

Ilha da Ressaca, Matias Cardoso/MG, 23 de setembro de 2008.

(DAYRELL, 2008, p. 42-44).

Tal documento foi consequência do "III Encontro dos Vazanteiros em Movimento" que, até então, já haviam se encontrado em dois momentos anteriores, organizados pela CPT, relacionados à revitalização do rio São Francisco. Esses encontros reuniram várias comunidades ribeirinhas e vazanteiras que, em contraposição ao processo de transposição do rio São Francisco a cargo do Ministério da Integração Nacional, propunha sua revitalização com a participação popular. Isso será abordado no capítulo 4 desta tese. Como as cartas geraizeiras e quilombolas, esse documento

serviu como forma de visibilização e reafirmação de suas identidades étnicas assentadas no modo específico de se relacionar com o ambiente onde vivem. Explicita normas e condutas sociais do grupo em relação à incorporação de pesssoas "de fora" ao grupo, denominada por Luz de Oliveira (2005) como "sistema de direitos combinados", no dizer deles "relações abertas ao chegante". De acordo com esse sistema social, em casos de necessidade e de solidariedade, acolhem-se outros *vazanteiros* ou populações ribeirinhas externas ao grupo comunitário. Ao serem acolhidos, devem compartilhar e se submeter às regras sociais dos *vazanteiros.* Nesse documento, fica evidente, também, o caráter relacional e distintivo da identidade desses grupos que acionam direitos específicos e comuns referentes ao reconhecimento e reinvidicação territorial. Aí aparecem *vazanteiros* e *quilombolas* se autoidentificando como *vazanteiros-quilombolas*, como no caso da *Lapinha*. Os direitos constitucionais que reconheceram os remanescentes de quilombo, enquanto povos com direito ao território, não contemplam de forma clara as comunidades tradicionais, o que será possibilitado pelo Decreto Federal n° 6040 de 2007, citado no texto. Esse Decreto legitima e regulamenta políticas para Povos e Comunidades Tradicionais e se tornou marco de consulta e deliberações de outros campos de poder, como o ambiental, o social e o da saúde.

Nessa carta, reivindicam, ainda, suas áreas de vazantes junto à União e anterioridade ancestral das terras de quilombo, revitalização do rio São Francisco e reconhecimento do cerrado e da caatinga como biomas a serem considerados importantes para a preservação. Não aparece aqui a disputa classificatória das Matas Secas, enquanto biomas da Caatinga ou Mata Atlântica. Mas já aponta a hierarquização de proteção entre os distintos biomas, em que o Cerrado e a Caatinga são relegados, em em favor dos demais. Tal disputa produzirá efeitos no "encurralamento" das comunidades *vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua* e *Quilombo da Lapinha*, como será visto no capítulo seguinte.

1.3 Revisitando o espaço de interlocução e de mobilização política do "Movimento dos Encurralados"

Os estudos mencionados acima sobre os povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas foram referências importantes para a visibilização e a reorganiza-

ção cultural e social desses grupos. Foram aqui utilizados com o objetivo de situar o contexto e os processos mobilizatórios mais amplos ocorridos no Norte de Minas, que possibilitaram os "vazanteiros em Movimento" se reconhecerem e se articularem politicamente em um movimento mais específico.Tais estudos permitiram apresentar coletividades com territorialidades distintas e histórias próprias, expropriadas por processos semelhantes que operaram rupturas profundas em suas organizações sociais, resistindo de maneiras singulares para se manterem enquanto unidades culturais nesse processo denominado por eles de "encurralamento".

No caso dos quilombolas de *Brejo dos Crioulos* e *Gurutubanos*, o "encurralamento" se deu pelo recorte e divisão de seus territórios por grandes latifundiários. Caso semelhante ocorreu com os indígenas *Xacriabá*[32]; no caso dos *geraizeiros* o "encurralamento" se deu pela implementação de grandes maciços de eucalipto e, no caso dos *vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua* e *Quilombo da Lapinha* pela transformação de grandes fazendas em empresas rurais, pela implementação do projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba e pela criação das UPI's em territórios tradicionais. Essa situação de encurralamento se agravou com a aplicação de medidas restritivas e expropriativas implementadas pelos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca em seus territórios tradicionais, em meados dos anos 2000, como será visto no capítulo seguinte. As situações vivenciadas pelos distintos grupos sociais tiveram alteradas suas formas de produção e reprodução social, assim como a restrição de acesso e de uso de seus recursos naturais, cada vez mais degradados nesse processo.

Como foi visto, a emergência de vários movimentos sociais com o fim da ditadura militar em 1985, possibilitou a criação de novos espaços de atuação política para os diversos grupos étnicos que buscavam a defesa de seus territórios e o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas. Marco importante se deu com a Constituição Federal de 1988, em que os casos de terras indígenas e quilombolas foram contemplados e formalmente reconhecidos pelo Estado. Por outro lado, no contexto de expansão de fronteiras e do fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, (inclusive do movimento ambientalista), eclodiu uma série de conflitos como resulta-

[32] Os Xacriabá sofreram mesmo processo de expropriação, operado pela RURALMINAS, com apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que, pautada por uma perspectiva de legitimação de propriedades individualizadas, não reconheceu a doação de terras pelo bandeirante Matias Cardoso, em 1728, e o endosso do imperador no ano de 1850. Para mais informações, ver Santos, 1997.

do do aumento de áreas protegidas, de uso restrito, sobrepostas aos territórios de diversos grupos sociais, principalmente na região Amazônica.

Multifacetado desde sua origem, o movimento ambientalista surgiu no final da década de 1960, prevalentemente nos EUA e no norte da Europa, com ações coletivas, políticas e discursivas diferenciadas (CASTELLS, 2010). Tal movimento foi composto por influências que remontam a "tradições" de longa duração (CARVALHO, 2000), conforme será visto no capítulo a seguir. No Brasil, duas vertentes são de particular importância e produziram efeitos diferenciados para os diversos grupos sociais: o preservacionismo e o sócio-ambientalismo (LITTLE, 2002).

A vertente "preservacionista" (DIEGUES, 2004) tem suas origens no século XIX, prevalentemente nos EUA e Grã-Bretanha e se baseia na noção de *wilderness* (natureza em seu estado selvagem). No Brasil, essa ideia foi importada no início do século XX, com a implementação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937. Tal noção é denominada por Little (2002) de "preservacionismo territorializante", uma vez que centralizou o controle territorial sobre extensas áreas intocadas nas mãos de seus militantes (burocratas, técnicos e pesquisadores do campo ambiental) e por representar os interesses desenvolvimentistas baseados nas noções de controle e planejamento. É referência hegemônica que orienta as ações predominantes das instituições ambientais brasileiras, como as que são responsáveis pela criação e administração dos parques, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)[33], em nível nacional, e o Instituto Estadual de Florestas (IEF)[34] de Minas Gerais, em nível estadual, entre outros. Essa vertente orientou também, no Norte de Minas, a criação dos Parques Estaduais Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2000), estratégias compensatórias ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba. Entretanto, a implementação de unidades de proteção integral no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1980, aumentou os conflitos com as populações locais que foram expropriadas das áreas onde habitavam e viviam, para criarem parques protegi-

[33] O ICMBIO é uma autarquia em regime especial, criada pela Lei 11.516 de 2007 e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e é responsável pela execução de ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html. Acesso em: 07/04/2012.

[34] O IEF é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; administra as unidades de conservação estaduais, áreas de proteção ambiental destinadas à conservação e preservação. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/. Acesso em: 07/04/2012.

dos. Tais conflitos se tensionaram cada vez mais com as indenizações irrisórias ou reassentamento compulsório, assim como pela posição repressora e autoritária que os órgãos ambientais, responsáveis por sua gestão, passaram a assumir com esses grupos sociais.

Nessa mesma conjuntura, emergiu no Brasil o socioambientalismo com forte interlocução política com a sociedade civil. Incorporou os povos tradicionais e suas práticas históricas como parceiras na preservação do ambiente, reconhecendo suas contribuições para o aumento e para a manutenção da biodiversidade. O caso mais emblemático e de maior repercursão foi a articulação política com o "movimento dos seringueiros", sob a liderança de Chico Mendes, na Amazônia, e posteriormente os "Povos da Floresta", aliança entre comunidades agro-extrativistas e povos indígenas, propiciando a visibilização de suas lutas territoriais em âmbito local, nacional e internacional.

Foi partir do debate entre as vertentes preservacionistas e socioambientalistas, em relação à presença desses grupos em áreas protegidas, que a noção de "populações tradicionais" passou a ser referenciada nas políticas do campo ambiental. Discussão herdada de debates internacionais que têm sua maior expressão no Brasil através de Diegues (2000), que contribui para sua inserção no meio ambientalista[35]. A contribuição dessa noção trouxe a visibilização desses diversos grupos sociais como portadores de saberes etno-ecológicos que contribuíram para conservação e equilíbrio dos ecossistemas onde vivem. Nessa perspectiva, a cooperação social, a adaptação a um meio ecológico específico e um grau variável de isolamento são aspectos característicos intrínsecos às "populações tradicionais". Por outro lado, considerada por Esterci (2001) como uma *categoria-ônibus* e por Barreto Filho (2002) como *guarda-chuva conceitual*, tal categoria homogenizaria diversidades culturais que, de acordo com Diegues (2000), englobariam povos indígenas e não indígenas como quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras e vazanteiros.

Nesse sentido, a ambiguidade da noção de "população" é consubstanciada pela associação ao termo"tradicional", que tende a sugerir que essas populações podem e querem permanecer nas mesmas condições que viviam ao serem assim classificadas, associando-as a concepções de imobilidade histórica e ao atraso econômico e

[35] Para saber mais a respeito da sociogênese da noção de "populações tradicionais", ver Barreto Filho (2002), que realiza essa discussão no âmbito do conservacionismo internacional e a partir dos debates sobre a conservação da biodiversidade nos trópicos.

cultural. Essas classificações são baseadas em uma visão determinista, cujas ideias de caráter evolutivo ou de caráter moral incidem sobre a percepção de determinados atores institucionais, levando-os a denominarem esses grupos sociais como "isolados da civilização" (CODEVASF, 1996, lauda n° 2) ou "de pouca cultura" (CODEVASF: 1996, lauda n° 3), conforme relatórios técnicos sobre a comunidade vazanteira de Pau Preto.

Entretanto, Almeida (2008) aponta deslocamentos no significado da categoria "populações tradicionais" desde o ano de 1988, com os debates produzidos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando tal noção se "afasta mais e mais do quadro natural e do domínio dos sujeitos biologizados e é acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição (ALMEIDA, 2008, p. 38). A partir desse contexto, emergem "novas" identidades que expressam sujeitos sociais com existência coletiva, organizados politicamente em movimentos sociais em torno de uma diversidade de situações correspondentes aos *geraizeiros*, *vazanteiros* e *quilombolas*, aqui estudados, dentre outros[36].

De acordo com o autor, esse deslocamento encontrou, no mesmo período, eco na Amazônia através da mobilização dos chamados "povos da floresta", quando o "tradicional" se tornou cada vez mais próximo das demandas do presente. Para Almeida,

> em verdade o termo 'populações', denotando certo agastamento, foi substituído por 'comunidades', que aparece revestido de uma conotação política inspirada nas ações partidárias e de entidades confessionais, referidas à noção de 'base', e de uma dinâmica de mobilização, aproximando-se por este viés da categoria 'povos' (ALMEIDA, 2008, p. 26).

Com a ratificação da Convenção 169 da OIT, pelo Brasil em 2002, "segundo a qual a consciência de sua identidade deverá ser considerada como critério fundamental para a identificação dos grupos aos quais se aplicam as disposições jurídicas" (OIT, 2002, p. 52), a consciência da identidade emerge como critério para o reconhecimento da posse e da propriedade das terras. Tal dispositivo favoreceu o entendimento sobre o caráter "tradicional" das terras em termos relacionais e, em situa-

[36]Almeida (2008, p. 38) cita seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, castanheiros e pescadores.

ções de conflito, a partir da noção de "terras tradicionalmente ocupadas". Isso vai ao encontro da teoria antropológica que considera o fazer social e, nesse sentido, a auto-atribuição como critério relevante para identificar o pertencimento e as formas de organização social desses grupos. Tal avanço repercutiu pela inclusão desses grupos sociais na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais[37], que têm como referência o autorreconhecimento, o vínculo territorial e a tradição como parte das realidades fundiárias modernas. Nesse contexto, povos e comunidades tradicionais emergem como grupos culturalmente diferenciados, que se autoidentificam como tais, uma vez que

> possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, s/n.).

Assim, a noção de povos e comunidades tradicionais ressaltou o caráter relacional e contrastivo da identidade desses grupos, oferecendo uma dimensão tanto empírica quanto política ao unir fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas sustentáveis; configurando-se em instrumento de luta por justiça ambiental, a partir do debate sobre os direitos dos povos. Assim, a objetivação dos *geraizeiros*, dos *quilombolas* e dos *vazanteiros* "no movimento dos encurralados" expressa o que Almeida (2008) ressaltou como a combinação de um critério político-organizativo à uma "política de identidades", permitindo a essas coletividades se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, apoiadas sobre saberes específicos próprios de suas realidades. Ao observar a mobilização de povos e comundades tradicionais na Amazônia, Almeida (2008) ressalta que esse processo possibilitou a esses sujeitos se autodefinirem como pertencentes a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra (ALMEIDA, 2008, p. 30). Tal processo, apontado pelo autor como "movimentos de territorialização", pode ser pensado em analogia ao "movimento dos encurralados" no Norte de Minas, uma vez que *geraizeiros*, *vazanteiros* e *quilombolas* assumiram e

[37] Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

fortaleceram suas identidades peculiares correspondentes a territorialidades específicas, ao se reconstruírem em redes sociais, reinvindicando o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios.

Essa conjuntura permitiu aos *geraizeiros* de Rio Pardo constituir, em 1993, a primeira "Reserva Agro-extrativista da Tapera", através do INCRA, e a *Brejo dos Crioulos* ser a primeira comunidade a se autodefinir no Norte de Minas como remanescente de quilombo junto à Fundação Cultural Palmares (FCP)[38] e, também a requerer, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),[39] no ano de 1999, a regularização fundiária de seu território. Tais fatos culminaram, em 2004, na realização do laudo antropológico da comunidade e no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território. Esse mesmo processo foi seguido pelos *Gurutubanos* que, em 2003, conseguiram o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares[40] e, em 2005, a realização de seu laudo antropológico. Caso específico se dará, também, com os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, que assumem sua condição de atingidos pelos parques e iniciam um processo de mobilização política na baixada média do rio São Francisco, apostando na criação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável como contra-estratégia ao desenvolvimento voltado para região, que se apoia na compensação da natureza para expandir suas fronteiras.

Nesse processo, os estudos de Costa (1999) e Costa Filho (2009) foram imprescindíveis para a articulação política de *Brejo dos Crioulos* e *dos Gurutubanos* à rede de movimentos sociais da região, servindo como capital técnico a esses grupos, assim como os de Dayrell (1998), Brito (2006) e Nogueira (2009) para os *geraizeiros* e os de Luz de Oliveira (2005) e Araújo (2009) para os *vazanteiros*. Esses estudos serviram como desencadeadores de um processo de auto-identificação desses grupos e sua articulação política a uma rede social se que foi construindo e possibilitando um

[38] A Fundação Cultural Palmares foi criada em 1988, decorrente das demandas do movimento negro no Brasil. É uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. É responsável pela formulação e implantação de políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País.

[39] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal, criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a função de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

[40] Conforme registro no Livro de Cadastro Geral nº 003, Registro nº 216, fl. 22 (COSTA FILHO, 2009).

diálogo entre estes e o aparelhamento estatal. Em analogia a esse contexto, o autor-reconhecimento dos grupos étnicos diferenciados e dos direitos territoriais das populações camponesas são ressaltados por O'Dweiner (2010) como parte da responsabilidade social dos antropólogos que,

> como pesquisadores que detêm um 'saber local' (GEERTZ, 1999, 11) sobre os povos e grupos que estudam, fazem de sua autoridade experiencial um instrumento de reconhecimento público de direitos constitucionais (O'DWEINER, 2010, p. 41-42).

De acordo com a autora, isso exige uma 'dimensão interpretativa no estudo dos fenômenos sociais', em que o antropólogo fornece explicações sobre o sentimento de participação social dos grupos, do sentido que estes dão às suas reivindicações e sobre as representações e usos que fazem de seus territórios. Assim sendo, os pesquisadores do Norte de Minas podem ser pensados como uma espécie de *broken* (COSTA, 2007) ao possibilitarem o rompimento da invisibilização desses grupos sociais frente ao Estado e à Sociedade, articulando essas coletividades a uma rede de apoio social constituída inicialmente pela CPT, STR, MST, CAA, e que se ampliou com o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas (PARANHOS, 2006). O Fórum realizava críticas a um contexto de crescente exclusão social e de expansão de grandes empreendimentos capitalistas, consequentes às políticas de desenvolvimento econômico hegemônicas na região e atuou, estimulando o fortalecimento das populações rurais norte-mineiras. Tal espaço contribuiu para articular e aproximar grupos sociais com experiências e formas de organização social distinta, assim como espaço de formação de várias lideranças camponesas no Norte de Minas, *locus* de aprendizagem, de saberes e de valores que orientaram a ação coletiva e a construção identitária dos diversos grupos sociais da região (AUGUSTO, 2011). Tal como observado por morador do Quilombo da Lapinha, quando toma conhecimento de sua condição de remanescente de quilombo e na relação com outros sujeitos da rede, inicia a mobilização do grupo e uma série de ações articuladas em prol da reapropriação territorial:

> *Eu vi passar na televisão: quilombo do Maranhão. Mas como é que é eu sendo afrodescedente... Eu não me achava dentro da história. Quando João Batista vem fazer mestrado aqui, disse que também era um quilombo. Mas aquilo passou pela cabeça. Quando chegou a política, eu fui apoiar o prefeito para arrumar a estrada. Aí, eu falei: ô João (prefeito de Matias Cardoso), vou mudar aquele grupo lá que tem pouca gente, vou remanejar*

> *os alunos pra cá para não ficar muitas séries. Mas, como é que vou fazer se tem seis colchetes lá? A estrada não é pública. Mas aí ele disse: "é só fazer um abaixo-assinado, lá tem um quilombo." Eu falei: "de novo esta história de quilombo." Aí eu fazia parte do conselho municipal. Quando eu cheguei lá no Clube de Porteirinha, estavam as* ***entidades, sindicatos****, isso, aquilo, e tava lá o* ***quilombo****. Eu falei: "hoje eu tenho que saber o que é isso." Como nas reuniões todo mundo tem crachá, aí tava um escrito quilombo. Aí eu falei para o moço me contar essa história do que é quilombo. Ele falou assim, que não sabia falar direito, não. Mas que era terra de nós preto. Aí veio o Liolino e veio me explicar. Aí estava esse Eduardo da* ***FETAEMG*** *e eu falei nossa trajetória. Ele falou que a gente estava dentro do quilombo, que tem que ter essa trajetória histórica. "Aí eu falei: e aí Eduardo, como é que eu faço?" Ele falou que era só procurar o* ***CEDEFES****, o Pablo. Aí ele me deu o telefone. Aí eu já agilizei. Com 45 dias eu estava com o certificado da* ***Palmares*** *na mão. Daí com quinze dias saiu a Federação Mineira dos Quilombos. Aí fui convidado para Belo Horizonte, ficamos três dias lá, elegemos o Ticão como presidente. Aí nessa história fizemos entrevistas, cada comunidade tinha de falar qual é sua demanda, qual é seu problema. Eu falei que quilombo é o seguinte, onde seu gado pastava, onde você plantava e pescava, a terra é suas, é direito quilombola, vocês tem reivindicação na terra. O Quilombo do* ***Brejo dos Crioulos*** *eram um dos mais adiantados da região, arrumei uma van e levei dezesseis pessoas da comunidade para lá. Lá eles falavam que tínhamos que ver como é que quilombola faz. Que tem que partir pra cima, porque o INCRA não sede fácil, nem os fazendeiros. Aí a turma foi no acampamento (de Brejo dos Crioulos), tinha um café. Eu falei que não entro em porteira de ninguém pra ocupar terra, não; eu num guento empurrão de polícia. Aí Ticão falou pra eu procurar o* ***CAA****, a* ***Pastoral da Terra****, o* ***MST****, que eles iam nos ajudar. Aí que eu fui procurar o CAA, conversando com a Mônica, já levei a cópia da Associação, fiz o cadastro no CAA. Aí eu nem sabia que tinha Zilah na Pastoral da Terra, em Manga. Para achar essa Zilah deu trabalho. Mas quando eu achei, deu resultado. Ela veio com as entrevistas, quando ela chegou, a turma assanhou! Aí ocupamos uma fazenda* (Entrevista concedida por morador do Quilombo da Lapinha em 2010).

Nesse contexto, a criação de espaços de interlocução permitiu que esses grupos sociais se organizassem politicamente e trocassem experiências de luta territorial que extrapolaram a dimensão local. Isso representou uma aprendizagem que se dava de forma dialética, construída a partir da e na prática social, assim como na relação entre diferentes sujeitos. Nesses encontros, a questão ambiental se tornou elemento sempre presente nas discussões sobre outro modelo de desenvolvimento para a região, sustentado pela valorização das práticas tradicionais realizadas pelos diversos grupos sociais, em contraposição à agricultura mecanizada. A conservação do ambiente passou a ser referência fundamental na luta pelo território e parte do componente identitário dos grupos tradicionais frente aos demais grupos camponeses. Tal como os seringueiros apropriaram-se do discurso ambientalista e realizaram críticas ao modelo desenvolvimentista, povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas também incluíram parte desse repertório em suas reivindicações, incorporando-as em suas

próprias visões de mundo e práticas locais. Tal atitude vem incentivando esses grupos a terem suas lutas territoriais reconhecidas como legítimas, fazendo com que possam ter maior poder de negociação frente às instituições estatais com as quais se confrontam, em busca da regularização de seus territórios e na manutenção de seus modos de vida específicos.

CAPÍTULO 2

MATA ATLÂNTICA OU CAATINGA:
O jogo da mitigação e a condição de encurralamento dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha

> *Eu não consigo admitir que exista um movimento dos atingidos pelos parques. Apesar que eu sei que são atingidos. Mas o que se tem que culpabilizar é a forma como o parque foi criado e não o parque. Pois o parque é para ser uma coisa boa para todos. Tem que culpar é a falta de manejo, de administração, de estruturação. O discurso contra os parques é o mesmo discurso do agronegócio. Pois os grandes fazendeiros não querem unidades de conservação no Norte de Minas. Não pode ficar nesse discurso de uma nota só que o parque é ruim.* (Fala do coordenador da Promotoria da Bacia do São Francisco de Montes Claros/MG, no 5° Encontro dos Vazanteiros em Movimento, 16 de setembro de 2010. Ilha do Jenipapo – Itacarambi/MG).

A perspectiva conceitual fundamentada nas noções de *campo* e *habitus* de Pierre Bourdieu, tradição analítica presente na sociologia dos conflitos ambientais, é utilizada por Zhouri (1998), Ascelrad (2004) e Carneiro (2005), ao compreenderem o campo ambiental em analogia a um "campo de forças", ou seja, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos e, enquanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas nesse campo, conservando ou transformando sua estrutura. Ao compartilhar dessa perspectiva estruturalista de Bourdieu, Carvalho (2001) distingue o campo ambiental de outros campos à medida que este se constitui no espaço social da *práxis* ecológica, tendo como *ethos* a valorização da natureza como um *bem* a ser cuidado. Tal campo é composto por atores com visões e projetos sociais distintos, que disputam politicamente entre si a significação hegemônica desse *ethos* buscando impor um sentido do que seria a conduta humana desejável e o ambiente ideal, como forma de legitimar suas práticas e ações.

Atualmente, a ideologia do desenvolvimento sustentável é a *doxa*[1], (CARNEIRO, 2005) que orienta as relações sociedade-ambiente no campo ambiental, convertendo-se em uma ortodoxia à medida que reproduz o ponto de vista dos dominantes e se impõe como ponto de vista universal. A promessa do consenso entre os interesses econômicos, sociais e ambientais, característica da *doxa* do desenvolvimento sustentável, permitiu que tal noção fosse assimilada rapidamente pelas agendas oficiais internacionais, nacionais e o senso comum. Perspectiva baseada no *Paradigma da Modernização Ecológica*[2]

---

[1] Carneiro (2005) utiliza a noção de doxa de Bourdieu, uma vez que para o autor todo campo desenvolve uma *doxa*, um senso comum e um *nomos*, leis gerais que o govermam. A *doxa* é aquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo (BOURDIEU, 2007).

[2] De acordo com Martinez-Alier (2007, p. 28), a terminologia "Modernização Ecológica" foi inventada por Martin Jaenicke e por Arthur Mol, na década de 1990. Ela une uma vertente econômica, com ecoimpostos e mercados de licença de emissões e uma vertente ecológica, apoiando medidas voltadas para economia de

(Matínez-Alier, 2007; Acselrad, 2005), também chamado por Zhouri *et al* (2005) de *Paradigma da Adequação Ambiental* e por Carneiro (2005) de *Paradigma do Jogo da Mitigação*, as contradições dessa *doxa* emergem à medida que possibilita ações baseadas em uma visão desenvolvimentista na qual as atividades econômicas voltadas à acumulação de capital se sobrepõem às demais práticas sociais de uso e apropriação da natureza[3], através de mecanismos mitigatórios ou compensatórios. Nessa perspectiva, o ambiente é compreendido como um meio, uma externalidade às dinâmicas sociais e políticas, trazendo a crença de que a crise ecológica global e os conflitos locais são passíveis de ser contornados, fazendo-se uso das adaptações técnicas – promotoras do progresso e da modernização – sem questionar as práticas e os efeitos do modo capitalista de produção. O excerto exemplifica tal argumento, em que o parque, mecanismo principal de proteção da natureza, é enfatizado pelo Coordenador das Promotorias da Bacia do rio São Francisco como algo genericamente bom. Para além de espaço abstrato da conservação, se constitui no próprio "artefato"[4] (BARRETO FILHO, 2002) do campo ambiental, uma construção cultural romântica presente na vertente preservacionista hegemônica desse campo. Excluído das dinâmicas sociais e políticas colocadas em questão pelo movimento social da região, os parques, nessa fala, são dissociados das questões relacionadas às expropriações territoriais impostas por sua operacionalização e pelas práticas sociais autoritárias realizadas pelos agentes ambientais, que replicam a ideia de *natureza intocada* (DIEGUES, 2004), excluindo sujeitos e desconsiderando suas territorialidades ali existentes. Essas questões contradizem o *ethos* do campo ambiental que, para assegurar os proveitos que o campo oferece a seus agentes, através de unidades de proteção compensatórias, permite a degradação de grandes extensões de matas nativas, como no caso do projeto de fruticultura irrigada Jaíba. Além de haver um silenciamento sobre essas questões, há também uma homogeinização das significações e dos

---

energia e matérias-primas. De acordo com o autor, a modernização ecológica segue o evangelho da Ecoeficiência, uma das três correntes do Ecologismo identificadas por ele como: "culto à vida silvestre", "ecoeficiência" e "ecologismo dos pobres". Nesse sentido, a ecoeficiência é compreendida como sinônimo da modernização ecológica apresentando seu vínculo empresarial com o "desenvolvimento sustentável".

[3] Guerra *et al* (2007, p. 17) ressaltam que o modelo do desenvolvimento sustentável baseia-se efetivamente numa racionalidade econômica e não ecológica, reforçando uma visão da natureza como apresentada pelo pensamento econômico moderno, sendo uma das suas consequências a transformação da "natureza"em "meio-ambiente", o que resulta em importantes implicações sobre as noções de como o desenvolvimento deve ser promovido e realizado. Matínez-Alier (2007) o identifica como a reencarnação da ecoeficiência tal como proposta por Pinchot.

[4] Barreto Filho (2002) utiliza a noção de "artefato" de Geertz para se pensar as construções sociais e culturais por trás da ideia de áreas protegidas. Utiliza a metáfora da catedral de Geertz para se referir aos parques e estações ecológicas como representação de santuários ecológicos a serem preservados e cuidados sem qualquer intervenção humana.

projetos sociais dos distintos sujeitos que travam suas lutas sociais nesse campo. Ou seja, ao equiparar diferentes percepções sobre os parques, tanto pelos atingidos quanto pelos representantes do agronegócio, como se fosse "*um discurso de uma nota só*", ocorre uma anulação das diversas formas de significação e apropriação desse espaço territorial realizadas pelos povos e comunidades tradicionais aqui estudados. assim como a distribuição dos efeitos políticos e sociais produzidos pela criação dos parques, que ocorre de forma diferenciada sobre cada grupo social. Ao compartilhar da ideia de natureza como um bem a ser preservado, sendo o parque o mecanismo legítimo para isso, a promotoria reconhece a existência de uma sobreposição territorial, mas nega o posicionamento dos atingidos, uma vez que atenta contra a moral do campo (CARNEIRO, 2005) reproduzida na frase: "*eu não consigo admitir que exista um movimento dos atingidos pelos parques*". Nesse contexto, os efeitos sociais advindos das políticas de mitigação (CARNEIRO, 2005)[5] do campo ambiental não são evidenciados, mas atribuídos "*à falta de manejo, de administração, de estruturação*" desses parques pelos órgãos competentes. Ratifica-se, assim, o discurso do desenvolvimento sustentável, que acredita no progresso e na razão, a partir de uma ecotecnologia viável, ou seja, a partir de uma adaptação técnica de uma melhor administração do manejo da natureza, capazes de contornar e corrigir tais "problemas".

Entretanto, a predominância de áreas protegidas na modalidade de proteção integral no Brasil, de acordo com Diegues (2000), gerou e ainda gera uma série de conflitos com outros povos e civilizações que não compartilham dessa mesma visão de mundo e não possuem o mesmo contexto cultural, social e econômico dos países do Norte, de onde essas ideias foram importadas. Assim, as práticas sociais desenvolvidas nesse espaço social são inerentemente conflitivas, tendo em vista a pluralidade de segmentos sociais envolvidos na construção de seus respectivos projetos sociais, o que dá sentido e destino aos terrritórios (ASCELRAD, 2004). Nesse contexto, os conflitos ambientais se instaurariam nos planos político e simbólico, através da luta pelo direito e pelo poder de construir e de fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do ambiente contestado.

Assim, o campo ambiental se constitui em um espaço de lutas sociais, com características específicas e regras próprias de conservação que constrangem as comunidades

[5] Ao analisar o COPAM, Carneiro (2005, p. 78) se refere a um processo de oligarquização do poder deliberativo e de juridificação do campo ambiental. Denomina de "jogo da mitigação" uma dinâmica em que o interesse dos agentes nos proveitos específicos, gerados pelo desenvolvimento do campo, são parte da dinâmica desse jogo, em que esses atores tendem a atenuar suas divergências e fortalecer consensos para defender a legitimidade do campo.

vazanteiras aqui estudadas pela imposição de uma lógica conservacionista que restringe o acesso a seu território ancestral e coíbe suas práticas tradicionais. Por outro lado, ao tentarem garantir menor insustentabilidade para si, as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha inserem suas reivindicações no campo ambiental, buscando não mudar sua estrutura, mas tentando compreender suas regras e utilizando-se dos dispositivos jurídicos pertencentes a ele, tais como a possibilidade de reconversão dessas unidades de proteção integral em modalidades menos restritivas como RESEX e RDS, incluindo-se assim na dinâmica do "jogo da mitigação" (CARNEIRO, 2005).

Portanto, busco mostrar neste capítulo que as comunidades *vazanteiros* emergiram enquanto movimento no campo ambiental somente pela condição de encurralamento a que foram submetidas. Encurralamento que teve seu ápice com a valorização das áreas remanescentes de Matas Secas desses parques estaduais, resultando em uma série de restrições de acesso dos vazanteiros a seus territórios e realização de suas práticas tradicionais. Ou seja, o momento identificado por mim não está relacionado à sua criação, que tinha como objetivo cumprir as mitigações do campo ambiental para a expansão do projeto Jaíba, mas a partir do momento em que os parques passaram a operar na prática enquanto Unidades de Proteção Integral (UPI); contexto decorrente da valorização das Matas Secas e do debate sobre o *status* de sua proteção enquanto Mata Atlântica ou Caatinga. Assim, trago situações sociais que dizem respeito a esse debate, com objetivo de apresentar atores, suas significações sobre o lugar, as dinâmicas e disputas de projetos sociais para esses territórios, para além da nomeação das Matas Secas enquanto Mata Atlântica ou Caatinga, mas como espaço disputado para conservação ou para fronteira do agronegócio; debate que implica na operacionalização, por parte do IEF, de medidas restritivas e expropriatórias sobre as comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha, encurralando-as em suas práticas e modos de viver.

Logo, estruturo essa discussão a partir de dois momentos: um momento anterior ao encurralamento, que ocorre via etapa dois do projeto de fruticultura irrigada Jaíba e a criação das condicionantes ambientais como instrumento funcional ao agronegócio e a ambientalistas que se alinham em seus interesses a partir do "jogo da mitigação" (CARNEIRO, 2005); a um segundo momento que tem como contexto a valorização das Matas Secas e a região dos parques como área prioritária para conservação, ratificada pelo Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais de 2005 e pelo debate legislativo sobre o *status* de sua proteção. Tal processo que conduz à efetivação de uma série de restrições que são percebidas pelos vazanteiros das comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da

Lapinha como encurralamento, e permite caracterizar o conflito ambiental em questão a partir dos diversos atores, visões de mundo, formas de apropriação da natureza e diferentes projetos sociais para o lugar.

2.1 O jogo da mitigação: a expansão do projeto Jaíba e a funcionalidade das condicionantes ambientais

Como foi visto no capítulo anterior, a implementação das políticas públicas de colonização e de desenvolvimento econômico para o Norte de Minas iniciaram um processo de expropriação territorial de vários grupos étnicos, a partir da inserção de modos produtivos de base capitalista na região em confronto com suas formas distintas de apropriação material e simbólica do ambiente. Será, nesse contexto da década de 1970, que a baixada média do rio São Francisco será privilegiada pela implementação de grandes projetos de irrigação como o Jaíba, o Gorutuba, o Pirapora e o Lagoa Grande. Entretanto, será através do Projeto de Colonização e Fruticultura Irrigada Jaíba, localizado nos municípios de Jaíba e Matias Cardoso, que o vínculo do Norte de Minas Gerais ao mercado externo se efetivará, alterando suas dinâmicas sociais, suas características ambientais e a lógica produtiva vigente do lugar. Esse novo quadro provocou a transformação da formação social na região, com combinações econômicas diversificadas (RODRIGUES, 2001).

Sob influência da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) – organismo das Nações Unidas que, durante a segunda metade do século XX, teorizava e sugeria políticas públicas para a promoção do desenvolvimento econômico na região – criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, com o objetivo de orquestrar as ações de planejamento econômico do Estado brasileiro naquela região. Com características climáticas adversas e desenvolvimento econômico semelhante ao do Nordeste brasileiro, o Norte de Minas Gerais, a partir de 1965, passa a integrar a região de planejamento da SUDENE. É incorporado, a partir de então, ao denominado "Polígono das Secas", como Área Mineira do Nordeste.

Enquanto a SUDENE encarregou-se de incentivos fiscais para o desenvolvimento da região Norte e Nordeste, a Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), articulada com a SUDENE, ocupou-se do desenvolvimento econômico da bacia hidrográfica do São Francisco. Dessa forma, a articulação dessas duas instituições transformou estruturalmente a dinâmica econômica do

Norte de Minas, a partir de programas de incentivos fiscais e financeiros que se basearam em quatro eixos: (a) grandes projetos agropecuários; (b) industrialização; (c) reflorestamento; e (d) projetos de irrigação (RODRIGUES, 2000).

Dentre os projetos de irrigação, o projeto de fruticultura irrigada Jaíba foi concebido para ser o maior projeto de áreas irrigadas em terras contínuas da América Latina, no vale do São Francisco, às margens dos rios Verde e Grande. Elaborado para ser executado em quatro etapas, conforme mapa abaixo, recebeu dos governos Federal e Estadual investimentos de recursos da ordem de US$ 471.275.419,031 (ANAYA, BARBOSA, SAMPAIO, 2006).

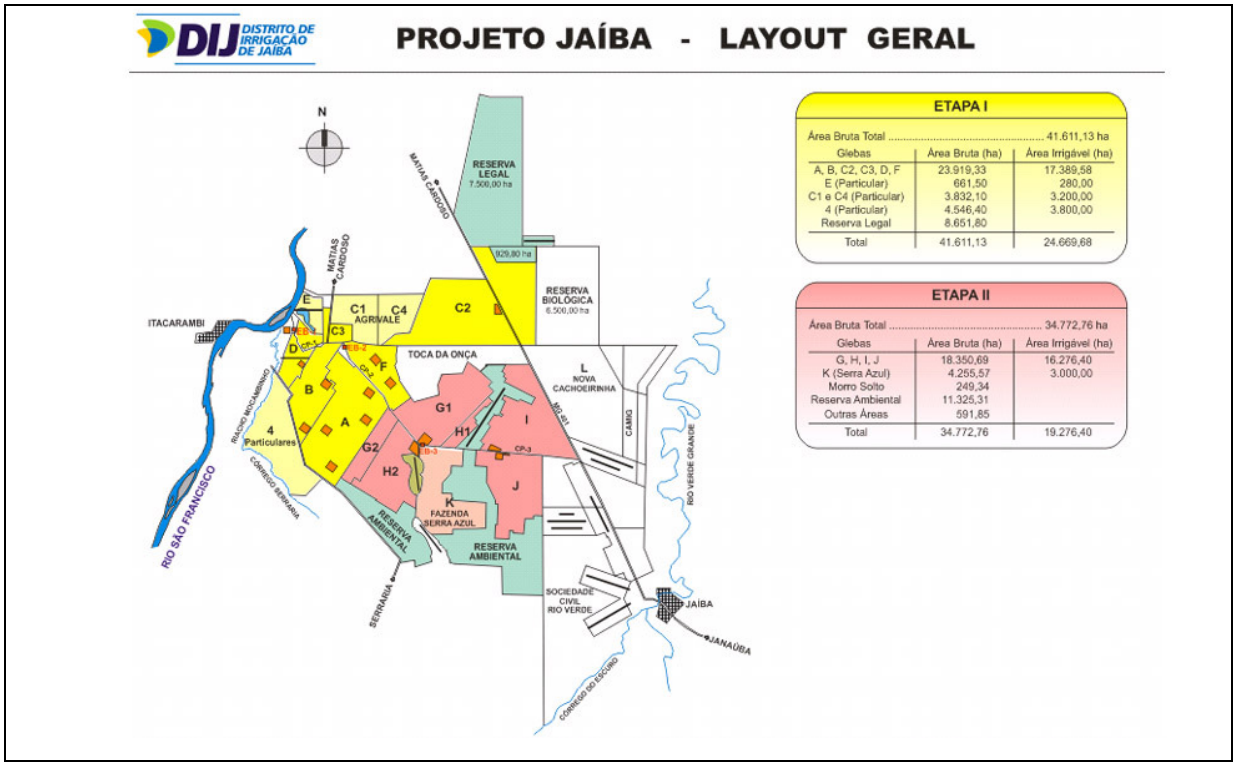


FIG. 04: Mapa do Projeto de Fruticultura irrigada Jaíba – etapa 1 e 2.
Fonte: http://www.projetojaiba.com.br/novo/index.php/mapas. Acesso em: 22/04/2012.

As primeiras frentes de assentamento para a prática da agricultura irrigada datam de 1988, em Mocambinho (Área D). Essa área se caracterizou por estar mais próxima do manancial hídrico e pelo fato de priorizar o assentamento dos habitantes nativos da região, que cultivavam suas lavouras no sequeiro, utilizando-se das vazantes do Rio São Francisco. Os assentamentos seguintes foram os das áreas F (1990); C3 (1992), B (1996), C2 (destinada à produção empresarial, concluída em 1996) e A (iniciada em 1997, ainda com áreas a serem

ocupadas por novos assentados) (ARAÚJO, GODRIM & SOUZA, 2007).

Entretanto, seu planejamento remete à ideia de colonização da região pouco explorada do Jaíba que, de acordo com Oliveira *et al* (2000), data de 1952, quando foi criado o Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC). A experiência de colônia agrícola realizada pelo INIC com 200 famílias não conseguiu alterar a configuração da economia assentada na agricultura familiar e extrativista para a agricultura comercial. Assim, em meados dos anos 60, o governo brasileiro encomendou ao *Bureau of Reclamation*[6] (Estados Unidos) um estudo intitulado "*Recolhimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia de São Francisco*", que identificou na região da Jaíba uma área de 230.000 hectares, sugerindo que 100.000 hectares fossem destinados ao desenvolvimento da agricultura irrigada, e 130.000 a culturas de sequeiro (terras não irrigadas).

Para subsidiar a execução desse projeto, recursos financeiros do BID (Banco Interamericano) deram suporte inicial para o lançamento do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste (PLANOROESTE)[7] em 1966. Para coordenar esse programa o governo do estado criou a Fundação Rural Mineira de Colonização e Reforma Agrária (RURALMINAS), que seria a instituição responsável pela administração de terras "devolutas" do Jaíba, utilizadas para o projeto de colonização. O processo de divisão de terras do Jaíba em glebas, realizado pela RURALMINAS, data do ano de 1972, dando início a um processo de expropriação de agricultores tradicionais de seus territórios, considerados pela instituição como terra devoluta. Caso específico diz respeito à localidade denominada Toca da Onça, identificada pelos vazanteiros do quilombo da Lapinha, como parte de seu território tradicional:

> *Estava dentro do projeto Jaíba, na área empresarial, essa toca da Onça. Aí foram expulsando o pessoal, tem uma família na várzea da Manga, a última casa é do Florentino Maria, casado com uma prima minha. Aí você chega lá e pergunta: como é que vocês foram expulsos daquela fazenda de 105 alqueires que era do sogro dela? Ela vai te contar. A RURALMINAS despejou eles de lá. (...) Onde está a colônia de Mucambinho era uma terra escriturada, registrada como se fosse pago* (Entrevista concedida por morador do Quilombo da Lapinha – agosto de 2009).

---

[6] Fundado em 1902, o *Bureau of Reclamation* executou estudos e obras do porte da construção de represas, usinas hidrelétricas e canais em 17 estados do oeste Americano. É um dos maiores distribuidores de águas dos EUA, colocando-o como 2° produtor de energia dos EUA.

[7] O PLANOROESTE fazia parte dos programas integrados de desenvolvimento do nordeste – o POLONORDESTE.

Tal localidade pode ser observada no mapa do projeto Jaíba acima, referente à etapa 3, cujo nome dado pela população nativa de "Toca da Onça" ainda permanece.

Nesse contexto, a concepção de colonização se constituiu no bojo do regime militar, tornando-se sinônimo de reforma agrária (RODRIGUES, 1998). Mocambinho se torna o projeto piloto destinado ao assentamento de lavradores que irrigavam suas lavouras pelo sistema de inundação[8] e contava com 35 famílias em 200 ha de terra. Cabe ressaltar que Mocambinho ou Mocambo aparece em vários relatos dos vazanteiros e quilombolas como referência a um quilombo, conforme informação de um morador sobre a fuga de seu avô: *"ele fugiu, atravessou o rio e foi pra Mocambo, que é outro quilombo, lá ele era bom caçador, bom matador de onça, bom vaqueiro, entrou no meio da turma"*. (Entrevista concedida por morador do Quilombo da Lapinha – agosto de 2009). Mocambo como lugar de refúgio é também informado por uma moradora da Lapinha: "*na minha região as características são todas de quilombo. Temos lá uma localidade que chama Mocambo, onde as pessoas se escondiam antigamente* (Entrevista concedida por moradora do Quilombo da Lapinha em 2009).

A partir da experiência de Mocambinho, as esferas do governo federal e estadual se juntaram para colocar em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que tinha como objetivo implementar grandes empreendimentos financeiros voltados para a agricultura. A Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)[9], foi definida como órgão executor e supervisor do projeto Jaíba, juntamente com a RURALMINAS. Entretanto, somente em 1978 as obras de infra-estrutura do projeto Jaíba terão início, coincidindo com um contexto marcado pela crise mundial do petróleo e implementação do PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool) pelo governo federal, que já vinha ocorrendo desde 1975. O PROALCOOL teve seu ápice a partir da década de 1980 e oferecia vários incentivos fiscais e empréstimos bancários com juros abaixo da taxa de mercado para os produtores de cana-de-açúcar e para as indústrias automobilísticas que desenvolvessem carros movidos a álcool. Foi assim que empresas como a do grupo Ometto, tradicional usineira de álcool e açúcar no país, chegou ao projeto Jaíba em 1980, contratando técnicos para realizar pesquisas para desenvolvimento de cana irrigada, adaptada ao clima do norte de Minas.

---

[8] De acordo com Rodrigues (1998), o sistema de irrigação por inundação consiste num método em que a água é distribuída superficialmente através de sulcos.

[9] Criada em 1975 e ligada ao Ministério do Interior, desenvolve ações, especialmente projetos de irrigação, ao longo do rio São Francisco, abrangendo cinco estados: Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Entretanto, a forma autoritária de implementação do projeto e a prática de regularização fundiária das terras do Jaíba, realizadas pela RURALMINAS, são percebidas pelas comunidades tradicionais como um empreendimento de expropriação de seus territórios comuns. O Projeto tinha como prioridade trazer grandes empreendimentos capitalistas para a região e atender aos interesses comerciais de empresas alcooleiras, em um contexto de crise, conforme relato de um morador da Lapinha:

> *Quando Rondon Pacheco, na ditadura, criou o Projeto Jaíba, ele criou já um projeto de indústria de álcool para o grupo Ometto. Os Ometto vieram pra cá e pegou 24 mil hectares de terra, mas com uma usina premoldada pra montar e com a garantia de produzir álcool se levasse lá o canal. Aí vai mudando a política. Acabou a ditadura. Aí quando o Ometto veio comprar as terras, já tinha fazendeiros na região. Aí o Orlando Ometto, que é o sobrinho do Celso, que é o patrão lá, chegou e foi comprar as terras, mas os fazendeiros pediram alto o preço das terras. Aí voltou. O governador Rondon Pacheco falou assim: 'e as terras lá agradam pra plantar cana?' Aí ele falou assim: 'Ótimo, mas tem um problema com os fazendeiros, eles querem muito caro na terra e nós não pagamos esse preço'. Ele (Rondon Pacheco) pegou e intimou os fazendeiros todos de Montes Claros e falou: 'eles vão pagar à prestação'. Aí todo mundo calou a boca e assinou os 24 mil hectares para os Ometto.* (Entrevista concedida por morador do Quilombo da Lapinha – agosto de 2009).

Segundo Rodrigues (1998), o grupo Ometto adquiriu 17 mil ha da RURALMINAS e assinou a proposta de compra da terra do Estado, em 1984, condicionada à disposição de água e energia elétrica. Em entrevista à Revista *Veja*, na década de 1980, um dos donos da Ometto já fazia previsões da produção de 487 milhões de litros de álcool por ano, com a implementação do projeto Jaíba:

> Se eu não acreditasse no Proálcool, de jeito nenhum correria esse risco investindo tanto dinheiro. E, depois, que desculpa eu iria dar para os meus netos e bisnetos?", indaga. Embora existam percalços no curso do programa, Ometto, com certeza, não está jogando dinheiro pela janela nem criando qualquer embaraço para seus descendentes. Empresários, como ele, que empenharam seu patrimônio no álcool, afugentam do cenário fúnebre previsões produzidas em gabinetes acadêmicos nos quais ninguém arrisca dinheiro com prognósticos equívocos. A essa altura, por exemplo, fica bizantino discutir se a área plantada necessária para o álcool vai roubar terras aproveitáveis da agricultura de alimentos ou enxotar para as cidades pequenos agricultores (*VEJA*, 17 de setembro de 1980).[10]

De acordo com Rodrigues (1998), o Projeto Jaíba, como parte do PLANOROESTE, tinha como base atender interesses oligopolistas, transformando o

[10] Disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_17091980.shtml. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

Norte de Minas em um grande pólo agroindustrial, assim como conter o avanço da reforma agrária no país e colonizar regiões consideradas como "vazios econômicos". A colonização nesse contexto foi uma estratégia própria das áreas de fronteira, como a da Amazônia e do Cerrado. Uma estratégia própria do período militar para implementar políticas de desenvolvimento. Assim, o cerrado mineiro, considerado uma região inexplorada, um vazio populacional, deveria ser ocupado e colonizado por quem tivesse condições efetivas de tornar produtiva aquela imensa área (RIBEIRO, 2005).

Nessa perspectiva, grandes grupos econômicos como a alcooleira OMETTO, AGRIVALE[11] e ANDRADE GUTIERREZ, com objetivo de explorar atividades agroindustriais, ficaram com mais da metade da área do projeto. Parte da leva de empresários nesse período foi para o projeto de sete famílias japonesas ligadas à Cooperativa Paulista de Cotia, que desenvolveria agricultura mecanizada de algodão e mamona, dentre outros (OLIVEIRA *et al*, 2000).

A visita desses empresários ao Jaíba, no ano de 1973, promovida pelo governo federal, teve como objetivo incorporá-los ao projeto através do oferecimento de incentivos econômicos. A consequência dessa intervenção foi a compra de terras por parte das empresas e apresentação de projetos técnicos ligados ao desenvolvimento de:

> (a) cultivo de cana-de-açúcar e sua industrialização para produção de álcool (Gripo Ometta, Agrivale, Cia São Francisco da jaíba); (b) atividade pecuária (Agrivale, Cia São Francisco da jaíba e Projetos de Colonização põe empresas públicas e particulares; (c) produção de produtos olerícolas, frutícolas, cereais e sementes (RODRIGUES, 1998, p. 83).

Entretanto, cabe ressaltar, conforme apontado por um dos entrevistados, que a agroindústria alcooleira não se efetivou, seja pela queda na cotação do açúcar no mercado internacional, seja pela não conclusão das obras de irrigação ou pelo recuo de recursos financeiros para as atividades agroindustriais. Pois a expansão do crédito agrícola que marca toda década de 1970, na década seguinte, apresenta uma retração, o que faz diminuir a quantidade e a qualidade de subsídios oferecidos a esse setor[12]. Com a mudança de governo

[11] A agrivale desenvolve atividades agrícolas e pecuárias. A Agroceres cultivava sementes de oleorícolas até a década 1990, quando vendeu suas terras para o grupo Yamada, proprietário da atual Brasnica.

[12] "A recessão que o Brasil vive naquele momento, em grande parte reflexo da estagnação que se apresenta nos países industrializados, coloca em cheque a política de modernizaçãoo da agricultura, alterando as condições

e a falta de investimento no Jaíba, em 1982, no governo Tancredo Neves, o projeto alcooleiro do grupo Ometto foi adiado. Entretanto, a empresa, assim como outras, não deixou de explorar os recursos naturais da região através do carvojeamento e criação de gado. As críticas do uso intensivo das Matas Secas nativas, localizadas no projeto Jaíba e em seu entorno, por grandes projetos agropecuários e de carvojeamento, são ressaltadas por um entrevistado, liderança quilombola da Lapinha, que chegou a realizar transporte de carvão para a Ometto:

> *Eles (Ometto) foram criar boi porque não levaram o canal. E tirar madeira. Eu trabalhei com caminhão meu, alugado lá por um ano; todo dia saía caminhão, tinha trinta carvoeiras. A mata mais conservada, onde tinha mais animal, tem um lugar chamado Toca da Onça, que o pessoal nosso criado lá, eu mesmo fazia fretes pra eles, levava água para os madereiros lá. Tinha uma lapa d'água dentro da mata, numa grota de pedra; tinha um motor desses de 18, que puxava a água o dia inteiro* (Entrevista concedida por morador do Quilombo da Lapinha – agosto de 2009).

Nesse período, há também uma redução da participação da RURALMINAS, responsável nesse primeiro momento pela regularização fundiária e implantação dos dispositivos básicos de colonização como estradas, rede elétrica, infra-estrutura, assentamento de colonos e apoio técnico. Seu afastamento direto do projeto se relacionou à investigação das denúncias de corrupção junto à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) (RODRIGUES, 1989).

Assim, a CODEVASF assume maiores atribuições, se encarregando das obras e serviços de irrigação, coordenação de projetos de engenharia, fiscalização, licitações, adjudicações e compras de equipamentos. As obras que tinham se iniciado em 1975, com a falta de incentivos financeiros e problemas técnicos como o rebaixamento do lençol freático e as enchentes que assolaram a região em 1979, foram concluídas somente em 1988. Porém, já em 1986, parte da Etapa 1 estava concluída, possibilitando assentar pequenos irrigantes na área. Etapa financiada pelo Banco Mundial, que teve como característica o assentamento de colonos de baixa renda, pequenos e médios empresários e 2 grandes empresas produtoras de fruticultura irrigada.

---

gerais do crédito rural, com consequências previsíveis sobre a produçãoo de máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos etc... gerando ociosidade e fechamento de fábricas" (Ribeiro, 2005, p. 180).

Nessa etapa, além da CODEVASF, foi criado o Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ)[13] para compartilhar a direção do projeto que, por exigência do seu maior financiador, Banco Mundial (BIRD)[14], foi obrigado a inserir uma "denotação social" ao empreendimento (RODRIGUES,1998). Nesse contexto, investiu cerca de U$ 158 milhões, condicionados a uma contrapartida de investimentos do governo brasileiro na ordem de U$ 87 milhões, que deveriam ser distribuídos em obras civis, bens, equipamentos, consultoria e outros. De acordo com Rodrigues (1998), a DIJ foi uma solução do Estado para transferir a responsabilidade do projeto para o setor privado, o que corrobora a fala do gerente da DIJ, sobre a gestão do projeto Jaíba, em entrevista à Revista *Ambiente Hoje*:

> A idéia é que o Estado passa para a iniciativa privada a gestão do Projeto Jaíba. O Estado já fez toda a infra-estrutura, canais, a eletrificação, estradas, e quem tem que gerenciar o Projeto Jaíba é a iniciativa privada. O Estado tem algumas questões pontuais, esta questão ambiental por exemplo (AMDA – *Revista Ambiente*, 2006, p. 5).

Logo, em 1991, a iniciativa privada é incorporada ao projeto por meio do PLANVASF e, em 1993, a Secretaria de Planejamento de Minas Gerais (SEPLAN) assume participação ativa junto à CODEVASF, relacionada a ações de infra-estrutura e ao meio ambiente. Nesse contexto, o Instituto de Florestas de Minas Gerais (IEF) é convocado para intermediar ações de proteção ambiental, em função das consequências de degradação ambiental geradas pelo projeto, em sua etapa I, e a pactuação de uma agenda internacional frente às preocupações globais de crise ecológica que já vinha sendo construída politicamente a partir das conferências sobre meio ambiente, desde Estocolmo (1972) e Brundtland (1982).

O debate sobre a temática da sustentabilidade é institucionalizado na década de 1980, através do Relatório Brundtland ou "Nosso Futuro Comum" (WEC, 1987), pela ideologia do "Desenvolvimento Sustentável", amplamente consolidado na década de 1990,

---

[13] "O DIJ criado, decorrente da condição do BIRD, é uma entidade civil de direito privado e de caráter coletivo, sem fins lucrativos. Congrega irrigantes (lavradores e empresários) e foi criado com base em instituições congeneres em perímetros irrigados de países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos. Tem por objetivo a democratização das práticas pela participação do irrigante no processo decisório" (RODRIGUES, 1998, p. 87-88).

[14] Apesar do discurso humanitário do BIRD, com uma política voltada para o combate à pobreza e auxílio para o desenvolvimento dos paíse mais pobres, esta política, Segundo Santos (2003), sempre esteve ligada aos interesses do capital estadunidense.

com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO, 1992), no Brasil. Forjado num contexto de re-emergência da economia de mercado e de políticas neoliberais, "desenvolvimento sustentável" serviu como um divisor de águas paradigmático da política ambiental.

É nesse contexto que se inicia uma série de ações de conservação impulsionada pela ECO 92 e pela assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, em 1994, quando o Brasil reassumiu e reforçou o compromisso constitucional de proteger sua biodiversidade e seu patrimônio genético. Em relação às Matas Secas, institui-se o Decreto Federal n° 750 de 10 de fevereiro de 1993, em que foram definidas as florestas estacionais deciduais (Matas Secas) como formação vegetal pertencente ao bioma Mata Atlântica, passando a ter o mesmo nível de proteção deste bioma. Proibiu-se seu corte em áreas preservadas e em estágios avançados e médios de regeneração, desencadeando, nos anos posteriores, uma série de embates políticos no Norte de Minas, liderados pela bancada ruralista, com objetivo de reverter seu grau de proteção e uso através resoluções, deliberações normativas e leis no âmbito federal e estadual, como será visto no quadro mais adiante. Entretanto, o decreto ressaltava também que as Matas Secas poderiam ser suprimidas para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social. Brecha jurídica importante para os ruralistas do agronegócio do projeto Jaíba que, em setembro de 2009, conseguiram junto ao governo de Aécio Neves a assinatura do Decreto Estadual que declarou de utilidade pública e de interesse social para "fins de uso sustentável" as obras de infraestrutura e atividades integrantes do Projeto Jaíba em suas etapas de 1 a 4. Diz o decreto:

> O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei Federal 11.428, de 22/12/2006, decreta: ficam declaradas de utilidade pública e de interesse social para fins de uso sustentável as obras de infraestrutura e atividades integrantes do Projeto Jaíba, em suas etapas 1, 2, 3 e 4, localizadas nos Municípios de Matias Cardoso e Jaíba. (DECRETO ESTADUAL SEM NÚMERO DE 21 DE SETEMBRO DE 2009, p. 9, col. 2).[15]

Com objetivo de implementar a etapa II do projeto Jaíba, caracterizado pelos interesses da iniciativa privada, com a entrada de capital através do Japan Bank International Cooperation, foi assinado, em 1999, um convênio de U$ 110 milhões com o governo de

[15] PUBLICAÇÃO – MINAS GERAIS DIÁRIO DO EXECUTIVO – 22/09/2009, p. 9, Col. 2. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DSN&num=5325&comp=&ano=2009. Acesso em: 12 de abril de 2012.

Minas Gerais (SANTOS & SILVA, 2009). Investimentos que possibilitaram a valorização das terras disponíveis no Jaíba a serem leiloadas pelo governo do estado, atraindo diversas empresas que tinham interesses no agronegócio da região. Valorização ressaltada em entrevista de Leonardo Parma (DIJ) à *Revista Ambiente Hoje*, que faz referência ao valor pago na licitação das terras para a etapa 2 do projeto Jaíba:

> A licitação foi um grande sucesso, 100% das terras foram vendidas, inclusive com ágio de 100% em cima do preço. O valor era de R$ 800,00 por ha e chegou a R$ 1.500,00 por ha na licitação. 100% das terras foram vendidas e estão sendo ocupadas por empresários (AMDA – *Revista Ambiente Hoje*, 2006, p. 05).

Somente a área da Etapa II, inteiramente empresarial, já é maior que a soma da área dos lotes familiares de toda a Etapa I, que conta também com glebas empresariais e terras particulares. Em resenha electrônica ao Jornal *Valor Econômico*, Souza (2011) descreveu a compra dos lotes leiloados pela empresa BRASNICA e o desmatamento para plantio de frutas nesse período:

> Quando pôs pela primeira vez os pés nesta faixa de terra fértil encravada no semiárido mineiro, o japonês Yuji Yamada – que hoje é um dos maiores produtores de banana do Brasil – viu-se cercado de mata. Era uma floresta alta e densa, que não demorou muito para ser derrubada.Yamada tinha comprado a gleba num leilão realizado pelo governo de Minas Gerais. A área fazia parte do Projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina. Com a anuência do governo do Estado, ele e dezenas de outros novos produtores "limparam" a área para transformá-la em região produtiva e numa das principais áreas de fruticultura do Brasil. Tudo isso aconteceu em 2003, e desde então grandes fazendas de frutas e complexos agroindustriais instalaram-se no Projeto Jaíba[16].

É nesse contexto que várias críticas ao projeto Jaíba, realizadas por alguns movimentos ambientalistas e socioambientais, fazem chegar ao Banco Mundial suas preocupações, que passou a exigir uma contrapartida social para investir na expansão da etapa II:

> *Então, essa articulação começa a fazer críticas socioambientais à lógica do projeto Jaíba. Uma dessas críticas chega ao Banco Mundial. Eu me lembro de fazer cartas para mandar para o Banco Mundial. Mas quando ele vem para essa região e escuta esse povo, ele vem pelo Estado. Eles ouvem o pessoal da AMDA, pois tem um reconhecimento público maior. Então, é ela quem participa desses espaços de gestão ambiental. Então, o que predomina é a pressão da AMDA junto*

[16] Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=771355. Acesso em: 28 de janeiro de 2011.

> *aos organismos multilateriais que faziam pressão e passam a exigir condicionantes ambientais. Dentro dessas condicionantes tinha uma série de exigências, dentre elas a criação dos parques. É quando surge o Parque da Mata Seca como contraposição, já que o projeto Jaíba causa um impacto ambiental muito grande. Por ou tro lado, o Estado vai proteger essas áreas. Se você conversar com o IEF, eles reconhecem como foram criados esses parques. Sem conversar com ninguém. Então, você tem condicionantes que não questionam a lógica degradadora da agricultura que eles tentam implantar na região* (Entrevista concedida por membro do CAA, em 2010).

O depoimento acima, de um membro do Centro de Agricultura Alternativa de Norte de Minas (CAA-NM), uma das instituições que faz parte do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, citada no capítulo anterior, revela as críticas socioambientais encaminhadas ao Banco Mundial que garantiram a implementação da etapa II, alinhada com as propostas da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), um dos movimentos ambientalistas do estado, que apresenta ao COPAM a proposta de destinar áreas dentro da Etapa II do projeto para a proteção da biodiversidade, com a implantação de um corredor ecológico de 1.600 hectares, que permitisse a comunicação entre áreas no interior do Projeto e o rio São Francisco (ARAÚJO, 2009).

De acordo com Araújo (2009), a CODEVASF, por outro lado, propunha a implantação de lotes em área contínua e o deslocamento de áreas de reserva para o entorno do projeto de irrigação do Jaíba. Nessa conjuntura, o IEF, que tinha assento no COPAM, apresentou proposta consoante com os interesses da CODEVASF, uma vez que mantinha a criação de unidades de proteção da biodiversidade. Proposta negociada no âmbito do COPAM e aprovada pela criação de um Sistema de Áreas Protegidas (SAP), concedendo, assim, a Licença de operação (LO) para a expansão da etapa II do projeto Jaíba.

Nesse contexto, o modo de produção de grande impacto ambiental realizado pelo projeto Jaíba não foi questionado e a crítica a ele cedeu lugar para um projeto econômico reformador, que atendia aos interesses dos empresários do projeto jaíba na mobilização de recursos públicos para o próprio projeto. Assim, a etapa II do projeto Jaíba expande o agronegócio na região através de uma estratégia funcional, que vem ao encontro de seus interesses, traduzida pela criação de condicionantes ambientais à sua implementação, adequando-se o ambiental ao econômico.

O COPAM, através do processo n° 339/01/97, determinou, assim, a criação de um SAP constituído por sete unidades de proteção integrais – UPI's, somando mais de 91 mil hectares e duas unidades de uso sustentável – UUS, conforme quadro abaixo:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PROJETO JAÍBA

UC - integral	Criação	Área/ha	Município
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	Dec. 39.95408/10/1998	20.500	Matias Cardoso
Parque Estadual Verde Grande	Dec. 39.953 08/10/1998	25.570	Matias Cardoso
Parque Estadual da Mata Seca	Dec. 41.47920/12/2000	10.281,44	Manga
Reserva Ecológica Serra Azul	Dec. 39.950 08/10/1998	7.285	Jaiba
Reserva Biológica da Jaiba	Lei 6.126-04/07/1977Lei 11.731-30/12/1994	6.210	Matias Cardoso
Reserva Legal – Jaiba I	x	7.317,82	Matias Cardoso
Reserva Legal – Jaiba II	x	1) 1.775,722) 6.437,77	Jaiba
Total	x	85.377,75	x

UC - sustentável	Criação	Área/ha	Município
Área de Proteção Ambiental Serra do Sabonetal (APA)	Dec. 39.952, de 08/10/1999	82.500	Itacarambi, Jaiba e Pedras de Maria da Cruz
Área de Proteção Ambiental do Lajedão (APA)	Dec. 39.951, de 08/10/1998	12.000	Matias Cardoso

FIG. 05: AMDA.
Fonte: *Revista Ambiente*, 2009, p. 6.

Dentre as condicionantes ambientais, foram criados os Parques Estaduais "Verde Grande" (1998), com 25.443,20 ha; "Lagoa do Cajueiro" (1998), com 20.728,00 ha, no município de Matias Cardoso; e "Mata Seca" (2000), com 15.360,06 ha, no município de Manga, o perfaz um total de 61.531,26 ha sobrepostos sobre os territórios das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Quilombo da Lapinha e Pau de Légua.

Criados sem consulta pública e desconsiderando as territorialidades ali existentes, essas condicionantes ambientais atendiam aos interesses dos ambientalistas na AMDA e ao IEF, além dos interesses dos grandes empresários que, através da mitigação, consolidariam na região o agronegócio. Corresponde, assim, à perspectiva do que Carneiro (2005) entende por "jogo da mitigação", uma vez que

> os agentes do campo ambiental terminam por promover o consenso de que a dinâmica do jogo que nele se joga deve estar limitada, por um lado, pelo cuidado em não obstaculizar os interesses de acumulação e, de outro lado, pela necessidade, pela própria sobrevivência do campo, e dos proveitos que ele oferece a seus agentes, de obter mitigações ambientais. É precisamente nesses termos que os agentes podem se legitimar apresentando, à sociedade e a si mesmos, uma imagem do campo da política ambiental como um jogo sério e responsável, no qual os cuidados com a defesa do meio ambiente, como um bem público não se curvam mecanicamente aos interesses econômicos, mas também não os obstaculizam irresponsavelmente (CARNEIRO, 2005, p. 78).

Nesse contexto, as críticas originárias do campo ambiental, realizadas pelos movimentos ecológicos dos anos de 1960, relacionadas ao modo de produção capitalista

foram subsumidas pelas malhas do poder discursivo de desenvolvimento sustentável dos anos 80 e 90. A pretensão do consenso entre desenvolvimento e sustentabilidade reflete na tentativa de algumas instituições ambientais, como a AMDA e o IEF, de proporem soluções técnicas, mitigadoras e corretivas sobre os efeitos do projeto Jaíba, que devastaram grande extensão de Matas Secas nativas da região, em troca de pequenas ilhas de conservação.

Logo, os processos sociais, econômicos e políticos em curso nas matas secas norte-mineiras tornam evidente a dinâmica socioambiental latente que caracteriza as tensões e restrições sobre os povos e as comunidades tradicionais da região, como mostra a figura abaixo:

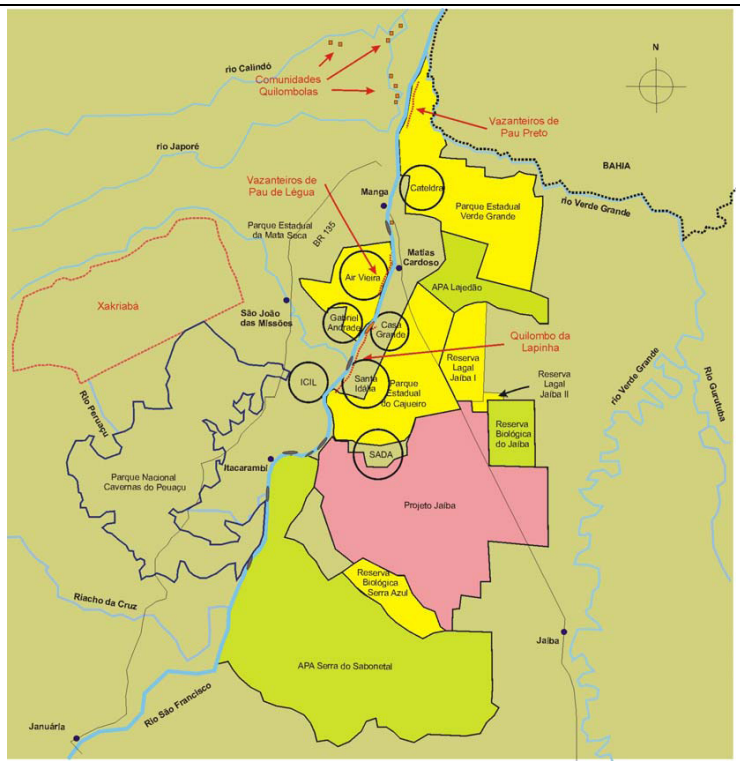


FIG. 06: Mapa do encurralamento.
Fonte: ARAÚJO, 2009, p. 34.

Observa-se que as UC's criadas na região são predominantemente de proteção integral e objetivam responder aos condicionantes ambientais de manutenção e expansão do Projeto Jaíba, constituindo um mosaico de conservação que avança sobre territórios tradicionais de remanescentes de quilombos, indígenas e vazanteiros, assim como da população local. Por outro lado, há a expansão da pecuária bovina, que já ocupa extensas áreas, a expansão de oleaginosas para produção de biodisel e de cana-de-açúcar para a produção de etanol (RAMOS 2011). Assim, observa-se um processo de tensionamento e

restrição sobre a produção de alimentos realizada em pequenos estabelecimentos rurais, provocada pela expansão da pecuária e, por outro, pela criação de unidades de proteção integral (ZHOURI *et al*, 2008).

Porém, até então, a criação dos parques como condicionantes para expansão do Jaíba serviram funcionalmente para ruralistas do agronegócio e, apesar de existirem legalmente no "papel", ainda não exerciam sua função restritiva de UPI sobre os vazanteiros. O que se concretizará pelo contexto de valorização das Matas Secas e pelo consequente debate sobre seu *status* de proteção. Momento em que essas UPIs terão sua existência legitimada e passarão a intensificar as tensões existentes através do encurralamento dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha. É o debate entre ruralistas e ambientalistas, apresentado a seguir, que mobilizará esses grupos para a ação coletiva, em função da condição de atingidos pelos processos de restrição dos parques.

2.2 As divisões da mata da Jahyba e o encurralamento que coloca os sujeitos em movimento

Localizados à margem direita e esquerda do rio São Francisco, os Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, sobrepostos aos territórios tradicionais de Pau Preto, Lapinha e Pau de Légua, apresentam remanescentes de Matas Secas com maior área de preservação contínua e em melhor estado de conservação: Matias Cardoso, 57,55% e Manga 37,75%. Conforme tabela abaixo:

MUNICÍPIOS	FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL (HA)	PERCENTUAL SOBRE A FLORA NATIVA TOTAL
Jaíba	150.950	57,55
Matias Cardoso	112.460	57, 64
Janaúba	109.190	50,02
Gameleiras	94.239	54,29
Verdelândia	89.783	57,11
Francisco Sá	77.791	28,34
Manga	73.745	37,75
Espinosa	70.625	37,63
Pedras de Maria da Cruz	69.207	45,37
Porteirinha	59.857	34,17
São João da Ponte	52.684	28,42
Varzelândia	46.735	57,25
Januária	45.733	6,14

Capitão Enéas	44.973	45,31
Itacarambi	42.927	35,03
Pai Pedro	40.665	48,39
Taiobeiras	37.995	31,91
São Francisco	29.240	8,85
Montes Azul	28.554	28,66
Salinas	24.012	12,71

FIG. 7: Principais Municípios do Norte de Minas com Ocorrência de Matas Secas.
Fonte: IEF/UFLA, 2006, *apud* Zhouri *et al*, 2008.

Presentes em 78 dos 89 municípios que compõem a região norte mineira, as Matas Secas, de acordo com o IEF/UFLA (2006), totalizavam, em 2005, 2.040.920 hectares no Estado e 1.594.519 hectares na região Norte. Assim, as Matas Secas representavam 10,21% da flora nativa do estado de Minas Gerais e 23,56% da flora nativa da região Norte que, por sua vez, abrigava 78,13% das Matas Secas mineiras.

O reconhecimento de sua diversidade biológica, como área prioritária para conservação, com prioridade "extrema", de acordo com o Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais (2005), elevou seu *status* de proteção e desencadeou a necessidade urgente de se pensar novas formas de conservação, tais como condicionantes ambientais e maiores restrições ao seu uso. Nesse contexto, a bancada ruralista busca reverter essas restrições, convocando a sociedade norte-mineira a redefinir o *status* de proteção das Matas Secas, associando-a à caatinga. Com tal embate, nesse processo de disputas classificatórias, aumentou-se o cerco aos vazanteiros realizado pelos órgãos ambientalistas, principalmente através do IEF, que iniciou a gerência desses parques em sua modalidade de UPI; processo que contribuiu para a ação coletiva desses grupos que, na condição de atingidos, se visibilizaram a partir do movimento dos "encurralados pelos parques", colocando-se em movimentação no campo ambiental.

Assim, o embate e a disputa classificatória decorrentes desse cenário se instaura nos planos político e simbólico entre ruralistas, ambientalistas e povos e comunidades tradicionais que, orientados por distintos *habitus* (BOURDIEU, 2007), buscam impor suas significações e seus projetos sociais para as áreas de Matas Secas da região. Compreendido como um sistema de disposições, de percepções, de sentimentos, de pensamentos, o *habitus* para Bourdieu (2007) seriam disposições interiorizadas pela estrutura social, geradoras de práticas e representações. Tal perspectiva pode ser correlacionada à noção de *tradições* de

Carvalho (2001)[17], ou seja, correntes de pensamentos e experiências históricas anteriores à configuração do campo ambiental, com raízes de longa duração e que se atualizaram no presente, se alternando na ação, de acordo com a época e seus intérpretes. Assim, o campo ambiental constituído por matrizes de pensamentos diversas, caracteriza-se por atores herdeiros de tradições que remontam à concepção iluminista da natureza controlada pela razão, à visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVII, às novas sensibilidades burguesas do século XVIII, ao romantismo europeu dos séculos XVIII e XIX, até o imaginário edênico sobre a América (CARVALHO, 2001). Matrizes de pensamento identificadas nas significações dos atores que disputam as áreas de Matas Secas no Norte de Minas; que disputam entre si impor uma visão de *bem* que legitima suas ações no campo ambiental, dispondo dos usos e destinos de recursos ambientais dessa formação vegetal. Temos, assim, pesquisadores da conservação e técnicos das instituições públicas ambientais significando o espaço social das Matas Secas como um *bem* natural a ser conservado para as "gerações presentes e futuras", ruralistas a compreenderem como um *bem* econômico a ser explorado para o agronegócio e povos e comunidades tradicionais acionando-o como um *bem* territorial, patrimônio cultural e lugar de morada e vida.

O pensamento dicotômico, do início da idade moderna, que separa sociedade e natureza, produz representações da natureza, principalmente por parte das elites desse período, como refúgio espiritual dos centros urbanos. Consequência de uma valorização estética que tem como base a difusão de ideias românticas advindas de escritores da época e do interesse dos naturalistas. Tais representações da natureza são caracterizadas por Thomas (1996), e observadas atualmente nos dizeres de ambientalistas que ocupam cargos públicos de decisão, gerência e fiscalização em instituições de conservação, tais como técnicos, biólogos, administradores, políticos, entre outros.

Tais atores revelam uma compreensão da natureza associada a projetos sociais em que se fortalece o mito de natureza intocada (DIEGUES, 2004), santuários de preservação sem gente. Frequentemente definida em seus aspectos estéticos, técnicos e científicos, como pode ser observado no depoimento abaixo:

---

[17] O conceito de *tradições*, construído por Carvalho (2001), é tributário da noção de *sensibilidades*, de Keith Thomas (1996) que, ao estudar a pré-história do movimento ambientalista ocidental, a partir da Europa, ressalta o surgimento de *novas sensibilidades*, no início da idade moderna, em relação aos animais, às plantas e à paisagem. Resultado de uma complexidade de mudanças ocorridas na Inglaterra, no final do século XVIII, que contribuíram para romper com concepções estabelecidas e criar novas percepções e relações no que diz respeito à natureza.

> *Eu acho que (o ambiente) é o futuro da nossa geração, é a área da conservação, é proteger algumas áreas que resta ainda. Eu pensei que a Mata Seca era um ecossistema que só a gente aqui, em Minas Gerais, tínhamos. Até a chegada da pesquisa do TROPI DRY. Eu considerava que a Mata Seca era um ecossistema, e que nós tínhamos aqui pequenas ilhas, pequenos fragmentos. Além da Mata Seca… Como eu admirava muito. A Mata Seca eu admiro ela em qualquer época, em qualquer estágio… Tinha a importância das lagoas. Nós temos quatro lagoas marginais aqui que é o berçário do São Francisco. Que elas se ligam ao São Francisco e as quatro se ligam uma na outra. Aqui, nós temos outro ecossistema aqui, que é a caverna. O morro da Lavagem tem uma caverna aí que é muito bonita… Aquela caverna tem 1000 e poucos metros de galeria. É uma caverna de difícil acesso.E tem até uma história. Seria boa se fosse verdade. Que ela se liga com uma depressão que tem no fundo da igreja de Matias Cardoso. Seria bom se fosse verdade! Passava por baixo do rio, no subterrâneo e chegava por baixo da igreja. Se fosse verdade, nós estávamos cheio de turistas aqui.E além desse ecossistema, das lagoas e da mata seca, nós temos vários outros ecossistemas aí, vários morros. O Lajedo, que é o furado, você conhece? Ali é maravilhoso! Então, tem vários ecossistemas aqui que são muito importantes. Além disso, nós temos aqui, uma ave, que é o Arapaçu sãofranciscano, que até saiu no registro dos livros de Minas Gerais. E aqui ocorre. E ele é exclusivo da Mata Seca* (Entrevista concedida por gerente do Parque Estadual da Mata Seca, 2010).

Essa visão da natureza como um *bem* a ser preservado para as gerações presentes e futuras ratifica o *ethos* do campo ambiental que se materializou em políticas de proteção e de conservação dissociadas das dinâmicas sociais e políticas do lugar. A significação do agente ambiental sobre esse território o caracteriza como um espaço abstrato, constituído por elementos idílicos e externos como lagoas, cavernas e matas. O ambiente reduzido às suas bases materiais é composto por uma infinidade de ecossistemas dentro de outros ecossistemas, assinalados por sua relevância ecológica, estética, turística e para pesquisa que poderá explorar o lugar para descrições e classificações de espécies.

Por outro lado, o setor ruralista da região percebe a intocabilidade dessas áreas como espaço improdutivo, uma "terra inculta" (THOMAS, 1996), símbolo de impedimento do desenvolvimento para o Norte de Minas. Reação correspondente às sensibilidades observadas por Thomas (1996), em que segmentos agrícolas dos séculos XVI e XVII compreendem o aprimoramento e o avanço das fronteiras agrícolas, que se constituem em economicamente desejáveis e em imperativos morais. Nessa perspectiva, "*as antigas terras de pastagens juncosas deviam ser aradas e drenadas; os parques de cervos eram um desperdício e havia reservas florestais e de caça em demasia"* (THOMAS, 1996, p. 302). Temos, assim, duas racionalidades (ambiental e capitalista), que se chocam à medida que um *bem* a ser cuidado se depara com o objetivo de expansão do agronegócio como um *bem* a ser explorado, tal como o depoimento abaixo:

> *Eu acho que os parques que foram criados, Lagoa do Cajueiro e outros parques, a própria reserva do Jaíba, pelas informações que tenho, é que a área deles, do parque, é o dobro dos 46.000 ha necessitados para preservar em função do desmatamento daquela área contínua. É o dobro dessa área! (…) Partindo Minas ao meio que nem um queijo, de Curvelo para cá só tem duas universidades. E de Curvelo para o sul tem trinta e poucas universidades. Quer dizer, já há uma discriminação com nosso povo. Mas se você pegar em parques florestais é o contrário. Os parques florestais na sua grande maioria estão na porção norte do Estado. E o que nós ganhamos com isso? O que o povo daqui está recebendo em troca? O povo do sul tá nos pagando para preservar? O Brasil está nos pagando? O governo pagou os povos, igual no Grande Sertão? O governo pagou os povos que estão lá? Mentira, não pagou ninguém! Minha fazenda está à disposição, se quiser fazer ela virar tudo mato, me compra ela e deixa virar mato* (Entrevista concedida pelo presidente da Sociedade Rural do Norte de Minas – julho de 2010).

A compreensão das Matas Secas associadas a um "mato" sem serventia produtiva permite sua tradução em um *bem econômico* à medida que a terra sobre a qual se assenta é valorizada como mercadoria a ser explorada pelo agronegócio. Subjaz aí uma visão dicotômica da natureza e da sociedade onde ela se apresenta como uma externalidade aos processos sociais e políticos. Assim, a funcionalidade dos parques para expansão da etapa II do projeto Jaíba, em um primeiro momento, articulou interesses dos ruralistas e dos ambientalistas, se constituindo na síntese do jogo da mitigação. Atualmente esses interesses se colocam de lados opostos, uma vez que a restrição do uso das Matas Secas implicou no questionamento da utilidade e da quantidade de parques compensatórios para conservação do que o representante dos ruralistas denomina de "mato".

Nesse contexto, a Sociedade Ruralista de Montes Claros, em defesa de seus interesses, constituiu o movimento *SOS Norte de Minas*[18], que utilizou do discurso desenvolvimentista para ressaltar a não utilização das áreas de Matas Secas como sinônimo de atraso econômico e de desemprego. Estratégia política na disputa classificatória dessa formação vegetal enquanto pertencente à Caatinga, com objetivo de diminuir seu grau de proteção e disponibilidade de uso.

[18] O movimento *SOS Norte de Minas* é articulado pela sociedade ruralista do Norte de Minas, que tem como objetivo retirar as Matas Secas do perfil de vegetação inserida no bioma Mata Atlântica, com a finalidade de aumentar o desmatamento na região para pastagem e agricultura para exportação. Para acompanhar o movimento, foi criado o blog: http://movimentososnortedeminas.blogspot.com/

FIG. 08: Cartaz de chamada para o "Grande Debate sobre Matas Secas"- Sociedade Rural.
Fonte: http://movimentososnortedeminas.blogspot.com/. Acesso em 15/10/2011.

A disputa simbólica pela definição das Matas Secas como remanescentes de Mata Atlântica ou como uma fito-fisionomia da Caatinga, entre ruralistas e ambientalistas, se associa à disputa material sobre a apropriação desse território, em prol das diferentes racionalidades em questão. Medem forças no campo ambiental acionando capital técnico, jurídico e político. Entretanto, independente da classificação das Matas Secas como Caatinga ou Mata Atlântica, o que está em questão é o destino social desse território como lugar para conservação ou para expansão das fronteiras agropastoris.

Logo, a utilização de categorias como desenvolvimento e sustentabilidade são centrais no discurso do movimento *SOS Norte de Minas*, como pode ser observado na figura acima. Nessa perspectiva, ruralistas apóiam na noção de desenvolvimento sustentável a ideia de crescimento, evolução e maturação construída há mais de um século por Ernst Haeckael[19]. Assim, o discurso desenvolvimentista se revela aqui com todas as promessas que o compõem: modernização, evolução e riqueza, reforçando a ideia de desenvolvimento como um bem em si, gerador de trabalho (emprego), de fartura e de progresso. Nesse cenário, a paisagem domesticada pela monocultura verde e irrigada é evocada pela beleza da produtividade. Tal como observado por Thomas (1996) nos séculos XVI e XVII, o cenário fértil e cultivado era o ideal de beleza e fertilidade admirado pelos viajantes, desde a era

[19] Zoólogo e biólogo alemão, foi o primeiro a usar o termo Ecologia e a dar a ele seu sentido mais amplo, em 1886, em seu livro *Morfologia Geral dos Organismos*. Os conceitos de crescimento e desenvolvimento, bem como o de evolução, foram herdados dessa disciplina e incorporados à economia num momento em que esta alçou-se ao primeiro plano das preocupações internas e internacionais dos Estados. (ALMINO, 2003, p. 32).

clássica. Beleza que seguia uma simetria nos cultivos que remetiam ao ordenamento do mundo natural pelo homem. Nesse sentido, a terra não produzida é associada à pobreza, um atraso imposto ao homem do sertão, condenado à fome, ao desemprego e à miséria pelo não uso de suas potencialidades produtivas. Discurso que vem se reproduzindo no tempo, como pode ser observado em documentos como o da CODEVASF, ainda na década de 1990, onde os vazanteiros de Pau Preto são denominados posseiros e responsabilizados pela má utilização da área, transformando-a em lugar de miséria:

> O sub-aproveitamento de 330 ha de terra localizados às margens do rio São Francisco, no município de Matias Cardoso, Norte de Minas, invadidos por posseiros no início da década de 80, transformou uma das áreas de maior potencial agrícola da região num autêntico foco de miséria. (...) Em contraste com o verde das matas e a beleza do rio São Francisco, o cenário da área invadida é de absoluta miséria (CODEVASF, 1996, lauda n° 1 e 2).

Entretanto, outros significados são atribuídos pelos vazanteiros ao ambiente onde as áreas de Matas Secas são disputadas, experenciando-o de maneira muito particular. Entendido como patrimônio necessário para a produção econômica e reprodução sociocultural que garante a sobrevivência da comunidade como um todo, o território onde vivem é, para esses grupos, constituído por paisagem de matas, terras altas, lagoas, ilhas e rio. Assim, o conceito antropológico de *território* está associado a elementos materiais e simbólicos que são vivenciados dialeticamente com sua construção identitária e cultural. Compreende um sentimento de enraizamento, vínculo e pertencimento ao lugar, conforme mencionado por um morador da comunidade vazanteira Pau de Légua: *"Nós somos Raízes, sem isso aqui eu sou peixe fora d'água"* (Entrevista concedida por um morador de Pau de Légua, 2010. Missão CDPH). Problematizando as visões dicotômicas que ambientalistas e ruralistas possuem do ambiente, reduzindo-o ora a um substrato natural, ora a uma terra a ser explorada economicamente, os sentidos e as práticas de uso dos ambientes naturais, como a região das Matas Secas, são experimentados de maneiras muito particulares por esses povos e comunidades tradicionais, segundo afirma um vazanteiro: "N*ós temos amor a isso aqui. Isso aqui é um pai e uma mãe para quem tem coragem. Não é riqueza não..."* (Entrevista concedida por um vazanteiro da Ilha de Jenipapo. V Encontro Vazanteiros em Movimento,16 de setembro de 2010).

Compreendido como um *bem* territorial, esse território não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, que diz respeito à relação complexa entre lugar, cultura e natureza, privilegiando os sentidos e simbolismos atribuídos

a esse lugar, a partir do qual a identidade é acionada contextualmente e associada a um ambiente natural, a um ofício ou uma etnia, pois *"vazanteiro é vazanteiro é porque vive da vazante. É o vazanteiro-quilombola, o vazanteiro-pescador..."* (Entrevista concedida por moradora de Quilombo da Lapinha. Encontro da Ilha da Ressaca, 2008). Assim, um vazanteiro se reconhece identitariamente enquanto vazanteiro, porque seu modo de vida é reafirmado a partir de uma resistência cultural que se produz na prática das vazantes e dos saberes construídos sobre estas, repassados de geração em geração. *"As vazantes são a grande tradição, porque a lavoura mais certa aqui é a vazante. Porque a chuva falha, né? Tem anos bons e anos ruins. Quando a gente perde da chuva a gente ganha da vazante"* (Entrevista concedida por morador de Pau Preto, agosto de 2009). A tradição das vazantes é ressaltada como elemento cultural diferenciador desses grupos em relação aos catingueiros e geraizeiros, que exercem também atividades de vazantes, mas não se constitui como elemento distintivo por estes grupos, tal como é para os vazanteiros. Prática que indica uma forma específica de interagir, classificar e perceber o ambiente natural, contraposta aos fazeres e às lógicas dos proprietários de terra e das relações mercadológicas produzidas sobre esta, como no caso dos grandes fazendeiros e expresso em entrevista realizada por Araújo:

> *Proprietário é aquele que tem terra deles, só vão no rio para usufruir da água, nem plantam na vazante, nem gostam que chove. Mexem com irrigação, plantam banana, feijão e milho, plantam de acordo com o projeto que pegam. Plantam contratado, plantam melancia ou qualquer outra coisa que dá dinheiro. E vazanteiro é aquele que trabalha nas vazantes da beira do rio, nos lameiros, nós só plantamos de água molhada pelo rio. Por isso chama vazanteiro, porque aproveita que o rio vazou, tomba a terra e planta. Quando ele vai descendo a gente vai aproveitando e plantando alguma coisa. Em maio, dependendo do ano, planta milho e feijão na vazante e em junho bate a palhada dos altos, para quando chover plantar* (Entrevista concedida por morador de Pau de Légua, maio de 2009).

Dessa forma, os *vazanteiros* transformam os novos espaços desenhados pelo rio em *vazante*s, em terra de cultivo, em terra de trabalho, diferentemente da terra de negócio ou da terra a ser intocada como mata ciliar.

Logo, as significações sobre esse território entre ruralistas e ambientalistas é que orientarão as disputas jurídicas e políticas sobre as áreas territoriais que compreendem as Matas Secas, localidades ancestrais de povos e comunidades tradicionais. Aquecem o impulso conservacionista que fechará o cerco sobre Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha sem colocar em questão o caráter funcional dessas UPIs.

Tal disputa pode ser observada no quadro abaixo, onde realizo um histórico

sobre o desenvolvimento das políticas especificamente voltadas para as Matas Secas em Minas Gerais, utilizando-o para ilustrar o embate jurídico-político entre ruralistas e conservacionistas, traduzido pela alternância de medidas legislativas buscando, ora o reconhecimento e proteção desta formação vegetal, ora refletindo as pressões pela ampliação de seu desmatamento com vistas a beneficiar determinados segmentos da economia regional.

Ano/mês/dia	Documento	Principais implicações
1992/09/18	Decreto Estadual nº 3394[20]	Regulamentação do Código Florestal apresentando dispositivos referentes à utilização, exploração e proteção da Mata Atlântica. Restringe o uso de matas produtivas de áreas silvestres[21], integrando-as nas categorias: unidades de conservação, preservação permanente e reserva legal. Confere ao IEF a competência para regulamentar a atividade, o que deve ser feito através do plano de manejo florestal de rendimento sustentável. É no texto dessa lei que o termo Mata Seca aparece pela primeira vez.
1993/02/10	Decreto Federal nº 750	Define que as florestas estacionais deciduais são parte do domínio da Mata Atlântica e proíbe qualquer tipo de intervenção humana em remanescentes dessas florestas em estágios primários ou secundários de regeneração.
1994/05/04	Resolução nº 4 CONAMA	Estabelece os parâmetros técnicos necessários à aplicação do Decreto Federal 750.
2002/06/19	Decreto Estadual nº 14.309	Dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade. Confere ao IEF e ao COPAM poder para a implementação da legislação, delegando ao COPAM a conceituação, a delimitação e a tipologia dos remanescentes de Mata Atlântica e dos parâmetros da Mata Seca.
2003/03/26	Portaria Estadual nº 31	Dispõe sobre alteração do uso do solo da Mata Seca da Jaíba, elevando o bioma conhecido como Mata Seca da Jaíba, pela reconhecida riqueza da biodiversidade, como sendo de relevante interesse ecológico, constituindo patrimônio ambiental do Estado, preservando as peculiariedades de seus ecossistemas constituintes, além dos espaços nele contidos legalmente protegidos.
2003/12/26	Portaria Estadual nº 161	Revoga a portaria nº 31 e limita o uso das terras de Mata Seca a 65% da área das propriedades com até 500 há e a 50% das propriedades maiores, desde que em estágio inicial de regeneração.
2004/09/08	Deliberação Normativa COPAM nº 72	Revoga a portaria nº 161 e define critérios de uso da Mata Seca. Permite a alteração do uso do solo em no máximo 20 % da área total de propriedades rurais onde ocorra Mata Seca em fase primária e que apresentem cobertura florestal remanescente nativa igual ou superior a 80% da área total e em até 60% nas demais propriedades para projetos agropecuários sustentáveis.
2006/01/12	Lei Estadual nº	Revoga a portaria nº 72 do COPAM e retira competência deste para legislar matéria sobre a Mata Seca, transferindo para a Assembleia Legislativa tal

[20] Fonte: Sistema digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que disponibiliza leis estaduais desde 1947.

[21] Considera-se produtiva as áreas silvestres que produzem benefícios múltiplos, de interesse comum, necessários à manutenção dos processos ecológicos essenciais à vida.

	15.972	competência para definir sobre seus usos. Continua em vigor o decreto federal nº 750.
2006/01/24	Nota Jurídica nº 1.049 da Advocacia Geral do Estado	Entende que o Decreto Federal nº750/93 deve ser aplicado em todo o Estado de Minas Gerais.
2006/02/02	Orientação Técnica da Diretoria de Monitoramento e Controle do IEF	Baseado na Nota Jurídica 1.049/06 da AGE, o IEF orienta que todos os técnicos do instituto considerem que a Mata Seca do Norte de Minas esteja abrangida pelo Decreto Federal 750/1993, e disciplina o uso da Mata Atlântica em todo o território nacional, proibindo totalmente seu corte nos estágios médio e avançado de regeneração.
2006/06/30	Requerimento nº 6697/2006 da Comissão Especial Sobre Governança Ambiental da ALMG	Bancada ruralista encaminha à SEMAD questionamento sobre a inclusão da Mata Seca mineira na área de domínio da Mata Atlântica, segundo Mapa de Biomas do Brasil, editado pelo IBGE, junto à Advocacia Geral do Estado e sugere a revisão do parecer do IEF sobre aplicação do Decreto 750/93 no Estado.
2006/12/22	Lei Federal nº 11.428	A nova lei da Mata Atlântica mantém as Matas Secas sob a proteção conferida à Mata Atlântica, considerando-a como bioma. A lei define como referência para a identificação da Mata Seca o mapa do IBGE, cuja escala é de (1:5.000.000)
2007/02/14	Deliberação Normativa nº 107, de 14/02/2007	COPAM aprova documento intitulado "Mapeamento e Inventário da Flora Nativa e dos Reflorestamentos de Minas Gerais" que, dentre muitas definições, estabelece a área de domínio ou bioma Mata Atlântica em consonância com o definido no mapa IBGE de 2004.
2007/03/08	Parecer da Advocacia Geral do Estado nº 14.756	Governo revoga a Nota Jurídica nº 1.049 de 2006, e considera que a Bacia do Rio São Francisco não faz parte do Bioma Mata Atlântica, portanto, a Lei Federal da Mata Atlântica não se aplica àquela região. Volta a valer a Deliberação Normativa nº 72 do COPAM.
2007/07/25	Resolução nº 392 CONAMA	Estabelece critérios de definição de vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, orientando os procedimentos de supressão da vegetação no Estado de Minas Gerais.
2008/01/18	Lei Estadual nº 17.353	A Lei da Mata Seca define novos critérios para a utilização do solo nas áreas de ocorrência de floresta estacional decidual: a caatinga arbórea e a caatinga hiperxerófila [22]. Permite nessas áreas a alteração do uso do solo, para implantação de "projeto agropecuário sustentável", em até 60% da área total da propriedade rural onde ocorra Mata Seca, em fase primária, e que apresente cobertura florestal remanescente nativa em área igual ou superior a 80% da área total. Nas demais propriedades, que são a maioria, a supressão da Mata Seca para implantação de projetos agropecuários será permitida em até 70% da área total da propriedade.
2008/12/21	Decreto Federal nº	O Decreto nº 6.660/2008 regulamenta a Lei Federal nº 11.428/2006, que trata da preservação da Mata Atlântica e busca preservar os remanescentes

[22] Pela definição, a nova lei não se aplica a áreas de ocorrência de floresta estacional decidual, sob domínio da Mata Atlântica, que permanece regida pela Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

	6.660	ainda existentes. Inclui as Matas Secas da bacia do rio São Francisco, da área de abrangência de Minas Gerais e Bahia, na área de abrangência da lei.
2010/08/03	Lei Estadual nº 19.096	Altera a Lei Estadual n° 17.353, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de matas secas e as insere no bioma da Caatinga. Tal lei é anulada por ser considerada inconstitucional, mas mantêm em vigência até hoje os decretos federais nº 750 de 1993 e nº 6.660 de 2008.

FIG. 09: Tabela com leis, decretos e resoluções sobre a Mata Seca.
Fonte: Dados da Pesquisa.

Através desse percurso histórico da legislação, observa-se que a apropriação e as formas de uso das Matas Secas é uma questão política que envolve atores com diferentes forças nesse campo. No Norte de Minas os interesses de grandes empreendedores de projetos agropecuários voltados para a exportação e ligados ao agronegócio são representados pela bancada ruralista, que têm nos deputados estaduais, da região, mecanismo político de intervenção nesse campo. Assim, a controvérsia legal em torno do uso do solo em regiões de matas secas se estende desde 1993, contexto pós Eco 92, com o Decreto Federal nº 750, que insere as Matas Secas sob domínio e proteção do bioma da Mata Atlântica, proibindo qualquer tipo de intervenção nesse tipo de formação vegetal. Isso contribuiu para que fossem deflagrados pelo menos dois processos sócio-políticos e ambientais antagônicos no Norte de Minas Gerais. De um lado, os setores agropecuários da região, insatisfeitos com a restrição do desmate e, de outro, o Estado Mineiro promovendo a criação de UCs de proteção integral nos municípios com maior presença de Matas Secas, especialmente na microrregião de Januária e do Jaíba (ZHOURI *et al*, 2008). Conflito de visões, interesses e projetos sociais para região, disputada por ruralistas como espaço para a expansão da fronteira do agronegócio e, por ambientalistas, como espaço para a conservação da natureza de forma intocada. Nesse sentido, o histórico dessa disputa no campo politico-jurídico mostra a dinâmica e as relações de poder que foram se alternando no campo ambiental, à medida que os marcos regulatórios são alterados e interpretados de acordo com os interesses desses segmentos sociais, como bem observa representante dos ruralistas no Norte de Minas:

> *Então, o aperto fez a gente pular. Então, essas leis ou dificuldades que o IEF, e eu culpo muito o IEF em Minas, a gestão do secretário José Carlos de Carvalho, por esta situação. Porque tudo que eles faziam, nós temos até um relato, lá no blogue tem, mostrando que nós tomávamos uma medida. Mas eles também tomavam uma medida. A portaria 31, nós íamos lá e provávamos que aquela portaria do IEF era ilegal; eles iam lá cancelavam aquela e emitiam outra. Também ilegal. Tirou a 31 e emitiu a 61. E assim foi… Nós passamos cinco anos sofrendo nas garras desse*

> *IEF, sem poder trabalhar* (Entrevista concedida pelo presidente da Sociedade Rural do Norte de Minas – julho de 2010).

Assim, o quadro acima permite visualizar esse embate desde a criação e revogação de resoluções, decretos e leis estaduais que dizem respeito aos poderes de significação das Matas Secas e de decisão sobre seus parâmetros de uso. Em Minas Gerais, o IEF e o COPAM, órgãos ambientais associados à Secretaria do Meio Ambiente, são responsáveis pela delimitação de parâmetros técnicos, bem como pela implementação da legislação ambiental que estrutura esse campo, legitimados pelo Decreto Estadual nº 14.309, de 2002. Com poderes técnicos de conceituar e de dispor sobre o uso das Matas Secas, em 2003 o COPAM instituiu a Portaria Estadual nº 31, que define especificamente a "Mata Seca da Jaíba", onde se encontram os parques estaduais de proteção integral e o projeto de fruticultura irrigado Jaíba, além de grandes empresas rurais ao longo da margem esquerda do rio São Francisco, como espaço de relevância ecológica que deve ser protegido integralmente. Tal portaria provoca uma reação dos ruralistas da região que, no mesmo ano, conseguem sua revogação e a instituição da Portaria Estadual nº 161, de caráter menos restritivo que a anterior. A disputa se acirra com a revogação da portaria 161 por uma Deliberação Normativa do COPAM, nº 72, em 2004, em que o grau de proteção das Matas Secas é garantido pela redução da porcentagem de seu desmatamento em relação à portaria anterior. Por meio da Deliberação Normativa n. 72, a área total de desmatamento das Matas Secas são restritas a 20% e 60% das propriedades rurais, dependendo do estágio de conservação em que se encontrem, enquanto na anterior se restringia a 65% e 50%. A reação da bancada ruralista consegue, em 2006, revogar a deliberação normativa do COPAM, através da Lei Estadual nº 15.972, e retirar a competência deste para legislar sobre a Mata Seca, transferindo para a Assembleia Legislativa tal competência. Para garantir a proteção dessa formação vegetal, a Advocacia Geral do Estado emite uma Nota Jurídica nº 1.049, em 2006, ratificando as Matas Secas sob a legislação ainda em vigor, o decreto federal nº 750, devendo, assim, permanecer integralmente protegidas. Baseado na Nota Jurídica 1.049/06, o IEF orienta que todos os técnicos do instituto disciplinem o uso da Mata Atlântica em todo o território nacional, proibindo totalmente seu corte nos estágios médio e avançado de regeneração. Nesse mesmo ano a bancada ruralista encaminha à SEMAD o requerimento nº 6697/2006 da Comissão Especial Sobre Governança Ambiental da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, questionando sobre a inclusão da Mata Seca mineira na área de domínio da

Mata Atlântica, segundo Mapa de Biomas do Brasil, editado pelo IBGE junto à Advocacia Geral do Estado e sugere a revisão do parecer do IEF sobre aplicação do Decreto 750/93 no Estado. Nesse ínterim, em 2006, sai a Lei Federal nº 11.428, nova lei da Mata Atlântica, que mantém as Matas Secas sob sua proteção, definindo o mapa do IBGE como referência para sua identificação. Entretanto, no ano de 2007, o governo estadual revoga a Nota Jurídica nº 1.049 de 2006, e considera que a Bacia do rio São Francisco não faz parte do Bioma Mata Atlântica. Portanto, a Lei Federal da Mata Atlântica não se aplica àquela região. Assim, a Deliberação Normativa nº 72 do COPAM, revogada em 2006, entrarem vigor novamente.

A disputa entre esses dois atores se acirrou em 2007, quando ruralistas apresentaram um projeto de lei para regular o uso e a ocupação das matas secas no estado. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia afirmava que essa mudança de conceito, "de mapa de vegetação para mapa de bioma", abriu ao estado a oportunidade de "legislar plenamente sobre os complexos vegetacionais representados pela floresta estacional decidual, caatinga arbórea e caatinga hiperxerófila" existentes no território mineiro. Como o Norte do estado está coberto pelos biomas cerrado e caatinga (e não pelo bioma mata atlântica) no Mapa de Biomas do IBGE, tal oportunidade foi percebida pela bancada ruralista que, em aliança com o governo do Estado de Minas Gerais, aprovaram na Assembleia a Lei Estadual nº 17.353, em janeiro de 2008, que reconhecia as Matas Secas como bioma da Caatinga arbórea e revogava a anterior, que a reconhecia enquanto bioma da Mata Atlântica.

Assim, as matas secas da região norte de Minas saíram da proteção da Lei da Mata Atlântica e seu uso tornou-se mais permissivo. A lei estadual admitiu que as propriedades rurais com cobertura de mata seca, em fase primária igual ou superior a 80% da área total, implantassem agricultura ou pecuária sustentável em 60% de sua área. Nas fazendas da região que não se enquadravam nessas condições era permitida a supressão da mata seca em até 70% da área da propriedade.

No entanto, a disputa política no campo ambiental virou novamente em novembro de 2008, quando foi publicado o Decreto n° 6.660, que regulamentou a Lei da Mata Atlântica. O decreto estabeleceu que a delimitação do bioma mata atlântica seria definido pelo Mapa da Área de Aplicação da Lei Federal 11.428, publicado pelo IBGE no mesmo ano. Segundo esse mapa, as florestas estacionais deciduais, inclusive as matas secas do norte de Minas Gerais, integravam a mata atlântica, independentemente do bioma em que estejam inseridas, o que incluía as Matas Secas da bacia do rio São Francisco da área de abrangência de Minas Gerais e Bahia.

Essa decisão deixou insatisfeitos os produtores rurais do Norte de Minas, que iniciaram uma campanha com o lema "Mata Seca não é Mata Atlântica". A campanha teve como objetivo pressionar as esferas do governo federal e estadual a partir do discurso fatalista de desemprego e falência dos produtores rurais da região. Incluiu *outdoors* em Montes Claros e outras cidades, conforme figura abaixo:

FIG. 10: Outdoors da campanha Movimento SOS Norte de Minas.
Fonte: Mário Marcos do Espírito Santo, Montes Claros/MG, 2009.

Além de *blog* na internet, mensagens em rádios locais e adesivos para carros, a campanha contou com o apoio de jornais locais e estaduais. Os produtores rurais alegavam que a proibição de desmatamento das matas secas geraria desemprego e condenaria a região ao subdesenvolvimento.

No plano técnico também foram debatidos os critérios científicos de definição da formação vegetal das matas secas, utilizando-se de mapas de biomas e vegetação como capital técnico nessa disputa. Instituiu-se, então, *a guerra dos mapas* (ALMEIDA, 2003), uma luta no plano das classificações, produzindo efeitos no plano do real. Nesse sentido, as representações produzidas sobre o bioma e a vegetação disputavam seu estatuto de recorte do real, com o objetivo de conseguir descrever, definir e simbolicamente se apropriar das Matas Secas.

Foi proposto um Projeto de Lei 4057/09 pela bancada ruralista, que permitiu a aprovação da Lei Estadual 19096/2010, na classificatória das Matas Secas como bioma da Caatinga. Tal lei altera a Lei Estadual n° 17.353, de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de matas secas e as insere no bioma da Caatinga. Os argumentos foram baseados na utilização do mapa abaixo, que tem como título "Biomas de Minas Gerais"; ele integra a publicação *Biodiversidade em Minas Gerais*: um atlas para sua conservação (BIODIVERSITAS, 2005). Nesse mapa a área onde se encontram as Matas Secas no Norte de Minas se inserem na transição dos biomas Caatinga e Cerrado.

Isso possibilitou aos ruralistas justificarem a reclassificação das Matas Secas como parte pertencente ao bioma Caatinga, consequentemente, a liberação da supressão de 70% das áreas de mata seca que, até então, protegidas sob o domínio da Mata Atlântica, tinham nível de supressão zero.

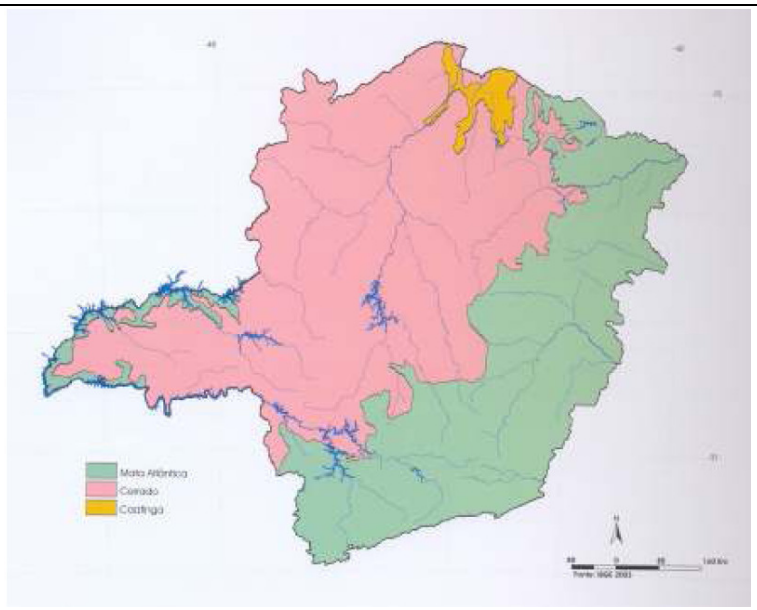


Fig. 11: Mapa dos Biomas de Minas Gerais
Fonte: *Atlas de Biodiversidade de Minas Gerais*, 2005, [s. p.].

Em setembro de 2010, a Rede Colaborativa de Pesquisas em Florestas Tropicais Secas da América Latina (TROPI DRY), a pedido do Ministério Público Estadual, encaminhou uma Declaração Científica que sustentou o pedido de inconstitucionalidade da Lei Estadual 19096/2010. Nesse documento, a rede de pesquisa especialista em Matas Secas da região Norte do Estado sustentou as Matas Secas como pertencentes ao bioma da Mata Atlântica, baseando-se na semelhança florística, no mapa de biomas do IBGE e no mapa de vegetações de importância biológica do mesmo Atlas da Biodiversidade utilizado pelos ruralistas. O mapa de vegetações de importância biológica abaixo indica que as áreas onde se encontram as Matas Secas do norte de Minas Gerais, independente de sua classificação como Caatinga ou Mata Atlântica, é de importância “especial” e “extrema” para a conservação da biodiversidade no Estado.

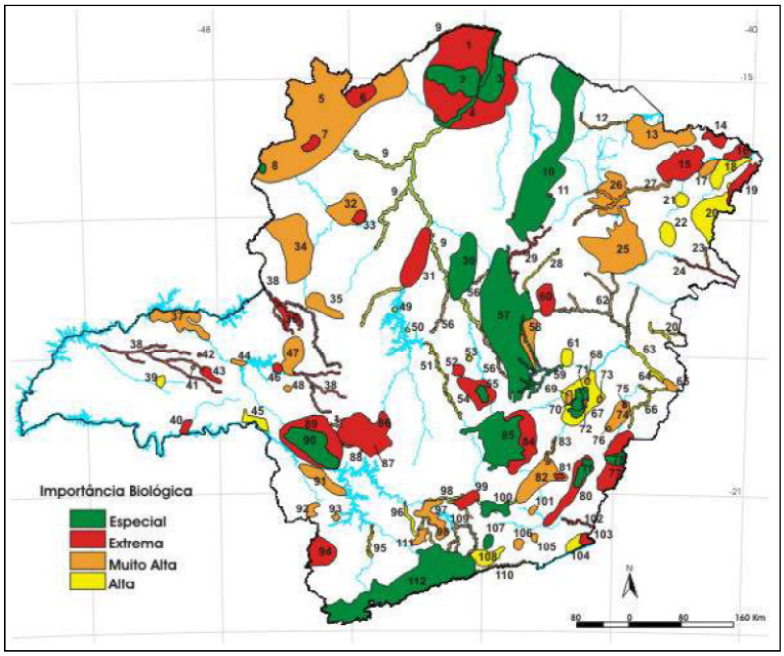


FIG. 12: Mapa de Vegetações de Importância Biológica.
Fonte: *Atlas de Biodiversidade de Minas Gerais*, 2005, [s. p.].

Além disso, a grande semelhança florística das Matas Secas com as florestas sempre-verdes e semi-deciduais, encontrada nos estudos da rede TROPI DRY, reiterava que as Matas Secas deviam "ser classificadas de forma inequívoca como Mata Atlântica" (TROPI DRY, setembro de 2010). Nesse mesmo documento, utilizaram também o mapa de aplicação da Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11428/06) do IBGE, publicado pelo Decreto Federal 6660, que indica as Matas Secas do norte de Minas Gerais como parte pertencente ao bioma Mata Atlântica.

/

FIG. 13: Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica do IBGE
Fonte: Decreto Federal n 6.660/2008.

A disputa simbólica que envolve as classificações das Matas Secas revelam a importância das distintas representações sobre esse espaço geográfico e suas implicações políticas para os diversos segmentos da sociedade, de onde podemos apreender que no jogo das classificações entre caatinga e mata atlântica os mapeamentos são, eles próprios, objeto da ação política que define o destino e os projetos sociais para esse território disputado para conservação e para a expansão do agronegócio.

Em janeiro de 2011, a Lei Estadual 19096/2010 foi revogada, mantendo as Matas Secas protegidas como bioma pertencente à Mata Atlântica, sob a vigência dos decretos federais nº 750 de 1993 e nº 6.660 de 2008. A briga classificatória das Matas Secas como formação vegetal pertencente aos biomas da Caatinga e da Mata Atlântica refletem não somente o destino das mesmas, mas também uma hierarquização e uma diferença de *status* de proteção dos diversos ecossistemas no Brasil, não somente do ponto de vista normativo-legal, mas também da reprodução de uma percepção hegemônica na sociedade brasileira, que

eleva a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica à condição nobre de proteção da biodiversidade, e transfere para os Cerrados e a Caatinga a função de fronteira agrícola.

A consequência desse embate aqueceu a valorização das áreas de Matas Secas na região enquanto espaço para conservação, reposicionando os agentes para além das questões das condicionantes ambientais criadas para expandir o agronegócio, como visto anteriormente. Agora, agentes ambientais, como o IEF, agem a partir da estrutura do campo e iniciam o processo de restrição e expropriação presente na modalidade das UPIs. Os parques deixam de ser parques de papel e começam a funcionar como espaço legítimo da conservação.

Assim, a significação das unidades de conservação para os distintos atores se apresenta de maneira muito diferenciada, à medida que dizem respeito às percepções distintas sobre a natureza, aos diferentes projetos sobre ela e aos diferentes efeitos de sua criação sobre os sujeitos. Nesse sentido, a fala da promotoria, mencionada abaixo, reforça a citação na introdução deste capítulo, uma vez que em sua perspectiva,

> *o parque é uma questão boa, de interesse coletivo, para preservar a biodiversidade, para ter pesquisa, para ter visitação, a questão da beleza e tal... Então, é uma questão de interesse difuso* (Entrevista concedida por representante da Promotoria do Estado de Minas Gerais / Coordenadoria da bacia do rio São Francisco, 2010).

A visão normativa do processo, sem questionar dinâmicas sociais e políticas que encurralaram vazanteiros e propiciaram a implementação dos parques na região, revela *tradições* do campo ambiental que justificam o bem coletivo. Nesse contexto, a ancestralidade territorial e as práticas dos sujeitos ali encurralados são subsumidas em prol de um interesse difuso, presente na ideologia desenvolvimentista que universaliza a crença de um bem maior, em favor de uma humanidade abstrata e sem sujeito. Afinal a UPI em seu discurso é para todo mundo, mas na prática é para ninguém.

Na prática, a distribuição desigual do território é vivenciada pela população local, em que *mais de 50% do município de Matias Cardoso está com o parque e o outro restante está com a produção de gado e fruta (Projeto Jaíba). Nós estamos com 2,5% do município com agricultura familiar* (Entrevista concedida morador do Quilombo da Lapinha, 2010). Nesse sentido, o ônus da insustentabilidade fica sobre os 2,5 % da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais do município que, impedidos de exercerem as práticas de agricultura e vazantes nas sobras de seu território, agora têm de sair dele e são criminalizados

por resistirem. Assim, a criação dos parques estaduais vêm desempenhando a expropriação e o encurralamento não compreendido por esses sujeitos, pois *"hoje, chega o Estado e fala que ali eles não podem ficar mais, que só podem viver ali os bichos e pesquisadores"* (Entrevista concedida por representante do CPT-Manga, 2009).

O contexto de criação desses parques, a exemplo de outras unidades de conservação, sejam nacionais ou estaduais, no Brasil, demonstram que esse processo é sempre realizado de forma autoritária e vertical. Assim como o processo de implementação e gerenciamento destes. Orientados por uma racionalidade dicotômica entre natureza e sociedade, não aceitam a presença humana nesses espaços de conservação, negando a existência das territorialidades do lugar:

> *O ruim da lei de parque é isso: eles criam a lei com a gente lá dentro e eles não querem reconhecer. Quem chegou por último foi o parque, não foi a gente. Então, eles deveriam criar as leis e reconhecer; eles fizeram a lei como se não existisse ninguém. (...) Falam que a gente só entrou depois do parque, mas num foi isso, a tradição é velha e de longos anos* (Entrevista concedida por morador de Pau Preto – agosto de 2009).

O início da apropriação e gerência do território tradicional dos vazanteiros pelos agentes ambientais do IEF é naturalmente potencializador de conflitos e tensões, visto que sobrepõe territorialidades e projetos diferentes para aquele região. A relevância de sua criação, do ponto de vista de conservação, é elemento orientador que sustenta a ação ambientalista e se reproduz na visão de uma população urbana que não possui uma relação de interdependência direta com esses territórios e veem ali mais como um refúgio ambiental da urbe. A ideia de reverter benéficos para o município e para a população, com a criação de parques, presente no discurso das instituições estatais e ambientais, pode ser traduzida como mais um elemento mitigatório e de *adequação ambiental* (ZHOURI, 2005) que, na prática, não se viabiliza, conforme assinala um entrevistado:

> *Eu acho que a estratégia de criar lugares de conservação é super importante para o norte de Minas. Na medida que gera ICMS ecológico, na medida que tem potencial de gerar empregos para as pessoas do local* (Entrevista concedida por Coordenador da Promotoria do Estado de Minas Gerais / Coordenadoria da bacia do rio São Francisco, 2010).

A capitalização da natureza, sob o discurso de geração de renda e emprego para os municípios, não se difere do discurso ruralista quando ressalta a produtividade desse território. Ambas as visões reduzem o ambiente aos valores de mercado, ecologizando a ordem econômica e não problematizando as formas degradatórias de produção e consumo. Nesse ponto, a visão de consenso entre *racionalidade ambiental e racionalidade econômica* (LEFF, 2001) presente no discurso do "desenvolvimento sustentável" é acionada de acordo com os diversos propósitos de distintos atores.

Assim, podemos observar uma dinâmica de estratégias discursivas adotada entre os distintos atores que, ora se aproximam ou se afastam, à medida que recorrem a valores do campo do direito, da economia, da ciência e do senso comum para sustentar seus projetos. Ou seja, ao se posicionarem a respeito das unidades de conservação, observamos uma aproximação da visão jurídica do Ministério Público com a visão tecnicista do IEF, legitimado pelo capital técnico-científico dos conservacionistas, em defesa da implementação de parques como forma de prevenção, preservação e proteção da natureza. A visão economicista do representante dos ruralistas, embora questione o número de parques na região, ao defender a expansão e intensificação do agronegócio, indiretamente, tem que aceitar o modelo de compensação ambiental por meio da criação de UCs, como o caso do projeto Jaíba que, para se consolidar, necessitou cumprir as condicionantes ambientais. Observamos, então, uma conexão importante entre as visões dos concervacionistas, do Ministério Público e dos ruralistas, que não questionam o modelo compensatório no sentido de criar estratégias de mitigação via UPIs, tampouco as formas de apropriação material e de produção capitalista que incidem diretamente para degradação ambiental. Logo, o Estado assume um papel dúbio, ao se inserir na luta pela apropriação simbólica da base material, a partir de uma definição de natureza ora estatizada, integrada ao capital, ora como uma natureza residual, onde se acomodam os agentes que resistem ou são excluídos dessas áreas.

O encurralamento dos vazanteiros nas ilhas e margens do rio São Francisco é um processo histórico de cercamento e de restrições territoriais impostas inicialmente por grandes fazendeiros na década de 1970, incentivados por programas de desenvolvimento do campo e reproduzido atualmente pela operacionalização das unidades de conservação, em favor do projeto Jaíba, num contexto de revalorização das Matas Secas.

> *Hoje o Estado está no processo de regularização fundiária desses parques para implantar mais recursos nesses projetos do agronegócio. Nós entendemos que esses impactos é que agora estão causando essa retirada das famílias. Para estas famílias está claro. Prova disso são as 101 famílias que vivem no parque do Verde Grande,*

> *vivendo lá fazendo uso da área. É a área mais preservada que tem. Então, eles não conseguem entender isso. De que eles têm que sair* (Entrevista concedida por membro do CPT-Manga, 2009).

Diferentemente da visão dicotômica que os atores anteriores possuem do ambiente, reduzindo-o a um substrato natural, os sentidos e as práticas de uso dos ambientes naturais, como a região das Matas Secas, são experimentados de maneiras muito particulares por esses povos. Compreendido como um *bem* territorial, esse território não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, que diz respeito à relação complexa entre lugar, cultura e natureza:

> *Por um lado você tem populações, cuja racionalidade ambiental articula produção e natureza... Eles têm uma estratégia produtiva que os levou a aproveitar os potenciais ecossistêmicos. E você tem todo um processo produtivo na região que consome muita energia, produz muitos dejetos contaminantes do lençol freático, metal pesado, além dos agrotóxicos. E a gestão dos parques é muito conveniente. Aqui nós podemos produzir, aqui a gente preserva. Então, para poder preservar, as pessoas não podem viver, porque o homem é predador por natureza. Então, essa lógica não reconhece as diferentes racionalidades* (Entrevista concedida por membro do CAA-NM, 2008).

As críticas ao modelo de *modernização ecológica* que sustenta uma política ambiental compensatória ao agronegócio constituem parte da compreensão do CAA e da CPT, que foram se constituindo, nesse processo de encurralamento, nos principais mediadores entre *vazanteiros* e conservacionistas. Orientado por uma perspectiva e trajetória associada aos movimentos sociais e ambientais dos anos de 1980, o CAA, diferentemente de outras instituições ambientalistas, sempre apontou críticas relativas à indistinção dos diferentes atores no processo de degradação ambiental por parte do estado, uma vez que o estado e suas instituições ambientais não colocam em questão as diferentes formas de apropriação e de processos produtivos dos agentes do conflito.

A articulação e a emergência dos *Vazanteiros em Movimento* surgiu, então, em resposta ao "encurralamento pelos parques" dos povos e comunidades tradicionais da região do Jaíba. Assim, em resposta a esses processos de expropriação territorial, derivados da disputa simbólica, social e econômica, em torno das áreas de Matas Secas, esses povos se organizaram em redes sociais, buscando reconhecimento junto aos centros de poder. A partir de suas experiências localizadas e em articulação com outros atores – entidades de assessoria e apoio (Comissão Pastoral da terra e Centro de Agricultura Alternativa) e pesquisadores de

centros científicos (Universidade Estadual de Montes Claros) – configurou-se o movimento dos "encurralados", como eles mesmos se definiram, explicitando sua condição de atingidos, uma vez que a criação de unidades de conservação, realizada à margem das questões sociais e da consulta prévia às populações residentes, iniciou um processo de cercamento e restrição territorial, econômica e sociocultural dos vazanteiros, conforme será mostrado no capítulo seguinte, a partir do entendimento desse processo como um "Drama social" (TURNER, 2008).

Para concluir, foram apresentados conservacionistas (TROPI DRY, IEF), Estado (IEF, MPE) e ruralistas integrando uma luta classificatória pela representação legítima da Natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados, ora questionando interesses sobre os recursos, ora reivindicando a conservação desses recursos, ora compreendendo a paisagem como local de consumo estético ou de reservatório de recursos para o mercado. As disputas advindas dos conflitos entre essas duas racionalidades, ambiental e econômica, se chocam à medida que um *bem* a ser cuidado se depara com o objetivo de expansão desse espaço como um *bem* a ser explorado. Assim, os atores do campo ambiental e econômico acionam o capital técnico (ecólogos, fenologistas, engenheiros florestais, entre outros) disponível que domina o campo ambiental, para sobrepor uma racionalidade sobre a outra. Caso específico aparece na disputa simbólica pela definição das Matas Secas como remanescentes de Mata Atlântica ou como uma fito-fisionomia da Caatinga entre ruralistas e ambientalistas. Em caso de Mata Atlântica, os ruralistas poderiam desmatar somente 30% das Matas Secas em suas propriedades; em caso de Caatinga Arbórea, esse desmatamento poderia aumentar em até 70%, dependendo do estado regenerativo. A aliança política da bancada ruralista junto ao Estado de Minas, em 2008, a partir de um estudo técnico encomendado, possibilitou a promulgação de uma nova lei[23] que regularizava esse desmatamento, reconhecendo as Matas Secas como Caatinga arbórea e revogava a anterior que a reconhecia enquanto parte da Mata Atlântica.

Entretanto, as contradições das político-ambientais devem ser ressaltadas no interior de seu campo à medida que presentificam uma atuação conivente com o agronegócio, esverdeando o capital dos grandes empreendimentos econômicos pela certificação ambiental e permitindo que este continue explorando os recursos naturais associados a uma economia pressupostamente "sustentável". A não problematização e

[23] Lei Estadual 17.353, 18/01/2008. MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Disponível em www.almg.gov.br. Acesso em: 25/03/2012.

despolitização do debate sobre "desenvolvimento sustentável" no campo ambiental ratifica um tipo de "desenvolvimento" que se mostra claro aos interesses promulgados por instâncias políticas como a Associação dos Municípios da Área mineira da SUDENE (AMAMS)[i], que reúne em sua estrutura grande parte de políticos, empresários e ruralistas do Norte de Minas. Desenvolvimento com caráter tecnocrático e liberal, que tem como paradigma o que Ascelrad (2005) denomina de *Modernização Ecológica*, visto que há uma hegemonia dos interesses econômicos sobre o ambiente; e o mercado assume a capacidade institucional de resolver a degradação. Por outro lado, a cientificização das políticas ambientais tende a despolitizar as lutas sociais que envolvem o ambiente, uma vez que a própria estratégia de despolitização, por certo, é uma estratégia de afirmação da distribuição de poder no campo de forças (ASCELRAD, 2004, p. 21).

[i] A AMAMS surge como articulação política de prefeitos da área mineira do Polígono das Secas. Atua com decisões diretas sobre projetos desenvolvimetistas voltados para o Norte de Minas, como o projeto de fruticultura irrigada Jaíba e a barragem de Irapé, contando com a participação da bancada ruralista de toda a região.

CAPÍTULO 3

TEMPO DE LIBERTO E OS DRAMAS SOCIAIS DOS VAZANTEIROS DE PAU PRETO, PAU DE LÁGUA E QUILOMBO DA LAPINHA

Como foi discutida no capítulo anterior, a criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, ao se constituírem como parte do "jogo da mitigação", serviram funcionalmente à expansão do agronegócio na região, através da consolidação da etapa II do projeto Jaíba. Entretanto, o "encurralamento" das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha pelas UPIs se configurou somente no momento em que seus territórios tradicionais passaram a ser legitimados como áreas para conservação e gerenciados pelo IEF, que iniciou um processo de restrições e punições sobre esses grupos. Nesse contexto, acionaram outros atores sociais que os articularam em suas condições de atingidos, permitindo-os se posicionarem enquanto "movimento dos encurralados pelos parques". Processo que têm nas políticas de colonização e desenvolvimento econômico dos governos federal e estadual seu principal instrumento de intervenção, atualizada a partir do final da década de 1990 pelas políticas ambientais compensatórias ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba. Conforme menciona um líder comunitário, "antes era o fazendeiro, agora é o IEF" (Fala de uma das lideranças da comunidade vazanteira de Pau Preto – oficina de mapas mentais, 2010).

Assim, este capítulo tem como propósito mostrar o processo de encurralamento desses atores, na perspectiva trabalhada por Turner (2008) de "dramas sociais", bem como o sentido de lugar contestado por esses grupos sociais, que está assentado no plano da memória. Para tanto, utilizo como referência de análise os relatos das comunidades vazanteiras de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, coletados em oficinas realizadas para a construção de mapas mentais sobre os territórios reivindicados. O processo de reivindicação territorial desses grupos vazanteiros diz respeito à demanda de reapropriação simbólica e material do lugar que é acionado pelo vínculo com o território e suas práticas tradicionais. Práticas e modo de vida de um tempo passado denominado por eles de "tempo de liberto", em contraposição ao "tempo dos encurralados". Ou seja, se hoje vivenciam um tempo de restrições e de penúria, mostram que no passado vivenciavam um tempo de fartura e de liberdade territorial, tempo que reemerge nesse contexto de lutas sociais como elemento unificador do grupo e como legitimador de práticas tradicionais que contribuíram historicamente para a conservação do lugar.

Logo, esse capítulo está estruturado da seguinte forma: (a) trago a descrição dos relatos das comunidades vazanteiras sobre o processo de apropriação e de

uso de seus territórios, com as pessoas e localidades do lugar, suas dinâmicas sociais e culturais que fazem do "tempo do liberto" referência a sustentar suas lutas sociais no campo ambiental; (b) mostro o processo de expropriação e "encurralamento que vai empurrando o povo no seu modo de vida" (Fala de uma lideranças da comunidade vazanteira de Pau Preto – oficina de mapas mentais, 2010), assim como suas estratégias de resistência no lugar. Tempos de ruptura e de crise, na perspectiva dos dramas sociais. A primeira, provocada pelo estabelecimento de empresas rurais e grandes fazendeiros subsidiados pelas políticas de desenvolvimento econômico e de colonização, na região, nas décadas de 1960/70; a segunda, pela implementação de unidades de preservação integral de caráter compensatório a partir do final da década de 1990.

Posterioremente, em um terceiro momento, identificado por Turner (2008) de "intensificação da crise", mostro os processos de restrições impostos pelos agentes ambientais do IEF, desencadeando a ação coletiva desses sujeitos que, na condição de atingidos se denominam "Movimento dos Encurralados pelos Parques". Movimentação correspondente ao ápice de um processo de movimentação relativo à quarta fase dos dramas sociais de Turner (2008), denominada pelo autor de "ação reparadora", a ser observada no capítulo seguinte. As três fases do drama social aqui apresentadas têm como função ajudar a entender, no capítulo 4, a "ambientalização" (LOPES, 2006) da luta dessas comunidades pela assimilação do jogo da mitigação como parte da estrutura desse campo. Nesse processo, se identificam como "Vazanteiros em Movimento" e buscam a reterritorialização através da implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto.

Antes de iniciar com os relatos dos grupos vazanteiros, aqui apresentados em conjunto, e a análise desse conteúdo a partir da perspectiva de "dramas sociais", cabe ressaltar que, ao contrário de uma cartografia, a utilização dos mapas mentais como método de pesquisa e gestão foi utilizado, nesse contexto, como instrumento para visibilizar o lugar de pertencimento desses grupos sociais, através da reconstituição de suas memórias, interpretações, explicações e reflexões sobre seus territórios, assim como os contextos intersocietários de conflito vivenciados por eles e entendidos aqui como "dramas". Para tanto, foram construídos dois mapas em cada oficina com cada grupo: um referente ao "tempo antigo", denominado por eles "tempo de liberto", por se referir a um período de maior autonomia territorial; e outro referente ao "tempo atual", período de restrições e proibições frente à gerência dos Parques Estaduais da Mata Seca, Verde Grande e Lagoa do Cajueiro em seus territórios. O contexto de realização das

oficinas foi marcado pela composição de uma equipe[1] que saiu de Montes Claros no mês de outubro de 2010 até a cidade de Matias Cardoso, local onde se situam as comunidades vazanteiras de Pau Preto e Quilombo da Lapinha; município onde se estabeleceram também alguns vazanteiros da ilha Pau de Légua, localizada na margem oposta do rio São Francisco, município de Manga.

Assim, as oficinas foram realizadas nos dias 20, 21 e 23 de outubro de 2010, por intermédio das liderenças vazanteiras, que se encarregaram de organizar o encontro. No caso de Pau de Légua, primeira comunidade em que realizamos a oficina, foi necessária a travessia do rio São Francisco de barco com um representante da Associação dos Vazanteiros de Pau de Légua; trajeto que realiza todos os dias como a maioria dos vazanteiros dessa comunidade que vive em trânsito entre Matias Cardoso, o rio e a Ilha Pau de Légua. O percurso rio acima durou cerca de 20 minutos até a casa de uma das lideranças de Pau de Légua, onde foi realizada a construção dos mapas mentais. No caminho, algumas plantações de vazantes na beira rio e os canteiros com cebolinha, coentro, alho, dentre outras hortaliças da esposa de um dos líderes comunitários.

Apresentei a equipe de trabalho que me acompanhou e os convidamos a trabalhar com mapas mentais com o objetivo de compreender um pouco mais detalhadamente suas histórias, sobre o lugar que vem reinvindicando e a importância deste para os vazanteiros. Um dos moradores, referência da memória social do grupo, nascido e criado em Pau de Légua, toma frente e diz que mostrará como era Pau de Légua no "tempo antigo", no "tempo de liberto". Era um grupo de 15 a 20 pessoas, composto por um número mais ou menos equilibrado entre homens e mulheres e algumas crianças que, apesar de não participarem, acompanhavam a história trazida pelos adultos e observavam os elementos gráficos como casas, animais, plantações, dentre, outros, desenhados sobre o papel.

A oficina em Pau Preto foi realizada no dia seguinte, 21 de outubro de 2010, quando a equipe partiu de carro de Matias Cardoso, em direção à comunidade, a 28 km do município. A maior parte do trajeto foi realizada por estrada de terra, próxima ao porto de travessia das balsas no rio São Francisco, que une Matias Cardoso e Manga. No percurso, passamos pela fazenda Catelda que estava, administrativamente, sob

[1] A equipe era composta por mim e mais dois pesquisadores: Pablo Matos, historiador que trabalhou como pesquisador no Centro de Documentação Eloy Ferreira (CEDEFES) com a temática indígena e quilombola. Atualmente faz parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com sede em Governador Valadares/MG. Camila Silva foi aluna do Curso de Ciências Sociais da Unimontes e bolsista de iniciação científica do Tropi-dry Brasil.

responsabilidade do IEF, com o objetivo de ser incorporada ao Parque Estadual Verde Grande. No caminho, algumas moradias e poucas cabeças de boi ainda criadas “na solta”. Mais à frente o grupo escolar, local onde seria realizada a oficina, conforme combinado anteriormente com o líder dos vazanteiros na comunidade de Pau Preto. O grupo escolar é uma estrutura institucional importante para a comunidade, convertendo-se num espaço de reuniões e eventos. Havia umas 20 pessoas nos esperando; delas, somente duas eram mulheres e todos adultos. Ouviram atentamente a proposta de trabalho e, interessados, juntaram as mesas para colocarmos a cartolina com as hidrocores. Convocaram um dos vazanteiros presente, dos mais jovens do grupo, para desenhar. O líder inicia: “a história aqui é o seguinte...”

A última oficina foi realizada no Quilombo da Lapinha, mais precisamente no acampamento São Francisco, ocupação situada perto da fazenda Casa Grande, reivindicada como parte de seu território ancestral. O líder da comunidade, morador de Várzea de Manga, uma das localidades do território quilombola, foi buscado por um dos integrantes da equipe da oficina. No acampamento, nos reunimos dentro de uma das casas de adobe para construçãodo mapa. Participaram cerca de quinze pessoas. Um dos quilombolas da Lapinha e agente de saúde do município vai desenhando enquanto o líder inicia a história, acompanhado dos demais.

3.1 O tempo de liberto e os sentidos do lugar para as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha

O ponto de referência comum às comunidades vazanteiras para construção dos mapas mentais foi o rio São Francisco. A partir do rio, o representante da Associação Vazanteira de Pau de Légua desenha a Lagoa da Lavagem, lagoa que, segundo um vazanteiro de Pau de Légua, apresentava grande quantidade de peixes. Abundância ressaltada pelo representante da associação, ao recordar que o processo da lavagem de roupas e utensílios domésticos, realizado pelas mulheres naquele local, trazia grande quantidade de peixes. O líder pede ao colega para desenhar as moradias dos antigos à beira do rio São Francisco. Vai elencando os nomes dos moradores rapidamente, dificultando a tentativa do desenhista de acompanhá-lo, o que foi motivo de risos entre as pessoas do grupo. Nem tudo nem todos foram grafados, mas estavam ali representados e citados:

> *Lino Parola, Alicino, Zé Governo, Ouvídio, Mané de Antuninha, Augusto, Antônio Rodrigues, Mané Governo, Zé onça, Antônio Vicente, Tibúrcio (Tibú), João Barbosa, Bau, Lídio, Rosimiro, Alfredo, Marcelino, Lucas, Amadeu, Hermano, João Gago, Manéu, Dolores, Benedito, João Francisco, Mané de Rosa, Tiago (Tiaguinho), Cornélio, Cipriano, Zé da Passila, Marcelino, Zé Roque, Cesário Branco, Cesário Preto, Zé Miudinho, Leonel (Pai de todo mundo), Honório, Zé Batista, Jacinta, Bitú, Liozim, Zezim, Zé Grosso, Anunciada, Toim, Celso, Vilson, Zé Antônio (delegado), João Durvalino.* (Oficina de Mapa Mental de Pau de Légua).

Entre as lembranças de um e outro, as pessoas e suas histórias no lugar vão ressurgindo na memória coletiva do grupo. Com dificuldade de desenhar, o responsável por "traduzir" em desenho o mapa mental, passa a hidrocor para uma colega, que assume a posição de desenhista. Ela inicia registrando a sede da fazenda de Darli, um dos primeiros fazendeiros que se apropriou daquele território, e que passou a manter relações pessoais e de convivência com algumas pessoas do lugar, o que propiciou a expansão da comunidade para a Lagoa da Lavagem, devido à proximidade com a sede da fazenda, cujo dono os tornou seus agregados, na década de 1930/40. O Termo agregado, empregado pelos vazanteiros para se identificarem nesse contexto, é ressaltado por Araújo (2009) como uma noção utilizada para explicitar a relação de interdependência entre moradores e fazendeiro, alimentada por vínculos pessoais, mas em que a autonomia de apropriação da terra e uso dos recursos ambientais são mantidas. Ali viviam como agregados:

> *Celso, Wilson, Marcionilio, Arnaldo, Lourenço, Natalino, Raimundo, Anísio, Zé Vaqueiro, Cipriano, Adão, Xico da Moita, Idelfino, Anísio, o marido da Mariana, Toninho, Jacinta, Martim, Quilois, Delício, Chico Neto, Joana e filhos, Zé (José), Tião, Antônio Relâmpago, Antônio Jaguê e outros.* (Oficina de Mapa Mental de Pau de Légua).

De acordo com os vazanteiros e ratificado pelo estudo antropológico de Araújo (2009), nessa época as famílias vazanteiras se distribuíam em três localidades constituídas por: Pau de Légua, Lavagem e Imbarí. Pau de Légua, localizada à beira do rio São Francisco; Lavagem, a comunidade de agregados que se estabeleceu perto da Lagoa da Lavagem e próxima da sede do fazendeiro Darli; e Imbarí, região de brejo onde parte da comunidade se estabeleceu.

Relataram que vivia nesse território cerca de 80 famílias que mantinham relações de parentesco e autonomia territorial, que foi se perdendo a partir do ano de 1973, com a chegada do fazendeiro Air Vieira, que impôs outra dinâmica territorial e expropriou os vazanteiros com violência; como será relatado posteriormente.

Um dos moradores ressalta que as relações estabelecidas com Darli, primeiro fazendeiro, eram de solidariedade e que este não tinha moradia estabelecida no lugar; a casa-sede era utilizada por ele como local de "refúgio". Morador da cidade de Manga, Darli aparecia ocasionalmente para descansar e pescar. No dia-a-dia, a casa-sede era utilizada como grupo escolar, onde as crianças estudavam até a quarta série com a professora "Senhorinha", contratada em Manga por Darli. A partir de então, quem quisesse prosseguir nos estudos se dividia entre o território vazanteiro e Morrinhos (nome anterior do município de Matias Cardoso). A partir sua memória de "quando era criança", o líder comunitário relata: "Darli era um homem rico; diz que recebeu aquela terra de herança. Como ele não trabalhava a terra, não importava da gente fazer as atividades nela". Segundo o morador, Darli incentivava a apropriação da terra para não se tornar devoluta. "Se o INCRA visse que não tinha ninguém na terra, cortava tudo. Então, para não perder a terra, colocava agregados. Foi assim que todo mundo tomou posse dessa terra. Ele deixava cada um cuidar do que era seu" (Zé Roque, liderança de Pau preto, oficina Mapa Mental, 2010). Assim, as moradias que antes se concentravam mais próximas ao rio São Francisco, foram também se estabelecendo perto da Lagoa da Lavagem e do Imbarí, conforme Mapa abaixo:

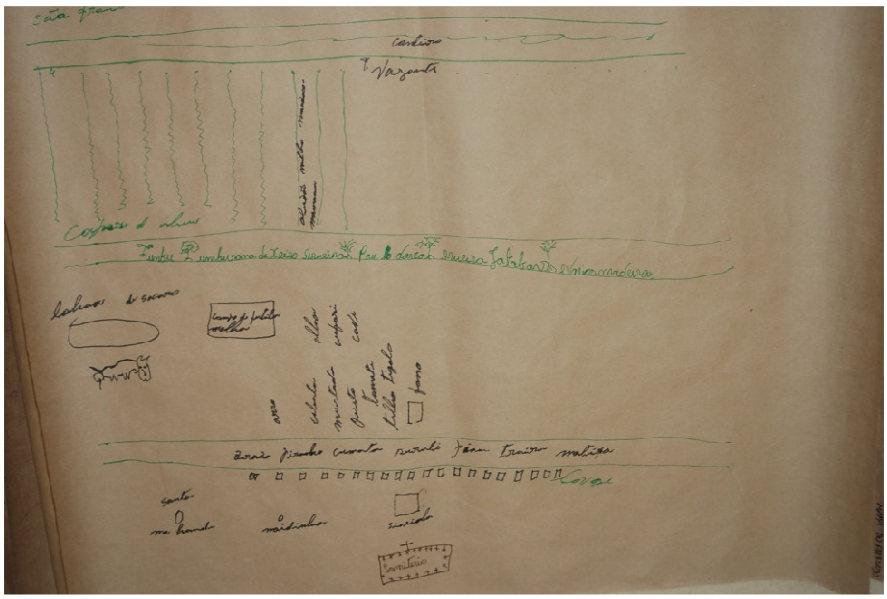


FIG. 14: Foto Mapa Mental original "Tempo do Liberto" Pau de Légua.
Fonte: Felisa Anaya. 2010

A pessoa para quem se passou a responsabilidade por desenhar, retoma o desenho da Lagoa da Lavagem e desenha em sua borda o forno utilizado por seu pai para fazer tijolos e telhas. Diz que ainda está lá e que se quiser pode nos levar para constatar. Esse é um elemento material importante ressaltado por ela para legitimação da história do lugar, assim como os escombros das antigas moradias perto da Lagoa da Lavagem, que foram destruídos com a chegada de Air Vieira. A mesma violência foi realizada com o cemitério indicado atrás da sede da fazenda ocupada por Air Vieira, que apagou qualquer vestígio de apropriação ancestral e sobre o qual construiu dois pivôs de irrigação.

A diversidade e a abundância de peixes na Lagoa da Lavagem é indicada também nas lagoas "Socorrinho" e "Socorrão", que se formavam a partir da Lagoa da Lavagem: curimatá, surubim, dourado, piranha, piau, traíra. Conforme o líder da comunidade,

> *elas tinham esse nome porque quando não tinha muito peixe na lagoa da Lavagem, elas socorriam todo mundo. Essas lagoas eram todas cheias de barroquinha… Os peixes entravam quando tinha enchente no rio. Aí, a água baixava e os peixes ficavam. A gente pescava era muito curimatá gordo*. (Oficina do Mapa Mental de Pau de Légua, 2010).

O encurralamento iniciado por Air Viera é ressaltado pelas restrições e "maldades" realizadas por esse fazendeiro, ao se apropriar das terras de Darli. Recordam quando Air Viera mandou seus empregados passarem o trator em cima dessas lagoas, impedindo que a água entrasse e saísse e, consequentemente, a utilização pelos vazanteiros de Pau de Légua. Proibidos de recorrerem às lagoas marginais nos momentos de escassez no rio, buscavam a estratégia da "recursagem" na Lagoa da Lavagem, que consistia, de acordo com Araújo (2009), no uso mais intensivo dos recursos abundantes desta, no caso o peixe, para garantir a reprodução material de suas famílias.

FIG. 15: Foto da Oficina de Mapas Mentais de Pau de Légua.
Fonte: Pablo Matos, 2010.

Assim como em Pau de Légua, os marcos iniciais de referência para se pensar o território em Pau Preto é o rio São Francisco. Entretanto, aqui é acrescido do rio Verde Grande, um dos braços do São Francisco. A conjunção dos dois rios faz de Pau Preto uma imensa ilha formada por uma complexidade de lagoas em seu interior. Um dos moradores mais velhos é solicitado pelo líder da comunidade Zé Alagoano para auxiliá-lo na lembrança das pessoas que viviam nas localidades, indicações que ajudariam no desenho do mapa por um dos moradores. O descritor do mapa inicia pela localidade onde nasceu e que chamavam de Venda, expropriada na década de 1970 pela fazenda Catelda e vendida ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) para ampliação do Parque Estadual Verde Grande. Zé Alagoano O referido líder diz que na Venda havia uma vila de casas que pertenciam às famílias dos Canudos, dos Rodrigues, entre outros. Mais adiante a Picada com outras casas. Explica que o nome Picada se refere à existência de “um estradão tipo um corredor”. Logo após, era Imbuzeirinho: marcam ali o cemitério e a escola. Continuam desenhando as vilas. Mostram que, após Imbuzeirinho, onde é a atual fazenda Vila Bela, era a vila da família de Tonho Preto: “os Gregórios”. O nome era Arraial do Meio. Recordam também da família dos Agostinhos e outros tantos. Veremos no capítulo posterior que tal localidade foi reapropriada pelos

“Vazanteiros em Movimento”, em julho de 2010 e autodemarcada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Arraial do Meio. Mostram o domínio todo que as famílias tinham do espaço que, segundo os vazanteiros de Pau Preto, foi grilado pelos fazendeiros e hoje é o Parque Estadual Verde Grande. “Isso tudo aqui era nosso” (Zé Alagoano, oficina mapa mental Pau Preto, 2010).

O relator pede para o desenhista grafar outra vila de moradores na “terra alta”, localizada na divisa do que posteriormente se transformou nas fazendas Vila Bela e Catelda. Próximas às divisas destas fazendas, mais duas localidades: Barreiro 1 e Barreiro 2. Ali marcam o campo de futebol onde se encontravam para campeonatos. Dizem que na época da grilagem, pelos fazendeiros, somente algumas pessoas dos Barreiros 1 e 2 foram expulsas, outras ficaram como agregadas. Atualmente ainda estão no local, pois, ali não foi transformado como área do Parque Estadual Verde Grande. Questionados sobre a quantidade de moradores nessa época, Zé Alagoano calcula um total de trinta famílias, com cerca de oitenta a noventa pessoas.

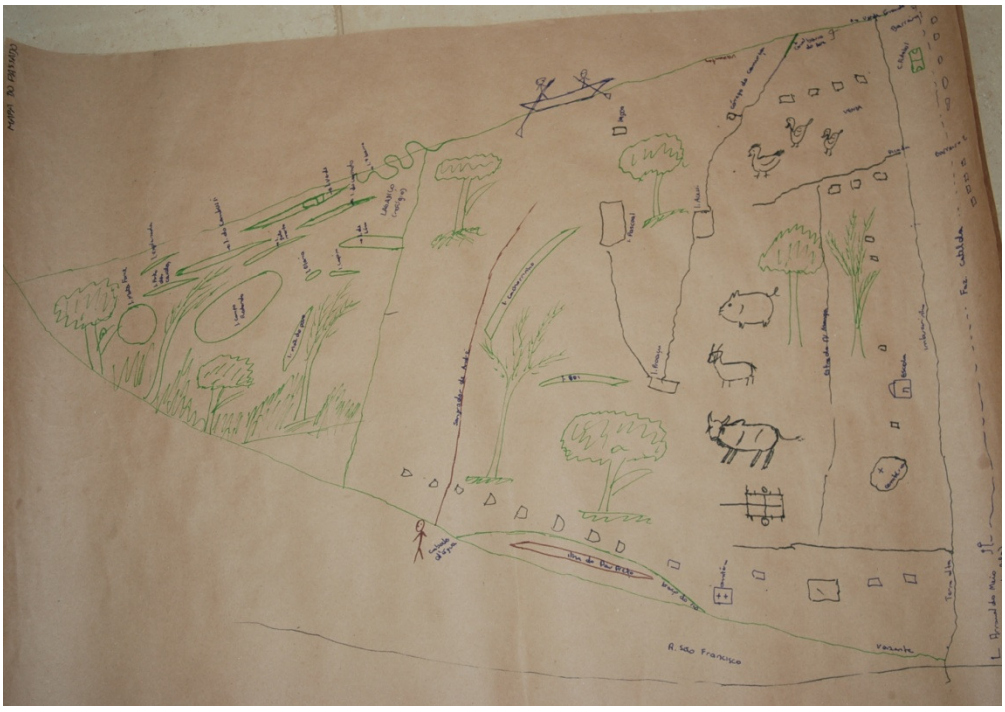


FIG. 16: Foto do Mapa Mental original “Tempo de Liberto” , Pau Preto.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

Ao desenharem as vilas, outras estruturas institucionais são grafadas como pontos importantes de referência social para os vazanteiros de Pau Preto, o que permitiu

relatarem sobre os laços matrimoniais, de parentesco, de lazer e culturais que uniam as pessoas das localidades. O campo de futebol surge como importante referência de encontro e lazer entre os vazanteiros. A realização de campeonatos organizados pelos moradores dos Barreiros I e II envolvia todas as outras localidades descritas. A escola no Imbuzeirinho tinha como professoras moradoras do Arraial do Meio e como público crianças de todas as vilas. Perto da escola, o cemitério onde enterravam seus mortos. Espaços compartilhados que permitiam a criação de uma rede de parentesco entre os moradores das vilas, que envolvia compadres, primos, irmãos, tios e avós, estabelecida principalmente pela realização do matrimônio entre eles.

Após essas recordações, retomam o mapa e informam sobre os modos de apropriação e usos comunais do território de Pau Preto, dividido em terra alta, vazantes e Lagadiço; todos permeados pelas águas dos rios e das lagoas. A terra alta era destinada ao plantio e à criação de animais. Desenham a criação de bode, porco, gado, pato, cavalo, quixaba, carneiro, cabra. "Era tudo terra comum, a gente tinha algumas cercas de madeira sem arame só para marcar, mas a criação era solta" (Zé Alagoano, Oficina de Mapa Mental Pau Preto, 2010).

Dizem que o gado que criavam na época era manso; o zebu, que eles chamavam de "curraleiro"[2], se alimentava de sal e da vegetação. Nas terras altas também plantavam roça de feijão catador, mandioca e outras variedades. Seu Tonho recorda que havia gente com roça de 5 km e que a divisão do trabalho entre homens e mulheres ocorria da seguinte forma: o trabalho nas roças era destinado mais aos homens, pois "o trabalho em casa era duro". As mulheres eram "chave" para o trabalho dos homens na roça, uma vez que eram responsáveis por levar um feijão ou uma farofa.

O cultivo de alimentos também era realizado nas vazantes do rio São Francisco e Verde Grande. Zé Alagoano ressalta que "do barranco do rio para baixo" plantavam batata, abóbora, melancia. Segundo outro morador, "uma vazante boa vale mais que uma terra firme para plantar". Comenta que a vazante do rio não foi boa este ano. "O rio encheu muito pouco. Atualmente a Ilha do Pau Preto emendou com a terra firme, por causa do tempo de seca. Na cheia, o braço do São Francisco que forma a ilha enche de novo, aí a gente vai trabalhar no alto" (Zé Alagoano, Oficina do Mapa Mental, Pau Preto, 2010).

[2] O gado curraleiro tem suas origens na época da colonização, resultado da miscigenação entre rebanho português e espanhol, na região Nordeste. É reconhecido por sua resistência em ambientes mais áridos. Entretanto, com a introdução de raças mais produtivas, beirou a extinção, contornada pelo reconhecimento de seu pontencial genético.

Nesse momento, Zé Alagoano, o líder, recorda da enchente de 1979, compreendida por ele como oportunidade para se reapropriarem de seu território, expropriado por fazendeiros, através da ocupação das ilhas e posteriormente da beira do rio. “Aproveitamos a boa vontade do rio e fomos voltando”. Ao relatar sobre a enchente, demonstra a ponta no mapa que conecta o rio São Francisco ao rio Verde Grande, a qual denominam *de* “lagadiço”. De acordo com Luz de Oliveira (2005), o recuo das águas das enchentes permite a formação de “alagadiços” e pequenas lagoas em toda a beira-rio, que, com a vazão do nível da água e sua desconexão com a calha do rio, formam inúmeros pesqueiros. Assim como evidenciado no mapa de Pau Preto, a junção do rio São Francisco e do rio Verde Grande permitiu a formação de um grande alagadiço, com um número enorme de lagoas. Destinado à pesca e às criações, Zé Alagoano identifica ali como o refúgio dos animais domésticos e nativos. Recorda a existência de exatamente noventa e oito lagoas e lamenta que atualmente não há nem 90% delas. Diz que eram todas lagoas criadeiras, identificada por eles como “creche dos peixes”, pois recebem os alevinos nas cheias e os cria até que a próxima enchente venha para levá-los de volta ao rio. Retorno que, segundo os vazanteiros de Pau Preto, era propiciado pela constante limpeza dos canais que articulavam lagoas e rios, realizada por esses, mantendo assim um sistema de manejo que propiciava uma reprodução diversa de peixes e a existência das lagoas. Recordam os nomes das lagoas e descrevem os formatos de cada uma para que o desenhista as desenhe. Descrevem os tipos de peixes e a vegetação nativa que, segundo os vazanteiros, eram abundantes e diversificados nessa época. Da vegetação citam: Pau Preto, que dá nome à Ilha; Jatobá, Braúna, Aroeira, Pau d’água, Pau Sangue, Pau Jaú, e muitas outras. Zé Alagoano intervém e diz que o “lagadiço” era uma “mata ciliar” com várias espécies de árvores e que este era utilizado somente para pesca e solta de animais.

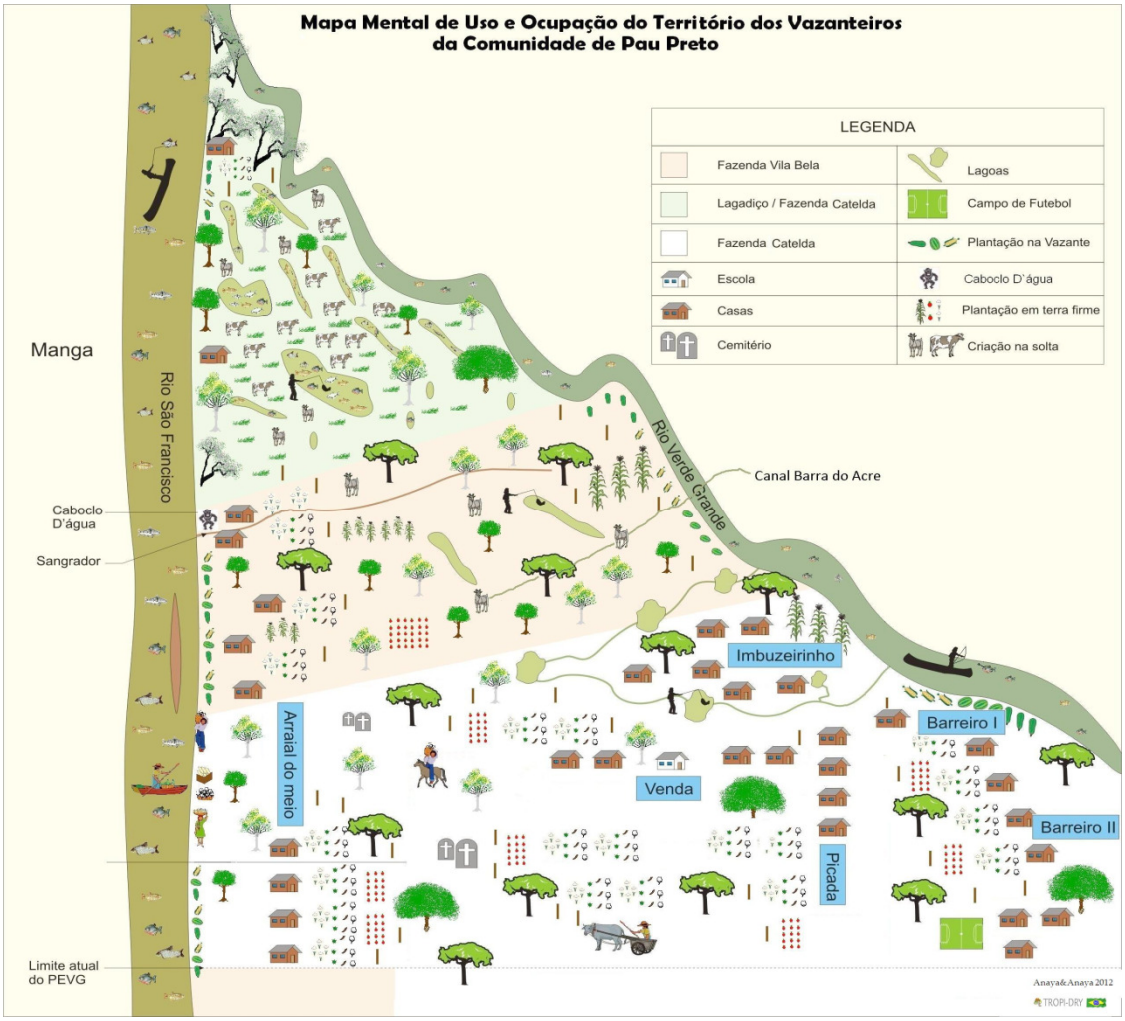


FIG. 17: Mapa Mental "Tempo de Liberto" Pau Preto, tratado graficamente.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

Diferentemente dos vazanteiros de Pau de Légua, que os utilizavam também para cultivo de alguns alimentos como o arroz e outros. Quanto aos peixes, descrevem surubim, dourada, piranha, traíra e curimatá. Além de pescarem com rede e tarrafa nas lagoas e rios, Tatinha, uma moradora, recorda que seu pai só pescava com flecha. Tonho Preto, outro morador, ressalta que a abundância de peixes fazia seu pai utilizar o remo como instrumento para golpear os peixes na nuca. Abundância que permite ao líder da comunidade, Zé Alagoano, relembrar dos banhos que tomavam no rio e como pegavam peixes com as mãos.

Desenham o barco a remo no rio Verde Grande, relatando que antigamente eram construídos de cedro e tamburí, um cocho sem qualquer tipo de emenda. Pierson (1972), em *O Homem no Vale do São Francisco*, já apontava a pesca com flecha como herança cultural indígena comum aos vazanteiros dessa região. O mesmo pode ser observado em relação à construção do barco para pesca que, de acordo com Neves

(1998), se constituía de uma técnica artesanal utilizada pelos ribeirinhos, advinda das heranças indígenas, que escava a madeira com ajuda do fogo. Instrumento importante no trabalho vazanteiro, a canoa sempre foi utilizada para transporte de produtos a serem comercializados na cidade, para realizar o trabalho nas vazantes, para pesca e para transportar pessoas. Tonho Preto intervém e diz que, atualmente, não usam mais essa técnica, pois "o barco é a motor, de tábua mesmo" (Tonho Preto, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010) Cabe ressaltar também que o território transformado atualmente em unidade de preservação integral não permite qualquer tipo de extração vegetal.

Observando o rio Verde Grande no mapa, recorda da existência do Canal Barra do Acre, que formava várias lagoas como: lagoa do Acessi, lagoa Proaçu, lagoa do Pascoal, lagoa do cachorrinho, entre outras, bem como o córrego da Camurça. Relata que o fazendeiro aterrou o canal para irrigar água do rio Verde Grande para pasto, o que resultou no assoreamento das lagoas e seu desaparecimento.

Na oficina do Quilombo da Lapinha, lagoas, rio e outras localidades importantes referentes às histórias próprias desse grupo emergem no relato de Jesuíto, que solicita à Pedrina, que inicie o desenho pelo rio São Francisco, partindo de Matias Cardoso. O território da Lapinha era constituído por Saco, Tapera, Lapinha e Várzea da Manga. Antes da comunidade havia, mais próximo a Matias Cardoso, as fazendas de João Cardoso, dos Pacheco e Euzébio, mais à beira do rio. Depois a lagoa do Erasmo, onde todos pescavam e criavam bode, porco, vaca e égua. Antes da lagoa Graciana começava a comunidade do Saco. Segundo Jesuíto, seu avô dizia que o Saco era um lugar de fartura, onde iam buscar as coisas no saco. Os moradores do Saco eram mais ou menos 17. Os mais antigos eram Antônio Efigênio, Zé Osório, Chico, Fortunato, Inocêncio, Faustino, Fagundes e outros. Ali cultivavam pequenas roças e a criação era toda solta. "Do Erasmo e João Cardoso para lá não havia pasto de cerca, só alguns curraizinhos para prender para tirar o leite e amansar os bezerros" (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da Lapinha, 2010).

FIG. 18: Foto da Oficina Mapas Mentais Quilombo da Lapinha.
Fonte: Pablo Matos, 2010.

A ilha é desenhada e um morador diz que todos tinham vazantes na ilha, mas que até a década de 1970 ninguém morava na ilha, somente o velho Carolino, que tinha vindo da Bahia. Como o rio ficava raso, amarravam o cavalo na ilha e quando precisavam, iam buscá-lo.

> *Tinha o capim bengo que os cavalos comiam. Os bodes, jumentos e gado ficavam todos soltos à vontade, não tinha cerca. Nas pequenas roças a gente plantava abóbora, milho, batata, feijão. Na roças mais altas era algodão chamado de crioulo, que fica 2, 3 anos produzindo. Hoje não existe mais porque dá mais caroço do que fibra. Tinham as casas de farinha de roda manual* (Fala de um morador, na Oficina de Mapas mentais do Quilombo da Lapinha, 2010).

Relata que combinavam entre os moradores de ralar mandioca fazendo rodízio, ajudando uns aos outros. As mulheres ajudavam a raspar a mandioca e por isso tiravam o polvilho para elas. Era um trabalho a meia com o dono da mandioca e o pagamento era com cachaça e um beijú bem grande. O compromisso era que toda vez

que um arrancasse mandioca fizesse um mutirão. O gado solto caminhava pelos furados do Zé Osório e Baixo do Tambor. Explicam que furado é uma coisa e lagoa é outra. Lagoa é onde tem peixe e furado é onde tem aquela baixa dentro d'água, onde o rio não vai. Ressaltam que a produção ia de canoa para Matias Cardoso ou Manga. O gado que matavam era comprado em forma de troca com aquele que não tinha dinheiro, mas tinha farinha. Às vezes conseguiam vender a carne na cidade. Na continuidade da descrição, pedem para desenhar as outras lagoas: "Batim, Rancharia e Lapinha".

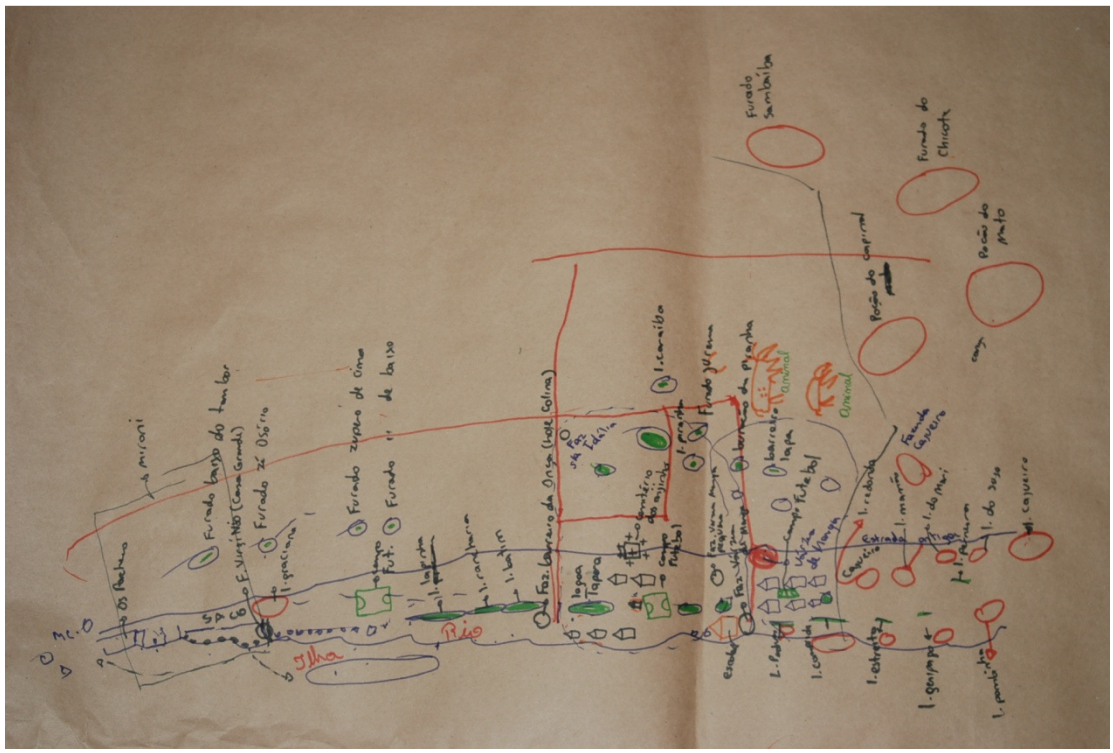


FIG. 19: Mapa Mental original "Tempo de Liberto", Quilombo da Lapinha.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

Dizem que essas lagoas eram abastecidas por uma barra que abria e fechava, jogando água para elas. Mencionam que atualmente isso não é mais possível por causa da proibição do IEF. Sobre a produção de peixes, diz um morador:

> Ali se pescava; pedindo ao dono, você dava ¼ do que pescava. Quando tinha fartura vinha gente de fora arrendando a lagoa do fazendeiro. Tinha surubim de 50 a 60 quilos, cortava e salgava no varal e a gente vendia para a Bahia e nordeste. Pois o salgado aqui ninguém queria, porque tinha peixe fresco todo dia. Curimba, piranha, surubim de todas as espécies (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da Lapinha, 2010).

Ainda durante o relato, retomam as localidades e dizem que dos Pacheco até o Saco era uma comunidade, depois vinha a Lapinha, que tinha várias árvores típicas da Mata Seca, como a barriguda. O nome Lapinha significa pequena lapa, gruta que parecia um presépio.

O morador menciona a casa de farinha e os vários engenhos existentes ali, como o de seu avô. Outros donos de engenhos eram o Erasmo, o Angelino, o Gregório e o Antônio. Recorda que seu avô e Erasmo, juntamente com a comunidade, forneciam lenha para abastecer o vapor. Recorda que o pessoal ia trabalhar para eles fazendo um mutirão. Reuniam-se e revezavam-se; eram abastecidos com muita comida, cachaça e um forró de noite. "Não era pagamento em moeda, eles iam se ajudando um ao outro em forma de rodízio. O serviço era raro". (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da Lapinha, 2010).

Antes do Cajueiro, indica a lagoa da Tapera, onde seu avô morava. Diz que no Cajueiro tinha 10 lagoas e que, dentre essas, a que tem nome de Lagoa do Cajueiro não secou na seca de 1800 para 1900. "Pois ela tem caverna com rio, não seca". Compara com a Lagoa da Lavagem, existente no território vazanteiro de Pau de Légua: "que é igual a outra que chama Lagoa da Prata que, para nós, é Lavagem. Ela tem cavernas com rio. Ela enche o rio. Ela vaza. Com certeza que tem. Que ela não seca". (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da Lapinha, 2010).

Comenta que antes da divisão de terras, em 1850, o Cajueiro era da família dos Vieira e como não possuiam recursos financeiros para pagar a demarcação para os agrimensores, perderam-na para o Estado por meio de leilão:

> *Esse Vieira tinha quebrado; ele foi um comerciante, quebrou, ficou na esmola em Januária. Aí, quando veio a divisão de terra, ele não tinha como pagar pra dividir a terra e perdeu para o Estado. Aí o Lisboa, que era o engenheiro, falou que essas terras era as melhores que tinham e com a lagoa arrematou pra eles* (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da Lapinha, 2010).

Diz que a lagoa do Cajueiro tem uma vereda que empurrava água para as lagoas Caraíba e Piranha. Aqui já é Barreira da Lapa, Pau Jaú está aqui que já foi posse do pessoal de Várzea da Manga. Quando chegou a RURALMINAS, o fazendeiro correu com eles de lá. Relata que na Lapinha tinha o pai do Josino, que era dos Xacriabá, e se casou na família, depois foi para o outro lado do rio trabalhar de vaqueiro. Quando regressou foi para a terra dos Pimenta. Os Pimenta, comerciantes de Januária, venderam para o pai de Josino tais terras por um bom preço, "mesmo porque já tinha mais de vinte anos que ele tinha até engenho lá dentro" (Jesuíto, Oficina Mapa mental, Quilombo da Lapinha, 2010). A dinamicidade social da vida no Quilombo da Lapinha no "tempo de liberto", trazido nos relatos de seus moradores, é apresentada no mapa abaixo, que revela práticas e formas diversas de apropriação do lugar:

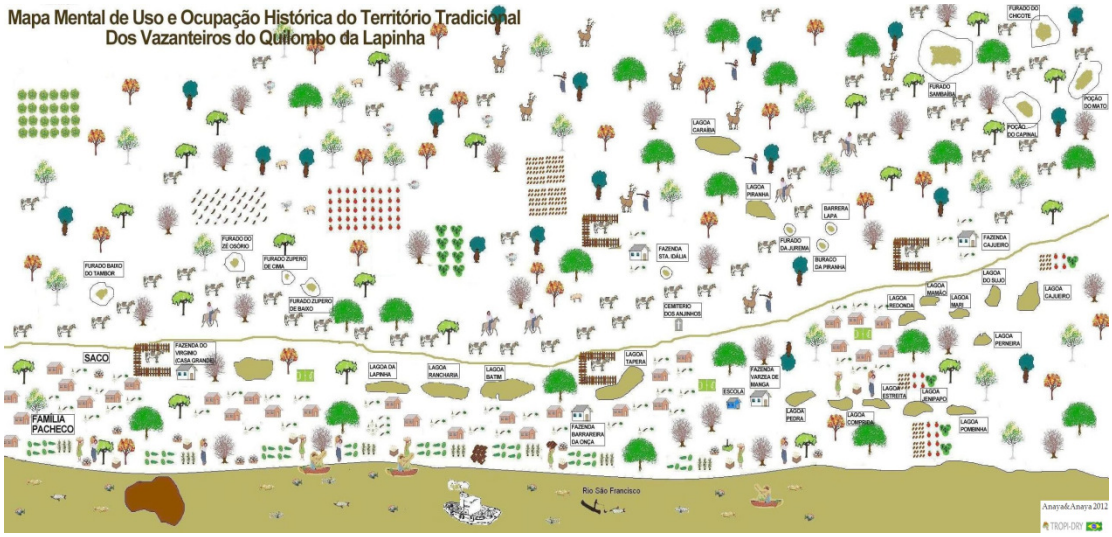


FIG. 20: Mapa Mental "Tempo de Liberto", Quilombo da Lapinha, tratado graficamente.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

A liberdade e a autonomia na apropriação e no uso dos recursos territoriais no "tempo de liberto" das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e de Quilombo da Lapinha vão se revelando nas narrativas à medida que localizam as lagoas, onde pescavam e plantavam; o capão e o lagadiço, onde plantavam e criavam gado e animais de pequeno porte; os quintais trabalhados pelas mulheres; as vazantes no rio e nas lagoas e os lugares simbólicos habitados por "seres encantados", como aparece nos relatos adiante, que regulavam as relações sociais e culturais dos vazanteiros de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, em sua dialética com a natureza.

Próximas às lagoas há outra paisagem comum, ressaltada pelos vazanteiros: o“capão”. Ali vários roçados coletivos eram cultivados entre árvores de todos os tipos da vegetação nativa. Vazanteiros de Pau de Légua relatam que somente arbustos finos de pequeno porte eram cortados para o plantio do roçado. Ou como dizem as mulheres quilombolas da Lapinha sobre o plantio da roça entre as árvores e vegetação: “a gente cortava escolhido”. A criação “na solta” é outra característica apontada pelos vazanteiros que criavam gado, porcos, galinhas e cabras. Entretanto, Zé Roque, de Pau de Légua, ressalta: “apesar da gente criar todos juntos, cada família conhecia os seus”. (Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

Os vazanteiros de Pau de Légua disseram que lugar especial era destinado ao gado, criado desde a beira do rio até as beiradas das lagoas. Relatam que o que separava o capão da lagoa era uma cerca que era retirada após a colheita, o que permitia ao gado sair desses lagadiços em direção ao capão para “bater palhada” (comer o resto). Ressaltam que o plantio de vazante era mais constante no rio, com abóbora, melão, melancia, milho, batata, feijão. A mesma cultura do capão, porém em menor quantidade. Diferentemente do capão, que era um plantio coletivo, as vazantes do rio eram divididas por família, assim como as hortas nos quintais de cada casa. Cuidadas pelas mulheres, as hortas tinham tomate, cebola roxa e branca, alho, cebolinha, coentro, mostarda, alface, couve, conforme mostrado no mapa abaixo:

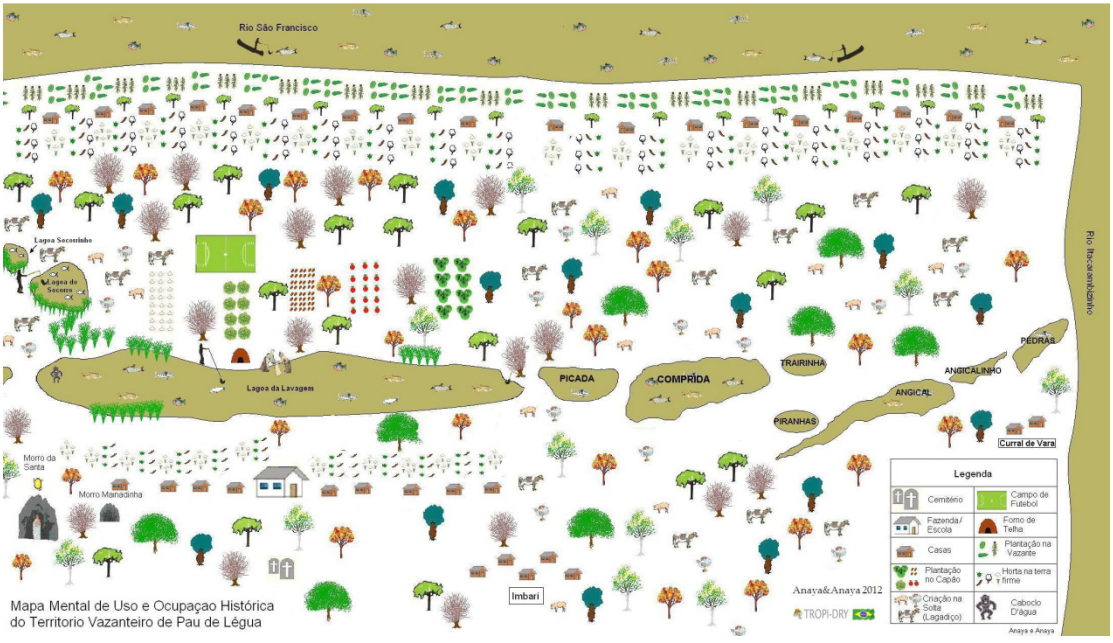


FIG. 21: Mapa Mental “Tempo de Liberto”, Pau de Légua, tratado graficamente.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

A criação de gado na solta era prática comum a esses grupos vazanteiros, que intercalavam com o plantio de roça na terra alta ou capão e as vazantes, mas o quilombolas da Lapinha ressaltam a atividade de criar gado como uma das mais realizadas por eles. Observam que o gado criado na solta caminhava por todo território, percorrendo poções e lagoas, como a lagoa das Piranhas, da Caraíba e o furado da Jurema. "Depois da estrada tem vários poções: do Mato, Capinal, Chicote, Água Branca, Sambaíba, todos lugares de caçada". Além do pastoreio, quilombolas eram também caçadores: "caçava-se onça, cateti, porco do mato, veado, cutia, muita anta". (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da Lapinha, 2010).

Em Pau de Légua, a Lagoa da Lavagem era espaço utilizado pelos homens para pesca, para lavagem de utensílios domésticos e roupas pelas mulheres e para diversão e banho das crianças. Território compartilhado por seres encantados, como o caboclinho d'água. Com características de uma criança travessa, para os vazanteiros de Pau de Légua, o caboclinho era possuidor de vontades e tinha poder de castigar ou de recompensar as pessoas. Ao ver a conjunção de elementos que foram desenhando na lagoa da Lavagem, Zé Roque comenta:

> *Essa lagoa praticamente deveria ser encantada, porque se chegasse uma pessoa estranha e conversasse, ela estava quietinha e daqui a pouco começava a virar. É porque aqui tinha muito caboclinho d'água; era isso que fazia a lagoa revirar, eram eles, a lagoa ficava brava mesmo, mas ela ficava de um jeito... Os caboclos d'água parecem criança né, tudo pequenininho, mas se eles cismassem com uma pessoa, ele abria um buraco na terra e vinha e fundava a casa da pessoa. Já chegou a fundar casa de gente aí; ali embaixo mesmo tinha um sangrador que fundou a casa lá. Então esses negócios dos canal aí, eu acho que era eles que abria. Eles já conheciam meu barco. Esses dias, ia saindo pra pescar e tinha um sentado no piloto do barco. Quando bateu a lâmpada, ele pulou dentro d'água, mas pula igual um peixe, e grita igual gente. Antigamente, as moradoras antigas colocavam aqueles banco pra lavar roupa; aí de dia eles brincavam lá, saíam pulando, pulavam num banco, pulavam no outro. Eles cansaram de segurar barco meu aqui no rio, ia remando, remando, paravam o barco, brincavam, tornavam empurrar pra lá, levavam até um pedaço e soltavam. Ele é uma espécie de um menino pretinho, com a cabecinha bem peladinha; pega um peixe igual gente mesmo. Ele brincava de levar o barco, mas se ele num der, também ele funda barco. Antigamente ele carregava barco de gente pra longe, a única lagoa que tinha aqui era essa, mas ele era morador do rio, agora o rio arriou e tem muitos anos aí que eles desceram pro lado da Bahia; é porque baixou o rio, num tem lugar pra eles morar mais não; depois porque tem muito motor* (Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

A ausência do caboclo d`água atualmente é associada pelos vazanteiros ao assoreamento do rio São Francisco, que diminuiu a vazão de água para as lagoas, bem como o surgimento dos barcos a motor, levando estes a migrarem para a Bahia. As

lagoas para os vazanteiros de Pau de Légua assumiam uma importância simbólica e material relevante para o cultivo de alimentos como as vazantes de arroz, para a pesca, para lazer dos vazanteiros e abrigo dos seres encantados.

Assim como em Pau de Légua, vazanteiros de Pau Preto relatam que era frequente no rio São Francisco e no rio Verde Grande seres encantados como o caboclo d'água. Recordam de André, morador de Imbuzeirinho. Mostram no mapa que tinha moradia estabelecida na proximidade do rio São Francisco. Tonho Preto relata que André arrumou uma "questão" (contenda) com o caboclo d'água: "esse André era um velho muito dos ignorante. Ele viu uma pessoa no porto dele e deu um tiro com espingarda. Daí o bichinho implicou com ele". Uma moradora diz que "o caboclo foi cavando por baixo da terra, cavando, cavando, até derrubar a casa de André. No lugar ficou o sangrador", assinalado no mapa. "Aí André foi obrigado a se mudar para a Venda". (Dita, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010). Explicam que o caboclo é uma pessoa encantada e que alguns o chamam também de bicho d'água e que sangrador é um buraco, um córrego que hoje está seco no trecho da estrada pela qual passamos.

Quilombolas da Lapinha também relataram diversas histórias sobre Lobisomem, Mula sem Cabeça e o Caboclo D'água. Este último, o Caboclo D'água costuma, de acordo com um dos moradores, aparecer em locais fundos do rio ou das lagoas e se transfigura em peixe, cabaça, ou outra forma material ou imaterial. D. Joana diz também de um encanto na mata, que pode ser Saci Pererê ou o Pai da Mata: "Não sei dizer ao certo. É um encanto que faz gritos e ventania". Criaturas que aparecem principalmente, de acordo com moradores da Lapinha, durante o período da quaresma.

Outras estórias míticas importantes que fazem parte do universo dos vazanteiros de Pau de Légua dizem respeito à "Santa" (Nossa Senhora do Carmo) e ao "gritador", que tem como referência em seu território o Morro Grande, denominado por eles de "Morro da Santa" e o "Morro Malhadinha". O valor simbólico desses locais para os vazanteiros estão associados a um sistema de crenças religiosas que organizava suas práticas sociais cotidianas. Descrevem o morro constituído por um grande salão interno, com uma abertura semelhante a de uma igreja, ao lado há uma espécie de oratório. Em alusão ao morro desenhado, relatam a "história da Santa". Dizem que ali apareceu uma santa de pedra e, ao dar-se conta, o fazendeiro Darli fez um altar de vidro em frente ao morro para colocá-la. No dia seguinte, a santa desapareceu do oratório e reapareceu no lugar de origem. Relatam que Darli tentou por três vezes voltar com a santa para o oratório de vidro; na quarta vez, a santa desapareceu sem retorno. Foi então que o

fazendeiro trouxe de Manga a imagem de Nossa Senhora do Carmo, permitindo que o local se tornasse espaço de devoção religiosa compartilhada entre vazanteiros e fazendeiro.

Próximo ao "Morro da Santa", Zé Roque pede a Nica para desenhar o "Morro Malhadinha". Relatam que os antigos falavam da existência de uma gruta em seu interior, com uma passagem que conduzia, por baixo do rio São Francisco, à igreja de Matias Cardoso. Associada a essa história, comentam sobre outros seres míticos que povoavam o morro Malhadinha: a bolinha de ouro e o gritador:

> *Todos os dias, lá pelas sete da manhã, saía do Morro Malhadinha uma bolinha de ouro que ia crescendo, crescendo e viajando no ar. Um dia estava pescando eu mais um amigo, e essa bolinha veio rodando, rodando e caiu nas rochas perto da lagoa onde a gente tava pescando. Causou um estrondo tão grande que clareou toda a lagoa e a gente caiu dentro do barco sem saber o que fazer. "Ah! De quinta para sexta, tinha o gritador. Ele começava gritando ali no morro da Malhadinha e as pessoas entravam para casa com medo. Depois, ele gritava de novo e ia correndo para o sumidouro na lagoa.* (Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

O gritador é uma entidade fantástica, compartilhada por ribeirinhos do rio São Francisco, que faz referência à alma de um vaqueiro que resolveu trabalhar durante a Sexta-Feira da Paixão e por isso arreou um animal e saiu pelo pasto campeando o gado que seu patrão pretendia reunir naquele final de semana. Depois disso nunca mais foi visto, nem ele, nem o cavalo nem mesmo o cachorro que o acompanhava. O povo do lugar garante que o moço foi castigado pelo desrespeito cometido no dia santificado e por isso virou a assombração que hoje vive gritando no mato, tocando uma boiada tão assombrada quanto ele[3].

Entretanto, os dias santificados também eram momentos de lazer na organização social dos vazanteiros de ambas as comunidades. Em Pau de Légua os eventos santificados eram organizados por um dos moradores que vivia perto da Lagoa da Lavagem, agregado do fazendeiro Darli. Além das rezas, festas de casamento, destacam as partidas de futebol com parentes e amigos das três localidades: Pau de Légua, Imbarí e Lagoa da Lavagem. A desenhista retrata no mapa o campo de futebol próximo à casa de Zé Roque, morador antigo, que recorda imediatamente das disputas de Malha. Jogo com uma chapa de ferro, que tinha como prêmio uma galinha ou alguma

[3] Disponível em: http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?idt=195444. Acesso em: 12/10/2011.

outra criação. Recordam ainda com saudade do tempo das “rodas de música”. Um morador diz que quase toda noite “jogavam verso” (versos cantados no improviso), algo que não se realiza atualmente. Encerram a construção do mapa do “tempo de liberto” mulheres e homens puxando da memória os versos que jogavam: “Sereia brincou na areia, sereia, sereia…Sereia queria namorar, sereia… ganhou aperto de mão, ô sereia…”

As festas em Pau Preto se constituíam também em um importante momento de lazer, que possibilitava o estreitamento dos vínculos das comunidades e entre as comunidades, Momento no qual as famílias visitavam umas as outras. Ressaltam datas como de festas juninas, da festa do Bom Jesus (6 de agosto) e a Folia de Reis no fim do ano. Esses eventos eram sempre seguidos de sanfona, “como na época de Folia de Reis”, lembra Tonho Preto, um morador, que fala com saudade do sanfoneiro que tocava quase todo sábado. Disse que era um “forró grosso”. Recordam, ainda, a época das festas de Santo Antônio, que se iniciavam no dia 13 de junho e estendiam-se por um período de quase um mês. Para realizar essas trocas sociais, utilizavam como transporte a charrete, o carro de boi e o cavalo; outros iam a pé. Nesse momento, um vazanteiro mais antigo se prontificou para desenhar o carro de boi no lugar de Davi, o desenhista oficial, e relatou que, dependendo do percurso, iam dois dias antes da festa, pois paravam em outras comunidades no caminho.

FIG. 21: Foto Oficina Mapas Mentais Pau Preto.
Foto: Pablo Matos, 2010.

A lembrança das festas entre eles é recordada saudosismo de um tempo de quando eram mais jovens. “Naquele tempo era aquele tipo de namoro de ‘olho’ e de ‘pedra’. Só de você ficar de olho na pessoa que estava interessado o pai já dizia que tinha que casar. “A pedrinha, a gente jogava na pessoa que tava interessado, quando ela passava”. (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010). Recordam rindo entre si das formas de cortejo e do fato de que era comum pedir a mão da moça que estavam interessados e no dia do casamento o pai colocar a mais velha para casar no lugar, como explica Zé Alagoano: “Pois a fulana, quando ficava mais velha, ia para o barricão. Aí o pai, na hora do casamento, trocava a noiva pela que estava no barricão” (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010). Ir para o barricão, ou ficar no barricão, é uma expressão nordestina, que significa ficar para tia, ficar solteira ou solteiro.

O batuque e o samba de roda, característicos dos quilombos do Norte de Minas Gerais, são muito executados nas festividades do Quilombo da Lapinha. Os festejos de São Sebastião, no dia 10 de janeiro, são realizados há mais de 100 anos. Segundo os moradores, antigamente também haviam as festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário. Porém a festa de Reis era tradicional. Recordam que o terno de Folia de Reis, que havia na Lapinha, iniciava o périplo de casa em casa no dia 25 de dezembro e ia até o dia 06 de janeiro. Entristecem-se com o fim das festas tradicionais, pois “hoje não existe mais os festejos de folia de Reis”. Atualmente a comunidade realiza outras festas, como festas juninas e festejos outros nos quais há batuque, quadrilhas e leilões.

As trocas comerciais ao longo do rio São Francisco é algo que apareceu com frequência no relato das comunidades, revelando uma auto-suficiência grande dessas comunidades. O comércio de lenha, com o vapor que vinha de Pirapora, realizado pelos quilombolas da Lapinha e o comércio do excedente da produção entre as lanchas e os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha revelam uma intensa atividade comercial realizada por esses grupos. Jesuíto da Lapinha relata que o irmão de seu avô fazia uma rota comercial em tropa que ia de Matias Cardoso, Espinosa, Brejo das Almas até Montes Claros. A produção deles era vendida para as lanchas que realizavam comércio no rio São Francisco, para o vapor, e em Manga. Em Manga também era comercializado o algodão. Havia uma indústria que fornecia as sementes e comprava toda a produção do quilombo. Os proprietários era uma família nordestina, que enviava parte da mercadoria para o Nordeste e outra parte para o sul. Desfibravam o algodão e

mandavam em fardo. Na comunidade teciam roupas de algodão, como a calça de tanga de algodão utilizada para trabalho.

FIG. 22: Foto de D. Joana fiando algodão, Quilombo da Lapinha.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

A intensa navegação de barcas no rio São Francisco possibilitava também aos vazanteiros de Pau Preto e de Pau de Légua o comércio e as trocas constantes de mercadorias. Assim como na Lapinha, o excedente de produção era também comercializado em alguns depósitos do município de Manga. Vazanteiros de Pau Preto recordam que comercializavam mamona, algodão e peixe seco. O óleo produzido com a mamona era utilizado para manter o fogo no candieiro. Com algodão, as mulheres teciam calças, camisas, casacos, pavios e roupas. Dita, uma moradora, recorda do vestido rosa franzido, tecido e colorido com tintura por sua mãe. O peixe era salgado e embalado para comércio. Além de comercializados nas barcas, eram vendidos aos comerciantes que viajavam por terra com suas mulas e levavam pilhas de peixe em suas bruacas. Jesuíto, uma das lideranças da Lapinha, ressalta que o peixe salgado era somente para comércio, uma vez que eles consumiam o peixe fresco, pescado na hora, que não precisava ser transportado durante dias, conforme o seco.

3.2 **Tempo de encurralamento e de restrições**

Nica, moradora da comunidade vazanteira de Pau de Légua, responsável pelo desenho do mapa, deixa de lado os hidrocores, pega um lápis e uma borracha. Desenha o rio São Francisco com um braço que sobe e outro que desce. Rotas semelhantes a ruas na cognição dos vazanteiros que se dividem todos os dias entre Pau de Légua e a cidade de Matias Cardoso. Os traços são sem cor e quase não se veem as moradias. Várias referências territoriais, como a Lagoa da Lavagem, que compõem a territorialidade dos vazanteiros de Pau de Légua, foram subsumidas pelas restrições impostas pelos agentes ambientais do Parque Estadual da Mata Seca. Logo, preferiram não registrá-la, uma vez que, o acesso a essa é proibido, conforme desenho abaixo:

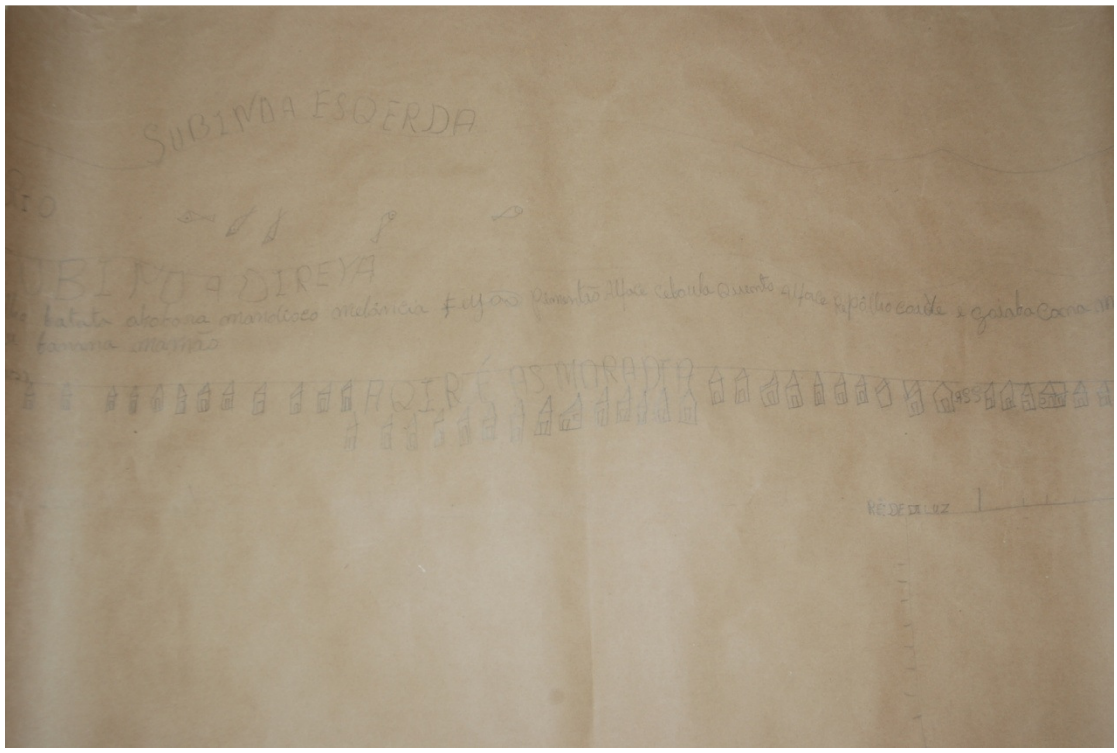


FIG. 23: Foto do Mapa Mental "Tempo do encurralamento", Pau de Légua.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

De acordo com os vazanteiros, a restrição de acesso às lagoas comprometeu o plantio dos arrozais pela famílias vazanteiras, que os dividia em suas margens, assim

como o plantio de outros alimentos que faziam parte da cultura alimentar destes, como se observa pela fala de um morador:

> *Eu trabalhava aqui até na beira da lagoa, tinha um terreno lá embaixo que era só de plantar arroz, dava num sei quantos sacos de arroz, de um ano pra outro; na outra safra ainda tinha arroz. Naquele tempo num tinha máquina, era só no pilão, era sofrimento mas era bom né, tinha muita fartura, a gente plantava mandioca, fazia farinha, era sofrido pra cuidar, mas tinha, né, as coisas; eu gostava de plantar arroz, todo ano eu plantava arroz* (Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

Área de cultivo de fundamental importância para os vazanteiros, estes passaram a depender do comércio externo para aquisição do arroz (POSWAR, 2011). O mesmo aconteceu com a pesca, constitutiva da identidade vazanteira, uma vez que vazanteiros de Pau de Légua, de Pau Preto e de Lapinha são também pescadores. O impacto da restrição no uso das lagoas propiciou uma desarticulação na organização social e alimentar dos vazanteiros de Pau de Légua, que relatam que na época da piracema, quando proibidos de pescarem no rio São Francisco, são obrigados a comprar o peixe no mercado externo, assim como o arroz. Além disso, as lagoas serviam como área de descanso para produção de alimentos nas vazantes do rio que, segundo eles, atualmente se encontram fracas pela intensidade de uso contínuo, provocado pelo encurralamento destes em pequenas faixas de terra em seu território.

Nesse momento, já não demonstram entusiasmo. Natalino diz que atualmente estão encurralados. “A área é muito pequena, ou se planta uma coisa ou outra, a gente não tem espaço” (Natalino, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

A expressão de todos é séria, de indignação. Zé Roque ressalta que a maioria das pessoas de Pau de Légua está utilizando somente um lote de 35 m por imposição do parque, que estabeleceu uma cerca de arame no local para impedí-los de utilizarem áreas anteriores. Se avançam a cerca são punidos com multas recorrentes e intimidados pelos agentes ambientais, como assinala a liderença comunitária:

> *A multa por hectare é pesada; aí a gente fica naquela, né... Esse terreno aqui já num tá aguentando mais trabalhar, já tá fraco demais. Esse ano que foi um ano muito bom de chuva. Mas esses anos pra trás foi só uma tambuerinha de milho mesmo. Aqui ajuda muito as vazantes. Mas só no ano que o rio enche, que planta. Então é sofrimento aqui* (Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

Impedidos de ter acesso às lagoas que serviam como alternativa às vazantes do rio São Francisco, que eram possibilitadas somente em momentos de grandes cheias, o território dos vazanteiros foi completamente reduzido, comprometendo a soberania alimentar das comunidades e intensificando o uso da terra. A desenhista oficial continua desenhando as moradias na beira do rio. Pede para Zé Roque relata os nomes dos moradores atuais. São eles:

> *Messias, Dé, Lôro, Sinvaldo, João, Tubiba, Natalino, Massimiliano, Balbino, Jurandir, Tintino, Xavier, Bartolomeu, Raimundo, Simplício, Natalino, Revelino, Tereza, João Mamédio, Martim, Zé Raimundo, Helena, Zé Roque, José Benedito, Reinaldo, Zé Lapinha, Nadir, Germano, Lucas, Marcelo, Zé Guerra, Francisco, Lindaura, Elisa, Aroldo, Maria Dalva, Miguel, D. Dalva, Isaltino, José Batista, Joselice, Natalino, Raimundo Nonato, Diocleciano, José Ranulfo, Antônio… Iche! Tem outros que agora esqueci.* Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

Diz que são cerca de cinquenta e sete grupos familiares até aquela data, porém o número vem aumentando com a constituição de novas famílias advindas de casamentos entre seus filhos. Atualmente as moradias se encontram somente na beira do rio São Francisco, pois as que existiam na Lagoa da Lavagem foram destruídas com o processo de expropriação realizado pelo fazendeiro Air Vieira, na década de 1970. Expropriação continuada pelo Parque Estadual da Mata Seca, quando inicaram uma série de práticas restritivas sobre as comunidades em seu território, considerado como "área de preservação ambiental". Sobre as proibições relata: "Mas você num pode mais deixar um barco na lagoa; se deixar, eles pegam e levam pra Manga, põem encima do trator e leva. Ninguém caça mais, hoje acabou, não tira nem a casca de uma madeira para remédio" Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010).

Quanto à criação de animais, há também grandes restrições; dizem que resistem apenas com a criação de um número reduzido de galinhas e porcos. As roças foram restringidas ao quintal e às vazantes do rio São Francisco. Nesse contexto, relatam que as festas acabaram. Natalino enfatiza: "a única coisa que temos agora é a proposta que fizemos para eles" referindo-se à carta enviada ao IEF com a proposta de transformar parte do Parque Estadual da Mata Seca em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Ao término da oficina, dizem que acreditam que a situação vai melhorar e que espera nosso retorno para fazermos o mapa do território retomado, tal como apresentaram na carta-proposta.

Mesma situação é relata pelos vazanteiros de Pau Preto e Quilombo da Lapinha, quando falam sobre o processo de encurralamento. Segundo os vazanteiros de pau Preto, o nome da comunidade diz respeito à árvore de mesmo nome, que existia em abundância em seu território e que não se encontra mais por ali. Dizem que o nome Pau Preto vem com o retorno deles para seu território, através da ocupação da ilha, com a enchente na década de 1979. Relatam que hoje Pau Preto está reduzido a uma faixa da fazenda Catelda até o rio, onde se localiza a ilha. Desenham na ponta da ilha de Pau Preto as moradias. David diz que está desenhando a casa de Tonho Preto; este brinca e pede para desenhar a cachorra dele amarrada. Brincadeira que faz referência às restrições impostas pelo Parque Estadual Verde Grande que, como toda unidade de conservação, não permite animais domésticos, como cachorro, circulando em seu interior. Uma das estratégias dos vazanteiros de Pau Preto, assim como observado em Pau de Légua, é manterem seus cachorros amarrados durante o dia e soltá-los durante a noite, quando não há fiscalização da Polícia Florestal ou do IEF.

Ao desenharem a ilha, comentam que o "braço" do rio São Francisco que a contorna, em tempo de cheia, alcançava até uns 50 m após a localização da escola atual. Acrescentam que, de alguns anos para cá, esse braço vem secando pelo acúmulo de areia que vem descendo do rio, ocasionado, em sua percepção, pelas barragens de Três Marias e de Sobradinho. Zé Alagoano diz que não havia moradia na ilha até 1979. Após essa data é que se fixaram ali, pois "fomos todos expulsos para a rua pelos fazendeiros (referência às cidades de Manga e Matias Cardoso)" (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010). Associam a reterritorialização pela Ilha de Pau Preto à enchente desse período e à diminuição de investimentos voltados para as grandes fazendas, obrigando fazendeiros e empresas, que concentraram terras com a modernização do campo, a abandonarem o agronegócio na região. Com a reterritorialização, a Ilha de Pau Preto era constituída, até a data da oficina, por sessenta e uma famílias.

A respeito dos marcos territoriais de expropriação, remetem ao período anterior à década de 1970, quando fazendeiros que se apropriaram do lugar expulsaram com violência os moradores das vilas, destruindo as casas, a escola, o cemitério e as plantações. Mataram todas as criações que tinham. Zé Alagoano, da comunidade de Pau preto, intervém dizendo que sabe mostrar casa por casa destruída. Mostram as fazendas que impuseram nova dinâmica territorial, Vila Bela e Catelda, expropriando as pessoas e um modo de vida construído naquele lugar. Zé Alagoano ressalta que essas fazendas

grilaram as terras e forjaram títulos para vendê-las ao IEF. Títulos que pressupõem serem obtidos na época que a RURALMINAS realizou a regularização fundiária da região, fornecendo títulos a grandes fazendeiros e empresários que vieram para a região incentivados por recursos fiscais da Sudene. Zé relata que não houve conflito direto com os donos das fazendas quando retornaram pelas ilhas no final da década de 1970; elas estavam praticamente abandonadas pelo contexto de desinvestimento financeiro estatal e consequentemente a desvalorização das terras. Ressaltam que o conflito direto vivenciado por eles têm sido com o Estado, que implementou o parque sem consulta à comunidade. "Não teve participação nem comunicaram a ninguém. Nós descobrimos porque começaram a rodar o local e falarem que a comunidade tinha que sair". Diante de tal contexto, convocam a CPT, que articula mediação junto ao CAA e a Unimontes. "Aí começamos a luta" (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental Pau Preto, 2010).

Atualmente, vivem do plantio de pequenos roçados de feijão, abóbora, milho, mandioca, destinado ao consumo próprio. O excedente bastante limitado é comercializado para compra de óleo, sal, macarrão ou outros alimentos e vestuário. Entretanto, ressaltam a pesca como atividade central de sua produção material. Porém a restrição de uso das lagoas e a escassez do rio não permitem o comércio como era realizado, o que compromete inclusive o consumo das famílias. Relatam que as lagoas estão secando e os peixes morrendo pela não realização do manejo tradicional que realizavam nelas. Zé Alagoano ressalta que

> *o problema é que o peixe foi encurralado igual a gente, pois entram no alagadiço quando está um mar de água. Quando baixa, eles descem para debaixo dos paus. Não tem oxigênio, nem retorno para ele sair. A produção do peixe diminuiu por causa disso, é igual a gente, nós também estamos encurralados, não temos espaço para plantar, para trabalhar.* (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010).

Diante da extinção de uma grande quantidade de lagoas e da restrição das poucas que resistiram, preferiram não desenhá-las no mapa. Colocam o mapa antigo e o atual lado a lado e ficam impressionados com a diferença entre um e outro. Ficam assustados. "Esta é a pura realidade" (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010).

FIG. 24: Mapas Mentais “Tempo de Liberto” e “Tempo do encurralamento”, Pau Preto.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

De acordo com Jesuíto da Lapinha, quando foi pedido para desenharem o mapa atual, em conversa com um tio seu mais velho, chegaram à conclusão de que dos anos de 1930 em diante todos da comunidade vivenciaram conflitos de terra:

> *Foi quando veio a tal divisão de terra, para dar emprego, aí o governo dividiu aquelas terras e cobrou por hectare. Quem pagou era dono, quem não pagou perdeu a terra. Por isso a cada trinta anos aqui tem um conflito. Porque esse que ele me falou é de 1902, aí em 1932 tava todo mundo sossegado com seus mil réis de terra comprado. Aí em 60 veio a RURALMINAS, veio a Sudene, em 70. Agora pra 2000 tá vindo o governo com parque. A cada trinta anos tem um conflito diferente.* (Jesuíto, Oficina Mapa Mental Quilombo da lapinha, 2010).

Jesuíto aponta para o mapa antigo e diz que a RURALMINAS foi desapropriando os moradores, que foram obrigados a migrar para as ilhas e beira rio. Mesmo processo ocorreu com os empréstimos da Sudene, na década de 1970, aos grandes fazendeiros que “corria com o povo, arrumava pistoleiros, pressionavam pra sair a qualquer preço, foi o que aconteceu com o quilombo, o pessoal morava ali século criando um bodim” (Jesuíto, Oficina Mapa Mental Quilombo da Lapinha, 2010).

Relatam que atualmente vivem um período de restrição, com pequenas plantações, pequenas criações de galinha, porco e vaca. Pedrina vai desenhando cercas de grandes fazendas sobre o território quilombola. No processo de migração da comunidade, muitos foram obrigados a trabalhar para firmas, fazendas. Entretanto, “a maioria aí planta feijão, uma mandioca, milho, mamona. Na vazante, quando o rio baixa, planta batata, planta o mesmo milho de lameira; quando o rio volta, planta quase tudo, aí

fica aquela vida muito acanhada". (Jesuíto, Oficina Mapa Mental Quilombo da Lapinha, 2010).

Mostram no mapa a Ilha da Ressaca, utilizada antigamente somente para vazantes; hoje é lugar de morada de quase toda a comunidade, que vive atualmente em Várzea da Manga, Ilha e Acampamento São Francisco. Até a data da oficina faziam parte da comunidade cerca de 160 famílias. Somente no Acampamento São Francisco, que margeia o rio, havia 72 famílias quilombolas da Lapinha, constituído pela ocupação realizada, no ano de 2006, em parceria com os quilombolas da comunidade Brejo dos Crioulos (município de São João da Ponte/MG), em uma área de aproximadamente 500 ha da Fazenda Casa Grande, que pode ser vista como parte do território da Lapinha no mapa antigo e que até o ano de 2006 constava como propriedade da empresa rural Fazendas Reunidas Vale do São Francisco (FAREVASF).

Pedem para desenhar o acampamento com as casas de adobe circunscritas a uma pequena área de 22 ha, extensão determinada judicialmente pela Vara Agrária do Estado, em consequência do processo de reintegração de posse demandado pela FAREVASF. Desenham no mapa as casas de adobe da área territorial, que chamam de ocupação ou acampamento São Francisco. Dizem que ali tem também cisternas para armazenamento de água, pequenas hortas e lavouras diversificadas. Dizem que outras iniciativas se encontram em andamento, como práticas de manejo agroecológico de vazantes e uma unidade comunitária de artesanato. Na Ilha da Ressaca desenham mais moradias e a escola com professoras quilombolas da própria comunidade, contratadas pela Prefeitura Municipal de Matias Cardoso.

FIG. 25: Foto do Mapa Mental "Tempo do encurralamento", Quilombo da Lapinha.
Fonte: Felisa Anaya, 2010.

A intensificação do conflito com o IEF, depois do acordo realizado entre a instituição e a FAREVASF, ajuizando pedido de Homologação de Desapropriação por Utilidade Pública e Interesse Social, para incorporar o imóvel ao Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, cria uma série de restrições à comunidade, como é relatado por Jesuíto. Em tal acordo, a FAREVASF e o IEF omitiram a existência do litígio envolvendo a comunidade quilombola, cujo processo ainda se encontrava em tramitação.

Entretanto, o otimismo dos vazanteiros da Lapinha, de Pau Preto e de Pau de Légua mantém esses grupos unificados em uma luta comum. Ao final das três oficinas disseram do desejo do retorno da equipe para reconstruir com eles o mapa do território reapropriado.

Os mapas mentais construídos pelos vazanteiros de Pau de Légua, Pau Preto e quilombolas da Lapinha serviram não somente como instrumento gráfico que possibilitou trazer de volta o "tempo de liberto", mas também reacender a memória desses grupos pela visualização de histórias, lugares e sujeitos ali projetados. Elementos de referência comum que estruturam suas identidades construídas no lugar a partir de um modo de vida e práticas culturais específicas, ratificadas no tempo presente e compreendidas a partir de um retrospecto. Assim, as imagens construídas do "lugar"

trazem consigo não somente localidades, como Pau de Légua, Lagoa da Lavagem, Imbarí – no caso de Pau de Légua; Venda, Imbuzeirinho, Picada, Barreiro I e Barreiro II – no caso de Pau Preto; e Saco, Vargem da Manga e Lapinha – no caso dos quilombolas da Lapinha; mas casas, roçados, lagoas habitadas por seres míticos, morros de referência religiosa, vazantes que garantiam a abundância e a variedade alimentar, pontos de encontro destinados a festas, futebol, rezas, namoros e casamentos, escolas, cemitérios. Enfim, lugares onde construíram suas referências simbólicas, sociais, culturais e materiais de produção. Lugares constituídos a partir de significados fundamentais para a visão de mundo vazanteira e seus modos de vida e reprodução social, propiciando que se compreendam como pertencentes vazanteiros de Pau de Légua, vazanteiros de Pau Preto e vazanteiros quilombolas da Lapinha. Mas também e, sobretudo, como parte de um nós existindo em um lugar específico, considerado por cada membro como o nosso mundo (ARAÚJO, 2011).

Nesse contexto, ressaltam-se os mesmos processos de expropriação territorial advindos da modernização da economia brasileira, em meados das décadas de 1950/60, que incidiram de forma dramática sobre uma diversidade de povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas, conforme discutido no capítulo anterior. Processo que resultou em rupturas na organização social, produtiva e de domínio territorial para os vazanteiros em questão, tal como perda de acesso aos recursos naturais, ao uso dos espaços simbólicos e aos locais de moradia e trabalho. Nessa perspectiva, posso me arriscar a dizer que os mapas mentais, associados a outras incursões em campo – minhas e de outros pesquisadores da rede TROPI DRY – e a uma bibliografia existente desses grupos, possibilitaram elucidar a particularidade do vínculo que vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha construíram com seu território, a partir do que Little (2002, p. 3) define como cosmografia, ou seja, saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território".

Nessa perspectiva, para uma análise mais aprofundada dos dramas sociais vivenciados por esses grupos, evidenciados no evento das oficinas de construção dos mapas mentais, não utilizo somente minhas próprias observações e os relatos dos grupos nesse contexto, mas também outros tipos de fontes, como entrevistas individuais realizadas com as lideranças vazanteiras e mediadores políticos, depoimentos de vazanteiros em outros eventos sociais, documentos institucionais ou não, pesquisas recentes com outros grupos étnicos da região, que têm em comum o mesmo contexto de

expropriação, entre outros. Entretanto, ressalto que utilizo o evento das oficinas como forma de esclarecer certas regularidades do processo social de expropriação territorial dos vazanteiros e quilombolas das comunidades tradicionais de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha desencadeadas por contextos intersocietários de conflitos, situacionalmente atualizados por políticas de compensação ambiental. Pretendo ainda visibilizar a importância do território tradicional, reivindicado por esses sujeitos coletivos, para a manutenção de seu modo de vida, produção material e reprodução cultural e identitária.

3.3 Os dramas sociais das comunidades tradicionais vazanteiras Pau de Légua, Pau Preto e quilombolas da Lapinha

Para compreender os mapas e o que eles têm a nos revelar, estruturo essa discussão a partir dos três momentos do drama social: 3.3.1) "Tempo de Liberto", quando realizo uma retrospectiva histórica dos grupos sociais, até onde alcançam suas memórias, evidenciando suas formas de organização social construídas na dialética com o ambiente e seus modos de vida particulares, baseados na apropriação coletiva e no uso comunal de seus territórios e recursos naturais. Tempo entendido como aquele em que mantinham com seus territórios uma relação de maior autonomia e liberdade no ir e vir, presentificado pela memória vivida no tempo de encurralamento. Tempo da fartura, em oposição às restrições atuais e de uma liberdade praticada no contexto atual sob vigilância e punições. Tempo que nos permite compreender o vínculo e o sentido do lugar na história de vida desses grupos, constituindo elemento de referência para suas identidades e cultura vazanteira.

3.3.2) Momento de "Ruptura" na organização social desses grupos, operada por ações desencadeadas por políticas públicas de colonização e desenvolvimento, implementadas através da Sudene e RURALMINAS, entre as décadas de 1940 e de 1960, denominada por alguns autores como "modernização do campo". Políticas apresentadas no capítulo 1 e que aqui serão revisitadas pela vivência desse processo pelos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha. Período de grandes projetos desenvolvimentistas que contribuíram para a desarticulação e para a expropriação desses diversos grupos sociais do "território negro da Jayba" e a concentração fundiária na mão de latifundiários e grandes empresas agropecuárias na região.

3.3.3) momento de "Intensificação da Crise" desencadeada pela criação de unidades de conservação compensatórias sobre os territórios tradicionais desses grupos. A criação dos Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca, sem consulta pública e desconsiderando os modos de vida do lugar, é tratada aqui como instrumento funcional para complementação e consolidação do agronegócio no Norte de Minas, a partir do final da década de 1990, pela expansão do projeto de fruticultura irrigada Jaíba. Nesse contexto, agentes ambientais através do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – MG reproduzem a desterritorialização desses grupos, como operada por latifundiários nas décadas de 1940/60 com violência simbólica e física, mas resistem acionando seus elementos identitários e culturais no campo dos direitos territoriais.

Assim, a seguir discutirei e analisarei os três momentos do "Drama Social" vivido pelos vazanteiros, denominados aqui de tempo do liberto, momento de ruptura e momento de intensificação da crise.

3.3.1 "Tempo de Liberto"

O "tempo de liberto", relatado pelos três grupos sociais, tem como referência comum o rio São Francisco, considerado por Luz de Oliveira (2005) e Araújo (2009) como elemento constitutivo de suas territorialidades vazanteiras. Territorialidade identificada a um "território móvel" (LUZ DE OLIVEIRA, 2005) ou "fluido" (DIEGUES, 2004), que é remodelado a cada cheia do rio. Nesse sentido, a territorialidade funciona não somente como fator de identificação com esse território, marcado pela mobilidade desses grupos sobre ele; e pela mobilidade física, própria desse território denominado pelos vazanteiros de "terras crescentes", e também por sua defesa. Mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como "nômades" e "itinerantes" (ALMEIDA, 2006, p. 24/25), como é caso dos vazanteiros.

Ao observar essa mobilidade dos territórios vazanteiros, denominado por eles de terras crescentes, termo revalorizado e incorporado atualmente no "Vazanteiros em Movimento: povos das terras crescentes", Luz de Oliveira (2005) ressalta essa mobilidade como elemento que possibilitou a construção de um sistema de direitos

combinados. Direitos expressos pela apropriação e acesso coletivo aos recursos naturais, baseados em direitos de uso gerados pelo trabalho, em oposição aos direitos de propriedade gerados pelo dinheiro. Nesse sentido, coaduna com a lógica do direito consuetudinário, que caracteriza a lógica preponderante dos povos e comunidades tradicionais, ou seja, normas de caráter consensual baseadas nos costumes ou ao "sistema do lugar" (GODOI, 1998). Em entrevista concedida, uma pesquisadora diz o seguinte sobre esses grupos:

> Eu comecei a perceber que, o que eles tinham em comum, o que constituía uma identidade comum deles era esse vínculo com as terras crescentes, com essa coisa de saber manejar áreas inundáveis e saber viver nessa relação com as áreas inundadas. Além dessa mobilidade, que era específica deles. Então o território deles se amplia nesse processo cíclico mesmo. Todos os vazanteiros me indicavam que era isso que eles tinham em comum (Entrevista concedida por Luz de Oliveira, julho de 2010).

A mobilidade constante das ilhas que crescem ora em um dado lugar de seu território, ora em outro, faz com que o local de trabalho se constitua numa fluidez permanente. O mesmo acontece em relação a algumas moradias em tempos de enchentes. Araújo (2009) ressalta as grandes cheias de 1942, 1962, 1979, 1992 e 2007 como marcos históricos que se tornaram referências no tempo, associados às histórias de vida das famílias do quilombo da Lapinha e dos vazanteiros de Pau de Légua. "Casos de sofrimentos e de perda se entrelaçam com histórias de ajuda mútua" (ARAÚJO, 2009, p. 57). Fenômeno que ocorreu em Pau Preto, em março de 2011, a cheia do rio São Francisco, obrigou a maioria dos vazanteiros a abandonarem suas casas na beira do rio e construírem outras provisórias na terra-firme. Assim, a relação dialética com o rio se traduz na atribuição de que este é dotado de volição, o que faz dele um parceiro que deve ser respeitado por suas próprias decisões de retirar pessoas do lugar ou de propiciar a fartura alimentar. Ao mesmo tempo que as enchentes "tomam" as moradias dos vazanteiros, por outro lado, sempre trazem a possibilidade de renovação de uma terra fértil para vazante, com maior vitalidade, sinalizando um ano com colheita farta e espaço para trabalho, como relatado abaixo:

> E quando ele (se referindo ao rio) cisma de tirar… O que ele faz é mandar embora muitos… Ele tira daqui e põe em outro lugar. É por isso que a gente nunca fica sem área para trabalhar. Que essa área aqui, quando está quebrando, está formando outra área num outro lugar, aí o pessoal vai. (Entrevista a um morador da Ilha da Capivara – Januária, concedida a Luz de Oliveira em 15/11/2001, 2005, p. 96).

A “generosidade” reflete também na possibilidade do retorno ao território expropriado, em oportunidade de reterritorialização ressaltada por liderança de Preto na oficina, ao se referir à enchente de 1979. “Aproveitamos a boa vontade do rio e fomos voltando”. A título de exemplo, menciono a renovação de peixes das lagoas marginais que apresentam abundância e diversidade nessa época. Lembrança retida na memória dos vazanteiros, relatada com entusiasmo e transposta para os mapas mentais, onde desenham surubins, dourados, curimatãs, matrinchãs, piranhas, dentre outros. Nesse sentido, Pierson ressalta que

> a enchente do São Francisco é ocasião mais de prazer do que de temor ou apreensão de perda. A enchente aumenta as possibilidades não só das colheitas para os que vivem da lavoura nas margens do rio ou nas suas ilhas, mas também de um maior suprimento de peixes, para os que vivem da pesca ou fazem dela um complemento de seu meio de vida. (PIERSON, 1972, p. 49).

Para Araújo (2009), o ir e vir das águas é de fundamental importância para a identificação dos vazanteiros pelos “de fora” como as “gentes do rio”, uma vez que sua vida ocorre no entremeio da cheia e vazante do São Francisco. É essa fluidez do rio que lhes permite converter ilhas, beira-rio e terras altas em lugares de moradia e trabalho, revelando uma unidade territorial bastante complexa que, de acordo com Luz de Oliveira (2005), pode ser dividida em: complexo terra-firme, complexo ilha e complexo rio.

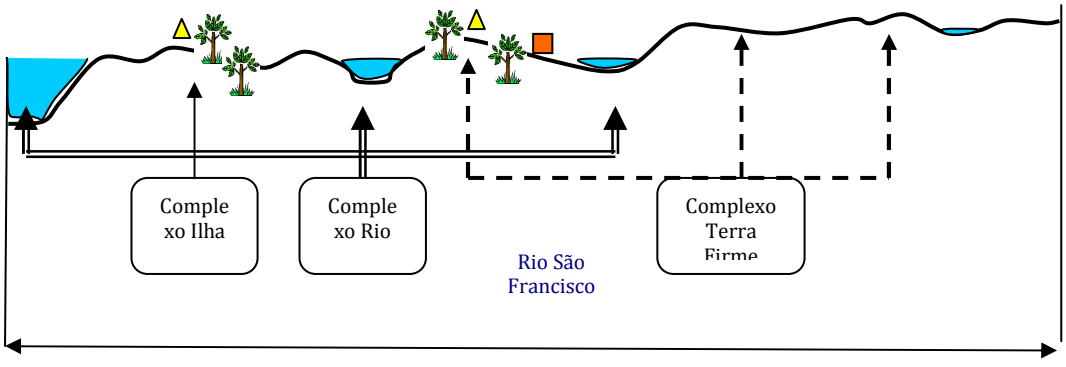


FIG. 26: Unidades Territoriais vazanteiras.
Fonte: Luz de Oliveira, 2005.

Na terra-firme, os ambientes se subdividem em a) margem ou beira-rio; b) barranco; c) lagoas criadeiras; d) cerrado ou caatinga. Nas ilhas: a) sangradô; b) baixão; c) vazante, lameiro ou lagadiço; d) terras altas. O rio, articulador dos ambientes anteriores, compõe, junto com todos uma "unidade territorial".

A complexidade de apropriação e uso desses domínios territoriais é o que permitia e ainda permite, porém de forma bastante reduzida e precária, vazanteiros das comunidades de Pau de Légua, Pau Preto e Lapinha realizarem comunalmente a agricultura de sequeiro nos ambientes denominados por eles de "terras-firmes", "altas" ou "capão", e a agricultura de vazante nas "ilhas", no "lagadiço" ou "brejos" e "beira-rio"[4]. Nas terras-firmes é onde se faziam os roçados, entremeados de árvores nativas e plantados em pequenas clareiras, ambientes bastante diversificados, conforme ilustrações abaixo:

[4]A caracterização das unidades de paisagem, o uso dos recursos naturais e a descrição do sistema produtivo construídos pelos saberes ecológicos e culturais desses grupos vazanteiros podem ser encontrados de forma mais detalhada nos estudos de Araújo (2009) sobre Pau de Légua e Lapinha; Carmemietzki (2011) sobre Pau de Légua e Duque-Brasil *et al* (2011) sobre Pau Preto.

FIG. 27: Unidades de Paisagem que compõem o território vazanteiro de Pau Preto.
Fonte: A) Rio São Francisco; B-C) braço do rio que separa a Ilha; D) cultivo nas ilhas; E) cultivo nas vazantes; F) cultivo de feijão em sedimentos ardilosos; G) casa na ilha de Pau Preto; H) casa em área de capão; I) quintal em área de capão; J) rio Verde Grande, K) Lagoa do Cachorrinho; L-M) Lagadiço: floresta sazonalmente inundada; N) Capão: floresta estacional semi-decídua; O) Caatinga: floresta estacional decídua.
Fonte: DUQUE-BRASIL *et al*, 2011, p.10.

Práticas realizadas de forma comunal e com relação de bastante proximidade com a natureza, uma vez que são construídas assentadas no conhecimento das dinâmicas naturais do lugar e transmitidas entre gerações, o que permitia a esses grupos garantirem fartura alimentar durante todo o ano e as identificar como parte da "tradição vazanteira":

> *A gente já tinha a tradição de labutar com aquilo. Por exemplo, nós já temos a tradição da vazante. A terra firme é boa, nos ajuda porque na época das águas os rios estão cheios e nós não temos a vazante. Então, nós temos que trabalhar na terra firme. Porque senão nós vamos trabalhar seis meses e ficar seis parado. A produção do alto, talvez não vai dar pra manter a gente nas águas; então, a nossa tradição usa a terra duas vezes e tem o sustento duas vezes ao ano. Então, por isso, nós consideramos que a tradição é devido a gente já ter aquela convivência ali. Por isso a gente acha que é boa, a tradição nossa* (Entrevista concedida por por morador de Pau Preto, 2009).

Nas terras-firmes era também onde se criavam na "solta" animais de grande porte e de serviço, onde se praticava o extrativismo de frutas, lenha e plantas medicinais, bem como o plantio de mamona para fabricação de óleo e de algodão para confecção de roupas, como ressaltado pela comunidade de Pau Preto. Ali também se realizava a caça e a pesca nas lagoas marginais, que serviam como "refrigério" do povo, como se refere um morador em relação à Lagoa da Lavagem; e como "mãe de todos", em relação às lagoas "socorrinho" e "socorrão" em tempos de cheias no rio São Francisco. A pesca, praticada no rio e lagoas, é uma atividade central no depoimento dos três grupos vazanteiros, já identificada também por Luz de Oliveira (2005) em seus estudos sobre o sistema de produção dos vazanteiros no médio São Francisco. Antigamente o peixe seco era o produto mais comercializado na beira do rio, como enfatizado no mapa mental de Pau Preto. Desidratado ao sol e salgado, era preso em fardos prensados e comercializado com barqueiros ou tropeiros. Em menor escala, eram também comercializados o óleo de mamona e o excedente do plantio. O auto-abastecimento alimentar e a autonomia em relação aos produtos externos possibilitavam aos vazanteiros viverem praticamente de seus próprios recursos, que iam desde a confecção de suas próprias roupas, advindas da cultura de algodão, como relatado pelos três grupos, à produção coletiva assentada em uma agricultura diversificada e extrativista, associada à criação de gado na "solta", assim como o uso do óleo de mamona para diversos fins. O cultivo de lavouras de algodão e mamona, associado a pequenas culturas de milho e feijão, realizado por fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros, na década de 1920, é ressaltado por Oliveira *et al* (2000) como consequência do investimento estatal no Noroeste de Minas, que tinha como objetivo incrementar a economia na região via transporte fluvial no rio São Francisco[5]. Entretanto, ao não se constituir como uma *plantation* (STRALEN, 1980), a

[5]As atividades algodoeiras e de mamona faziam parte do plano de desenvolvimento para o noroeste de Minas, gestado no governo de Raul Soares. Interessado em melhorar a navegação e ampliar o comércio no rio São Francisco, buscou associar a essas lavouras o aparelhamento da indústria madereira e da pesca. A navegação a vapor no São Francisco e seus afluentes, o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha e o Verde

atividade algodoeira não promoveu alterações substanciais nas relações de produção da região.

Nesse contexto, o rio São Francisco constituía não somente lugar de encontro de gentes e de comércio na vida dos vazanteiros, mas como suporte metafórico para a construção simbólica de seus mundos. As representações sobre o rio, apresentadas pelos grupos vazanteiros nas oficinas e presentes nos estudos de Luz de Oliveira (2005) e Araújo (2009), evidenciam que a percepção do mundo vazanteiro e suas regras morais se associam às estórias dos seres míticos que habitam o rio São Francisco e que são transmitidas oralmente através de gerações. Seres que, além de transmitirem saberes e fazeres os inserem em um contexto sócio-cultural que os auxilia num processo de simbolização de regras e valores desses grupos em relação à natureza. Ou seja, ao compartilharem seu cotidiano com os "seres encantados", como os "caboclos d`água", "mãe d`água", "gritador" e outros tipos de visagens que habitam o rio São Francisco e lagoas formadas por este, constroem um sistema de representações a partir do que Luz de Oliveira (2005) denomina de lastro mítico, que serve como referencial para agirem sobre o lugar. Esses ritos e símbolos são também informados nos estudos de Diegues (2004), sobre populações tradicionais e nos estudos de Araújo (2009), sobre os vazanteiros de Pau de Légua e Quilombo da Lapinha como um dos elementos fundamentais para se entender a cosmografia vazanteira, servindo à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Relatos comuns presentes nos mapas mentais dos três grupos, esses seres possuidores de certa humanidade e dotados de intencionalidade apresentam sentimentos de "ira, vingança e afeição". Como o Caboclo d`Água que se vingou do velho André em Pau Preto, ou da bolinha de ouro que virou o barco de Zé Roque na Lagoa da lavagem, em Pau de Légua, ou da proteção durante a pesca aos "pais bons" (ARAÚJO, 2009) na Lapinha. Representações que, segundo Diegues (2004), auxiliam no controle dos recursos naturais pelos grupos que dependem deles e na organização de seus sistemas tradicionais de manejo. Para Câmara Cascudo,

> o imaginário popular dos povos das florestas, rios e lagos brasileiros está repleto de entes mágicos que castigam os que destroem as florestas (caipora/curupira, mãe da mata, boitatá); os que maltratam os animais da mata (anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (Tapiora); os

---

Grande seria complementada por estradas de rodagem já existentes, utilizadas por boiadeiros, ligando os portos desses respectivos afluentes a cidades menores (MOREIRA, 2010). Para mais informações sobre o período algodoeiro, consultar Stralen (1980); Oliveira *et al* (2000) entre outros.

> que pescam mais que o necessário (mãe d`água). (CASCUDO, *apud* DIEGUES, 2004, p. 85).

Códigos morais, de acordo com Luz de Oliveira (2004), devem ser respeitados. Ao respeitá-los realiza-se aliança e reciprocidade com esses seres, quebrar esse respeito implica em punições como virar a canoa ou até mesmo a morte por afogamento, como relatado por alguns vazanteiros em trabalho de campo. Assim, orientam suas relações com o rio, as lagoas e o ambiente físico impedindo os excessos e transpondo a reciprocidade das relações sociais para o plano da territorialidade.

Os espaços de uso mais privado, denominado por Diegues (2004) de "espaço doméstico", diferenciado pelo autor do espaço individual, uma vez que é utilizado pelo grupo familiar e na maioria das vezes permeado por uma extensa rede de parentesco, se circunscreviam e circunscrevem-se ainda aos sistemas de quintais e vazantes na beira-rio ou ilhas formadas no São Francisco. Os quintais, situados ao redor das moradias, eram e são os espaços sociais onde as mulheres cultivam suas hortas com grande variedade de temperos, hortaliças, chás medicinais e árvores frutíferas; local também da criação de animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e cachorros.

Nesse contexto, o caráter dinâmico das formas de apropriação e uso dos recursos naturais pelos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha se associam diretamente à noção de "terras tradicionalmente ocupadas" (ALMEIDA, 2006), uma vez que o uso comum do ambiente para plantio de roçados coletivos, a criação de gado na "solta" e a utilização dos recursos naturais das vazantes e lagoas se realizam sob o controle de normas específicas, estabelecidas nas relações sociais entre vários grupos familiares que compõem essas unidades sociais. Perspectiva equivalente às apresentadas pelo autor ao reconhecer como "terras tradicionalmente ocupadas

> a propriedade coletiva (correspondendo, por exemplo, aos quilombolas), a posse permanente (correspondendo, por exemplo aos indígenas), o uso comum temporário, mas repetido em cada safra (correspondendo, por exemplo às quebradeiras de coco babaçu), o "uso coletivo" (correspondendo, por exemplo aos faxinalenses), o uso comum e aberto dos recursos hídricos e outras concessões de uso, como o comodato (correspondendo, por exemplo às reivindicações ciganas), e as sobreposições de territórios tradicionais com unidades de preservação ambiental (pomeranos, quilombolas, indígenas e outros) (ALMEIDA, 2006, p. 60-61).

Luz de Oliveira (2005) e Araújo (2009) atribuem a autonomia territorial dos povos e comunidades tradicionais como herdeiras ainda do regime fundiário das

sesmarias. Regime que mudou com a Lei de Terras de 1850, que passou a vigorar no Brasil, mas que permaneceu norteando as concepções de direito à terra até hoje para os vazanteiros, em que prevalece a separação do domínio em relação à posse. Ou seja, o direito de propriedade sobre a terra é reconhecido após sua ocupação com o trabalho desenvolvido, portanto, é gerado a partir do trabalho e seus frutos. De acordo com Luz de Oliveira (2005, p. 89), é a partir da Lei de Terras que ocorrerá a junção da posse e do domínio pela compreensão de propriedade, tornando-se esta um direito único.

A origem fundiária das terras tradicionalmente ocupadas pelos vazanteiros aqui em estudo está ligada à posse, desde a época colonial, de acordo com relatos do antropólogo João Batista de Oliveira Costa, no encontro da Ilha da Ressaca, em 2008. Informado pelos estudos sobre a ocupação de negros aquilombados no interior da "Mata da Jahyba", o antropólogo diz da existência de registros em cartório e até mesmo de títulos comprados no período da abolição da escravatura. O que pode ser evidenciado no relato de Jesuíto, do Quilombo da Lapinha durante Oficina de Mapas Mentais, que informou ser um dos poucos que tem título da terra, como herança de seu bisavô que, junto com outros parentes, vieram para a beira do rio São Francisco no período de abolição da escravatura, conforme relata a seguir:

> *Na passagem do século 1800, na chamada seca de 1890 a 1900, quando houve 10 anos de seca daqui ao Nordeste... Nos 10 anos de seca. Secou o rio Gorutuba, secou o rio Verde. Mas aí estava acabando a abolição. Já tinha acabado a confusão de Matias Cardoso com os pretos, e num tinha jeito, eles tinham que vir pra beira do rio pra plantar vazante. Não tinha lata. Os utensílios era cabaça pra molhar a abóbora, o feijão e pegar o peixe. Aí vieram do rio Verde a minha família e meus antepassados pra margem do São Francisco. Aí uns voltaram e outras ficaram. Então deslocou do rio Verde. Estavam lá de fugitivo no quilombo e veio pra margem. Foram 10 anos de secas, pra sobreviver, só no São Francisco. O meu avô veio pra cá com seis anos, é só olhar o tamanho do pé, o chinelo fica torto, é tudo negão. (...) o meu bisavô num veio corrido de fome, não. As outras pessoas que vieram pra ficar com ele. Ele já veio foi rico. Casou lá (Quilombo de Mucambo) com a viúva rica e veio pra cá. Comprou 500 mil réis de terra. Aqui era sesmaria. Então nesta sesmaria, o Matias Cardoso deu pra família Virgínio. Então, daqui de Matias Cardoso aonde tem uma barra lá, pertencia aos Virgínio. Da barra pra cima, pertenciam aos Benícios. Mas aí acabou aquele sistema, eles eram herdeiros da terra e vendiam. Aí o Pio, que era dos Benício, vendeu 500 mil réis de terra pra meu bisavô. O dinheiro, ele pegou da mulher lá e comprou a Tapera do Véio Pio. Lapinha é um nome fantasia que eu criei.* (Jesuíto, Oficina Mapa Mental, Quilombo da lapinha, 2010).

Nesse tempo histórico, referido pelo líder da comunidade como tempo da "grande seca", há um deslocamento de negros aquilombados no interior do rio Verde

Grande para a beira do rio São Francisco, onde alguns negros compram terras (sesmarias) e outros simplesmente as ocupam. Apesar da Lei de Terras de 1850 já se constituir como um novo mecanismo político de ordenação territorial, excluindo politicamente escravos libertos e a população desfavorecida de se apropriarem de áreas territoriais não ocupadas, alguns negros conseguem sua compra na região do Jaíba, conforme informado acima e estudos de Costa (1998). Entretanto, a forma de apropriação das beiras do São Francisco e das terras altas que imperam nesse contexto é de "terra comum", compartilhada entre parentes da mesma família. Os espaços coletivos a todas as famílias vão desde os quintais, às terras de vazante e às terras altas, onde planta-se em períodos chuvosos, possibilitando o domínio de um território amplo entre diversos grupos negros, com grande acessibilidade aos recursos naturais das matas secas e cerrado. Apesar de não haver divisão entre as áreas de cada família, seus direitos de ocupação são reconhecidos, seguindo uma hierarquia nas práticas de cultivo informado pelos mais velhos, como apontado por Araújo (2009) em seus estudos sobre os vazanteiros do Quilombo da Lapinha.

Temos, nesse contexto, um grande domínio territorial caracterizado pela apropriação comunal do ambiente e seus recursos territoriais, associado a uma "liberdade de ir e vir", que permite aos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha denominarem esse tempo histórico de "tempo de liberto". Um tempo antigo que remete à infância e à juventude da maioria, sem cercas e restrições, onde os animais eram criados "na solta", com abundância e diversidade alimentar, em oposição ao sentimento de encurralamento e de restrição do tempo presente. Esse tempo é resgatado da memória dessas coletividades como relata um morador da comunidade:

> *Quando eu era criança, que aqui era liberado, a gente criava de tudo. Criava porco solto, criava cabra, meu pai tinha até gado. Você ia para a lagoa pescar, pois quando o rio dava enchente, num dava nada, aí você ia pra lagoa, num fazia falta. Era liberto porque você podia ficar a vontade, né?* (Entrevista concedida por morador da comunidade vazanteira Pau de Légua, 2009).

Esse período que se equivale na memória de vários agrupamentos negros da "Mata da Jahyba" é denominado por Costa (1998), em seus estudos sobre os remanescentes de Brejo dos Crioulos, como "tempo da fartura" e por Filho (2008) como "Tempo das soltas ou do Carrancismo", em seus estudos sobre os Gurutubanos.

3.3.2 Momento de ruptura: Sudene e RURALMINAS

As transformações ocorridas no modo de vida vazanteiro e as rupturas no controle territorial desses grupos sobre seu território são narradas pelos processos de expropriações territoriais vivenciados por esses grupos a partir das décadas de 1960/70. Processos sociais decorrentes da mercantilização das terras, dos incentivos governamentais da SUDENE para a modernização do campo e da regularização fundiária realizada pela RURALMINAS, que privilegiou grandes fazendeiros e o segmento empresarial no Norte de Minas.

Porém, é com a interligação ferroviária, na década de 1930, que o relativo isolamento da região Norte de Minas em relação ao centro-sul do país é rompido, dando início a um processo de modernização da economia regional, denominado por Pimentel (1997) de "domesticação do sertão". Apesar de ser considerado um "vazio econômico" e até mesmo um "vazio demográfico", em função de não ser ocupada pela sociedade branca; o Norte de Minas, especificamente à porção referente à *Mata da Jahyba*, como citada anteriormente, era intensamente ocupada por agrupamentos negros estabelecidos nas margens de seus ribeirões, lagoas e rios que formam a bacia do rio Verde Grande e rio São Francisco. Carlos Dayrell, do CAA, em entrevista concedida a mim em 2010, ressalta que a ocupação negra na região pode ser identificada pela existência de lugares já nomeados, como os furados existentes no Quilombo da Lapinha, antes da ocupação branca, no início do século XX. Dayrell diz em entrevista:

> *Quando as áreas são demarcadas, você tem as fazendas, então ali passa a ser ocupado, né. Então, a lógica da sociedade branca é o que predomina no dizer de 'povoamento'. Então, o povoamento dessa região acontece de 1900 pra cá, porque tinha grandes fazendas do período das sesmarias. Mas na verdade essa região não era ocupada pela povoação branca, era extensamente ocupada pela população negra. O Jaíba, lá se falava que num tinha gente, mas se você conversa com os nativos de lá, eles falam o quanto que lá era povoado, como tinha comunidades. Os furados, quase todos os furados tem nome e o furado só tem nome quando ele é habitado. Tem, de alguma maneira, algum tipo de ocupação, nem que seja só pra soltar o gado pra beber, mas ele tem um nome. Você só vai descobrir o nome conversando com os nativos do lugar, por exemplo, Lagoa do Cajueiro, lá é cheio de furados. (...) Lá tem o furado do Criminoso, o furado do Teodoro, porque Teodoro uns 50 a 100 anos atrás foi um morador dessa área* (Entrevista concedida por técnico do CAA em 2010).

A ocupação da "Mata da Jahyba" por diversos agrupamentos negros é informada por Costa (2011) como um grande território que se constituía enquanto uma

barreira estrutural à ocupação branca, ou seja, era parte de uma estratégia de invisibilização já utilizada por povos quilombolas que se estabeleciam em espaços territoriais não demandados pela sociedade escravista. Nesse contexto, foi a barreira física da "Mata da Jahyba", com suas lagoas propícias à malária e suas matas fechadas, que propiciou que se formasse ali uma sociedade negra autônoma e livre. Condição natural associada a maior resistência negra à malaria, o que permitiu o isolamento demográfico da ocupação branca desse espaço social durante séculos, como relatado por grupos vazanteiros em carta-manifesto à população:

> A nossa origem africana nos permitiu habitar as margens deste rio, resistindo à malaria. É que o velho Chico, em seus tempos de revolta, quando anualmente as chuvas o faziam estender suas margens, transformando-o em "rio-mar", enchia seus braços e lagoas criadeiras, abastecendo-as com peixes, cobria seus barrancos com lameiro, mas também criava condições para que a malária infestasse os alagadiços, afastando temporariamente nossos irmãos índios e também brancos e europeus (Carta-manifesto das mulheres e homens vazanteiros: povos das águas e das terras crescentes do São Francisco, Ilha da Ingazeira – Manga, 27 de maio de 2006)[6].

Será em meados dos anos 1930/40, com a derrubada das matas nativas por ocasião da construção da linha férrea, que essa sociedade negra passa a ser visibilizada. Nesse contexto, a estrada de ferro foi um fator fundamental no processo de ocupação branca na região e na sua reorientação econômica, o que permitiu alterar as relações inter-regionais do Norte de Minas Gerais com a Bahia e o Nordeste pela hegemonia da região sudeste no processo de acumulação de capital, intensificando relações comerciais com Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo (OLIVEIRA *et al*, 2000). A consequência desse novo ordenamento territorial expropria territórios dos não-brancos, dando início a conflitos por terra entre fazendeiros e pequenos produtores rurais, provocando assim a concentração fundiária nas mãos dos primeiros e confinando os últimos aos interstícios das grandes fazendas ou em áreas distantes. Período identificado por Costa (1998) de "Tempo do Cercamento", por Filho (2009) de "Tempo do Cercamento, da Grilagem e Afazendamento" e por Araújo (2009) de "Tempo dos Coronéis, da RURALMINAS e Sudene". Nesse contexto, a privatização das terras e seu cercamento, a partir da década de 1930, são impostos sobre as territorializações, com a chegada de uma leva de agrimensores na região que demarcavam as terras sob forma de

[6]Assinam essa carta 62 representantes de 12 comunidades vazanteiras e entidades representativas, presentes no encontro da Ilha da Ingazeira, em 26 e 27 de maio de 2006. Dentre eles os vazanteiros e quilombolas de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha.

pagamento do serviço cumprido por eles que, na sequência, eram vendidas para fazendeiros de Montes Claros, que alocavam funcionários negros para afazendarem suas posses (MOREIRA, 2010). Exemplo desse período é referido pelos vazanteiros de Pau de Légua nas Oficinas dos Mapas Mentais ao relatarem a fixação de um grupo de vazanteiros junto à sede da fazenda de Darli como agregados, em território tradicional já utilizado por estes que, na visão do Estado, poderia ser identificada como terra devoluta. "Se o INCRA visse que não tinha ninguém na terra, cortava tudo. Então, para não perder a terra, colocava agregados" (Zé Roque, Oficina Mapa Mental, Pau de Légua, 2010). Isso evidencia um choque de visões de mundo e de apropriação territorial reordenando o espaço estudado. De um lado, a terra como indivisível e fruto do trabalho é entendida como patrimônio e, de outro, como objeto a ser explorado, passível de mercantilização e especulação (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

A serviço de fazendeiros ou trabalhando autonomamente, a massa de agrimensores que marchou para a região oferecia seus serviços a quem deles precisasse. Nesse período, inúmeros posseiros perderam suas posses, pois não bastava estar na terra ao longo de gerações. Instalava-se o que se chamava "terra de ausente", termo utilizado por Zé Alagoano, liderança vazanteira de Pau Preto, ao se referir à origem do território tradicional de Pau Preto: "Disseram que era terra de ausente, mas era nosso". (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010). De acordo com Moreira (2010), as terras de ausente ou gleba de ausente, no novo regime fundiário, permitiu que fazendeiros e até mesmo agrimensores requeressem as terras devolutas como suas, se tornando o meio mais eficaz de grilar terras naquele período. Segundo o autor, o agrimensor, depois de medir os marcos limites de cada terreno, retirava uma porção denominada 'terra de ausente', que media na época 1.000 m. De acordo com Moreira,

> como não era apresentado um proprietário legal, para não estabelecer aquele terreno como pertencente à união (terra devoluta), supunha-se que alguém que estivesse ausente seria o tutor legal. Ou seja, algum fazendeiro local ou até mesmo agrimensores requeriam parcelas de terras como sendo suas (MOREIRA, 2010, p. 50).

À medida que ocorria o cercamento das terras por grandes fazendeiros que ingressavam na região, muitas populações ali estabelecidas apresentavam resistência frente às expropriações. Exemplo são os conflitos de Cachoeirinha, no município de Varzelândia, e o caso de Brejo Mata Fome, em Itacarambi, envolvendo os índios Xacriabá (OLIVEIRA *et al*, 2005; MOREIRA, 2010). Outro exemplo diz respeito aos

conflitos fundiários históricos da região que têm personificados nos posseiros Antônio Dó e Saluzinho a referência da resistência no Norte de Minas.

A importância desses posseiros como símbolo da resistência é evocada por Jesuíto do Quilombo da Lapinha, que relata a saga de Saluzinho, ressaltando sua bravura na defesa de sua terra, num contexto de regularização fundiária realizado pela RURALMINAS que, de acordo com vários depoimentos, privilegiou a grilagem de terras por profissionais liberais originários de Montes Claros e informou sobre o cercamento das criações impostas pelo novo ordenamento territorial. Conforme um dos moradores do Quilombo da Lapinha,

> *a história é o seguinte: as terras eram devoluta do INCRA. Aí com a criação do desenvolvimento de criar o gado preso pra sossegar mais cedo, eles vieram encostando de Montes Claros pra cá. Aí, quando chegou, já tinha os posseiros. Eles iam lá no INCRA e o diretor da Jaíba dava permissão: pode trabalhar lá; e vendia o lote pra fulano. Umas terras muito boa. Então, doutor Osvaldo, lá da família dos Antunes, ambiciou pelas terras dos posseiros pressionando. Aqueles mais medrosos foi saindo. Aí tinha o famoso Saluzim, que era raça brava. Aí diz que o gerente falou pra ir lá e matar o Saluzim. Aí o Jerônimo foi com o rifle e atirou no Saluzim. Só que o tiro não pegou no Saluzim. Saluzim revidou e o tiro pegou na arueira que ele escondeu pra fazer de trincheira; rancou casca do lado e do outro. Aí o Jerônimo correu e falou com o patrão que o homem é brabo; "eu dei dois tiros nele e num pegou, ele revidou e quase me pegou, eu num vou mexer com ele mais não." Aí ele falou pra deixar ele. Aí combinou com um cabo da polícia de São João da Ponte pra ir lá e apagar ele. Mas aí o Saluzim num era bobo, quando ele atirou no Jerônimo, ele já ficou veiaco. Já não ficou dentro da casa; ficava escondido dentro do paiol. Aí o cabo foi mais o soldado vestido de vaqueiro. Chegou no quintal de Saluzim e perguntou pra mulher dele onde ficava as estradas. Aí falou que era viajante. O Saluzim saiu e ele atirou no Saluzim. Mas só que ele só andava armado. A garrucha de dois canos contra dois revólveres, um com o soldado e um com o cabo. Ele atirou e acertou o cabo. Aí o cabo caiu do cavalo e o soldado saiu correndo. Ele ficou cercado pelas porteiras, era novato e num sabia onde ir. Ele pegou a arma do cabo. O soldado foi procurar socorrer o cabo e levaram pro batalhão. Aí mandaram o Batalhão de Montes Claros. Nessa daí ele arrumou uma lata d'água e uma lata de farofa e correu pra gruta da pedra. Aí veio o Batalhão de Montes Claros. Até hoje falam que Saluzim correu com setenta policiais e atirou em dois. Aí, enquanto ele estava na gruta, bateram na mulher e filhos dele. Bateram nos vizinhos pra contar onde Saluzim estava. Mas ele estava abaixo da pedra. Aí tacaram fumaça pra ele num achar ar dentro da gruta. Aí o sargento falou assim: já morreu, vou olhar ele. Quando ele enfiou a cara, ele atirou na cara do sargento. Aí trouxe dois caminhão. Pelotão! O tenente falou que agora vamos soltar umas bomba aí. Daí a notícia espalhou. Saluzim falou assim: "vou sair armado covarde, se vocês fazer covardia eu te apago." O tenente falou que podia sair, que tava de mão pra cima, Aí ele saiu com a pistola e o revólver, uma na mão e outra na outra. Prenderam ele. Depois, foi ver a história toda, eles atacaram o Saluzim, e disseram que ele é que atacou a polícia* (Entrevista concedida em 2009, por um morador do Quilombo Lapinha).

O conflito fundiário entre Saluzinho e o fazendeiro Osvaldo Antunes se tornou mítico para a maioria dos posseiros desfavorecidos no processo de regularização fundiária da região. Assim como Saluzinho é relembrado pela população da região, Antônio Dó é admirado por se tornar uma espécie de "justiceiro" do sertão, que atuou em meados da década de 1930. Associado pela história oficial como bandido do cangaço, sua ação consistiu no sequestro do agrimensor Augusto Andrade, em Santana de Contendas, hoje Brasília de Minas, no ano de 1927. Antônio Dó foi resolver "questões pendentes" com o referido agrimensor, a pedido do padre Joaquim, uma vez que Augusto Andrade teria prejudicado pequenos proprietários, desprovidos de recursos financeiros para pagar pelo serviço de divisão de terras que se iniciava na região. Como condição para sua libertação, obrigou-o a assinar um papel no qual garantia não mais prejudicar os lavradores daquela região.[7]

Observa-se nesse contexto que a divisão de terras serviu como mecanismo político de uma elite agrária que se instituiu na região de estudo. A ascenção da figura dos coronéis, nesse período, grandes fazendeiros que têm seu poder político exarcebado com apoio do governo, colocou sob seu controle as decisões relativas a municípios e à vida social dos grupos estabelecidos em áreas sob seu domínio. Nesse contexto, representam o poder econômico, a lei e a justiça, favorecendo interesses de seus pares e subjugando quem não era. Nessa perspectiva, estabeleciam relações de trocas e favores com pessoas a serem agregadas em seu grupo, que deveriam se subordinar às suas ordens e vontades, como informado por Lindembergue, em entrevista concedida a Araújo (2009): "Eles invadiam, se faziam donos. Se a gente queria terra para trabalhar, tinha que ir neles e eles davam a ordem (Entrevista concedida por Lindembergue a Araújo, Manga, maio de 2008, p. 113).

Assim, o processo de concentração de terras que incorporava áreas comunais dos povos e comunidades tradicionais da região se deu de forma generalizada e violenta por grandes latifundiários, que tinham poder político e contavam com a força de jagunços e militares no processo de expulsão dos povos do lugar. Cabe ressaltar que processso semelhante ocorreu em território dos índios xacriabá, que tiveram suas terras griladas e privatizadas por fazendeiros quando a RURALMINAS adentrou a região demarcando terras até então "devolutas". O não reconhecimento da RURALMINAS do domínio territorial Xacriabá, desde início dos anos de 1720, é agravado pela

[7] Estudos sobre os conflitos fundiários envolvendo Saluzinho e Antônio Dó podem ser encontrados em MOREIRA, 2010 e COELHO, 2005.

desconsideração de dois documentos oficiais de doação de terras aos indígenas no período colonial: um assinado pelo então governador dos Índios do São Francisco, Januário Cardoso de Almeida, em 1728, em agradecimento à participação da expulsão dos índios Kayapó da região e outro reafirmado em 1850, pelo imperador D. Pedro II, ainda na vigência da Lei da Terra (COSTA, 2000).

Entretanto, serão as primeiras iniciativas governamentais, de ocupação planejada da área do Jaíba, que iniciarão um processo de desarticulação social e expropriação territorial dos povos do lugar, através dos incentivos fiscais da SUDENE, que promoverá a transformação de fazendas em grandes empresas rurais e a regularização fundiária realizada pela RURALMINAS, que contribuiu para a grilagem de terras na região e para a concentração destas nas mãos de grandes empresas e latifundiários. O projeto de fruticultura irrigado Jaíba será o principal marco desse processo na região.

Concebido ainda na década de 1950, conforme visto no capítulo 2, o Jaíba iniciou como um projeto voltado para a reforma agrária e teve no assentamento de Mocambinho sua experiência principal. Para tanto, foi criado o Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC); entretanto, a experiência da colônia é criticada por não conseguir alterar a configuração da economia assentada na agricultura familiar e extrativista para a agricultura comercial. Em meados dos anos de 1960, a colonização assume o objetivo de levar modernização e desenvolvimento econômico à região e ratifica seus interesses no potencial agrícola do Norte de Minas pelos estudos encomendados ao *Bureau of Reclamation* (Estados Unidos). A "Mata da Jahyba" é identificada como uma grande porção de terras com potencial para a agricultura irrigada e recebe financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em articulação com o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste (PLANOROESTE). Assim, o projeto Jaíba se inicia em 1978, contando com investimentos financeiros dos governos Federal e Estadual da ordem de U$$ 471.275.419,03 (ANAYA; BARBOSA; SAMPAIO, 2006). A Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)[8] foi definida como órgão executor e supervisor do projeto juntamente com a RURALMINAS, criada com o objetivo de coordenar o projeto e administrar terras "devolutas". Entretanto, a divisão de

[8] Criada em 1975 e ligada ao Ministério do Interior, desenvolve ações, especialmente projetos de irrigação, ao longo do rio São Francisco, abrangendo cinco estados: Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

terras do Jaíba em glebas é iniciada pela RURALMINAS, em 1972, dando início ao processo de ruptura da organização social e territorial de diversos agricultores tradicionais. Principalmente vazanteiros quilombolas da Lapinha, que viviam numa localidade denominada Toca da Onça e que se encontram hoje na Várzea da Manga. Marcado pela forma autoritária, o processo de implementação do projeto Jaíba visou a atender interesses comerciais, conforme relata morador do Quilombo da Lapinha: "Os Ometta vieram pra cá e pegou 24 mil hectares de terra. Aí foram expulsando o pessoal (Entrevista concedida por morador do Quilombo da Lapinha – agosto de 2009).

A divisão de terras pela RURALMINAS não se reduziu ao projeto Jaíba, também ao seu entorno, em que grandes fazendeiros, incentivados pelo financiamento da SUDENE, através do FINOR, o que será abordado mais adiante, adquirem terras comunais facilitadas pela fundação. Nesse contexto, vazanteiros de Pau de Légua relatam como esse processo recai sobre seu território com a chegada de Air Vieria, que tem grandes projetos de criação de gado para região:

> *Aí compraram as terras de Darli. Foi uma surpresa, ninguém sabia. Ficou todo mundo doido. Aí, ele num falou nada que ia vender, só vendeu as terras pra um fazendeiro e esse homem é bravo. Aí ele e os encarregados dele falaram: "vocês sabem que eu comprei isso aqui e vocês vão ter que sair. Eu vou pagar só as telhas suas." Aí ele deu uma mixaria nas telhas. Daí muitos falaram: "mas como que nós vamos sair daqui com as terras tudo pronta pra plantar?" Aí uns saíram, outros num saíram. Com isso veio a polícia. Foi um conflito danado. Uns correndo pra aqui, outros pra aculá. Aí ele falou que eu iria ficar pra trabalhar com eles. Mas já me tirou da minha casa e pôs em outra, só pra eu não ter o direito. Minha casa era bem lá em baixo. Aí ele me tirou e pôs lá na divisa do terreno dele. De lá ele me tirou depois de novo e tornou pôr mais em cima, em outra casa. Por final eu fui morar em outra casa* (Entrevista concedida por morador de Pau de Légua em 2010).

Com a chegada do fazendeiro Air Vieira ao território vazanteiro Pau de Légua, a partir da década de 1960, a expulsão dos vazanteiros das três localidades de Pau de Légua foi seguida pelo estabelecimento imediato de pastagens e cercas até a beira do São Francisco. Air Vieira utilizou o próprio gado introduzido em grande número para destruir os roçados vazanteiros, dificultando sua permanência na terra firme. De acordo com Araújo (2009), ao estabelecer residência na sede da fazenda, situada à margem da lagoa da Lavagem, renomeada por Air Vieira de Lagoa da Prata, o fazendeiro impedia o acesso dos vazanteiros a essa, utilizando de arma de fogo para afastá-los. Diante da situação, o mesmo morador recorda que muitos vazanteiros foram em direção a Lapa, Manga, Rancharia, São Bernardo, sendo que a maioria foi para

Matias Cardoso, de onde podiam manter vínculo mais próximo com seu território. “Mas foi uma tristeza danada. Era um movimento de barco! Quando o dia amanhecia, só via o povão atravessando. (Entrevista concedida por morador de Pau de Légua em 2010).

Mesmo processo ocorreu em Pau Preto com os fazendeiros Antônio Cândido e Maninho, como relatado pelo líder comunitário em oficina:

> *A gente já estava lá e os fazendeiros chegaram com o poder do Estado, da RURALMINAS. Aí desapropriaram os pequenos. Eles cercaram a gente e deixaram no círculo. Aí foi empurrando o pessoal pra cidade. Eles matavam as criações e ameaçavam também a população. Até as estradas pra pegar água eles proibiam.* (Zé Alagoano, Oficina Mapa Mental, Pau Preto, 2010).

Araújo (2009) informa que, nesse período, uma leva de pecuaristas invadiu o vale do rio Verde Grande dando origem às primeiras grandes fazendas. Acompanhados de bandos de jagunços armados, expulsavam as famílias negras do lugar e disputavam entre si o domínio das terras. A consubstanciação dessa informação é relatada em oficina por Zé Alagoano, ao recordar a disputa armada pela grilagem das terras da localidade de “Venda”, conforme indicada no Mapa Mental do “tempo de Liberto” de Pau Preto, envolvendo pistoleiros de dois grandes fazendeiros, identificados por ele como “Antônio Cândido e Maninho”, o que resultou na expropriação violenta dos vazanteiros de seu território para as ilhas, para Matias Cardoso e na imposição das Fazendas Venda e Promissão na posse de Antônio Cândido, que as vendeu posteriormente à Agropecuária Catelda.

Além de a expropriação ser realizada de forma violenta, através do uso de armas de fogo e de trator, a grilagem das terras tradicionalmente ocupadas era legitimada pelo Estado, uma vez que a RURALMINAS desconsiderava as formas de apropriação existentes no lugar e até mesmo o registro de poucas terras escrituradas, conforme alguns casos no Quilombo da Lapinha, negando a seus moradores qualquer tipo de indenização, conforme se lê em excerto de entrevista abaixo:

> *Aí foram expulsando o pessoal, tem uma família na várzea da Manga, a última casa é do Florentino Maria, casado com uma prima minha. Ai você chega lá e pergunta: como é que vocês foram expulsos daquela fazenda de 105 alqueires que era do sogro dela? Ela vai te contar. A RURALMINAS despejou eles de lá. Lá tinha uma lagoa, até a canoinha que eles usavam pra atravessar a lagoa eles empurraram com um trator. Tirou as telhas, as madeiras, tomaram a terra e nunca pagaram. Depois, a família Rodrigues Maria, com uns 500 hectares; os Fernandes, com uns 300 hectares; Ilaro com 60; nunca receberam nada. Onde está a colônia de Mucambinho era*

> *uma terra escriturada, registrada como se fosse pago* (Entrevista concedida por liderança comunitária do Quilombo da Lapinha – agosto de 2009).

De acordo com os estudos de Araújo (2009) sobre os vazanteiros do Quilombo da Lapinha, parte da área das terras da antiga fazenda Casa Grande, que se estendiam, nesse tempo, do município de Matias Cardoso a Mocambinho, era uma área intensamente habitada pelos ascendentes do quilombo da Lapinha, muitos deles vivendo na localidade da Tapera, que atualmente não existe mais; era registrada quando da Lei da Terra. Um dos moradores era Francisco, que foi expulso com mulher e filhos, acolhido na Ilha da Ressaca juntamente como outros parentes da região. De acordo com Castro (1982, p. 22), de forma geral, poucos foram os agricultores que receberam indenização nesse período, nessa região. Os que receberam não estavam satisfeitos e todos reclamavam, sob a alegação de que ela não correspondia sequer às benfeitorias e foi realizada sob pressão dos latifundiários. Os poucos moradores que tiveram suas terras regularizadas pela RURALMINAS não conseguiram manter o território utilizado comunalmente, como as áreas de furado para solta; terras altas para extrativismo e caça. Somente seus quintais e roçados foram cercados em torno de suas casas, conforme informado por funcionário do CAA, em entrevista:

> *O que acontece é o seguinte: esse povo que está aí, poucos deles legitimaram suas terras no processo da década de 30. E depois, na década de 60 e 70, com a RURALMINAS, que é uma coisa direcionada basicamente pra fazendeiro, então esse povo é considerado posseiro, quando eles são legitimados pela RURALMINAS, essas populações locais são consideradas posseiras. Elas legitimam a casa, o quintal e a roça. Então, aquelas áreas como os furados, que eles faziam aquelas cercas de madeira que eram temporárias... O que eles tinham de cerca de arame definitivo era no máximo o quintal com a roça perto de casa. Essas roças temporárias que eles faziam eram extremamente flexíveis. Então, a RURALMINAS, quando fez a legitimação desse pessoal, foi de 5 ou 10 hectares por família. Só que, na verdade, eles usavam uma área muito maior. Então, com o processo de legitimação das grandes fazendas, esse pessoal que está dentro passam a serem considerados posseiros. E com o Estatuto da Terra de 1964 cria-se condições para tirar o pessoal que eram posseiros para fora ou eram colocados como funcionários dos fazendeiros. Então, nesse período da década de 60 pra 70 foi um período de expulsão muito grande. Então, até para que os empresários que vinham de fora comprar terras de grandes latifúndios era exigido como condição que não queriam moradores dentro. Então, a maior parte dessas pessoas são expulsas nesse período* (Entrevista concedida por técnico do CAA – 2010).

Assim, no processo de mercantilização de terras e com a chegada de grandes empresas ao Norte de Minas, houve uma ruptura com as formas de apropriação comunal

existentes na região e um modo de vida organizado a partir da solidariedade e coletividade, restringindo áreas territoriais cada vez mais extensas sob o domínio dessa coletividade. Em consequência, foram obrigados a migrar para as ilhas e cidades, aproveitando sempre a oportunidade das baixas do rio São Francisco para se reterritorializarem. Estratégia silenciosa na perspectiva de Scott (2000), que implica numa resistência pacífica, sem confrontos diretos, encontrada por esses grupos para manterem seu vínculo com o lugar, como informa vazanteiro da Ilha de Jenipapo-Itacarambi:

> *A maioria de nós vazanteiros fomos expulsos pelos fazendeiros. A maioria dos tradicionais aqui tem o problema de ficar na cidade e na ilha. Quase todos têm casinha na cidade porque não pode mais ficar na beira do rio, que o fazendeiro cria problema. Mas quando o rio baixa, a gente volta. Esse é o sistema vazanteiro* (Entrevista concedida por morador durante o V Encontro "Vazanteiros em Movimento" – Ilha de jenipapo-Itacarambi, 2010).

A implantação de projetos agropecuários transformou as fazendas em empresas rurais e trouxe como consequência a expropriação e o "encurralamento" dos vazanteiros nas ilhas e beira-rio, conforme relato de morador, em entrevista concedida a mim em 2010, que reconhece o papel do Estado via RURALMINAS nesse processo de modernização:

> *A RURALMINAS veio na década de 70 para legalizar as terras mas, na verdade, deu títulos para os fazendeiros. Logo após 71, 72, 73, saiu o financiamento do Banco do Nordeste, financiando os fazendeiros, entrando com novos equipamentos, encurralando a gente* (Entrevista concedida por liderança comunitária de Pau Preto, 2010).

Os impactos sociais da modernização das fazendas recaíram também de forma intensiva na paisagem natural da região[9], seja pela construção de pequenas barragens no rio São Francisco para irrigação de pasto, seja pela monocultura de cana, para abastecer a indústria de álcool, na década de 1980, com o programa do PROÁLCOOL, conforme ressaltado no capítulo 2. Empreendimentos que comprometeram a fauna, a flora, as lagoas e o rio na região do Jaíba.

[9]A alteração da paisagem regional é ressaltada por Moreira (2010, p. 42) ao analisar informações do Grupo de Estudos Ambientais (GEA, 1991), verificando que entre os anos de 1970 e 1990 a cobertura vegetal da região reduziu de 85% para 35%, sendo que dos 1.138 cursos de água da rede hidrográfica 558 secaram, o que levou a uma quebra na abundância de recursos naturais existentes. Fartura relatada por vazanteiros no "tempo de liberto" e acessadas por estes antes das políticas de modernização e desenvolvimento para o Norte de Minas.

> *Aí os fazendeiros Cândido e Maninho na época, nesse tempo num era Catelda, eles venderam pra Catelda que é uma fazenda de empresa, que naquele tempo que surgiu isso aí. Surgiu aquele banco do Nordeste também, que estava convertendo dinheiro em caminhão para os fazendeiros. Era o banco da Sudene, né. Aí eles falaram que iam fazer plantio de cana. Fizeram aqueles aterros todos, que acabou com o rio Verde. Foi aquilo lá que acabou com os peixes da região. Porque lá era o criâmetro de peixes, que a água entrava e saía com os peixes. Aí fizeram esse aterro lá e acabou com isso tudo* (Entrevista concedida por liderança comunitária de Pau Preto – 2010).

O crédito rural se constituiu no principal instrumento politico da SUDENE para capitalizar e modernizar as grandes fazendas, transformando-as em empresas rurais. Nesse contexto, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), controlado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), citado na fala de Zé Alagoano, foi criado em 1974 com objetivo de liberar incentivos fiscais e financeiros à iniciativa privada, principalmente à pecuária de corte e ao reflorestamento. Já o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla, criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, o Banco atua em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove Estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo. Sua criação em 1952 incorporava uma política de questões referentes às secas e a estrutura produtiva regional, estimulando investimentos industriais, o aumento da oferta agrícola, maior resistência do nordeste às secas na tentativa de diminuir a disparidade de níveis de renda existente entre Centro-sul e Nordeste.

O fato de o Norte de Minas Gerais fazer parte da área de abrangência da SUDENE contribuiu para que os programas, políticas e recursos advindos desses programas controlados pela autarquia fossem destinados para a região (OLIVEIRA *et AL*, 2000). Foi por meio do FINOR que vários programas foram implementados na região, caso específico é observado com o PROVÁRZEAS (Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis), no território do Quilombo da Lapinha e de Pau Preto que, ao utilizar água do rio São Francisco e lagoas marginais para irrigação de frutíferos e de pastagens, suprimiu a maior parte da mata nativa, interferindo sobre a dinâmica de recarga das lagoas. Araújo (2009) informa que a construção de um aterro na Lagoa da Lapinha pelos proprietários de uma das fazendas

impediu por anos a multiplicação dos peixes que utilizavam o local como desova e consequentemente o reabastecimento do rio São Francisco.

Nessa perspectiva, o crédito rural se caracterizou como o principal instrumento da política da década de 1970, instituindo programas agropecuários implementados com recursos do FINOR e de instituições financeiras de ajuda internacional, como: PDRI Gorutuba; MG II; PLANOROESTE II; PRODEVALE; PRODECOR, Sertanejo; POLOCENTRO, Projetos de Irrigação: Gorutuba, Pirapora, Jaíba e Jequitaí; PROHIDRO; PROVÁRZEAS; PRONASEC/RURAL; PRODECOM; MINASLUZ; PAPP, Padre Cícero; PROSPERE[10] (OLIVEIRA *et al*, 2000). Contexto que incentivou a compra de terras pela elite urbana e empresas transnacionais, pressionando pequenos proprietários a se desfazerem de suas terras à medida que estas se valorizavam.

Se a pecuária, por um lado, promoveu o desmatamento e o comprometimento dos recursos da fauna e da flora, de outro, a agricultura mecanizada para fins de exportação provocou o desmatamento, o assoreamento dos rios e a "privatização" das águas, dada a necessidade da irrigação de culturas. Nesse contexto, as principais instituições políticas em nível estadual e federal para dinamizar a economia no Norte de Minas foram a SUDENE e a CODEVASF que, sabendo da importância do Vale do rio São Francisco para a integração econômica norte-sul, uma vez que integrava três regiões brasileiras, apostaram em seu potencial econômico através da possibilidade exploratória da agricultura irrigada e geração de energia elétrica. Assim, a partir da década de 1970 o médio São Francisco é privilegiado pela implementação de grandes projetos de irrigação como o Jaíba, o Gorutuba, o Pirapora e o Lagoa Grande. Entretanto, será através do Projeto de Colonização e Fruticultura Irrigado Jaíba, na região do Jaíba, que o vínculo do Norte de Minas ao mercado externo se efetivará, alterando as dinâmicas sociais e a lógica produtiva vigente.

[10]PDRIs (Gorutuba, MG II e PLANOROESTE II) tinha como objetivo atender a pequenos produtores rurais em suas atividades produtivas, integrando-os à economia regional. O PRODEVALE e PRODECOR estavam voltados para prioridades mais urgentes dos pequenos produtores. O Projeto Sertanejo visava fortalecer unidades produtivas contra efeitos das secas, contemplando desde pequenos a grandes proprietários. POLOCENTRO era para médios e grandes produtores rurais, oferecendo pesquisa, assitência técnica, crédito rural e obras de infra-estrutura. Projetos de irrigação Gorutuba, Pirapora, Jaíba e Jequitaí beneficiaram em menor medida pequenos produtores e, em maior, grandes empresas agroindustriais. PROHIDRO: construção de pequenos e médios açudes públicos e perfuração de poços em propriedades particulares. PROVÁRZEAS atendia a produtores rurais interessados em projetos hidragrícolas. PRONASEC/RURAL programa de educação para a área rural. PRODECOM voltado para política de desenvolvimento social da região e MINASLUZ expansão da rede elétrica em localidades rurais. Depois de 1985 foram criados o PAPP, o Padre Cícero e o PROSPERE. (Para mais informações, ver: OLIVEIRA *et al*, 2000, p. 165-166).

Por outro lado, na década de 1980, a recessão que o Brasil vive nesse período, em grande parte reflexo da estagnação nos países industrializados, coloca em cheque a política de modernização da agricultura, alterando as condições gerais do crédito rural, com consequências sobre a produção de máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos etc... gerando ociosidade e fechamento de fábricas (RIBEIRO, 2005, p. 180). Assim, observa-se na região que a expansão do crédito agrícola que marca toda década de 1970, na década seguinte apresenta uma retração, o que faz diminuir a quantidade e a qualidade de subsídios oferecidos a esse setor. Nessa conjuntura de contração de crédito para o setor, muitas empresas rurais abandonam suas atividades agropecuárias e suas propriedades. Período em que as barragens hidrelétricas de Três Marias e Sobradinho não conseguem conter a água represada em seus reservatórios, o que agrava a situação com a enchente de 1979, que destrói todo o Vale do rio São Francisco[11]. Contexto que serviu estrategicamente como oportunidade de reterritorialização para vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha que, acostumados a viver perdas e ganhos com as cheias do São Francisco, encurralados na ilhas ou mesmo nas periferias das cidades de Matias Cardoso e Manga, iniciam a retomada das terras firmes de seu território tradicional, como evidenciado nas falas abaixo:

> *Já na década de 79, aí eles quietaram mais e a gente começou chegar. A volta foi meio no conflito também; os fazendeiros vinham querendo sair em 79, mas a gente entrou já com conflito também. Só que aquele conflito ficou devido eles quererem sair. Aonde eles diziam que não podiam brigar porque veio a lei da Marinha. Que as margens do rio, na época, eram da Marinha. Eles ficaram sem força, a gente tornou encostar* (Entrevista concedida por morador de Pau Preto – agosto de 2009).

> *Depois de 79, o rio fez aquela vazantona; ficou tudo limpo. Aí o povo foi chegando, chegando de um a um. Aí foi quando Air Vieira bateu os pés para tirar o povo. Mas já num achou direito mais. Aí foi quando ele falou que era só do barranco pra lá. Pra cá num queria ninguém. Ele num conseguiu tirar o povo porque o terreno é da Marinha, eu num fiquei sabendo assim muito, porque quando eu vim ver, todo mundo já estava trabalhando, né. Diz que é assim, o cara chegou e todo ano eles limpa as placas, né? Aí falou se todo mundo limpar essas placas aí num tinha problema com a Marinha de todo ano estar mexendo. Aí o povo achou força, foi voltando.* (Entrevista concedida por morador de Pau de Légua, agosto de 2009).

[11]De acordo com Coelho (2005, p. 153), o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, criado na Câmara de deputados para investigar as causas e consequências das grandes enchentes do rio São Francisco, a partir de 1978, afirma que a destruição do Vale do rio São Francisco, desabrigando cerca de 250 mil pessoas, operavam com a função exclusiva de produzir energia e não conter enchentes, como apregoava o governo. E que, desprevenidos, tanto os operadores de Três Marias quanto os de Sobradinho nada puderam fazer para evitá-la, mas contribuíram para agravá-la.

A enchente de 1979 possibilita aos vazanteiros reterritorializarem-se a partir da utilização das ilhas como espaço não só de trabalho, mas de morada. Estratégia para manterem o vínculo com o lugar e retornar aos poucos para a terra firme. Segundo morador,

> *não havia moradia na ilha até a expulsão da gente pelos fazendeiros que grilaram nossas terras, depois que a gente foi ficando por ali, pois, como a gente tinha sido expulsos para a "rua" (cidade), fomos voltando pelas ilhas. Aproveitamos a boa vontade do rio e fomos voltando* (Entrevista concedida por morador da Comunidade de Pau Preto – agosto de 2010).

A utilização das ilhas como morada é um período definido pelos vazanteiros do médio São Francisco, estudados por Luz de Oliveira (2005), de "Enxame de Gente", uma vez que diz respeito ao momento de perda de acesso à terra e aos recursos da terra firme, em função da expulsão pelos fazendeiros que foram transformando suas fazendas em empresas rurais, obrigando os vazanteiros a se refugiarem nas ilhas e barrancos ao longo do São Francisco, "o que significou o empobrecimento das famílias, impossibilidade de manterem as estratégias de reprodução agroalimentar e maior vulnerabilidade em termos de moradia e subsistência durante as grandes cheias do rio" (LUZ DE OLIVEIRA, 2005, p. 106).

O que se observa após a enchente de 1979 é um processo de reterritorialização dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha às suas terras tradicionalmente, como relata um morador: "fomos aproveitando a boa vontade do rio e fomos voltando". Entretanto, a versão divulgada pelos relatórios "técnicos" da Companhia Vale do Médio São Francisco e Sistema Estaminas de Comunicação, pertencentes aos Diários Associados, proprietário da empresa rural Vila Bela, localizada no território vazanteiro de Pau Preto é de "invasão de posseiros", de "índole barranqueira", no início da década de 1980, que "transformaram uma das áreas de maior potencial agrícola da região num autêntico foco de miséria" (ESTAMINAS, 1993, p. 1). Documento apropriado como referência pelas instituições ambientais no contexto atual de negociação entre IEF e vazanteiros, como marco de origem de territorialização desses grupos no lugar.

Com o empenho do Estado em expandir e consolidar o projeto Jaíba para a etapa II, durante o processo de licenciamento ambiental, a Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA) junto ao IEF propôs ao Conselho de Políticas Ambientais

(COPAM) um Sitema de Áreas Protegidas do Jaíba (SAP) com objetivo de preservar pequenos fragmentos de Mata Seca na região (AMDA, *Revista Ambiente*, 2009, p. 6). Assim, o COPAM determinou através do processo n° 339/01/97 a criação de um SAP constituío por sete unidades de proteção integrais – UPI's, somando mais de 91 mil hectares e duas unidades de uso sustentável – UUS. Como apresentado no capítulo 1, dentre essas UPIs foram criados os Parques Estaduais "Verde Grande" (1998), com 25.443,20 ha e "Lagoa do Cajueiro" (1998), com 20.728,00 ha, no município de Matias Cardoso, e "Mata Seca" (2000), com 15.360,06 ha, no município de Manga, o que perfaz um total de 61.531,26ha sobrepostos sobre os territórios das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Quilombo da Lapinha e Pau de Légua. Criados sem consulta pública e desconsiderando as territorialidades ali existentes, abre-se nesse contexto um novo conflito, conforme fala de um morador: "quando foi em 98 surgiu o decreto do parque, aí começou um novo conflito, aí já era a comunidade com o meio ambiente".

3.3.3 Intensificação da crise

Após rupturas advindas das políticas e programas de cunho desenvolvimentistas, no âmbito do governo estadual e federal para o Norte de Minas, legitimadas pela regularização fundiária realizada pela RURALMINAS e incentivada pelos recursos fiscais da SUDENE, a implementação do projeto Jaíba e a criação das condicionantes ambientais para sua expansão da etapa II. Conforme dito no capítulo 2, esses parques foram criados sem consulta pública e desconsiderando as territorialidades ali existentes, entretanto, o que acirrou o processo de "encurralamento" desses grupos sociais, foi o contexto de valorização de seus territórios com remanescentes de Matas Secas a partir do reconhecimento dessas áreas como prioritárias para conservação e com isso o funcionamento das UPIs enquanto modalidades restritivas, impondo ali outra dinâmica.Nesse contexto, o IEF-MF, responsável pela criação, execução e fiscalização das unidades de conservação do Jaíba, surge como principal agente ambiental em conflito com as comunidades vazanteiras, reproduzindo o processo de expropriação no âmbito das políticas de desenvolvimento. Na oficina de mapas mentais do tempo atual, a chegada dos parques foram uma surpresa para os vazanteiros, que de repente se deparam novamente com restrições sobre seus territórios e com um novo interventor

personificado antes na figura do fazendeiro e que agora passa a ser reconhecido na figura dos agentes ambientais:

> Tem um tal de Zé Luís (gerente do Parque Estadual da Mata Seca) aí que falou que aqui é parque. Que num é mais para ninguém pescar nem caçar nada. Aí saiu falando para uns, pra outros. Até pra mim mesmo já levou uma carta. Me intimaram lá no fórum. Queriam que eu saísse daqui, né. Aí reuniu o povão todinho que mora aqui e fomos para lá. Aí tem o líder aí que é o Natalino, ele foi lá e conversou. Aí ficou que não era para tirar mais madeira, num caçar. Diz para não criar cachorro.

Nesse contexto de legitimação da existência dos parques, meados dos anos 2000, os agentes ambientais do IEF ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) assumem ações de vigilância e controle sobre as comunidades, dando início a uma série de proibições e penalizações às ações extrativistas, de caça, plantio e pesca que fazem parte da cultura vazanteira:

> A gente vê o serviço deles aí. Num pode desmatar, num pode fazer nada. Começaram esse negócio de proibir pesca, proibir a mata. Não sei como que essas proibições chegaram aqui. De onde ela saiu. A proibição da mata é para não matar a caça. Não tirar madeira. Sobre as águas foi proibido para não pescar. Só aquelas pessoas documentadas podem pescar. Eu deixei de pescar, a pescaria estava me atrapalhando muito. Eu ainda tenho peixe porque tem algum genro aí que pesca e me dá um peixe. Outra hora eu compro. Como peixe mais é comprado. Mas pescar, eu deixei de pescar. Essas proibições aí são executadas mesmo. Ninguém pode fazer nada que eles não aceitam. Tem que fazer o que eles aceitarem. Se desobedecer... Sobre o caso da pescaria, é multado. É tomada as tralhas e ainda multa a pessoa(Entrevista concedida por Domingos do quilombo da Lapinha, agosto de 2009).

Ao terem suas atividades econômicas e de sustento comunais restringidas, como a pesca nas lagoas, uma das principais fontes complementares de alimento dos vazanteiros, submetem-se aos rigores das sanções quando surpreendidos pela fiscalização dos agentes do IBAMA. Nesse contexto, muitos passaram a desenvolver suas atividades de pesca "escondidos", sentido-se constrangidos moralmente, uma vez que seu modo de vida tradicional passa a ser criminalizado.

> A gente não pode contar mais porque as coisas hoje em dia está tudo diferente. Num tá mais aquilo que era não. Tem caso que a gente não pode nem contar, porque a gente complica se contar algum caso. As vezes persegue a gente. A gente num pode nem contar, porque se contar as vezes fica magoado pra gente. Então, não adianta contar(Entrevista concedida por Domingos do Quilombo da lapinha, agosto de 2009)

A proibição ou a necessidade de manter silêncio sobre as tensões geradas pela a implementação de parques e pelas ações de fiscalização e punição dos agentes ambientais, é informada por Guanães (2006) ao compreender que as populações atingidas muitas vezes tendem a esconder ou suavizar as desavenças como meio de manterem-se articuladas e defenderem-se. O que pode ser compartilhada pela fala de Domingos (Quilombo da Lapinha) que revela a gravidade do conflito marcada pelo medo e repressão. Pois, como o próprio vazanteiro relatou "porque a gente complica se contar algum caso. As vezes persegue a gente. A gente num pode nem contar, porque se contar as vezes fica magoado pra gente."

Nesse processo, as práticas tradicionais, com a gerência das UPIs, passaram a ser consideradas transgressões pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e IEF. Nesse sentido, vem sendo aplicadas penalizações como multas, apreensão de material de pesca artesanal, canoas, além de constrangimentos morais e violência. Exemplo foi a prisão de Jesuíto liderança do quilombo da Lapinha, de 63 anos, ocorrida no dia 23 de julho de 2010, pela Policia Militar de Manga-MG. Ação repreendida pelo Ministério Público Federal que questionou a ilegalidade da ocorrência e da diferenciação de tratamento em relação a outros segmentos sociais, conforme relatado abaixo:

> Chegaram lá com duas viaturas da polícia militar com seis policiais fortemente armados, comandados por um tenente. Sendo que os policiais permaneceram lá por cerca de 40 minutos e não tinha nenhuma razão de ser. Porque, segundo a polícia militar, eles tinham uma denúncia anônima que eles iam invadir um lugar. Se a polícia recebe uma denúncia anônima sobre invasão num lugar ou em outro, na melhor das hipóteses, eles montam campana para evitar que essa invasão aconteça. Agora, a polícia militar não tem prerrogativa de chegar e ameaçar, dizer que vai prender, humilhar, ofender. E foi o que foi feito, tanto que, ninguém precisa de 40 minutos para advertir de nada. Aí é o exemplo que sempre digo, eu nunca vi a polícia militar ir no gabinete do prefeito dizer que se ele continuar roubando ele vai preso, e se ele falar alguma coisa ele vai preso por desacato. Nunca vi a polícia entrar na casa do empresário, e dizer que se ele continuar sonegando impostos ele vai ser preso. Então, quer dizer, é uma atitude seletiva que é feita porque é o pobre, porque é uma pessoa sem informação ou formação. E por isso, em tese, não vai denunciar. Então, é uma forma de oprimir, intimidar, de humilhar, de rebaixar a própria auto-estima dessas comunidades. E posteriormente, esse tenente, foi à casa do líder comunitário, efetuou uma prisão que no nosso ponto de vista foi completamente arbitrária e ilegal. E assim o fez, não por ser uma mera pessoa, mas, por se tratar do líder da comunidade, de forma a intimidar a comunidade (Entrevista concedida por Procurador da Procuradoria da República de Montes Claros-MG, em agosto de 2010)

A utilização da força militar como forma de repreensão e desmobilização dessas comunidades é reconhecida pelo procurador e ratificada pelos conflitos fundiários históricos da região que envolvem a grilagem de terras. A instituição militar vem atuando ao lado dos interesses políticos da região desde os conflitos retratados por Antônio Dó e Saluzinho na década de 1930 e 1960. O mesmo pode ser observado nos relatos dos vazanteiros de Pau de Légua que foram expulsos de seus territórios na década de 1960/70 por jagunços do fazendeiro Air Vieira, acompanhados da polícia militar. A reprodução de tais ações são vivenciadas atualmente pela prisão de Jesuíto do Quilombo da Lapinha,que foi denunciada pela CPT em nota à imprensa com o título: "Novos Capitães do Mato: PM de Minas Gerais aterroriza comunidade quilombola[12]". Quase quatro meses depois do ocorrido na Lapinha, novas repressões são realizadas junto aos vazanteiros de Pau de Légua, conforme relato da CPT em nota à imprensa:

> No dia 05 de Novembro, o Gerente do Parque da Mata Seca, Senhor José Luiz, acompanhado por um cabo, dois policiais de Manga e três brigadistas, foi até a Ilha de Pau de Légua. No momento da ação, ao serem abordados e ameaçados, os vazanteiros que ali se encontravam cuidando de suas roças perguntaram aos mesmos "vocês têm um mandado da Justiça para executar esta repressão?". Eles não apresentaram nada e nem responderam. Em seguida caminharam pela Ilha, chegando nos barracos do senhor Antonio Alves dos Santos e José Ranolfo Moreira de Souza. Derrubaram os barracos, quebraram as telhas, destruiram as hortas, deixando sobre os escombros as ferramentas de trabalho, vasilhas e roupas. Levaram a rede e a tarrafa que se encontrava na malha. Assustados com a violência um vazanteiro diz: "Estamos assustados e temerosos com tantas ameaças que sofremos quase todos os dias. Estas ameaças nos lembram quando fomos expulsos pela primeira vez da Lavagem de Imbari, logo aqui perto, onde morávamos até o ano de 1973.[13]

Nesse contexto, o processo de encurralamento e restrições aos vazanteiros de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha são presentificados pela implementação dos Parques Estaduais Mata Seca, Verde Grande e Lagoa do Cajueiro. O que na visão desses grupos pode ser percebido que, se antes era tempo de liberto, hoje é de restrição. Se antes era o fazendeiro o algoz, hoje é o IEF.

Assim, em resposta ao encurralamento esses grupos buscam, no ano de 2005, auxílio junto a entidades de assessoria e apoio como a CPT e o CAA e vão se

[12]Disponível em http://www.saofranciscovivo.com.br/node/576. Acesso em 27/10/2010, às 22:15h.
[13]Disponível em http://www.ecodebate.com.br/2010/11/17/denuncia-vazanteiros-do-sao-francisco-mais-uma-vez-aterrorizados-ameacados-e-com-seus-direitos-violentados. Acessado em 31-01-2012. 11:55h.

articulando com objetivo de manterem seu território e suas práticas tradicionais no lugar. Iniciam uma espécie de "Ação Reparadora", no sentido de Turner (2008), onde essas coletividades buscam evitar a disseminaçãoo da crise do encurralamento através de mecanismos que os articulam em rede, visbilizando suas lutas e buscando a reapropriação territorial. Nessa ação adicionam outros atores com os quais vão construindo em suas relações um capital técnico e político através de vários encontros promovidos pela "movimento dos encurralados pelos parques". Encontros que vão se desdobrando nos seguintes lugares e datas respectivamente, conforme será abordado no capítulo 3: Ilha da ingazeira (2005), Serra do Ramalho (2006), Ilha da Ressaca (2007), Ilha Pau de Légua (2008), Missão Vazanteira da Comissão de Direitos Humanos (2010), Ilha do Jenipapo (2010). Nesses encontros relatos comuns de conflitos territoriais com os parques são tratados, bem como a questão da tradicionalidade, reafirmada pelas origens históricas e o modo de vida comunal. Processo que permitiu o entendimento histórico de expropriação desses grupos, que a partir do reconhecimento de suas diferenças culturais e de organização social passaram a valorizar suas identidades distinguindo-se da denominação generalizada de "posseiros" para seu reconhecimento como vazanteiros e quilombolas, possibilitado pelo campo do direito. Assim, direitos territoriais e étnicos incidem sobre o campo ambiental ao reconhecer a existência e direito dessas populações a seus territórios, abrindo possibilidade de negociação pela regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)[14].

Nesse contexto, várias foram as tentativas de reconhecimento e negociação dos vazanteiros de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, junto ao Estado de Minas Gerais e órgãos públicos como IEF, IBAMA, INCRA, SPU, Ministério Público, realizadas através de cartas, manifestos e propostas de Reservas Sustentáveis e pedido de realização de Laudo Antropológico para demarcação do território quilombola da Lapinha junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MG)[15]. Frente às inúmeras tentativas de negociação e à desconsideração do Estado em relação aos conflitos ambientais territoriais, observa-se que o movimento dos encurralados partem para ação através da retomada territorial articulada de forma coletiva entre os grupos. Movimento que se inicia com o Quilombo da Lapinha, em outubro de 2006, ao retomarem a área da fazenda Casa Grande como parte de seu território tradicional. Essa

[14]Criado pela Lei Nº 9.985, em 18 de julho de 2000.
[15]Carta-proposta de criação da RDS dos vazanteiros de Pau de Légua (17/06/2010); projeto da RDS de Pau Preto (2007), sob mediação do Ministério Público Estadual.

ocupação se constituiu num ato simbólico para visibilizar conflitos entre os remanescentes do Quilombo da Lapinha e as grandes propriedades formadas durante seu primeiro processo de expropriação. Outra ação importante foi a demarcação da RDS de Pau de Légua, em 2010, apontando o território tradicional desses vazanteiros e se transformando na carta-proposta encaminhada ao Estado. Recentemente, no dia 24 de julho de 2011, vazanteiros de Pau Preto realizaram a auto-demarcação da RDS da comunidade, retomando a sede onde se encontra a fazenda Catelda. Todas essas ações vem sendo articuladas envolvendo a participação das três comunidades que a partir de então, passaram a se identificarem como"Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e Terras Crescentes". As propostas reivindicadas pelo movimento buscam uma visão alternativa de conservação e de ambiente, onde não há uma dissociação entre natureza e cultura, apontando que as formas de uso do ambiente realizados por estas comunidades, dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração desse ambiente.

Logo os "dramas sociais"vivenciados pelos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha foram aqui retratados como parte de um processo de luta territorial que foi ressignifcado no campo dos conflitos ambientais a partir do "encurralamento"dessas coletivadades pelas UPIs que foram restringindo seu território e práticas tradicionais que constituem a reprodução social dos grupos. Ressignificação que têm no "tempo de liberto" referência que legitima suas lutas sociais no campo ambiental, uma vez que, sua práticas ancestrais são aqui evocadas como forma singular de conservação que articula cultura e ambiente. Nesse sentido, partem para a ação reparadora e vão se contruindo como "Vazanteiros em Movimento" em um processo dialético com os atores do campo que permitem suas reinvindicações territoriais serem inscritas no jogo da mitigação, pela reapropriação desse território através da constituição de Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Movimento que os insere no campo ambiental a partir de uma ambientalização da linguagem que é aí e dos instrumentos disponíveis do jogo que aí se joga. Quanto ao "desfecho"(TURNER, 2008) que pressupõe uma uma retomada da ordem social a partir da resolução adquirida dos conflitos, esse parece longe de se constituir realidade, visto a questão ambiental ser intrinsicamente conflitiva.O que poderá ser observado no capítulo seguintecom a análise da constituição dessas coletividades enquanto "Vazanteiros em Movimento".

CAPÍTULO 4

DE ENCURRALADOS PELOS PARQUES A VAZANTEIROS EM MOVIMENTO:
a ambientalização da luta e a tradição como resposta à conservação

No capítulo anterior, os mapas mentais possibilitaram mostrar que os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha vivenciaram “dramas sociais” iniciados por um processo histórico de expropriação territorial que culminou no “encurralamento” desses grupos sociais. O acionamento pela memória do “tempo de liberto”, traduzido pelos relatos e pela visualização dos mapas mentais, construídos por estes grupos, se constituiu como mais um instrumento de mobilização política na luta pela reapropriação territorial. Neste capítulo mostrarei como a situação social de “encurralamento” unificou esses grupos sociais distintos, com territorialidades e histórias específicas, na luta pela reapropriação de seus territórios ancestrais, utilizando-se do arcabouço jurídico da “tradição” como meio de assegurarem a realização de suas reivindicações no campo ambiental.

Ressalto aqui um processo de “ambientalização” de suas lutas sociais, ao compreender os “Vazanteiros em Movimento” como uma construção que se realiza pela incorporação da questão ambiental em suas reivindicações, reelaboradas sob uma nova linguagem e convertidas como nova fonte de legitimidade e de argumentação no campo dos conflitos ambientais (LOPES,2006). Nesse contexto, acessam instrumentos jurídicos do campo ambiental que, associados às suas próprias tradições e visão de mundo, permitem disputarem com o IEF uma visão alternativa de conservação através das modalidades de Reservas Extrativistas (RESEX) ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Nessa disputa trazem uma crítica contundente aos processos de produção e degradação ambiental realizados pelos grandes empreendimentos capitalistas da região, subsumidos no processo mitigatório da criação de unidades de compensação ambiental e na própria ideia de conservação prevalente nos órgãos ambientais públicos. Entretanto, utilizam do próprio “jogo da mitigação” (CARNEIRO, 2005) para terem acesso ao território do “tempo de liberto”, mesmo que seja pela modalidade das Unidades de Uso Sustentável (UUS).

Essa luta faz parte de um processo que foi se construindo na relação com o Estado e com uma rede de apoio, à medida que suas áreas de vazantes se apresentam para eles, juridicamente, como Áreas de Preservação Permanente (APP). Definição advinda do campo ambiental desde o ano de 1965, com o “Código Ambiental” brasileiro, e que incidiu como impedimento à regularização fundiária das áreas de vazante desses grupos que vivem um processo de intensa restrição com a efetivação dos Parques Estaduais em seus territórios.

Assim, este capítulo trata de identificar momentos da luta dos “Vazanteiros em Movimento”,a partir de eventos encadeados que permitem compreender a construção identitária e política desses grupos que, apesar da condição de atingidos, ou seja, ainda na situação de “encurralados pelos parques”, sempre estiveram em movimento no processo de

suas lutas territoriais. Movimentação que se caracteriza num primeiro momento como uma "resistência silenciosa", no sentido empregado por Scott (2000), ao se constituir em uma luta cotidiana para permanecer no território. Ou seja, apesar dos obstáculos à ação coletiva e organizada, a resistência silenciosa se constitui numa estratégia de luta importante para os vazanteiros, exemplificada no capítulo anterior pela reterritorialização realizada por essas comunidades e propiciada pela enchente de 1979. Resistência que não implica, nesse contexto, organização coletiva no sentido político, mas em oportunidade que se realiza no anonimato pelo não confrontamento aberto entre vazanteiros e fazendeiros.

A partir do momento em que o "encurralamento" desses grupos sociais os impeliu ao confronto direto, pela "intensificação da crise" provocada pelas ações restritivas do IEF, se organizaram politicamente e partiram para a ação coletiva através da visibilização de suas reivindicações, utilizando de estratégias como: ocupações territoriais, auto-demarcações, construção de cartas-propostas e projetos de RESEX e RDS. Estratégias construídas na relação com outros grupos sociais e demais atores que foram acionados no decorrer do processo.

É importante ressaltar a existência de um processo anterior aos "Vazanteiros em Movimento", como visto no capítulo 1, que contribuiu para a organização dos vazanteiros das comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha ao se identificarem como parte de um movimento mais generalizado dos "encurralados". Movimento identificado em sua especificidade por Araújo (2009) como o "Movimento dos Encurralados pelos Parques", em referência aos tensionamento e restrições impostos com o advento dos Parques Estaduais Verde Grande, Mata Seca e Lagoa do Cajueiro. Entretanto, a diferença da luta desses grupos sociais se dá pela inscrição de suas reivindicações territoriais no campo ambiental; somente no caso do quilombo da Lapinha no agrário e no ambiental, visto serem reconhecidos etnicamente enquanto quilombolas e vazanteiros, sendo parte de seu território disputado com o IEF.

Logo, estruturo este capítulo em dois momentos: o primeiro relacionado a uma resistência silenciosa em que a resistência se dava de forma individualizada; o segundo, quando da articulação como encurralados, por uma situação de crise e restrições, realizada pelas unidades de conservação,quando se articulam politicamente e se unificam na categoria de "populações tradicionais", categoria jurídica do campo ambiental e de "povos e comunidades tradicionais", no âmbito das políticas sociais que contemplam diretamente a possibilidade de reapropriação do território ancestral. Nesse processo de interação com outros atores, os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha vão se movimentando e

acionando dispositivos do campo ambiental que legitimam suas reivindicações. Para tal investigação analítica, recorro aos eventos que se iniciaram em 2005 na Serra do Ramalho; em 2006 na Ilha da Ingazeira; em 2008 na ilha da ressaca; em 2009 na ilha de Pau de Légua; em 2010 com a "missão vazanteira"e 2010 na ilha de Jenipapo,bem como eventos de visitas do IEF às comunidades, entre outros.

4.1 Da resistência silenciosa à busca de resolução de conflitos na justiça local

Como visto nos capítulos anteriores, Luz de Oliveira (2005), ao estudar os vazanteiros da baixada média e alta do rio São Francisco, realizou uma abordagem etnográfica desses grupos sociais, revelando um complexo "sistema de direitos combinados" que organizavam suas práticas e formas de apropriação territorial. Período que vaida década de 1930 à de1960, e identificado pela autora como o tempo da "chegada do posseiro veí"; tempo correspondente, na memória dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha, ao "tempo de liberto".

Tempo quando esse "sistema de direitos combinados" já fazia parte de grupos vazanteiros ali estabelecidos e que acolhiam chegantes nordestinos, que migravam ao longo do rio São Francisco, e iam sendo incorporados ao "sistema do lugar". A incorporação desses "chegantes", ou seja, das pessoas de fora do grupo ao território, é evidenciada pela autora como parte das relações de solidariedade que organizam a sociabilidade vazanteira. Um sistema aberto que permite a inclusão dos de fora desde que concordem com o sistema dos de dentro. Ou seja, desde que compartilhem o modo de vida, a cultura e as regras sociais colocadas pelo grupo.

Com atransformação de grandes fazendas em empresas rurais, nas décadas de 1960/70, foram alteradas as formas de apropriação e uso do ambiente,que passou a ser utilizado intensivamente para criação de gado e para agricultura de exportação. Expropriados da terra-firme com violência, conforme examinado no capítulo 3 desta tese, os vazanteiros foram compelidos pelos fazendeiros em direção às ilhas e beira-rio, configurando a expropriação de uma parte do território vazanteiro. Esse momento foi identificado por Luz de Oliveira (2005) como "enxame de gente" ou como "chegada dos novatos", uma vez que as ilhas, até então não habitadas, se constituíram, assim como a beira-rio, nos únicos locais de moradia e trabalho. Situação que significou a restrição aos agro-ambientes (ambientes de

agricultura, pecuária e extrativismo), bem como o empobrecimento das famílias e a necessidade de reorientação das estratégias de reprodução social e alimentar dos vazanteiros. Além disso, aumentou a vulnerabilidade em termos de moradia em períodos de grandes enchentes do rio. Entretanto, o vínculo com o território não foi rompido, a estratégia de resistência no lugar os impelia por diversos momentos ao manejo da terra-firme para realizar extração de frutos e realizar pequenos plantios.

Uma das conseqüências diretas foi a necessidade de dividirem a vida entre as periferias de pequenas cidades e ilhas, como no caso dos *vazanteiros de Pau de Légua* que, em sua grande maioria, foram obrigados a viver entre "duas margens" (ARAÚJO, 2009), entre Matias Cardoso e a roça em Pau de Légua. Assim, mantinham estratégias cotidianas de "resistência silenciosa" ao praticarem incursões sorrateiras em seu território, como identificada Scott (2000) ao estudar grupos camponeses indianos que buscavam retornar ao lugar sem fazer alarde, praticando pequenos atos de insubordinação, garantindo sua segurança pelo anonimato. Tais incursões, presentes nos relatos dos *vazanteiros de Pau de Légua*, possibilitavam, aos vazanteiros expulsos da terra-firme e proibidos de pescarem nas lagoas utilizadas por eles historicamente, regressarem individualmente, durante a noite, ao território para reatualizar seus vínculos com ele. Vínculos que dizem respeito à visitação de lugares simbólicos, como o "morro da Santa"; ou idas à lagoa para pescar ou somente olhar, conforme diz um morador: "*só para matar a saudade*" (Excerto extraído do relato produzido durante a Oficina de mapas mentais, realizada em Pau de Légua – 2010).

Resistência identificada, também, nos relatos das quilombolas da Lapinha à Araújo (2009), em trabalho de campo, ao adentrarem em seu território sobreposto pelo Parque Estadual Lagoa do Cajueiro para realizar o extrativismo de plantas medicinais e mostrar antigas roças entre as árvores. Estratégias que podem ser compreendidas como uma forma de reatualizarem o "tempo de liberto", mantendo aceso na memória o vínculo afetivo e identitário com o lugar de pertencimento. Enquanto "resistência silenciosa", tais práticas podem ser compreendidas como técnicas defensivas utilizadas por grupos sociais encurralados, ou seja, como uma "arma dos fracos" (SCOTT, 2000).

As estratégias de resistência das comunidades vazanteiras foram se transformando à medida que os conflitos fundiários entre grandes fazendeiros e vazanteiros foram sendo tensionados. Conflitos propiciados pelo avanço das áreas de fazendas sobre as ilhas e beira-rio utilizadas intensamente pelos vazanteiros e diversas comunidades negras depois de sua expulsão da terra-firme, a partir da década de 1960/70. Impulsionados pelos recursos federais

do PROVÁRZEAS[1] e do PROHIDRO,[2] destinado à drenagem de vazantes, a imposição da lógica de apropriaçãomercantil dos recursos naturais chocava-se novamente com a lógica de apropriação material e simbólica do territóriovazanteiro.

Tais conflitos, ocorridos a partir da década de 1980, foram identificados por Luz de Oliveira (2005) como período de "vendição", que corresponde a uma desarticulação no "sistema de direitos combinados" dos vazanteiros. Desarticulação que está relacionada à assimilação da relação mercantil com a terra e com a redução do espaço de trabalho para os "chegantes". A "vendição" se consistiu em mais uma estratégia vazanteira de continuar a prática de incorporação de "chegantes" às ilhas por meio da desocupação destas pelo dono, que a vendia o direito de uso para a pessoa que precisava ali trabalhar. Cabe ressaltar, entretanto, que tal prática não se constitui em modalidade dominante no sistema vazanteiro, que tem como base a herança, a cessão e a doação, conforme visto no capítulo anterior. Além disso, a venda praticada nessa conjuntura não era condicionada à geração de lucro, mas à necessidade de trabalho, conforme a situação do chegante, ou seja, daqueles que tinham "precisão" de terra.

Assim, a disputa de domínio sobre ilhas e beira-rio, entre fazendeiros e vazanteiros incidiránum processo de interlocução com o Estado, a partir das décadas de 1980/90, com objetivo de regularização de suas áreas de vazantes. Interlocução que foi intermediada, nesse momento, pela busca da "justiça agrária" como "sistema de regulaçãoexterna" para resolução dos conflitos. A redução territorial e a privação a que são submetidos nesse contexto não permitiu outra saída a não ser buscarem justiça e reconhecimento junto ao Estado.Tais pressões são evidenciadas no relato abaixo, obtido por Luz de Oliveira (2005), que revela as estratégias utilizadas pelos fazendeiros para retirarem os vazanteiros das áreas de marinha e a iniciativa de judicializar o conflito:

> Os fazendeiros desmancharam a cerca e soltaram os bichos, aí eles vêm comer a roça do povo aqui na ilha para dar prejuízo. Como já está dando. O gado deles está comendo na roça de um homem por nome Caboclo. Estamos na justiça com isso. Pra fazer essa cerca aqui, tem que ser cada um por conta própria, num tem ajuda nenhuma. Aqui você vê: um lotezim desse aqui, a pessoa teve que comprar o arame

[1] Criado em 1981, o PROVÁRZEAS objetivou atender aos produtores rurais interessados em projetos de desenvolvimento hidroagrícola, em que se realizava a drenagem de áreas de várzea para cultivo de lavouras (OLIVEIRA *et al*, 2000, p. 165).

[2] Criado em 1979, o PROHIDRO buscou a intensificação do aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos e de superfície do Nordeste. De acordo com Oliveira *et al* (2000, p. 165), atuou na construção de pequenos e médios açudes públicos e na perfuração de poços em propriedades particulares.

> e saí pedindo madeira ou saí tirando de noite, escondido. Aqui não pode ter cerca, fiz porque fui obrigado, mas a Marinha proíbe. Eu não atiro nos bichos, porque eles não são culpados. (Entrevista extraída de LUZ DE OLIVEIRA, 2005, p.170).

A busca de justiça na vara agrária, em sua maioria de forma individualizada, não foi estratégia viável para os vazanteiros que tinham o processo sempre decidido em favor do fazendeiro (LUZ DE OLIVEIRA, 2005).Assim, buscaram apoio nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que se constituía no aparelho institucional de reivindicação da população rural expropriada da região.

Nesse contexto, os STR's de Manga e de Itacarambi se tornaram ponto de apoio para os vazanteiros que, como trabalhadores rurais, buscavam na estrutura sindical rural o apoio para a regularização fundiária de suas áreas de vazantes. Período correspondente a meados da década de 1990 e identificado por Luz de Oliveira (2005) como "fase da documentação". O encaminhamento sindical das reivindicações territoriais dos vazanteiros tinha com referência o direito de *usucapião* previsto no Estatuto da Terra de 1964[3].

A solicitação da regularização das áreas de vazantes junto ao INCRA e àRURALMINAS, via advogados da FETAEMG, resultou num processo de levantamento técnico realizado por esses órgãos, responsáveis pela regularização fundiária no âmbito estadual e federal, que consistia na medição de lotes ou "pedaços de ilhas", nos municípios de Manga e Itacarambi para posterior emissão de "Títulos de Venda de Terra Devoluta do Estado" aos vazanteiros. Títulos que foram recolhidos pelo Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG), em 2000, criado em substituição à RURALMINAS. Esses títulos que seriam emitidos pela RURALMINAS e pelo INCRA são considerados irregulares pelo ITER, uma vez que infringia o Código Florestal de 1965 e a Lei Agrária Federal de 1946. De acordo com o Código Florestal, Lei n° 4.771, de 15 de setembro de 1965, em seu artigo 2°, as áreas de vazantes são consideradas áreas de preservação permanentes, caracterizadas pelas florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios, em faixa marginal. A Lei Agrária Federal n° 9.760, de 15 de setembro de 1946, dispõe sobre os bens da união e dá outras providências. Ou seja, as áreas de rios federais, tais como as áreas das ilhas e beira-rio

[3] De acordo com o artigo 98 do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964), todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita". (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em:23/03/2012.

do São Francisco, utilizadas tradicionalmente pelos vazanteiros, são consideradas Áreas de Preservação Permanente(APP)[4], estando sob a responsabilidade e proteção da União.

Conforme os estudos realizados por Luz de Oliveira (2005), a impossibilidade de fornecer títulos de propriedade das ilhas e beira-rio aos vazanteiros, por se tratarem de APP's, foram reavaliados pelo ITER, que surgiu com a proposta de transformar esses títulos feitos pela RURALMINAS em "títulos precários", ou seja, em concessão de uso pela União. O que implicaria em um levantamento topográfico das margens e ilhas do rio São Francisco, com objetivo de definir as áreas inundáveis pertencentes à união, assim como abrir processo administrativo de descriminação e arrecadação de terras públicas, identificação da existência de documentos incidentes sobre essas áreas e a investigação da cadeia dominial em cartórios, arquivos públicos e outros órgãos da justiça. De acordo com Luz de Oliveira (2005), tal concessão de uso implicaria também no loteamento individual de pequenas áreas das ilhas e beira-rio ou em contrato com a Associação de Vazanteiros, que passaria a ter a função de fiscalização sobre seus membros, em termos do cumprimento de condicionantes ambientais, e estaria sob os "auspícios do autoritarismo concervacionista do IBAMA", através de planos de manejo sustentável que lhe seriam impostos, caso a proposta fosse adiante. Tal concessão de uso diz respeito ao artigo 7º do decreto lei n° 271/1967. O artigo que foi reatulalizado pela Lei nº 11.481, de 2007, reza o seguinte:

> É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada, ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas.[5]

Entretanto, a posição do Estado frente aos vazanteiros sempre foi marcada pela invisibilização de suas reivindicações territoriais. Exemplos são demonstrados por Luz de Oliveira (2005) em entrevista a diversos vazanteiros que, ao recorrerem à EMATER para a confecção de projetos agrícolas, tiveram suas solicitações negadas, por serem "projetos para ilheiros". Tais práticas também foram observadas quando vazanteiros tentavam acionar

[4]De acordo com o Código Florestal Brasileiro, Áreas de Preservação Permanente (APP) são áreas "(...) cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas". Exemplos de APP são as áreas marginais dos corpos d'água (rios, córregos, lagos, reservatórios) e nascentes; áreas de topo de morros e montanhas, áreas em encostas acentuadas, restingas e mangues, entre outras. As definições e limites de APP são apresentadas, em detalhes, na Resolução CONAMA n° 303 de 20/03/2002. Lei 4.771 de 15/09/1965) e RESOLUÇÃO CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002.

[5] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm. Acesso em: 24/03/2012.

recursos junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), tendo o pleito do projeto negado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, com o argumento de as terras dos vazanteiros serem áreas inundadas. "*Porque faz empréstimo, a água do rio vem e come*" (Entrevista concedida à Luz de Oliveira, 2005, p. 112). Além do descaso e da desresponsabilização do Estado em relação a esses grupos sociais, as relações de poder também recaíam de forma desigual entre vazanteiros e fazendeiros, que tinham tratamentos diferenciados na relação com o IBAMA e a Polícia Florestal.

Logo, as primeiras movimentações dos *vazanteiros* podem ser identificadas, ainda que em forma de resistência silenciosa, pelas estratégias menos confrontantes como o processo de reterritorialização, após a enchente de 1979, ou de forma um pouco mais organizada,pelo acionamento dos STR's de Manga e Itacarambi, FETAEMG e CPT, em torno da regularização de seus territórios de vazantes e do acesso aos benefícios da previdência social que incluíam: aposentadoria, salário-maternidade, pensão, entre outros. Outra demanda era acesso a recursos dos programas governamentais de apoio e financiamento à agricultura familiar, dos quais eram constantemente excluídos por não terem título de propriedade ou qualquer documento de posse da terra.

Nesse contexto, buscaram inserir-se na categoria social de *trabalhador rural*, entretanto,as diferenças culturais e fundiárias que caracterizavam a tradição vazanteira, não conseguia enquadrá-los nessa categoria, uma vez que possuíam um modo de vida específico, construído na relação com o ambiente e assentado numa memória do território ancestral expropriado.

4.2 De movimento dos encurralados a vazanteiros em movimento

A implementação dos Parques Estaduais em Matias Cardoso e Manga, a partir de 1998, foi o mecanismo deflagrador da crise territorial que se intensificou com as restrições sobre as práticas tradicionais das *comunidades vazanteiras de Pau Preto*, *Pau de Légua e Quilombo da Lapinha*, que se encontravam em processo de reterritorialização, desde a enchente de 1979, e agora se viam pressionadas a saírem do que sobrou de seus territórios. Foi a partir de meados dos anos 2000 que as comunidades vazanteiras do Quilombo da Lapinha, Pau Preto e Pau de Légua se deram conta da condição de atingidos pelos parques e buscaram na CPT e no CAA apoio para a permanência em seus territórios. A valorização das práticas tradicionais e da cultura vazanteira pelas entidades de apoio possibilitou que esses

grupos sociais se autorreconhecessem e se positivassem na categoria de "populações tradicionais" (SNUC, 2000), articulando-se em torno de suas lutas territoriais e na defesa de seus territórios. A CPT e o CAA já vinham desenvolvendo um processo de articulação entre as comunidades vazanteiras ao longo do rio São Francisco, em torno de discussões sobre a contribuição dos vazanteiros com o processo de preservação dos recursos naturais do rio São Francisco, incorporando-os estrategicamente ao seu processo de revitalização, em oposição à sua transposição (SANTOS, 2008). O primeiro desses encontros, que tinha como objetivo ampliar a rede de articulação com os *vazanteiros* da Bahia, foi identificado por Zilah (CPT) como o "*Primeiro Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiros do São Francisco*", no ano de 2005, na Ilha da Ingazeira.

Ilha situada entre os municípios de Manga (MG) e Carinhanha (BA), divisa entre os dois estados. Nesse momento, foi realizada a devolução dos resultados da pesquisa de Luz de Oliveira (2005) para os grupos vazanteiros ali presentes. Dentre eles, havia representações de 12 comunidades vazanteiras do alto e médio São Francisco, vazanteiros da Bahia, das ilhas de Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa e vários quilombos. Dos atingidos pelos parques, somente se encontrava ali o Quilombo da Lapinha e os vazanteiros de Pau Preto. Dentre as entidades de apoio, CAA, CPT, MST, STR's de Januária e de Itacarambi, Associações dos vazanteiros de Itacarambi, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) do Nordeste e Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP). Encontro importante, no qual se teve as primeiras notícias sobre o "encurralamento" dos grupos vazanteiros pelos parques criados em compensação ao projeto Jaíba e de onde saiu uma documento destinado à Sociedade brasileira, intitulado*"Carta Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros: povos das águas e das terras crescentes do São Francisco"*.No contexto de revitalização do rio, foi utilizadano documento a categoria social de *vazanteiros*, com o objetivo de evidenciar a relação estabelecida entre essas comunidades e o rio, sua dinâmica e as ilhas, conforme subtítulo da carta: "povos das águas e terras crescentes do São Francisco".

Essa carta tornou-se importante instrumento de visibilização dos vazanteiros, que se apresentaram nesse documento como portadores de um saber específico construído na relação com o rio São Francisco e, dessa forma, como atores fundamentais para sua preservação e revitalização. As estratégias de convencimento se baseiam na constituição de suas práticas tradicionais de baixo impacto e o conhecimento acumulado sobre elas como contribuição desses grupos sociais, o que deve ser considerado para a revitalização do rio. A incorporação da linguagem técnica-ambiental, trazida pela tradução dos mediadores, passa a fazer parte do vocabulário vazanteiro que, no documento, pode ser observado pela utilização

de termos da biologia para dizer de seus territórios, como: ecologia, bioma, mata ciliar, ecossistema, entre outros,assim como o questionamento do saber técnico de gabinete em oposição ao saber prático construído no local, como se observa a seguir: "*enquanto ainda há um debate por parte do órgãos públicos, das entidades ambientalistas, nós estamos enfrentando os nossos problemas de forma prática, utilizando nossos conhecimentos sobre a dinâmica do rio e sua ecologia*" (CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS, MAIO DE 2006). Tal documento traz também críticas ao modo de produção capitalista, e denúncias nas quais apontam grandes fazendeiros e a VOTORANTIM Metais como os principais agentes degradadores do rio São Francisco. Conhecedores de seus direitos enquanto "populações tradicionais", garantidos pelo SNUC (2000), acionam essa categoria com o objetivo de serem reconhecidos em suas diferenças culturais e práticas tradicionais, apontando a regularização de seus territórios como parte de um diálogo necessário com o INCRA, o ITER e a União. Diálogo que se iniciou com a mediação da FETAEMG, quando vazanteiros acionaram os STR's, como visto anteriormente; na impossibilidade de obterem o "título de Venda de Terra Devoluta do Estado" para ocupantes, emitidos pelo INCRA e RURALMINAS e recolhidos pelo ITER, vislumbrarm a proposta de "Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da Terra Pública"[6]. Proposta que foi abandonada por um tempo e retomada em 2010, com o reposicionamento e a entrada da SPU, no ano de 2010, em "missão vazanteira" coordenada pela Comissão dos Direitos Humanos e Alimentação Adequada do Governo Federal, conforme será discutido mais adiante.

Ainda nesse documento, solicitam providências quanto às práticas de degradação ambiental provocadas pelos grandes empreendimentos capitalistas e a multiplicação de Reservas Extrativistas (RESEX) pela bacia do rio São Francisco, em prol das comunidades *ribeirinhas* e*vazanteiras, geraizeiras e caatingueiras*. Essas RESEX's foram inspiradas na experiência dos seringueiros do Acre,cujas notícias chegaram pela REDE CERRADO e CAA, na época de mobilização dos geraizeiros, como visto no capítulo 1. Outra experiência interessante se visibilizou pela constituição de assentamentos agroextrativistas, como o dos ribeirinhos, que compareceram nesse encontro e que faziam parte do "Assentamento Agroextrativista São Francisco",[7] implementado pelo INCRA, em uma área de APP, entre a

[6]Decreto Lei n° 271, de 28 de fevereiro de 1967.

[7]Na Bahia, até o momento, esse modelo foi aplicado unicamente no *Projeto Agro-extrativista São Francisco.* A área do assentamento foi desapropriada e emitida a posse em 1974, mas o Projeto Agro-extrativista só foi oficialmente criado em 1995, com a portaria SR-05/ n° 62, de 27 de novembro de 1995. Para os ribeirinhos assentados, foram emitidas as concessões reais de uso da área. Para mais informações sobre o processo de criação e implementação do assentamento, ver: Sodré (2010).

Serra do Ramalho e Carinhanha (BA). Modalidades que se constituíram em formas importantes para se pensar a reapropriação territorial para vazanteiros, assim como para os mediadores, como se percebe na fala de uma pesquisadora entrevistada:

> Aí nós pensamos, que interessante, é uma possibilidade pensarmos essa coisa da luta pelo direito territorial para os vazanteiros. Aí o pessoal combinou de ir na Serra do Ramalho para conhecer a experiência deles. Já que eles vieram, nós também vamos lá. Aí conheceram a experiência e isso inspirou um pouco a construção dessa proposta que foi apresentada, no caso de Pau Preto.(Entrevista concedida por Luz de Oliveira, pesquisadora– 2010).

Antes de irem conhecer a experiência da Serra do Ramalho, em outubro de 2006, o quilombo da Lapinha realizou a ocupação da Fazenda Casa Grande que, até o ano de 2006, constava como propriedade da empresa rural Fazendas Reunidas Vale do São Francisco (FAREVASF). Com o apoio do quilombo de Brejo dos Crioulos e do MST iniciaram um processo de retorno ao território do qual foram expropriados na década de 1960, conforme capítulo anterior. A experiência de ocupação e levantamento de acampamento como forma de visibilizar e fazer pressão junto ao Estado são ações aprendidas com o MST que, com *Brejo* dos Crioulos e Gurutubanos adquiriram sentido de resistência simbólica que resgata e reinscreve a ancestralidade do direito sobre a terra e a reivindicação territorial das famílias quilombolas expropriadas. Resultado do amadurecimento político de um grupo de lideranças do Quilombo da Lapinha, apoiados por um trabalho de base desenvolvido pela CPT, e do contato direto com outros grupos quilombolas de Minas Gerais, principalmente a partir do "I Encontro Regional de Quilombos do Norte de Minas", realizado em Montes Claros no mesmo ano. Tal estratégia culminou com uma ação, na justiça comum, de reintegração de posse promovida pelos proprietários da fazenda que, com a intervenção de advogados do CAA, acionados pela CPT, foi transferida para a Vara Agrária do Estado de Minas Gerais, através do Processo nº. 002406271829-1. Nesse contexto, pleitearam junto ao INCRA a regularização fundiária enquanto território quilombola, acionando o reconhecimento do grupo pela Fundação Cultural Palmares. Assim, solicitam, através de ofício, o reconhecimento formal do domínio territorial sobre mais de dezoito mil hectares, distribuídos em seis glebas:

> 1) Fazenda Santa Idália –Agrosanta, com 6.389 hectares; 2) Unidade de Conservação Lagoa do Cajueiro, com 1.431,6 hectares; 3) Fazenda Santa Idália I, com 1.198,8 hectares; 4) Fazenda Santa Idália II, com 497,2 hectares; 5) Fazenda Palmeira, com 6.000 hectares; 6) Fazenda Casa Grande, com 2.600 hectares (ARAÚJO, 2009, p. 192).

Logo após o epsódio de ocupação dos *vazanteiros– quilombolas da Lapinha*, foi realizado o segundo encontro dos "Vazanteiros em Movimento", na Serra do Ramalho (BA), em 2007, em que Lapinha e demais grupos vazanteiros foram convidados a conhecer a experiência de assentamento agroextrativista do lugar. Nesse encontro, as estratégias de RESEX e de assentamento agro-extrativista foram reafirmadas como instrumentos políticos importantes para se pensar a reapropriação territorial dos vazanteiros de Pau Preto e dos vazanteiros – quilombolas da Lapinha. No caso dos vazanteiros-quilombolas da Lapinha, que mantinham expectativas de resolução imediata de sua situação fundiária junto ao INCRA, já que estavam com processo correndo na Vara Agrária, o mecanismo institucional de assentamento agro-extrativista, como já implementado pelos geraizeiros de Grão Mogol, "Assentamento Agroextrativista de Americana", juntamente com o contexto de assentamento agro-extrativista, observado na Serra do Ramalho, que incluía áreas de vazantes, foi utilizado pelo grupo por parecer o mais viável naquele momento.

Nesse contexto, o CAA/NM e a CPT elaboraram o documento "Proposta de Assentamento Agro-extrativista São Francisco: uma contribuição do CAA/NM e da CPT aos vazanteiros da Ilha da Ressaca", com objetivo de subsidiar a negociação com o INCRA. Tal documento, encaminhado em dezembro de 2007, revelou uma informação interessante sobre o acionamento identitário do grupo que se apresentou como vazanteiros. A identidade quilombola, já reconhecida e titulada pela Fundação Cultural Palmares, não aparece no texto do documento, que faz menção aos vazanteiros da Ilha da Ressaca como "de origem negra". O processo simbólico de autodesignação de traços culturais possibilitou a mediadores e grupos tradicionais compreenderem o caráter relacional da identidade (MONTEIRO, 1987), deslocando-a do campo conceitual para o político, pois ao pensá-la enquanto uma construção situacional e contrastiva, constituiu uma resposta política a uma conjuntura (CUNHA, 1985). Constituindo-se como uma "estratégia das diferenças", seu caráter contextual permitiu que quilombolas da Lapinha reivindicassem para si sua identidade vazanteira, evocada para negociar no campo agrário a criação do assentamento agro-extrativista. O que não os impediu posteriormente de acionarem sua identidade de remanescentes de quilombo, nesse mesmo campo, ao reivindicarem seu território ancestral, que lhes garantiria mais autonomia e domínio. E até mesmo de vazanteiros-quilombolas no campo ambiental, ao manejarem áreas definidas pela legislação ambiental como APP e áreas de extrativismo abarcadas pelo Parque Estadual Lagoa do Cajueiro. Respostas conjunturais que dizem respeito às diferentes formas de manifestações identitárias, marcadas pela história de cada grupo, mobilizados como "Vazanteiros em Movimento", atingidos pelos parques.

Assim, nesse primeiro momento, ser vazanteiro constituiu-se em estratégia política utilizada como forma de obter mais agilidade junto ao INCRA, tendo em vista a morosidade dos processos relacionados à regularização fundiária de territórios quilombolas. De acordo com o Centro de Documentação Eloy Ferreira, até o ano de 2008, existiam cerca de 450 comunidades quilombolas em Minas Gerais. Dessas, 98 comunidades entraram com processo formal de regularização territorial na Superintendência Estadual do INCRA para serem titulados. Apenas uma comunidade havia sido titulada, a comunidade de Porto Coris, no município de Leme do Prado[8]. O fato de o INCRA já ter promovido uma vistoria na área da Fazenda Casa Grande, atestando-a como improdutiva, no ano de 2005, contribuiu para se pensar nessa modalidade de assentamento, visto que tal vistoria recomendava a desapropriação da fazenda e a necessidade de realizar técnicas de manejo produtivo e conservacionista, por localizar-se no entorno do Parque Estadual Verde Grande (PROPOSTA DE ASSENTAMENTO AGRO-EXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO, 2007).

Mantinha-se, assim, a possibilidade de negociação no campo agrário, uma vez que já existia a ação de desapropriação do acampamento São Francisco dos vazanteiros-quilombolas da Lapinha na Vara Agrária do estado e estes se encontravam em situação precária no acampamento batizado por eles de São Francisco. Entretanto, é realizada uma audiência de justificação na Vara Agrária de Manga, onde ficou acordada a permanência das famílias quilombolas-vazanteiras em uma área de 22 hectares, até que a ação transitasse em julgado. Cabe ressaltar que a Fazenda Casa Grande, com área de 7.793ha, teve reduzida cerca de 80% de sua extensão, para composição do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, em 1998. No processo de apelação, nº. 1.0024.06.271829-1/002, da FAREVASF à vara agrária, foi apresentado ofício das contra-razões com documento anexo do Instituto Estadual de Florestas (IEF), fls. 718/719. Documento através do qual o IEF busca agir em proveito da situação para negociar os 20% restantes da Fazenda, ocupados pelos quilombolas-vazanteiros da Lapinha, tendo em vista o interesse de anexá-lo como área de amortecimento ao Parque estadual Lagoa do Cajueiro. (CONTRA-RAZÕES DA APELAÇÃO, 26/09/2009).Ao entrar em acordo com a empresa FAREVASF, ajuizando pedido de Homologação de Desapropriação por Utilidade Pública e Interesse Social, para incorporar o imóvel ao Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, o IEF tornou as relações mais conflitivas. Ambas as instituições omitiram a existência do litígio envolvendo a comunidade quilombola, cujo processo ainda se encontrava em tramitação. Assim, o advogado do CAA, que assessora o movimento, impetrou uma Ação Popular contra

[8] Disponível em: http://www.cedefes.org.brconsultado em dezembro de 2008.Acesso em 05/04/2012.

o IEF e Diretoria; a SPU e diretoria; o Estado de Minas Gerais; a Secretaria de Planejamento; a FAREVASF e Diretoria (Processo nº. 5801-05.2010.4.01.3807), com objetivo de manter as famílias na área do acordo estabelecido em audiência da Vara Agrária. É importante ressaltar que, em todo o processo judicial, que ainda se encontra em tramitação, o grupo da Lapinha utilizou sua identidade de quilombo, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, para garantir seus direitos territoriais, uma vez que esses possuem maior poder de negociação, amparados pela Constituição de 1988 e pela OIT. Caso que contempla de forma superficial as "populações tradicionais", como no caso dos vazanteiros.

No caso da comunidade vazanteira de Pau Preto, na contramão da negociação com o INCRA e com a ideia de "assentamento agro-extrativista", a ideia de RESEX se consubstanciou no "II Encontro dos Vazanteiros", na Serra do Ramalho, como a forma mais viável de garantir o vínculo e a permanência territorial da comunidade em seu território sobreposto pelo Parque Estadual Verde Grande. A RESEX foi uma estratégia política, observada no texto do SNUC (2000), por se tratar de uma brecha jurídica referente às "populações tradicionais" presentes em áreas de unidade de conservação. Assim, a negociação do campo agrário passou para o campo ambiental e as estratégias deveriam ser acionadas a partir deste. O caso dos vazanteiros de Pau Preto se tornou prioridade, no ano de 2007, pelo fato de o IEF realizar um cadastro dos moradores com o objetivo de realocá-los, em caráter de urgência, em outras áreas, sem levar em consideração a questão identitária e territorial desse grupo.

> Eles já estavam sendo chamados individualmente, em Matias Cardoso, pelo ITER e IEF, para preencher cadastro, para definir como é que ia ser a definição deles. Se eles iam para outro lugar ou se iam conseguir indenização em dinheiro e tal. Então, quando eles começaram a se preocupar com essa situação, chamaram a Zilah (CPT), que relatou para o Carlinhos (CAA), que pediu para eu ir na reunião. (Entrevista concedida por Cláudia Luz de Oliveira pesquisadora UNIMONTES – 2010).

A entrada da CPT, do CAA e da antropóloga permitiram aos vazanteiros de Pau Preto rever o processo de negociação com o Estado, uma vez que se reconheciam na categoria de "populações tradicionais", tal como previsto no SNUC (2000), acionando assim o Ministério Público Estadual, através da Coordenadoria das Promotorias da Bacia do rio São Francisco, Verde Grande e Jequitinhonha, para mediar o conflito ambiental territorial entre vazanteiro*s* e IEF. Nesse contexto, a informação dada pelos membros da rede social de apoio sobre os direitos territoriais dos vazanteiros e a auto-atribuição identitária do grupo enquanto "população tradicional", como previsto no SNUC (2000), deu novo rumo ao processo de negociação entre IEF e vazanteiros. Ou seja, a urgência em resolver a situação da retirada dos

vazanteiros de Pau Preto, como uma questão de realocação de "posseiros", perdeu poder frente ao acionamento do SNUC (2000) pelas comunidades vazanteiros de Pau Preto, que se reconheceram na categoria de "populações tradicionais" e pela mediação do Ministério Público. Isso, por outro lado, inseriu no campo dos conflitos ambientais a disputa pelo poder de classificar quem é ou não "população tradicional" e, assim, dizer quem fica e quem não fica na área de preservação.

Em outubro de 2007, a Coordenadoria das Promotorias da Bacia do rio São Francisco convocou uma audiência com IEF, vazanteiros da comunidade de Pau Preto e assessores, cuja pauta era a questão da retirada dos "posseiros" do Parque Estadual Verde Grande, por se tratar de uma unidade de conservação integral (UPI) e a comunidade reivindicar seus direitos ao território a partir do caráter da tradicionalidade de uso e exploração comunal dos recursos e de seu patrimônio territorial, mesmo que ocorra o apossamento familiar de áreas como de cultivo e moradia. Nessa situação, foi apresentada a proposta de se reconverter parte do Parque Estadual Verde Grande em uma RESEX, com o objetivo de garantir a permanência das famílias vazanteiras em seu território tradicional e, paralelamente, de preservação dos recursos naturais do lugar. Para a construção da proposta, foi designada uma comissão de trabalho que envolvia lideranças de Pau Preto, do CPT, CAA e a antropóloga da Unimontes. Proposta vinculada ao parecer do IEF, em virtude se tratar de uma área avaliada pelos órgãos ambientais como de grande relevância biológica.

A partir daí, várias reuniões e estudos em parceria com a UNIMONTES, PUC-MINAS e CAA foram realizados na comunidade de Pau Preto. No mesmo ano de 2007 foi encaminhado ao IEF o documento "Proposta em debate: construção de uma unidade de conservação de uso sustentável vazanteiros de Pau Preto", que aliava áreas de conservação e manejo agro-extrativista, incorporando técnicas de recuperação e manejo de sistemas agroflorestais. Nesse contexto, o diálogo com o campo da agro-ecologia, através do CAA, foi determinante para a incorporação da linguagem ambiental em suas reivindicações, observada na comunicação e relação com outros atores do campo.

Após a entrega da proposta, foi agendada uma visita à comunidade; estiveram presentes membros do CAA, CPT, IEF, Gerência de regularização Fundiária (GEREF), MPE, através da Coordenadoria das Promotorias das Bacias do rio São Francisco, Verde Grande e Jequitinhonha e Núcleo de Compensação Ambiental (NCA). Nesse contexto, foi eleita uma comissão em Pau Preto para tratar das negociações e representar o grupo, uma vez que a comunidade se colocava em dissidência com um de seus membros, cooptado pelo IEF como guarda-parque. Antiga liderança da comunidade articulada ao MST, no ano de 2003,

conforme parecer do IEF, cadastrou junto ao INCRA 54 famílias, com o objetivo de assentá-las no local e com o "intuito de retaliar a relação 'exclusivamente punitiva' do IEF, o qual praticamente não estabelecia nenhuma comunicação com a comunidade" (SILQUEIRA & COSTA, 2008, p. 27). Essa mesma antiga liderança, que foi guarda-parque liderou uma ocupação na Agropecuária Catelda, para onde, desde 1979, já haviam retornado algumas famílias vazanteiras.Processo de reterritorialização, após a enchente, como visto no capítulo anterior. Momento considerado pelo IEF, de acordo com relatórios técnicos utilizados da própria agropecuária e de instituições estatais como EMATER e CODEVASF, como o do início da ocupação do lugar pelas famílias vazanteiras. Tal incorporação à instituição possibilitou que esse membro passasse a realizar a divisão do grupo e a impedir o processo de negociação do "movimento social" junto ao IEF. A adesão desse membro à instituição modificou as relações com a comunidade, que passou a ser vigiada e fiscalizada pelo desertor, que passou a criminalizar junto ao IEF o "movimento dos encurralados", uma vez que já não fazia mais parte da comissão que representava o grupo. Outro fator de tensionamento entre esse membro e o grupo era que, segundo a própria comunidade, ele era suspeito de possibilitar a extração de madeira ilegal no parque, que veio posteriormente a ser conhecida como "Máfia Verde"[9].

Assim, com os "Vazanteiros em Movimento" criavam, de acordo com o contexto, estratégias de resistência e de ação política, enquanto a instituição ambiental também recorria às suas, pois de acordo com próprio relatório do IEF,

> "Márcio Delfino dos Santos é uma das lideranças de Pau Preto e era quem organizava a resistência contra o IEF. Foi contratado por Rafael Guimarães/UFLA para ser mateiro na coleta de dados para o inventário florestal na área. Isso possibilitou a este morador uma maior aproximação com o IEF e conhecimento sobre a real situação do Parque Estadual Verde Grande. Esta aproximação, como ele próprio afirma, **mudou a mentalidade e seu conceito sobre o IEF**. **Hoje, é o maior colaborador do IEF** na área e já atuou como guarda-parque pela prefeitura de Matias Cardoso" (SILQUEIRA; COSTA, 2008, p. 27).

Essa é uma prática recorrente, observada em vários estudos, em que órgãos ambientais utilizam dessa estratégia como forma de desmobilizar e de dividir comunidades

[9] Em agosto de 2009, numa ação conjunta, a Receita Estadual, Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Militar de Minas Gerais realizaram a prisão do diretor geral do IEF, Humberto Candeias e a investigação de diversos membros do referido órgão ambiental por envolvimento em esquema de corrupção, que envolvia o desmatamento ilegal para produção de carvão, utilização indevida de recursos da autarquia, cancelamento de multas, apropriação indevida de honorários, pagamento indevido de diárias, acordos judiciais ilegais e fraude em licitações (*Jornal Hoje em Dia*, 2010).

tradicionais que vem se organizando politicamente pela reapropriação territorial onde foram implementadas áreas de conservação.

Após visita à comunidade e à produção da primeira proposta encaminhada ao IEF, o escritório regional do referido órgão, em Januária, emitiu parecer jurídico, em setembro de 2008, que propunha a substituição da proposta de RESEX pela de RDS, de acordo com estudos da procuradora regional da instituição, intitulado "RDS – Aspectos Jurídicos da Criação de Categoria de Manejo em Comunidade vazanteira do Norte de Minas Gerais". Neste documento ressalta, tal como o Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais (2005), que se trata

> de uma área de relevante interesse ecológico em razão do encontro do rio São Francisco com o rio Verde Grande, em região de Caatinga, Mata Seca e Cerrado e ainda pela existência de lagoas marginais que garantem a reprodução da ictiofauna regional, dentre outros aspectos (SILQUEIRA, 2008a, p.8).

Nesse sentido, aponta a categoria de RDS como modalidade a ser adotada no caso de Pau Preto, visto que "valoriza a tradicionalidade das populações e propicia a integração entre diversidade ecológica e cultural" (SILQUEIRA, 2008, p.10). Entretanto, o quadro comparativo que diferencia a RDS da RESEX, retirado de um resumo executivo da WWF para justificar a mudança de modalidade, responde mais aos interesses ambientalistas do que aos vazanteiros, uma vez que, na RDS, "as populações **devem** residir na área da UC", em contraposição à RESEX, que permite mais flexibilidade em relação a essa fixidez, considerando que "as populações **podem ou não** residir, mas devem utilizar a UC". Caso que se aplica aos vazanteirosque têm por constituição histórica e social atransumância, uma mobilidade que se constitui com a fluidez do rio e das ilhas que vão com ele mudando de lugar. Mobilidade que faz parte do sistema aberto de "direitos combinados", estabelecidos e regulados por eles mesmos, sem intervenção institucional, que sempre possibilitou a eles a liberdade de ir e vir entre uma comunidade e outra, seja pela venda ou pela cessão de direitos, como visto no capítulo anterior. Outra característica que faz parte da realidade de algumas poucas famílias vazanteiras é manter duas casas; uma em seus territórios e outra no município de Matias Cardoso ou no de Manga, o que facilita a essas pessoas um lugar em momentos de necessidade para se ter acesso a educação e saúde. Por outro lado, a RDS permitiria a criação de animais de grande porte, como no caso dos vazanteiros de Pau Preto, que têm por tradição a criação de gado na solta. Entretanto, a demarcação do território como RDS ou RESEX cria

uma situação de regulação externa sobre o modo de vida vazanteiro, em que seu poder de gestão sobre o território seria diminuído, pois, em se tratando de uma UUS, independente da modalidade, esta seria gerenciada por um Conselho Deliberativo, presidido pelo IEF, órgão responsável por sua administração (SNUC, 2000, artigo 18 e 20). Entretanto, a RDS responderia aos anseios do referido instituto, uma vez que demarcaria uma área de proteção integral e fixaria os vazanteiros em lugares determinados, facilitando o controle,a fiscalização do "meio ambiente" e das ações dos vazanteiros sobre ele.

Após parecer do IEF, acertou-se junto à promotoria a mudança de modalidade de RESEX para RDS e, dentro dessa nova proposta, a necessidade de um estudo de ocupação e uso dos ambientes pelos vazanteiros. Isso acarretou a inclusão do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG/Montes Claros, junto aos demais membros da proposta, para reformulá-la. Proposta que foi entregue à Promotoria e ao IEF, em março de 2009, com uma área estimada de 5.370ha a ser desafetada dos 25.570.00ha do Parque Estadual Verde Grande. Dentro desses 5.370ha da RDS, foi sugerida a divisão dos ambientes em: área de refúgio ambiental, devido a seu valor ecológico e área de manejo vazanteiro. Esta última, baseada nas categorias nativas utilizadas pelos vazanteiros e classificadas como ilha, beira-rio, lagadiço e caatinga, tal como figura abaixo:

FIG. 28: Mapa da Proposta da RDS de Pau Preto.
Fonte: Relatório Técnico, proposta de ocupação e uso dos ambientes pelos vazanteiros de Pau Preto, 2009.

A perspectiva preservacionista hegemônica nas instituições ambientais, como o IEF, se colocou como o maior empecilho à proposta da comunidade vazanteira de Pau Preto, "em razão de que o meio ambiente é o centro de nossas preocupações"(SILQUEIRA & COSTA, 2008, p. 38). Assim, o IEF entregou à Promotoria uma contraproposta à reformulada pelos vazanteiros e entidades de apoio, em que o referido órgão reconhece áreas degradadas no interior do parque, antes utilizadas intensivamente por agricultura irrigada e pastagem pelas empresas rurais (Fazenda Catelda e Fazenda Profaz), e "que não se prestam à conservação da biodiversidade, por ser fragmento devastado"(SILQUEIRA & COSTA, 2008, p. 38). Ou seja,

> **a recuperação desta área é inviável do ponto de vista econômico** por demandar a aplicação exorbitante de recursos financeiros e tecnológicos para retornar às características naturais da Mata Seca. Em sendo assim, **a contraproposta seria a aquisição da área dos pivôs das propriedades nos limites do parque e a desafetação das mesmas mediante compensação por nova área com relevância ecológica, a qual pode ser agregada a qualquer uma das unidades de conservação do sistema de áreas protegidas do Jaíba.** Por fim, viável seria a transferência da comunidade de Pau Preto para a área dos pivôs com criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável e cessão de uso aos vazanteiros.(SILQUEIRA & COSTA, 2008, p. 39,grifos meus).

Assim, reconhece a indenização às empresas rurais de áreas impróprias para a conservação, incorporadas como parte do Parque Estadual Verde Grande, sem condições econômicas para recuperá-las e, por não apresentar relevância ecológica, é passível de ser destinada à demanda de RDS. Mantém-se, assim, a ideologia da conservação "intocada" que, paradoxalmente, se coloca como resposta a um modelo predatório de desenvolvimento, como foi o projeto de fruticultura irrigado Jaíba e faz da categoria *parque* "moeda de troca" (ESTERCI & FERNANDES, 2009) mitigatória para qualquer tipo situação, mesmo no caso do Parque Estadual Verde Grande, criado desrespeitando as territorialidades ali existentes. A estrutura mitigatória do campo ambiental se traveste de forma perversa; nesse caso, ao buscar vantagens de uma situação conflitiva originada pela própria instituição, com objetivo de preencher o "buraco da rosquinha" (BARRETO FILHO, 2002, p. 49)[10] do mosaico de conservação da região do Jaíba.

[10] Barreto Filho (2002) utiliza a expressão "buraco da rosquinha", em referência à expressão "thehole in thedoughnut", utilizada por Gary Wetterberg em sua tese de doutorado, intitulada *The Historyand Status of South American Nacionals Parks andanEvaluationofSelected Management options* que, em termos de escala continental, ou seja, da América do Sul, havia uma parte da Amazônia central, até a década de 1970, situada em território brasileiro, onde não havia qualquer unidade de conservação integral. Para ele, na época, era necessário preencher tal "buraco da rosquinha" com áreas de preservação que protegessem tais fragmentos do ecossistema amazônico. De acordo com Barreto Filho, ao observar o mapa da região, parte desse buraco já foi preenchido.

Nesse mesmo trecho, retirado do documento, a tradicionalidade e os valores culturais relevantes para a territorialidade vazanteira são desconsiderados na contraproposta, em que estes passariam de vazanteiros à irrigantes. Na visão utilitarista e paradoxal do órgão a restauração dos pivôs de irrigação lhes garantiria "alta produtividade". Como tal área não se enquadra na ideia preservacionista de "santuário de biodiversidade", revelam o paradoxo do campo ambiental e sua reprodução compensatória ao proporem manter os mesmos modos de produção impactantes dos recursos naturais hídricos e florestais, pela restauração dos pivôs de irrigação e compensar o que já foi pago com dinheiro público, mesmo que degradado, como observado no documento, com outra área de importância biológica. A anulação da presença e da existência das comunidades tradicionais do lugar é ratificada pela desconsideração de suas características fundamentais, baseadas na tradicionalidade e na cultura vazanteira. As formas de organização social do grupo, construídas historicamente sobre um "sistema de direitos combinados" passam aser criminalizadas e passíveis de controle externo. Ou seja,

> a permanência na reserva deve ser assegurada por termo de cessão de uso que deverá ser repassado apenas de pai para filho, cuja sobrevivência está diretamente relacionada com suas atividades na área, não sendo permitida presença esporádica ou temporária do responsável principal e seus descendentes. Não haverá cessão da área a terceiros com a morte dos responsáveis ou mudança dos mesmos para outras localidades. A residência fixa deve ser obrigatória e o abandono da área implicará na recuperação da mesma; não podendo ser manejada, repartida ou entregue aos demais moradores (SILQUEIRA & COSTA, 2008, p. 44/45).

Assim, de acordo com o parecer do IEF, "as populações precisam estar dispostas às adequações necessárias, possuindo certo grau de organização, bem como estar **indubitavelmente caracterizadas como tradicionais**" (SILQUEIRA, 2008, p.35, Grifo meu),pois não há intenção de resolver problemas agrários que não estejam interligados a esse assunto ao criar-se uma RDS"(SILQUEIRA, 2008, p.34).

A necessidade de tipificar quem é tradicional ou não se tornou o principal ponto de confronto e motivo de impedimento na negociação entre IEF e vazanteiros. Visão também compartilhada pela mediadora da proposta, a Coordenadoria das Promotorias das Bacias do rio São Francisco, Verde Grande e Jequitinhonha. A desconsideração dos processos sociais e políticos da região, e principalmente os históricos de territorialização da comunidade vazanteira de Pau Preto, foi traduzida no parecer do IEF, que consubstanciou a história de ocupação do lugar a partir de relatórios técnicos da gerência da Fazenda Vila Bela, da Cia do rio São Francisco, como visto no capítulo 3; e nos relatórios da EMATER e de um engenheiro florestal responsável pelo Inventário Florestal do Parque Estadual Verde Grande. Relatórios

anexados ao processo n° 258/2007, utilizados nesta tese e encaminhados à Promotoria da Bacia do Rio São Francisco, juntamente com a contraproposta. A tentativa de classificar e de enquadrar o grupo na categoria de "população tradicional", realizada por um engenheiro florestal da UFLA, confrontava a realidade do número de famílias apresentada pelos "Vazanteiros em Movimento". Tal documento explicitava a mágoa do autor e do ex-membro da comunidade em relação ao movimento que não os incluía nas decisões do grupo, assim como a criminalização da CPT, que realizava trabalho político de base com os vazanteiros e por sua ligação com os diversos tipos de movimentos sociais da região, entre eles o MST. Trago fragmentos desse cadastro que, como o próprio autor disse, define "quem é quem", com objetivo de ilustrar como tal tipificação biologizante e substancialista foi utilizada como um dos maiores impedimentos no processo de negociação da RDS. Assim, tal engenheiro ambiental classifica as "populações tradicionais" de Pau Preto a partir do que denomina de "diferentes tipos de ocupantes":

> – **Moradores Tradicionais**: a maioria **reside no local** há mais de quinze anos com a família, onde criaram filhos e retiram seu sustento. Não passam de 17 famílias.
> – **Ilheiros**: residem ao norte do Pau Preto, e são uma população flutuante, pois, **não tem território agrícola definido**, porque sua atividade principal é a pesca. **Também os considero como população tradicional**, considerando os critérios da **peculiaridade cultural**, dependência econômica e **tempo de residência com família no local**. Não passam de dez famílias, e alguns não são detentores da posse da terra onde vivem.
> – **Sem-terra**: ao sul do Pau Preto houve uma invasão na Fazenda Catelda, organizada em 2001 pelo líder comunitário **Márcio, hoje nosso parceiro**, em retaliação ao IEF, na época em conflito com a comunidade. Dos invasores, apenas **três fixaram raízes** e família no local, e considerando que já tinham relações culturais com a região e o **estilo "vazanteiro" de vida**, **os consideramos tambémcomo população tradicional**.
> – **Moradores recentes do Pau Preto**: são pessoas que **compram direito de posse de terceiros**, e desenvolvem ou não atividade de pecuária no local, utilizando para tanto a confluência dos rios São Francisco e Verde Grande, através do regime conhecido como 'solta', praticado por quase toda comunidade, mas não com a escala e as consequências ambientais destes 'empreendedores'. São vereadores, donos de bares, funerárias, pequenos fazendeiros, residentes em sua maioria em Manga e sem relação tradicional com a região. **São os principais parceiros da CPT**.
> – **Invasores não fixados**:**sem-terra** que após a invasão de 2001, nunca fixaram raízes no local, seja através de residência, produção ou família. Agora, **apoiados pela CPT**, alguns estão voltando para a região, incentivados pelo **novo levante de invasões bradado pela Zilá (CPT) e seus comparsas**, a partir do dia 08/10. (GUIMARÃES, PARQUE ESTADUAL VERDE GRANDE: SITUAÇÃO DA COMUNIDADE PAU PRETO E IMEDIAÇÕES, 2007, p. 6).

Os efeitos produzidos pela naturalização desses grupos sociais refletem a dificuldade e o desafio do Estado em lidar e em reconhecer as diferentes formas de apropriação social dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, uma vez que, baseado na

"razão instrumental" hegemônica de regime de propriedade baseada na dicotomia público-privado (LITTLE, 2002), trata, prevalentemente, outros territórios com lógicas de apropriação comunal existentes no Estado-nação a partir da leitura e da relação estrutural que o Estado mantém com essas dicotomias. Concepção que se choca com os regimes de propriedade comum dos povos e comunidades tradicionais que, orientados por uma "razão histórica" (LITTLE, 2002), em que esses grupos utilizam de regras próprias, estabelecidas internamente, para apropriarem-se de seus territórios e recursos naturais. Choque de territorialidades constante presentificado em diversos encontros dos vazanteiros, em que o Estado é convocado a responder às suas demandas territoriais de reconversão das áreas protegidas integrais em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Na tipologia construída pelo engenheiro florestal, a *razão histórica* vazanteira é totalmente negada, não considerando as regras sociais inerentes à apropriação territorial do grupo que inclui a abertura para "os de fora", que aderem ao modo de vida vazanteiro, denominado por eles como "chegantes". A *razão instrumental* consubstanciada em seu relatório, se choca com as regras vazanteiras ao tentar impor uma racionalidade através do enquadramento de quem seria ou não população tradicional, assentada na relação de posse fixa e pelo tempo de ocupação no lugar. O que não corresponde à realidade de parte das famílias vazanteiras, uma vez que, historicamente, vêm sendo expropriadas e retornam, através de uma "resistência silenciosa", ou seja, assim que o rio permite:

> A maioria dos vazanteiros foram expulsos pelo fazendeiro. A maioria dos tradicionais têm o problema de ficar na cidade e ficar na ilha. Quase todos têm casinha na cidade porque não pode mais ficar na beira do rio, que o fazendeiro cria problema.Quando o rio baixa, a gente volta. Esse é o sistema vazanteiro (Fala da liderança vazanteira da Ilha de Jenipapo-Itacarambi, V ENCONTRO VAZANTEIROS EM MOVIMENTO, 2010).

Tal sistema de sobrevivência se constitui historicamente na trajetória de vida dos vazanteiros como uma espécie de "arma dos fracos" (SCOTT, 2002), que lhes possibilitou durante esses anos manterem o vínculo e a apropriação com parte de seu território, mesmo que de forma temporária. A ausência de informações do processo de territorialização do grupo, da consideração da caracterização antropológica de Luz de Oliveira (2005) trazida na proposta da RDS, encaminhada pelos vazanteiros e entidades de apoio, e da própria auto-atribuição identitária dos vazanteiros, reafirmada em vários documentos escritos ao IEF e demais instituições federais e estaduais (cartas e moções), traduz a visão reducionista e a-histórica dos processos de formação social e cultural dos vazanteiros, própria do campo de

origem disciplinar do classificador. Ao tentar aplicar o método das ciências naturais para tipificar quem é e quem não é tradicional, o engenheiro ambiental parte dos princípios botânicos de classificação que separam as plantas a partir de classe, ordem, família, gênero e espécie. Assim, vazanteiros são também classificados em termos de sua tradicionalidade e separados em: tradicionais legítimos, ilheiros tradicionais flutuantes, sem-terras com estilo de vida vazanteiro, moradores recentes sem terras parceiros da CPT e invasores sem terra também parceiros da CPT e seus comparsas.

Entretanto, essa visão é que consubstanciará a posição do IEF no processo de negociação da RDS, observada nos pareceres e contra-propostas, e que passou também a orientar a mediação realizada pelo Ministério Público, que passou a questionar a tradicionalidade da comunidade, em defesa das áreas de APP: "pois não dá para abrir o leque e a gente pôr lá milhares de pessoas e fazer reforma agrária dentro da APP do São Francisco" (Entrevista concedida pelo Promotor que coordenaa Promotoria da Bacia do São Francisco de Montes Claros/MG, em junho de 2010). Frente à preocupação de resolver conflito fundiário em APP, sugere à comunidade de Pau Preto, no "V Encontro dos Vazanteiros em Movimento", na ilha de Jenipapo (2010), fazer uma "blindagem contra o pessoal de fora,pois o pessoal de fora tem que fazer um trabalho com o INCRA"(Fala do Promotor que coordena a Promotoria da Bacia do São Francisco de Montes Claros/MG, V ENCONTRO VAZANTEIROS EM MOVIMENTO, 2010).

Essa mesma preocupação orientou a fala da promotora de Manga/MG, que assumiria no ano seguinte a coordenação das procuradorias das bacias dos rios São Francisco, Verde Grande e Jequitinhonha:

> Queria esclarecer algumas dúvidas minhas com os vazanteiros e a SPU. Primeiro: vazanteiro é ou não população tradicional? Quem faria esse controle de quem é ou não tradicional já que há pessoas que estão ali há pouco tempo? Outro impedimento é a questão da não residência dos vazanteiros no local, mas na cidade, utilizando as vazantes em determinados períodos do ano... (Fala da Promotora de Manga/MG. V ENCONTRO "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DA ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES", Ilha de jenipapo-MG, 2010).

Esse questionamento causou indignação nos vazanteiros, que sentiram cerceado o direito de ir e vir e no modo de se organizarem socialmente através de gerações, sem precisar de intermediação institucional.

> – *"Dra. Ana Heloísa, nós não estamos aqui para negociar uma prisão, nós estamos negociando um modo de vida"* (Fala de uma liderança vazanteira da comunidade de Pau Preto. V ENCONTRO "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DA

> ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES", Ilha de jenipapo-MG, 2010).
>
> – "*Dra. Ana Heloísa,as pessoas não são iguais, nós somos como às árvores; tem uma mais alta que a outra, mais grossa que a outra*" (Fala de um vazanteiro da ilha de Jenipapo V ENCONTRO "VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DA ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES", Ilha de jenipapo-MG, 2010).

O confronto entre visões de mundo e de projetos sociais, voltados para o lugar, é explicitado sempre relacionado à questão identitária do grupo e seu modo de apropriação territorial, em contraposição à conservação das APP's. Assim, as posições dos atores no campo ambiental revelam o lugar que ocupam no campo e como suas intervenções são orientadas pelas regras e critérios dos grupos e instituições às quais pertencem, o que fica evidente nas negociações entre IEF e vazanteiros, vazanteirose instituições do campo ambiental, como a coordenadoria das promotorias de defesa das bacias do rio São Francisco. Atores posicionados politicamente no campo ambiental e orientados por sua *doxa*e a lógica que o rege. Assim, a questão do uso das áreas de vazantes, consideradas pelo campo ambiental como APP's, reaparece novamente como entrave à manutenção do modo de vida tradicional vazanteiro desde o momento em que estes tentam defender o avanço dos grandes fazendeiros sobre elas, incentivados por recursos do PROVÁRZEAS até o momento presente pelo IEF, incentivado pela valorização desse espaço como unidade de conservação integral. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que as políticas do campo ambiental visam a preservação de recursos naturais importantes para a biodiversidade, propiciam sua devastação para empreendimentos capitalistas de "interesse social", como o Jaíba.

Durante todo o período de negociação, iniciado em 2007 com a comunidade vazanteira de Pau Preto*,* outros encontros e reuniões foram promovidos em outras ilhas, propiciando a participação de vários grupos vazanteiros em seminários, conferências e outros espaços sociais. Eventos que possibilitaram o fortalecimento e a politização desses grupos que, de "encurralados", foram se movimentando nas disputas do campo ambiental, baseados principalmente na articulação dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Lapinha. Eventos recordados a cada novo encontro pela CPT, possibilitando aos grupos refletirem sobre sua movimentação política e estratégias de reivindicação e fortalecimento, como demonstra uma das integrantes da CPT:

> Nesse momento apareceu a luta da Ressaca com a ocupação da Fazenda Casa Grande. Em 2008 surgiu Pau de Légua, com o conflito lá da Mata Seca. Com isso, com essa articulação, em 2006 e 2007, da luta das comunidades em torno do Parque Verde Grande, do Parque da Mata Seca e em torno do Parque do Cajueiro na Casa Grande, surge, então, esse segundo seminário da Ressaca, em setembro de 2008. Daí já tinha agora a representação de todas essas comunidades que estavam vivendo um

> conflito. Então, nesse seminário, a gente deu um impulso para a luta deles. Aí avançou. Dalí nós começamos a pensar as propostas que saíram de lá. Então marcamos com Pau de Légua, que acabou acontecendo outro seminário. E essa articulação vem fortalecendo os grupos. E já vamos subindo o rio, já estamos em Itacarambi. Aconteceu agora o encontro na Ilha do Capão, que reuniu as comunidades do Pau Preto a Itacarambi; tinham onze ilhas.Foi um momento em que comemoramos os 18 anos da Associação dos Vazanteiros de Itacarambi. E o próximo seminário vai ser na ilha do Jenipapo em outubro (Entrevista concedida por integrante da CPT, em agosto de 2009).

A movimentação foi se constituindo ao longo de toda a bacia do médio São Francisco, entre diversos grupos vazanteiros que foram se articulando nesses anos e apoiando as comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, que passaram a ser os principais atores e foco desses encontros, uma vez que a situação social de encurralamento desses grupos os colocava em maior risco de dissolução social. Os tensionamentos com os agentes do campo ambiental, personificados pelo IEF e IBAMA, acirravam o processo de violência imposta a esses grupos. Nessa perspectiva, o "Seminário da Ilha da Ressaca", em 2008, foi um marco para a articulação e mobilização política dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha, que possibilitou em encontros posteriores se apresentarem como "Vazanteiros em Movimento", uma vez que, durante o processo, a denúncia do encurralamento pelos parques provocou a construção de estratégias que mudaram as relações desiguais com o IEF e outras instituições do Estado, incorporadas no campo dos conflitos. Foi nesse encontro que iniciei meu contato com os grupos vazanteiros. Por meio de minha presença e de outros pesquisadores da Rede TROPI DRY, passamos a ser presença constante nos encontros, apoiando-os e participando como interlocutores e até mesmo organizando alguns *workshops* da rede com ênfase no conflito entre os vazanteiros e os parques. A partir de então, inicio o processo de etnografia dos encontros, quando pude observar uma organização e logística comum entre esses eventos se constituindo em situações sociais de embates, reflexões e exercício político, assim como de solidariedade e comemorações.

Ao trazer esses eventos para cena, cabe ressaltar certa forma de organizar o local e seus rituais de condução, que revelam uma valorização de elementos importantes do modo de vida vazanteiro. Especificidades que pude observar em todos os encontros dos quais participei, desde a Ilha da Ressaca, em 2008, até a conversa com a nova diretoria do IEF, em 2011. Dos rituais, quando realizados nas ilhas, a oração e agradecimento ao rio São Francisco sempre deu início à abertura formal dos encontros, momento em que celebram com o batuque e rezam em agradecimento e devoção ao rio. No caminho de volta para terra-firme, as pessoas vão reencontrando outras que chegam atrasadas e as acolhendo com solidariedade.

Estruturado sempre ao lado das escolas, que possuem maior infra-estrutura para as mulheres vazanteiras prepararem as refeições, montam embaixo de árvores ou lonas uma mesa de discussão, onde lideranças vazanteiras e convidados externos, como instituições públicas e academia, são convidados a compô-la nos distintos momentos de discussão. Assessores auxiliam lideranças na organização e condução do evento, principalmente CAA e CPT, esta última realizando um trabalho mais cotidiano, de apoio mobilizatório, político e logístico. A decoração, com elementos simbólicos para os vazanteiros, é ali colocada sobre uma rede de pesca, traduzindo a diversidade de alimentos produzidos nas vazantes das ilhas e beira-rio, assim como o barco de madeira, que representa uma das principais atividades desses grupos, como a pesca e suas vidas interligadas ao rio.

A coordenação é compartilhada entre CAA, CPT e lideranças que representam a ilha onde o encontro é sediado. O início é sempre acompanhado pelas boas vindas das lideranças do local, que sediam o encontro, acompanhadas pelo som do batuque do Quilombo da Lapinha, que anima todo o evento com homens, mulheres e crianças dançando e cantando: "o Estado quer tomar a nossa terra, mas nós vamos resistir, nós não vamos sair daqui..."

Há uma prática realizada no início de todo evento, que se constitui no depoimento de lideranças vazanteiras que relatam histórias e processos sociais de expropriação vivenciados pelas distintas comunidades atualmente "ilheiras". O "encurralamento" através dos parques é denunciado pelas ações de coibição e penalizações impostas pelo IEF às práticas vazanteiras tradicionais, o que vem impossibilitando seu modo de vida. A ideia de preservação em que a natureza é separada das dinâmicas das comunidades é sempre questionada como incompreensível por esses grupos, que muitas vezes sentem-se indignados com a atribuição de valores desiguais entre um e outro, o que acarreta um sentido de humilhação e revolta pelo comprometimento de suas práticas tradicionais e segurança alimentar, conforme relato abaixo:

> O homem do campo perdeu o valor, não pode pescar, não pode caçar, não pode plantar. Direito de viver é direito de todos, mas não chegou na gente. O mesmo direito que o presidente tem, o homem do campo tem. Matar bicho para comer não pode, mas matar a gente de fome pode? (Morador da ilha de Pau de Légua no encontro ilha da Ressaca, 2008).

A proibição dos órgãos ambientais (IEF e IBAMA) de realização das práticas tradicionais de caça e pesca, assim como de acesso aos recursos naturais comunais, é vista sempre como uma afronta pelos vazanteiros. Nesse sentido, aproveitam a interlocução com

autoridades da esfera estadual e federal presentes nesses eventos para auxiliarem no acionamento dos seus direitos.

Foi no "Encontro da Ilha da Ressaca", realizado entre os dias 22 e 23 de setembro de 2008, intitulado "Seminário Vazanteiros do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos territoriais das populações tradicionais", que a questão do encurralamento pelos parques teve seu ápice, com a articulação dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha. O encontro foi realizado no território quilombola da Lapinha, sobreposto pelo Parque Estadual Lagoa do Cajueiro, em Matias Cardoso, organizado pelos quilombolas da Lapinha, CAA, CPT do Vale do São Francisco e professores da Unimontes, que já vinham assessorando e estudando os vazanteiros e quilombolas daquela região. Estiveram presentes 92 pessoas, dentre elas representantes de várias ilhas: Pau Preto, Capão, Ressaca, Jenipapo, Curimatá, Maria Preta, Retiro, dentre outras. Também estavam presentes instituições como Ministério Público Estadual, Instituto Chico Mendes-DF, IBAMA-MG, CPT do Amazonas, TROPI DRY/Unimontes e Universidade de Kassel-Alemanha. Convidados, mas ausentes INCRA-MG e IEF-MG.

O objetivo desse encontro foi intercambiar experiências sobre regularização de terras de "populações tradicionais", promover o debate com instituições públicas de regularização, aproximar de instituições científicas e, a partir daí, sistematizar os marcos regulatórios para pensar em possibilidades de regularização do território vazanteiro ao longo do rio São Francisco. A programação do encontro foi dividida em quatro momentos:

a) historicização da ocupação vazanteira no território ancestral e os conflitos advindos com as políticas de colonização e desenvolvimento na região, assim como o encurralamento atual, vivenciado com a implementação dos parques compensatórios ao projeto de fruticultura irrigado Jaíba, apresentados por professores da Unimontes e Unimontes TROPI DRY[11];

b) experiências com terras comuns e regularização fundiária de terras tradicionais no Brasil, apresentadas por pesquisador da Alemanha e a experiência dos ribeirinhos do Amazonas, através da criação de lagos de preservação trazidos pela CPT Amazonas;

c) instrumentos jurídicos no campo dos direitos coletivos e ambientais, apresentados pelo Instituto Chico Mendes, IBAMA e Unimontes; e

[11]Nesse encontro o TROPI DRY, através do prof. Rômulo Soares, apresentou os primeiros resultados dos processos políticos e sociais que contribuíram para a constituição das unidades de conservação na região. Momento em que realizamos entrevistas com algumas lideranças e documentário do TROPI DRY, intitulado "Conflitos Socioambientais na Matas Secas".

d) avaliação e estratégias para garantir os direitos territoriais da população vazanteira.

O encontro trouxe momentos relevantes ao processo de auto-reconhecimentoidentitário dos vazanteiros, apresentados por Luz de Oliveira e que subsidiaram suas reivindicações territoriais, dentre eles: a questão da ancestralidade territorial e da tradicionalidade das práticas vazanteiras como fatores que caracterizam suas identidades diferenciadas em relação aos demais grupos camponeses, reconhecidos pela constituição de 1988, pela OIT e o decreto federal n° 6040, de 2007, sobre as políticas de povos e comunidades tradicionais, ainda recente naquele período.

Momento importante para se pensar nas estratégias de reapropriação territorial foi trazido pela CPT do Amazonas e pelo professor visitante da Universidade de Kassel, que resgataram as experiências dos "povos da floresta", fruto das articulações entre seringueiros e indígenas, na década de 1980, e as dos ribeirinhos do Amazonas, com a criação de lagos protegidos. Estratégia utilizada para manterem suas práticas tradicionais e preservar os recursos naturais do qual dependiam estritamente. Ao revisarem as legislações relacionadas aos direitos territoriais, ressaltaram a importância da auto-identificação do grupo, a revalorização cultural que os diferencia dos demais e manterem uma produção econômica que seja ambientalmente "sustentável", pois a premissa para a criação de uma RESEX parte da ideia de que as pessoas mais qualificadas para realizarem a conservação do território são as que nele vivem de forma sustentável. Assim, a modalidade de RESEX apresentada pelo IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes ressurge como uma estratégia viável de reapropriação territorial vinculada à questão da conservação ambiental. Dentro dessa perspectiva de RESEX, os vazanteiros de Pau Preto iniciavam o processo de negociação com o IEF, intermediado pelo Ministério Público Estadual, através da Coordenadoria da Bacia do São Francisco, que também estava ali presente.

Nesse encontro, vazanteiros e CPT produziram o "mapa do encurralamento", que culminou no entendimento da condição de atingidos pelas unidades de conservação. Apesar de se apresentarem nesse período como "movimento dos encurralados", as estratégias de enfrentamento foram se construindo na relação com demais participantes do encontro e possibilidades de reivindicação no campo ambiental foram surgindo.

FIG. 29: Foto do Mapa do Encurralamento, Ilha da Ressaca.
Fonte: Felisa Anaya, 2008.

No mapa dos encurralados, ao contrário das cartas geográficas dos institutos públicos ambientais, os territórios vazanteiros e quilombolas das margens e ilhas do Rio São Francisco não se constituíamnum "espaço vazio" a ser transformado em mosaico de conservação,mas revelava situacionalmentelugares constituídos por pessoas que se encontravam restritas a determinadas faixas de seus territórios. "Encurraladas" ao longo das ilhas do rio São Francisco (baixada média da bacia Sãofranciscana), divisa do norte de Minas com sul da Bahia, reproduziram ali o retrato daquele momento.

O encontro da ilha da Ressaca se tornou importante referência no processo de luta social dos "Vazanteiros em Movimento", onde o auto-reconhecimento étnico foi reafirmado, a ética do chegante foi ratificada como parte da ética de seu sistema de organização social e a ancestralidade territorial reivindicada. Momento em que, na interação com demais atores, foram reelaborando as formas de interação e pertencimento ao seu lugar e apropriando-se de categorias e princípios discursivos do campo ambiental e seus dispositivos legais, ambientalizando um processo social de reivindicação de seu território. A pressão dos Parques Estaduais Verde Grande, Mata Seca e Lagoa do Cajueiro sobre os vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha estimulou a necessidade de maior fortalecimento entre essas três comunidades vazanteiras e de articular apoio envolvendo os poderes nacionais, estaduais e municipais. Nesse sentido, o evento na ilha de Pau Légua deveria ser agilizado para o início do ano seguinte.

A escolha da Ilha de Pau de Légua como sede do "IV Encontro dos Vazanteiros" refletia a tensionamento das relações entre o gerente do Parque Estadual da Mata Seca e vazanteiros. Ocasionado pela coibição intensiva de suas práticas, através de diversas penalidades, como multas, apreensão de material de trabalho, destruição de roças, etc. Assim, o Encontro dos Vazanteiros de Pau de Légua foi realizado nos dias 24 e 25 de abril de 2009 e contou com a presença de aproximadamente 35 pessoas, dentre elas representantes do quilombo da Lapinha, Pau de Légua e Pau Preto; CAA, CPT, UNIMONTES, TROPI DRY/UNIMONTES, prefeitura municipal de Matias Cardoso e Câmara dos Vereadores de Matias Cardoso.

A inclusão do poder municipal no conflito entre os parques e os vazanteiros foi resultado do encontro da Ilha da Ressaca, em 2008, que já apontava a necessidade do envolvimento dos poderes em níveis nacional, estadual e municipal. Nessa conjuntura, o apoio da prefeitura de Matias Cardoso à reivindicação territorial dos vazanteiros das três comunidades foi reafirmada pelo prefeito e vice-prefeito, que compareceram e aos quais foi entregue a "Carta da Ilha da Ressaca", conforme capítulo 1. Tal evento realizou uma avaliação da situação de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha, desde o encontro da ilha da Ressaca, tendo como foco os seguintes temas: terra, alimentação, o desafio de produzir e de preservar, e a criação de uma rede de solidariedade.

Entretanto, as crescentes relações conflitivas com o IEF se tornaram um dos pontos mais relevantes do encontro. Liderança vazanteira de Pau de Légua relata o embate direto com o gerente do parque, que tentava realizar o cadastro da comunidade com o objetivo de retirá-la do local. A desconsideração do vínculo com o lugar e a invisibilização do grupo é motivo de indignação da liderança, que narra o diálogo exaltado entre as partes e questiona com indignação: "Como vocês compram a casa dos outros, sem saber se mora alguém lá dentro?" (Fala de liderança comunitária de Pau de Légua – Encontro Pau de Légua – 2009). Processo recorrente na criação de unidades de conservação no Brasil,em que as populações não são consultadas e quando se dão conta seus quintais e suas casas foram transformados em parques e são obrigadas a sair.

O encontro se constitui também na devolução dos estudos realizados por Araújo (2009) sobre os vazanteiros de Pau de Légua e quilombo da Lapinha, contribuição da academia à luta territorial, no sentido de se constituir em capital técnico no campo dos conflitos. Realizam uma avaliação do que avançaram na luta territorial, os benefícios advindos desse processo, os atores com quem podem contar e as estratégias para cada comunidade a partir desse encontro. Nesse contexto, os vazanteiros do Quilombo da Lapinha

têm como meta articular aproximação e aliança com poder municipal, em prol da garantia de sua permanência no acampamento durante o andamento do processo da vara agrária. A comunidade de Pau Preto continuaria no processo de negociação, agora da RDS com o IEF, e iniciaria a elaboração da mesma proposta para Pau de Légua, com apoio do CAA, da CPT e da Unimontes.

Outro momento importante e de grande repercussão para a luta dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha foi a visita da Comissão Especial "Direito Humano a Alimentação Adequada", denominada "Missão Vazanteira", que trouxe representantes de diversos órgãos públicos federais e teve como objetivo verificar as violações do Direito Humano à Alimentação Adequada como consequência do conflito com os parques. A missão realizou-se entre os dias 8 e 9 de julho de 2010 e era composta institucionalmente pela Defensoria Pública da União, Relatoria Nacional para o Direito Humano à Terra, Território e Alimentação, Food First Information and Action Network (FIAN), Conselho Nacional de Procuradores Gerais e Secretaria de Direitos Humanos. Participaram como convidados o Ministério Público Federal, o Conselheiro Fiscal da Federação Quilombola, o CAA, a CPT, a UNIMONTES, a Secretaria do Patrimônio da União e o TROPI DRY/UNIMONTES.

A entrada em cena da Comissão Especial "Direito Humano à Alimentação Adequada" se constituiu na agregação de importantes aliados que impulsionaram a luta territorial dos vazanteiros e propiciou certa mudança na relação dos demais órgãos públicos com essas coletividades. A participação da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), como convidada dessa missão, foi imprescindível para a amenização do conflito intenso entre IEF e vazanteiros, uma vez que o fato de os vazanteiros se encontrarem em áreas da União, de acordo com a instituição, seriam passíveis de doação coletiva às comunidades tradicionais de acordo com o Termo de Autorização de Uso (TAU). Momento em que tomam conhecimento da ilicitude das indenizações realizadas pelo Estado, através do IEF, na compra de fazendas para os parques localizados em áreas da União. A SPU se coloca como parceira dos vazanteiros, ressaltando o reposicionamento da superintendência desde de 2004, quando redefiniram sua missão e implementaram um novo modelo de gestão, direcionando suas ações para "conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental" (SPU, 2009). Reestruturação possibilitada pelo contexto de discussões entre a Gerência do Patrimônio Público da União, no Estado do Pará, e diversos outros atores governamentais e não governamentais, acerca da potencialidade dos recursos naturais nas áreas de várzeas, situadas na região amazônica, e a necessidade de regularização das ocupações naquelas áreas,

quando foram publicadas três portarias. A primeira, n° 284, de 14 de outubro de 2005, tinha como objetivo, conforme consta no artigo 1°:

> disciplinar a utilização e o aproveitamento dos recursos naturais das várzeas, ribeirinhas de rios, sob o domínio da união, em favor das populações tradicionais através da concessão de autorização de uso para o desbaste de acizais, colheita de frutos ou manejo de outras espécies extrativistas, a ser conferida, em caráter excepcional, transitório e precário, nas áreas sob o domínio da União, caracterizadas como várzea, ou presumíveis terrenos de marinha e acrescidos(DOU de 17/10/2005).

Essa portaria avançou em termos de regularização fundiária naquela região, mas, por outro lado, se mostrou insuficiente diante da necessidade do reconhecimento da posse coletiva dos ribeirinhos e em relação ao tamanho da área: circunscrita a um raio de 500m a partir de um ponto estabelecido no local de moradia do requerente. O regime de apropriação e uso comunal dos recursos naturais característicos dessas comunidades demandou a revogação da portaria n° 284, de 14 de outubro de 2005[12], e sua substituição pela portaria n° 100, de 3 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União. Esta última garantia a autorização de uso coletivo, acesso à aposentadoria, a recursos do PRONAF, a programas sociais do governo federal, e à ampliação da área para 15 módulos fiscais (SPU, 2009).

Em portaria posterior, n° 173, de 31 de agosto de 2009, a União delegou aos Superintendentes Estaduais do Patrimônio da União competência para exame e concessão da Autorização de Uso de que trata a portaria n° 100, de 3 de junho de 2009. Tal informação elevou o ânimo do movimento, que percebeu oportunidade concreta de reapropriação territorial, com o apoio da SPU, e maior empoderamento frente aos conflitos com o IEF. Em tal evento, as representantes da SPU declararam que a demarcação das áreas marginais do rio São Francisco naquela região seria realizada em caráter de urgência no período de 1 ano.

Outro ator importante em cena foi o Ministério Público Federal que, a partir do conhecimento dos conflitos do quilombo da Lapinha, interveio junto ao INCRA, firmando um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para realização do laudo antropológico do quilombo da Lapinha pela UNIMONTES e sua posterior delimitação territorial. Vazanteiros de Pau de Légua aproveitam a oportunidade da visita dos diversos órgãos públicos, que constituem a comissão, para entregar a "Carta-proposta de implementação da RDS de Pau de Légua", encaminhada anteriormente ao governo do estado de Minas Gerais, ao diretor Geral

[12]Desde essa primeira portaria, de 2005, foram reconhecidas a posse de 39.488 comunidades ribeirinhas, o que representa aproximadamente 15.245 famílias tituladas, numa área de 230.000 ha, nos estados do Amapá, Acre, Tocantins e Pará (SPU, 2009, p. 2).

do IEF, ao MPE, ao gerente do IEF, ao Jaíba e à SPU. Documento que relata as restrições e ameaças impostas pelo IEF à comunidade vazanteira de Pau de Légua, criminalizando-os em suas práticas tradicionais. Denunciam o assoreamento das lagoas que utilizavam e a mortalidade de peixes após a intervenção do IEF no local. Resultado do não reconhecimento do manejo vazanteiro, que contribuiu durante gerações para a garantia da biodiversidade dos peixes e a preservação das lagoas. Ressaltam ainda, no documento, a proposta de conservar apoiada sobre o saber e o manejo tradicional vazanteiro, como se lê em trecho abaixo:

> Uma proposta que vai ajudar o meio ambiente, que é o que vocês ficam falando que estão fazendo. Uma proposta que vai ajudar a preservar as lagoas, que vai ajudar na reprodução dos peixes, que vai ajudar os animais silvestres viverem. E que vai garantir o nosso sustento, o sustento de nossos filhos. E que vai manter a nossa cultura, o nosso jeito de viver. E que vai contribuir com a vida do São Francisco, vida que está dependendo muito de quem cuida dele melhor, porque o que vocês estão deixando fazer aí nas partes de cima do rio, é acabar mais depressa ainda com a vida dele (CARTA-PROPOSTA DOS VAZANTEIROS E VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA: POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES DO SÃO FRANCISCO, 2010).

O conhecimento vazanteiro, acrescido das técnicas agro-ecológicas, se contrapõe às práticas conservacionistas, legitimando esse grupo social como o principal interessado na preservação do ambiente e como o mais apto a exercê-la, uma vez que também se capacitou tecnicamente para tal ofício. Ou seja,

> para viabilizar estas propostas já estamos fazendo diversas experiências. Já fizemos visitas de intercâmbio em áreas de assentamentos agro-extrativistas, já estamos fazendo cursos de manejo agro-ecológico em áreas de cultivo, onde queremos suspender o uso eventual de agrotóxicos e proteger a mata ciliar comSAFs. (CARTA-PROPOSTA DOS VAZANTEIROS E VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA: POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES DO SÃO FRANCISCO, 2010).

Nesse contexto, o documento apresenta a acumulação de um capital técnico constituinte do campo ambiental aliado ao saber tradicional vazanteiro que foi se construindo desde os primeiros encontros do movimento. Aparece aqui a importância das experiências do assentamento agroextrativista da Serra do Ramalho, dos ribeirinhos do Amazonas com o manejo de lagos protegidos relatados pela CPT Amazonas na Ilha da Ressaca, além de uma série de intercâmbios com outros grupos sociais que participaram de cursos de formação agro-ecológica, propiciados pelo CAA, como visto no capítulo 1. Nesse percurso, a instrumentalização desses sujeitos coletivos para a luta territorial ocorre associada ao acesso e

à construção de um repertório linguístico próprio do campo ambiental, tal como observado no documento acima, que foi apropriado e reelaborado em suas reivindicações. Assim, propõem a ampliação da área do Parque estadual da Mata Seca de 10.380 ha para 15.000 há; destes, 6.000ha continuariam como unidade de proteção integral e 9.000 ha se converteriam em unidade de uso sustentável, conforme mapa abaixo.

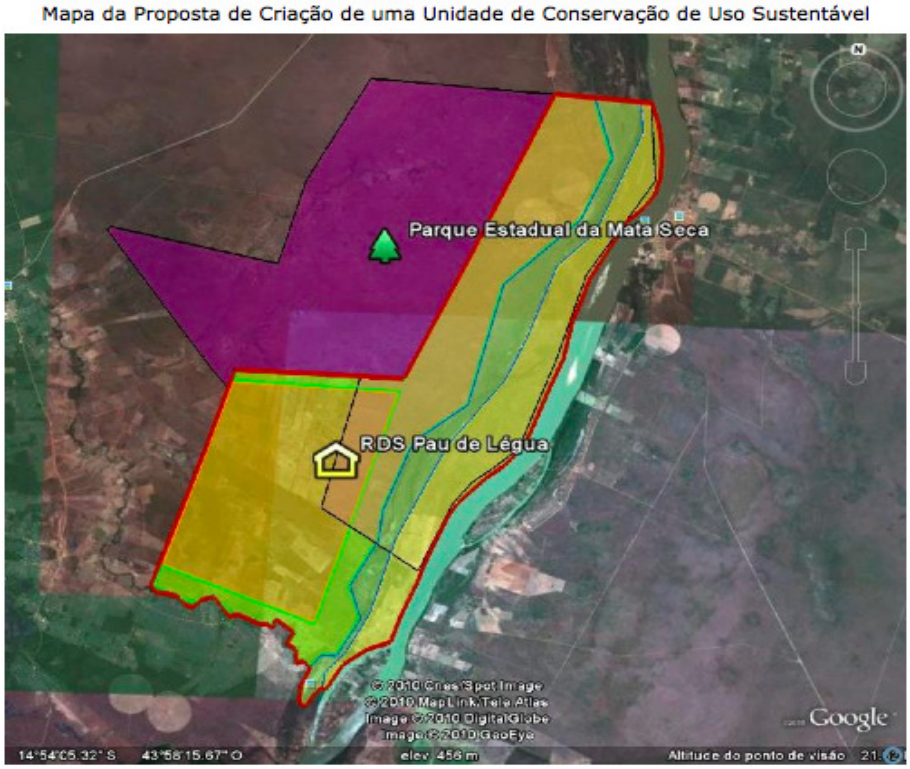


FIG. 30: Mapa da proposta de RDS Pau de Légua.
Fonte: Carta-proposta dos vazanteiros e vazanteiras da Ilha de Pau de Légua, 2010, p. 5.

Após a visita da comissão aos territórios vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, esta seguiu para Belo Horizonte, onde se reuniram com o INCRA e o IEF os principais atores do conflito. De acordo com relatório da comissão, na reunião do INCRA, ficou acertada entre o MPF e o INCRA um TAC que permitiu à UNIMONTES realizar o laudo antropológico para regularização do território quilombola da Lapinha, justificado pelo caráter de urgência da situação de violações a que estavam submetidos. Já na reunião com o IEF, houve resistência por parte da diretoria, que se posicionou contra a criação de RDS's na área, visto que já existia o processo de negociação da RDS de Pau Preto, desde 2007, conforme revisto anteriormente. Nessa conversa, desconsideraram também a ilegalidade de aplicação de multas aos vazanteiros e o questionamento da SPU sobre a compra realizada pelo IEF de áreas da União e indenizando fazendeiros. Foi reiterado pela SPU a

adoção de medidas cabíveis, por parte da instituição, em relação ao IEF e em relação a essa ilegalidade.

FIG. 31: Reuniões da Comissão Nacional de Direito Humano e Alimentação Adequada com SPU, IEF e INCRA, 2010.
Fotos: Dayrell, 2010.

Logo após o período da "missão vazanteira" nos territórios vazanteiros e quilombola, uma série de contravenções realizadas pelo ex-diretor regional do IEF, Humberto Candeias, veio a público através de uma operação coordenada pelo MPE, denominada "Máfia Verde". Nessa conjuntura, o IEF era objeto de processo criminal que, além do ex-diretor, envolvia técnicos da instituição que estão sendo investigados por desvio de verbas, cancelamento ilegal de multas a infrações ambientais, apropriação de honorários, fraude em licitações, acordos judiciais irregulares e pagamento indevido. Dentre as contravenções, inclui-se o superfaturamento realizado em favor da empresa Agropecuária Catelda S.A., que teve sua sede desapropriada para a criação do Parque Estadual Verde Grande, sob o processo n.º 0024.11.122276-6 da 2ª Vara Criminal do estado de Minas Gerais[13]. Antes mesmo da deflagração da "Máfia Verde", várias denúncias realizadas pelos vazanteiros já haviam sido encaminhadas às autoridades, como relatório da CPT e vazanteiros de Pau Preto sobre desmatamentos ilegais na área do Parque Estadual Verde Grande, junto com boletim de ocorrência envolvendo a fazenda Catelda S/A, reivindicada pela comunidade como parte da RDS. Tal situação fez o IEF retroceder nas relações autoritárias com os vazanteiros e tentar se reorganizar internamente.

Logo após a "missão vazanteira", foi realizado nos dias 16 e 17 de setembro de 2010 o 5º Encontro do movimento, denominado aqui de "Vazanteiros em Movimento: povos das águas e terras crescentes". O local foi a Ilha do Jenipapo, território vazanteiro no município de Itacarambi – MG, que reuniu grande número de comunidades vazanteiras do rio São Francisco. O encontro teve como objetivo a discussão de propostas sobre regularização e o desenvolvimento dos territórios vazanteiros, a partir da revitalização socioambiental do Vale do São Francisco. Estiveram presentes na Ilha do Jenipapo 96 pessoas. Dentre os Povos

[13] Disponível em: http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/noticia/index/id/24857.Acesso em: 26/11/2011.

e Comunidades Tradicionais dos municípios de Manga, Matias Cardoso, São João das Missões e Itacarambi havia representantes das Ilhas de Pau Preto, Maria Preta, Ingazeira, Pau de Légua, Ressaca, Lagoa do Retiro, Jenipapo, comunidades de Fabião II, Vila Florentina, Acampamento São Francisco, Quilombo da Lapinha, Indígenas Xakriabá [14], além da participação de entidades como o CAA-NM, a CPT Norte de Minas, Conselho Indigenista Missionário – CIMI[15], Associação dos Vazanteiros de Itacarambi, STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacarambi, UNIMONTES, IBAMA, TROPI DRY/Unimontes, Ministério Público através da Promotoria de Defesa da Bacia do rio São Francisco, SPU – Secretaria do Patrimonio da União, UFV – Universidade Federal de Viçosa, Superintendência Pública da União (SPU), Food First Information and Action Network – FIAN[16], Comissão Especial dos Direitos Humanos e Segurança Alimentar, Secretaria Municipal de Educação, Prefeito e presidente da Câmara de Itacarambi. Como a maioria dos encontros anteriores, a ideia era provocar o debate entre os povos e comunidades tradicionais, com instituições tecno-científicas, sociais e do poder público.

Liderança vazanteira da Ilha do Jenipapo, também presidente da Associação Municipal dos Vazanteiros de Itacarambi, agradeceu a presença das autoridades e o apoio dos indígenas Xacriabás que participavam pela primeira vez dos encontros vazanteiros. Encontro que fez questão de reunir os povos originários da região, como indígenas, quilombolas e vazanteiros; com culturas diferenciadas, mas lutas semelhantes. Nesse contexto, os mapas mentais realizados nas oficinas do meu trabalho de campo foram trazidos pelos grupos vazanteiros, como forma de visibilizar a ancestralidade das comunidades do lugar e uso histórico de seus territórios, ressaltando a desconsideração do IEF com suas histórias e vínculos no processo de negociação das propostas de Unidades de Uso Sustentável para os grupos sociais de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha.

---

[14]O estabelecimento de contatos entre xacriabás e vazanteiros do médio São Francisco sempre foi algo presente na convivência entre esses povos, como narrado pelos próprios vazanteiros que realizavam inclusive casamentos inter-étnicos, conforme (SANTOS, 2007). Entretanto, com o processo de expropriação territorial, iniciado na década de 1970, esses vínculos foram se perdendo e são resgatados nesse encontro pela mobilização entre esses povos e comunidades, realizando inclusive trocas de experiências em suas lutas teritoriais, como no caso do Quilombo da Lapinha, que participou do encontro entre mulheres indígenas xacriabás, em novembro de 2011.

[15]O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) tem atuação missionária junto aos povos indígenas, apoiando-os em suas lutas territoriais e em direitos básicos de saúde e educação. Para mais informações, consultar: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5685&action=read.

[16] FIAN é uma Organização Internacional de Direitos Humanos, que defende a ideia para a realização do direito à alimentação por mais de 20 anos. O FIAN tem seções nacionais e membros individuais em mais de 50 países ao redor do mundo. É uma organização sem fins lucrativos, sem qualquer filiação religiosa ou política e tem *status* consultivo nas Nações Unidas.

Fig. 32: Foto da apresentação dos Mapas Mentais de Pau Preto: “tempo de Liberto” e “tempo do encurralamento” no V Encontro dos “Vazanteiros em Movimento”, Ilha do Jenipapo, 2010.
Fonte: Luciana Monteiro, 2010.

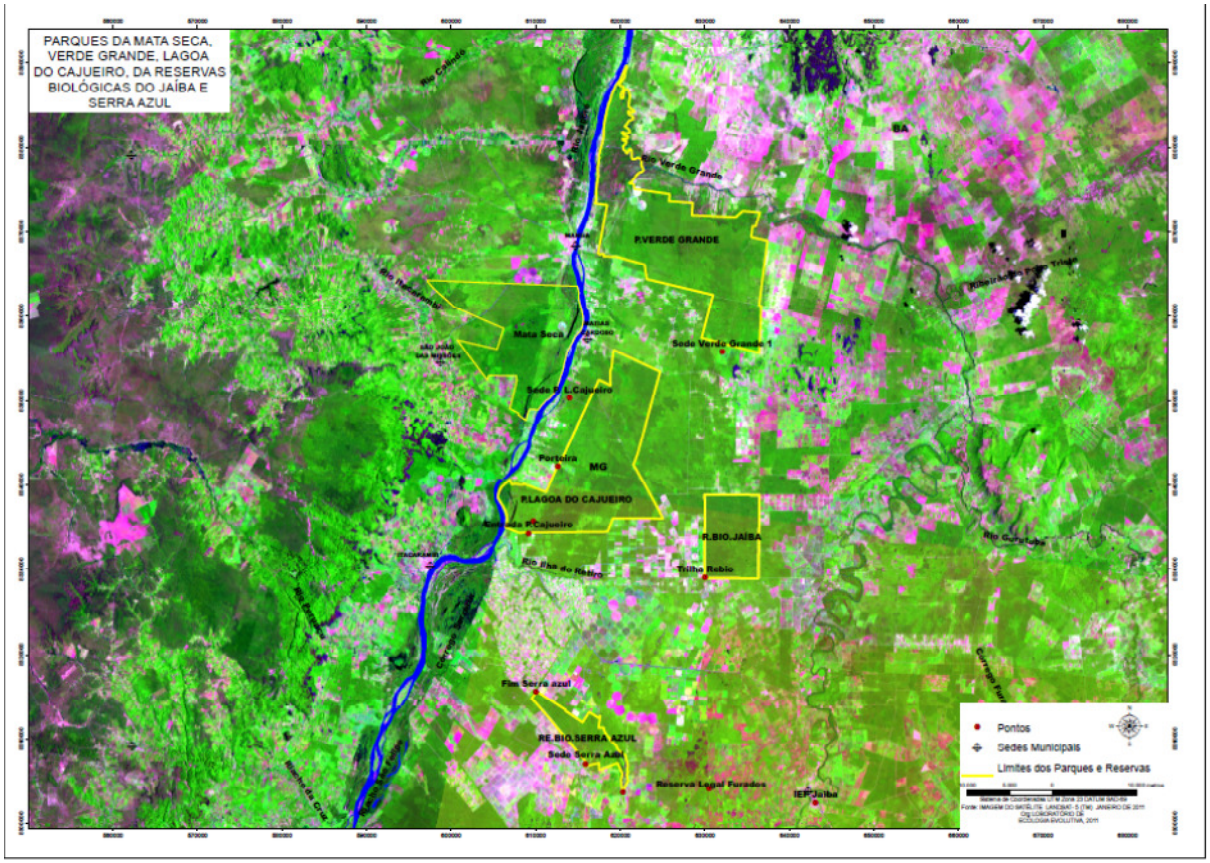
Os mapas que foram retrabalhados digitalmente em momento posterior e revisados diversas vezes com os vazanteiros, que começaram a se “animar”, segundo relato do CAA, pois tinham ali a visualização do território expropriado e a volta do “tempo de liberto”.

O retorno da SPU, com a presença do diretor da superintendência, deu também novas expectativas aos vazanteiros, que propiciou nesse encontro esclarecimentos a respeito dos terrenos da união, baseado no artigo 20 da Constituição Federal de 1988, que inclui as águas e respectivos terrenos marginais, as praias e terrenos do seu domínio, que banham mais de um Estado. “É o caso do rio São Francisco, que banha mais de um Estado, logo, é terreno federal” (Rogério Aranha, diretor regional da SPU, 2010). Uma cartilha sobre o assunto foi entregue aos vazanteiros e participantes, com informações sobre o que se constituía bem da União, terrenos marginais e instrumentos normativos, tais como: LMEO – Linha Média das Enchentes Ordinárias (que limita o terreno pela margem dos rios, até onde inunda e LLTM – Linha Limite dos Terrenos Marginais (linha que limita o terreno mais 15m a partir da linha inundada). O diretor regional da SPU esclarecia também sobre a cartografia que seria

realizada para identificar as linhas desses terrenos e sobre a possibilidade de uso das TAU's como forma de garantir a regularização fundiária dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e quilombo da Lapinha. Essa fala deixou o promotor da Bacia do rio São Francisco (MPE) preocupado em relação às APPs, pois, de acordo com ele, "não dá para fazer reforma agrária em margem, vazante e ilha do São Francisco" (Paulo César de Lima, MPE, 2010). Para o promotor, o "zoneamento da SPU" talvez não atendesse a todos, insistindo na ideia de o parque ser a saída mais viável, pois "não dá para ser só uma beiradinha. Tem muita terra particular. Então, onde tem parque é bom. É mais fácil para resolver" (Paulo César de Lima, MPE, 2010).

A possibilidade apontada pela SPU da concessão de uso das áreas de vazantes do rio São Francisco para os vazanteiros foi interpretada pela promotoria como possibilidade de realização de uma reforma agrária em área de APP. Isso vem impedindo a negociação da RDS junto ao IEF, subtendida pela necessidade de separação entre quem é "população tradicional" e que é "sem-terra". Nessa perspectiva, o parque é ratificado pela promotoria como saída mais viável e melhor para os vazanteiros, uma vez que possibilitaria acesso também ao território reivindicado da terra-firme, através de sua reconversão em RDS. Por outro lado, pode-se interpretar que, mesmo deixando de ser parque integral,cumpriria sua função de"artefato" (BARRETO FILHO, 2002) da conservação, "santuário ecológico" das Matas Secas e APP's a serem preservados para as gerações presentes e futuras. Certamente, tal situação possibilitaria o controle e a fiscalização ambiental direta do IEF sobre as práticas vazanteiras exercidas nas APP's, garantindo a conservação e o máximo de intocabilidade. Apesar de os vazanteiros sempre colocarem não serem contra os parques, mas contra a forma autoritária como foram criados, o tem representado as relações conflituosas com as instituições ambientais, personificadas através de seus agentes ambientais, que sempre estabeleceram com os vazanteiros um trato de exclusão e de violência social. Isso gerou nos vazanteiros um sentimento de insegurança e de cerceamento. "Eu vi na televisão que acabou o cativeiro, mas eu vejo que nós estamos no cativeiro ou pior que cativeiro."(Fala de morador da ilha de Jenipapo – 16 de setembro de 2010. V ENCONTRO VAZANTEIROS EM MOVIMENTO). O impedimento ao andamento das negociações entre vazanteiros e IEF relacionados à RDS reflete a dificuldade de ressignificação, por parte do instituto, da categoria parque como lugar de conservação e gente,pois a concepção de intocabilidade é que mantém e sustenta tal ideia de conservação prevalente no campo ambiental.

Paradoxalmente, enquanto "artefatos", não estão à margem do processo de desenvolvimento, como considerado por Barreto-Filho (2002); são parte e parcela desse



mesmo processo.

FIG. 33: Mapa dos Pólos de agropecuária da região do Jaiba e UCS compensatórias do projeto de irrigação Jaiba. Fonte: Laboratório de ecologia evolutiva – Unimontes, 2011.

Essa posição criticada pelo movimento social refletiu sobre a necessidade de identificar o lugar a partir do qual os atores se posicionam campo ambiental, exemplificado pela fala do Ministério Público, ao "querer ajeitar as coisas e não querer mudar o sistema. Se na Lapinha diz que junto ao IEF é melhor é porque interessa ao IEF criar reserva. O que não significa que vocês não queiram reserva. Como vocês mesmos disseram, nós não somos contra o parque. Mas queremos viver lá" (CPT NM, V ENCONTRO VAZANTEIROS EM MOVIMENTO, ilha de Jenipapo, 2010).

Até esse evento, as negociações para a criação da RDS de Pau Preto, iniciadas em 2007, não tinham resposta por parte do IEF, ou seja, não era algo tão fácil de se resolver como colocado pela promotoria, uma vez que, a idéia do parque enquanto espaço da conservação sem gente, incorporado pelo IEF impossibilitava compartilhar a possibilidade de conservar com gente, como proposto pelos vazanteiros. Tal contexto também foi prejudicado pela necessidade de reestruturação do IEF, que estava sob investigação de processo criminal. Diante da morosidade das respostas e das condições de sobrevivência dos vazanteiros, eles articularam uma reterritorialização no território de Pau Preto e realizaram a auto-demarcação,

à revelia do Estado, da RDS Arraial do Meio, em referência ao local que correspondia a uma das vilas do território da comunidade.

FIG. 34: Foto da auto-demarcação da RDS de Pau Preto, 2011.
Fonte: Dayrell, 2011.

Em uma ação coletiva coordenada, entre as comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, os "Vazanteiros em Movimento", no dia 24 de julho de 2011, como forma de retomar o território tradicional e pressionar estrategicamente o IEF em relação às negociações da RDS, após um período de 4 anos, deram início à auto-demarcação da RDS de Pau Preto, na ex-sede da Fazenda Catelda. De acordo com blog "Vazanteiros em Movimento"[17], as 105 famílias das três comunidades vazanteiras do rio São Francisco esforçam-se para dar corpo a um sonho comum, de viverem em seus territórios tradicionais com liberdade. Com o objetivo de "zelar pelo que é nosso" (Fala de liderança vazanteira de Pau Preto, 2011) frente às inúmeras denúncias de agressão ambiental realizadas pelos vazanteiros, a auto-demarcação deu mais visibilidade à luta desses grupos,pois foi amplamente divulgada pelas redes sociais. Rebatizada de Arraial do Meio, o "tempo de liberto" é reatualizado na memória do grupo, o que faz perceber que os mapas mentais

[17]O Blog "VazanteirosemMovimento" foicriadoporumaequipe de cineastas e fotógrafos da Escola Popular de ComunicaçãoCrítica(Observatório de Favelas) e da AgênciaImagens do Povo, queacompanharam o processo de retomada do território de Pau Preto e a autodemarcação da RDS Arraial do Meio. Mantém relações com o CAA e a CPT. Disponível em: http://vazanteirosemmovimento.wordpress.com/ . Acesso em: 10/04/2012.

produzidos e apresentados no capitulo anterior tiveram algum efeito subjetivo para essas coletividades.

> Neste contexto do plano da memória, a comunidade de Arraial do Meio, destroçada pelos fazendeiros durante a década de 1970 – com a cumplicidade da RURALMINAS – ressurge com o apoio de Zilah da CPT, das pesquisadoras Felisa e Cláudia Luz e de uma ampla rede de solidariedade. É quando os vazanteiros, com o acampamento, renomeiam – agora com o nome de Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Arraial do Meio. Uma luta dos Vazanteiros que, em Movimento, reagem frente à negligência do Estado em efetivar as propostas que estavam em curso (BLOG VAZANTEIROS EM MOVIMENTO, 2011).

A repercurssão da auto-demarcação, estratégia já utilizada pelos geraizeiros na luta pela reapropriação territorial, possibilitou, em novembro do mesmo ano, um novo processo de renegociação da RDS de Pau Preto, com a presença no local da Coordenação das promotorias das bacias do rio São Francisco, Verde Grande e Rio Pardo, que vinha mediando esse processo, o IEF, o representante da Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, a CPT, o CAA e "Vazanteiros em Movimento".

A substituição da diretoria do IEF trouxe novas expectativas para os vazanteiros, devido à anunciada mudança de perfil, ressaltada pelo gerente regional do IEF-Jaíba, que reconheceu a formação humana falha dos técnicos do Instituto e que, a partir de então, buscariam trabalhar com as comunidades enquanto parceiras na conservação. Isso foi apontado pela promotoria como fator determinante para a conciliação dos dois direitos fundamentais que ali se colidiam, quer seja "a proteção do ambiente e a vida digna". Entretanto, a visita posterior do novo diretor do IEF, tão esperada pelos vazanteiros na RDS, constituiu em nova tensão, já que veio acompanhado do ex-membro da comunidade (ex-guarda parque) e os vazanteiros, ofendidos, recusaram a entrada deles. Estratégia desastrosa do IEF, que alterou os ânimos vazanteiros, tendo em vista o histórico conflituoso com esse membro. A proposta de confrontar "verdades" da nova diretoria culminou em uma noite de tensão para vazanteiros que, separados da liderança, foram questionados sobre o modo de vida pelo novo diretor, deixando a impressão da continuidade do discurso institucional de averiguar a tradicionalidade do grupo. Entretanto, no dia seguinte, algumas questões foram esclarecidas a respeito das três comunidades que, segundo o diretor, seriam tratadas separadamente. .Até esse momento, o que ficou estabelecido foi a definição temporária de áreas de plantio coletivo vazanteiro até outros encaminhamentos necessários à RDS.

Assim, observamos um percurso de luta, constantes impasses e tentativas de negociação que envolvem a disputa das áreas de vazantes para os vazanteiros e as APP's para o IEF. Como foi visto, a questão ambiental, a partir de uma perspectiva conservacionista, se colocou desde as primeiras tentativas de regularização fundiária das sobras territoriais do vazanteiros, como um impedimento à reprodução social, cultural e alimentar desses grupos. Grupos que vieram resistindo historicamente no lugar, mantendo da forma possível o vínculo com seus territórios, seja através de estratégias silenciosas e menos organizadas, à estratégias diretas de ação coletiva, aprendidas na relação com outros grupos mais politizados,1 possibilitado por um contexto de reconhecimento destes por parte do estado. Assim, a cada novo embate, acionavam criativamente suas diferenças identitárias como forma legítima de reivindicar seus direitos ao território. Reivindicação que passa a ser realizada no campo ambiental, em função dos conflitos originários da perspectiva preservacionista, que tem nos parques principal estratégia de conservação, constitutiva do paradigma da "modernização ecológica", que faz parte de um modelo mitigatório, que possibilita a sobreposição dos interesses econômicos sobre os ambientais.

A mobilização política vazanteira denuncia durante toda sua trajetória os paradoxos desse campo e busca alternativas de sustentabilidade, a partir de uma perspectiva socioambiental. Entretanto, com o objetivo de conseguir a reapropriação territorial, não questionam nesse percurso as modalidades mitigatórias que fazem parte da estrutura do campo e internalizam repertórios próprios deste para se constituírem nos guardiões do lugar.

Suas lutas vão se ambientalizando, à medida que vão acionando os dispositivos jurídicos do campo ambiental e utilizando-os como estratégia de reapropriação, seja via projeto de RESEX e RDS, seja via categoria mesmo que homogeneizante de "populações tradicionais", seja como cuidadores da natureza. Assim, o que era antes "arma dos fracos" vai fortalecendo o grupo à medida que na relação com os atores vão construindo alianças e mecanismos de pressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou compreender os processos que possibilitaram às comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, localizadas no Norte de Minas Gerais, se constituírem enquanto "Vazanteiros em Movimento". Ou seja, uma mobilização política que articulou grupos sociais distintos, com territorialidades próprias na luta coletiva por direitos territoriais no campo ambiental.

O processo de territorialização na região, caracterizado pela expansão de fronteiras do Estado, nas décadas de 1930/40, com maior intensidade nas décadas de 1960/70, iniciou uma dinâmica de apropriação territorial que contribuiu para a expropriação de grande parte da população rural do Norte de Minas, sobretudo povos e comunidades tradicionais. Realizado através implementação de políticas de colonização e de desenvolvimento econômico, tal processo teve como base a produção industrial capitalista, com o objetivo de integrar a região ao centro sul do país. Instituições públicas como RURALMINAS e SUDENE se constituíram como os principais mecanismos políticos desse modelo de desenvolvimento na região, iniciando um processo de expropriação e de restrição de acesso aos recursos naturais pelas populações locais, reconhecido regionalmente como "encurralamento".

No caso dos geraizeiros do Alto Rio Pardo, precursores de um movimento de reivindicação territorial mais amplo no Norte de Minas, tal "encurralamento" se deu pela implementação de grandes maciços de eucalipto em suas áreas comunais e, no caso dos quilombolas de Brejo dos Crioulos e Gurutubanos, pelo recorte e divisão de seus territórios por grandes latifundiários. A referência ao passado de fartura, de liberdade e autonomia territorial, em oposição a um presente de encurralamento, de restrição e de penúria, serviu como importante catalizador das lutas territoriais iniciadas por esses grupos a partir da década de 1990. Elemento que, no processo de mobilização política, lhes permitiu reafirmarem suas diferenças étnicas e a reorganizarem-se socialmente e internamente como povos e comunidades tradicionais, buscando a reapropriação de suas "terras tradicionalmente ocupadas".

No caso dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, foco analítico da presente tese, o modelo de desenvolvimento econômico implementado na região incidiu sobre avanço de grandes fazendas e empresas rurais

em seus territórios de terra-firme, concomitante à implementação do projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba. Entretanto, no final da década de 1990, tal encurralamento se tornou mais tensionado com a criação de Unidades de Proteção Integral (UPI's), implantadas como medidas compensatórias a esse projeto de fruticultura irrigada. Criadas de forma autoritária, sem consulta pública e desconsiderando as territorialidades ali existentes, tais UPI's, configuradas na modalidade de parques estaduais, foram sobrepostas aos territórios tradicionais desses grupos vazanteiros.

Entretanto, a situação social de encurralamento se agravou em meados dos anos 2000, frente ao contexto de valorização ambiental das Matas Secas na região, que passaram a ser consideradas então como espaço prioritário para conservação ambiental no estado de Minas Gerais. Essa conjuntura permitiu que os Parques Estaduais Verde Grande, Lagoa do Cajueiro e Mata Seca operassem, na prática, como unidades restritivas, em que a permanência e as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais realizadas historicamente pelos vazanteiros passaram a ser reprimidas.

Frente à iminente ameaça de realocação e da restrição de suas atividades tradicionais, os vazanteiros de Pau de Légua, Pau Preto e Quilombo da Lapinha deram continuidade às lutas territoriais da região e, a exemplo dos quilombolas de Brejo dos Crioulos e Gurutubanos, unificaram-se internamente e articularam-se politicamente entre si, agora em um movimento mais específico, o "movimento dos encurralados pelos parques". Iniciou-se, então, um processo de mobilização política e de ações coletivas ao longo da baixada média do rio São Francisco, que resultou, ao longo de sete anos de mobilização social e articulação política, na ressignificação desses grupos de "encurralados pelos parques" para "Vazanteiros em Movimento".

Embora haja toda uma trajetória histórica de resistência e de lutas territoriais na região, caracterizando um processo mobilizatório mais amplo, uma das especificidades da luta dos "Vazanteiros em Movimento" é representada pelo processo de encurralamento das comunidades, agora promovido pelos parques ambientais. Ou seja, além das políticas econômicas que contribuíram para o histórico processo de expropriação e de mobilização social dos grupos vazanteiros contra o "encurralamento" no Norte de Minas, a particularidade do contexto dos "Vazanteiros em Movimento" inclui um modelo de política de conservação que produziu conflitos

ambientais inusitados, envolvendo as comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha.

Tal situação social possibilitou compreender as contradições estruturais advindas da *doxa* do campo ambiental, que busca adequar as práticas de apropriação capitalista da natureza a uma suposta política do consenso entre interesses ambientais, sociais e econômicos via medidas de compensação e de mitigação. Dentro dessa perspectiva, identificamos o projeto de fruticultura irrigada Jaíba, expressão dessa política que adequa o ambiental ao econômico, utilizando dos mecanismos políticos e mitigatórios próprios a esse campo, como a criação de condicionantes ambientais, para servirem funcionalmente à consolidação do agronegócio caracterizado pela implementação da etapa II desse projeto.

Nesse contexto, diferentemente dos geraizeiros do Alto Rio Pardo e Quilombolas de Brejo dos Crioulos e Gurutubanos, que travaram suas lutas territoriais no espaço social permeado pelo debate agrário e fundiário, as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha inovam ao travarem suas lutas no espaço social compreendido pelo campo ambiental.

Em um processo de descobertas e de aprendizado político que envolveu diversas reuniões, uma rede de apoiadores representada por ONG's como o CAA, a UNIMONTES e a CPT, além de debates com técnicos de agências de meio ambiente do estado, as estratégias de luta foram se desenhando pela apropriação da linguagem técnica e dos dispositivos jurídicos próprios do campo ambiental, processo que foi caracterizado, tal como em Lopes (2006), como um processo de ambientalização dos conflitos sociais. Nesta dinâmica processual, houve reconhecimento de brechas existentes no próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que lhes possibilitou o reconhecimento e a afirmação de grupo como "populações tradicionais". Dessa forma, procurou-se a garantia do tratamento diferenciado em relação a outros grupos rurais e o acesso a um modelo diferenciado de conservação que os incluía em seus territórios. A apropriação do discurso e dos instrumentos jurídicos próprios do campo ambiental permitiu a esses grupos disputarem nesse campo perspectivas alternativas de conservação para o lugar, tais como a construção de projetos de reconversão de Parques Estaduais em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, a exemplo da histórica luta dos seringueiros no Acre.

A especificidade de suas lutas revela a aprendizagem do jogo que se joga no campo ambiental, identificado por Carneiro (2005) como o "jogo da mitigação", estratégia política de reapropriação territorial possibilitada pelas brechas jurídicas do SNUC e invocada a partir de seus modelos locais de relação com a natureza.

Desenha-se nesse processo uma nova divisão do trabalho político, face à questão ambiental, combinando ciência, movimentos militantes e um repertório de saberes específicos próprios das realidades localizadas, na acumulação de um capital de conhecimento. Nessa perspectiva, as lutas sociais de tais grupos são renovadas pela construção de uma nova ordem política e de um novo paradigma, convertendo-se em uma espécie de heterodoxia frente à *doxa* hegemônica do campo ambiental.

Entretanto, vários são os impasses que vêm impedindo a concretização da reconversão das unidades de proteção integral para reservas de desenvolvimento sustentável, que não devem ser reduzidas somente à "boa vontade" política, mas que se insere na própria visão de conservação hegemônica que orienta as ações no campo ambiental. A possibilidade da implementação de reservas de desenvolvimento sustentável, como estratégia de reapropriação territorial, sinaliza que tal proposta está longe de trazer de volta o "tempo de liberto" presente na memória das comunidades vazanteiras. Tempo que significa o livre acesso e autonomia no uso do território e que se opõe ao gerenciamento realizado pelo ICMBio, em âmbito nacional (exemplos da Amazônia e da Mata Atlântica) ou pelos Agentes Estaduais de Meio Ambiente (IEF), em âmbito estadual, em uma Unidade de Uso Sustentável.

Tal dificuldade processual de implementação da RDS tem criado a discussão no interior dos "Vazanteiros em Movimento" de que outras alternativas poderão ser discutidas e implementadas. Alternativas que procuram articular produção agropecuária e conservação ambiental fora do âmbito do SNUC, porém no escopo da "proteção ambiental", como no caso de um assentamento agroextrativista. Assim, creio que a tese pode apontar para esse processamento alternativo de reapropriação territorial visto a visão hegemônica do campo ambiental de conservação sem gente atravessar constantemente as negociações, impedindo que essa se realize. Logo, as alternativas poderão passar a ser processadas na fronteira entre os campos ambiental e agrário, o que coloca o acesso ao território vazanteiro em horizonte ainda indefinido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In: CAVALCANTI, C. (Org.) *Desenvolvimento e Natureza*: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998.

ACSELRAD, Henri. *Apresentação*. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental*: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: *Conflitos Ambientais no Brasil.* Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004. p. 8-11.

ACSELRAD, Henri. Mapeamento, Identidades e Territórios. In: Texto apresentado no GT Conflitos Ambientais, Processos de Territorialização e Identidades Sociais. 33° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, outubro, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras Tradicionalmente Ocupadas*: Terras de Quilombo, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2007. Apresentação. In: NETO (Org.). *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil*: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007. (Documentos de bolso; n° 1).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos "conhecimentos tradicionais". In: ALMEIDA (Org.). *Conhecimento Tradicional e Biodiversidade*: normas vigentes e propostas. Manuas: Programa de Pós-graduação da Universidade do Amazonas – UEA/ Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford. V. 1, p.11-40, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, n° 55. Junho/2004.

ALVES, Rafael Guimarães. Parque Estadual Verde Grande: situação da comunidade Pau Preto e imediações. Matias Cardoso, 28 de novembro de 2007. (documento fotocopiado do expediente protocolado n° 258/2007 da Promotoria da Bacia do rio São Francisco – MPE-MG).

AMDA. Revista Ambiente. Belo Horizonte, ano 21, out. 2009, n° 155.

AMDA. Revista Ambiente. Belo Horizonte, ano XVI, abril/2006, n° 125, p. 2-7. Disponível em <www.amda.org.br/ interna_informacoes_amb_hoje.asp.> Acesso em: 15/02/2012.

ANAYA, F. C., BARBOSA, R. S. & SAMPAIO, C. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca do Norte de Minas Gerais. *Revista Unimontes Científica*, vol. 8, 2006, p. 35-41.

ARAÚJO, E. C. *Nas margens do São Francisco*: sócio-dinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. (Dissertação de Mestrado, 252 folhas), Montes Claros, 2009.

ARAÚJO, Thiago Carvalho Alves de; GODRIM, Mariluza Dias; SOUZA, Vanderley Soares. A Organização Social da Agricultura Familiar do Projeto Jaíba – MG como desafio para desenvolvimento local sustentável. XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 22 a 25 de julho de 2007, UEL – Londrina – PR.

ARCHELA, Rosely Sampaio; GRATÃO, Lúcia Helena B; TROSTDORF, Maria A. S. O Lugar dos Mapas Mentais na Representação do Lugar. *Revista Geografia*, Londrina, volume 13, n° 1., Jan/jun de 2004. Disponível em www.geo.uel.br/revista.

ARRUDA, R. S. V. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org). *Etnoconservação*: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

ARRUTI, José Maurício P. Andion. Mocambo/Sergipe: negros e índios no artesanato da memória. *Tempo e Presença*, n° 298, Rio de Janeiro, março/abril, 1998, p.26-28.

AUGÉ, Marc. Dos Lugares aos Não Lugares. In: *Não Lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1993. p. 72-105.

AUGUSTO, Rosely Carlos. Aprender na prática: narrativas e trajetórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011.

BARRETO FILHO, Henyo T. Preenchendo o Buraco da Rosquinha: uma análise antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. *Boletim rede Amazônia*: Diversidade Sociocultural e Políticas Ambientais. Rio de Janeiro, ano 1. N. 1, p. 45-50.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BIODIVERSITAS. *Biodiversidade em Minas Gerais*: um Atlas para sua Conservação. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

BOURDIEU, Pierre. 2007. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRANDÃO, M. Área Mineira do Polígono das Secas; cobertura vegetal. *Informe Agropecuário*. Belo Horizonte, 17 (181), 1994, p. 5-9.

BRITTO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial*: o caso de Vereda Funda. Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 157 fls.) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

BRUSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e Natureza.* Estudos para uma Sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

BRYANT, Raymond & BALIEY, Sinéad. A Politicised Environment. In: BRYANT, Raymond & BALIEY, Sinéad. *Third World Political Ecology*. London & New York: Routledge, 1997, p. 27-47.

CAA-NM. Populações Tradicionais do Norte de Minas: Transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, 2005. Diagnóstico PICUS/FUNBIO (mimeo).

CAMENIETZKI, Carolina Poswar. *Unidades de Conservação e Soberania Alimentar*: uma análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca no Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado,148 fls). Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2011.

CARA, R. B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, M.; SOUZA, Mª A. A. & SILVEIRA, Mª L. (Orgs.). *Território*: Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR/Annablume, 2002.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Clemens & PEREIRA, Doralice (Org.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental*: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P27-48

CARVALHO, I. C. M. *A invenção ecológica.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1000. 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: editora Paz e Terra, 2010.

COELHO, Marco Antônio T. *Os Descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COLCHESTER, M. Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação*: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, Mª A. A. & SILVEIRA, Mª L. (Orgs.). *Território:* Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR/Annablume, 2002.

COSTA FILHO, A. C. *Os Gurutubanos*: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. (Tese de doutorado, 293 fls), Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

COSTA, J. B. A. Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, ano V, 2001, p. 99-122.

COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: *Revista Verde Grande*. Montes Claros: Unimontes /SEMMA 1(3), p. 8-45, 2005.

COSTA, J. B. A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos*: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. (Dissertação de Mestrado, 210 fls). Universidade de Brasília: Brasília. 1998.

COSTA, J. B. A. Saber-se quilombola, ser quilombola: o enredamento de Brejo dos Crioulos (MG) nas tramas do aparelho estatal. In: *Unimontes Científica*. Montes Claros: Unimontes, v. 8, n. 2, p. 51-60, 2007.

CUNHA & ALMEIDA. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. (Coord). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: ISA/ Editora Estação Liberdade, 2002. p. 184-193.

D'ANGELIS FILHO, João Silveira; DAYRELL; Carlos Alberto. Ataque aos Cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. *Cadernos do CEAS*, n° 222, abril/junho, Salvador, p. 17-46, 2006.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais*: la contribuición de la agroecologia y de la etnoecologia en los estudios de los agroecossistemas. (Dissertação de Mestrado, 192 fls). Huelva: Universidad Internacinal de Andalúcia, 1998.

DAYRELL, Carlos Alberto. Povos e comunidades tradicionais movimentam os sertões de Minas Gerais: em cena novos sujeitos sociais. *Revista Articilação Mineira de Agroecologia*, ano 1, n. 1, Mar. 2008, p. 37-47.

DIEGUES, A. C. A Etnoconservação da Natureza. In: DIEGUES, A. C. (Org). *Etnoconservação*: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 01-46

DIEGUES, Carlos. O Mito da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec. NUPAUB/USP, 2004.

DUQUE-BRASIL, Reinaldo; SOLDATI, Gustavo; COELHO, France; SCHAEFER, Carlos. Etnoecologia e Uso do Território Tradicional da Comunidade de Vazanteiros de Pau Preto, Matias Cardoso, MG. Relatório Técnico Ambiental do Projeto Etnobotânica e Soberania Alimentar no Norte de Minas Gerais (CNPq/N. 559569/2010-6). Universidade Federal de Viçosa / Montes Claros, novembro de 2011.

ESCOBAR, A. Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática na Ciências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Conhecimento prudente para uma vida decente*: um discurso sobre as ciências. São Paulo: editora Cortez, 2003.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setiembro, 2005, p.133-168.

ESPIRITO SANTO, M. M. *et al*. Sustainability of tropical dry forests: two case studies in southeastern and central Brazil. *Forest Ecol*. Manage. doi:10.1016/j.foreco.2009.01.0222009.

ESTERCI, Neide & FERNANDES, Annelise. O legado conservacionista em questão. *Revista Pós Ciências Sociais*. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. São Luís: EDUMA, v. 6, n. 12, p. 15-40, 2009.

EWEL, J. J. Natural systems as models for the design of sustainable systems of land use. *Agroforestry Systems*, v. 45, p. 1-21, 1999.

FERNANDES, Luiz Arnaldo. Atributos Químicos e Físicos e Uso das Terras de uma Ilha do rio São Francisco. NCA/UFMG, Montes Claros, 2007.

FERREIRA, Leila da Costa. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2006.

GEERTZ, Clifford. "O Estar alli. La antropologia y la escena de la escritura"; "Estar aqui? De que vida se Tratan al fin e al cabo?" In: GEERTZ, C. *El Antropologo como autor*. Buenos Aires: Piados Iberica, 1998. p. 11-34; 139-158.

GLUCKMAN, Max. A Análise de uma Situação Social na Zuzulândia Moderna. In: Feldman-Bianco, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 227-344.

GODOY, Emília Pietrafesa. O Sistema do Lugar: história, território e memória no Sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria de & GODOY, Emília Pietrafesa (Orgs.). Além dos territórios. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 97-132.

GOLDBLAT, D. Introduction: social theory, environmental degradation and environmental politics. In: GOLDBLAT, D. *Social Theory and Environment*. Cambridge: Polity Press, 1996. p. 1-13.

GUANÃES, Senilde Alcântara. Meu quintal não é parque: populações locais e Gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA (Tese de doutorado, 231 fls). Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2006.

GUERRA, L. D.; RAMALHO, D. S.; VASCONCELOS, C. R. P. Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. In: *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 8, n. 1, mar. 2007, p. 9-25.

JESUS, Simone Maria de. *Planejamento, gestão e ordenamento territorial no médio São Francisco no Norte de Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado, 114 fls). Universidade Estadual de Montes Claros: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, 2009.

LEFF, Enrique. Globalização, Ambiente e Sustentabilidade do Desenvolvimento. In: LEFF, Enrique. *Saber Ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.* São Paulo: Vozes, 2001. p. 15-31.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental e a reaprorpiação da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LESSA, Simone Narciso (Org). Mesonorte: diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da mesoregião do Norte de Minas. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

LITLLE, Paul. A Etnografia dos Conflitos Sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. (fotocopiado) 2000.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, jan/jun. Porto Alegre, 2006, p. 85-103.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Gramado, jun. 2002.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Revista Horizontes Antropológicos*, vol. 12, n° 25. Porto Alegre. Jan/jun. 2006.

LOPES, José Sérgio Leite; ANTONAZ, Diana & SILVA, Gláucia (Orgs.). *Ambientalização dos conflitos sociais*. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro; Relume-Dará, 2004. (Introdução) Antropology in Envitonmental Discourse. London: Routledge, 1996. caps. 1 e 3.

LUZ DE OLIVEIRA, C. *Vazanteiros do Rio São Francisco*: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 175 fls). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Justiça Ambiental (local e global). In: *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Editora Cortez, 1999. p. 215-229.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O Ecologismo dos Pobres*: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, Simone. *Análise da Implementação da Política Nacional de Irrigação no Norte de Minas Gerais*: o caso do Projeto Jaíba. (Dissertação de Mestrado, 231 fls). Universidade Federal de Viçosa: Programa de pós-graduação em administração, 2008.

MASSEY, D. Imaginando a Globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. In: *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, n. 3, p. 142-155, mai. 2007, p. inicial-final.

MASSEY, D. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, A. (Org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.

MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. *Monocultura e conflito socioambiental*. Texto analítico. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MAZZETTO_SILVA_Carlos_Eduardo_-_Monocultura_e_conflito_socioambiental.pdf2011. Acesso em: 21/03/2012.

MENEZES, Marilda. *Revista Raízes*. Campina Grande, vol. 21, n. 1, jan/jun, 2002, p. 32-44.

MOREIRA, Hugo Fonseca. *Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro*: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. (Dissertação de Mestrado, 139 fls). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2010.

MURPHY, P. G. & A. E. LUGO. Ecology of tropical dry forest. *Annual Review of Ecologyand Systematics*, n.17, 1986, p. 67-88.

NEVES, Antonino da Silva. Chorografia do Município de Boa Vista do Tremendal. Estado de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Anno XIII. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908 / 2004. p. 219-239.

NIEMEYER, Ana Maria de. Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino da Antropologia. In: NIEMEYER, Ana Maria de & GODOY, Emília Pietrafesa (Orgs.). *Além dos territórios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 11-40.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa Mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nascib. *Geografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. *Gerais a dentro e a fora*: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. (Tese de Doutorado. 233 fls). Brasília: Programa de pós-graduação em Antropologia Social, 2009.

O'DWYER, E. C. Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: PARRIS, T. M.; KATES, R. W. Characterizing a sustainability transition: Goals, targets, trends, and driving forces. *Boletim Rede Amazônia,* ano 1*,* PNAS, mar. 7, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *Mana.* Estudos de Antropologia Social, 4 (1), abr. 1998, p. 47-78.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Minter/SUVALE, 1972. Tomo II.

PIMENTEL, Sidney Valadares. *O Chão é o Limite*. A Festa do Peão de Boiadeiro e a Domesticação do Sertão. Goiânia: Editora UFG, 1997.

PROJETO OPARÁ. Relatório de síntese do projeto OPARÁ: tradições, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano. Montes Claros Fevereiro de 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. LONDE, Edgar (Org.). Coleción Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, p. 227-278. 2005.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão*: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Vol. 1.

RODRIGUES, Luciene. Contribuição da agricultura irrigada ao desenvolvimento regional: o caso do Projeto Jaíba. In: LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia; DAYRELL, Carlos (OrgS.). *Cerrado e Desenvolvimento*: tradição e atualidade. Montes Claros: CAA/NM/ Rede Cerrado, 2000. p. 141-188.

ROTHMAN, Franklin. Conflitos Socioambientais, Licenciamento de Barragens e Resistência. In: ROTHMAN (Org.). *Vidas Alagadas*: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: editora UFV, 2008, p. 19-32.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o século XXI*. Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo, Studio Nobel, 1993.

SÁNCHEZ-AZOFEIFA, G. A. M.; QUESADA J. P.; RODRÍGUEZ, J. M.; NASSAR, K. E.; STONER; ALICIA CASTILLO, T.; GARVIN, E. L.; ZENT J. C.; CALVO-ALVARADO M. E. R.; KALÁCSKA, L.; FAJARDO, J. A. GAMON &

CUEVAS-REYES, P. 2005. Research priorities for Neotropical dry forests. *Biotropica*, n. 37, p. 477-485.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos caboclos do sr. São João à terra indígena Xacriabá*: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo social de fronteiras. (Dissertação de mestrado). Brasília: DAN/UnB, 1997.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos & SILVA, Ricardo dos Santos. *Os irrigantes do Projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna.* ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE. CICEF/UFPE. Recife, 13 a 16 de outubro de 2009.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido:* o Brasil, a Globalização e a Cidadania. São Paulo: Publifolha, 2001.

SANTOS, Milton. *O retorno do território*. In: SANTOS, M.; SOUZA, Mª A. A.; SILVEIRA, Mª L. (Orgs.) *Território*: Globalização e Fragmentação. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR/Annablume, 2002.

SCOTT, James. Formas Cotidianas de resistência. *Revista Raízes*. Campina Grande, vol. 21, nº 1, jan/jun., 2000, p.10-31. Tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra.

SILQUEIRA, Izabela Veloso. 2008a. Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Aspectos Jurídicos da criação de categoria de Manejo em Comunidade Vazanteira do Norte de Minas Gerais. Procuradoria regional do IEF, setembro de 2008. Documento encaminhado à Coordenadoria das Bacias dos rios São Francisco, Verde Grande e Jequitinhonha (MPE-MG).

SILQUEIRA, Izabela Veloso; COSTA, Cristiana Batista. 2008b. Situação Atual do Parque Estadual Verde grande. Propostas de criação da categoria de Manejo. Documentação Pertinente à Comunidade do Pau Preto. Parecer relatório Final. Encaminhado à Promotoria de Justiça do rio São Francisco e Sub-bacia do rio Verde Grande-MG.

SILVA, Camila Braga; BARBOSA, Rômulo Soares. Agrocombustíveis e conflitos ambientais: nova face do agronegócio no Projeto Jaíba. 5º FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, GESTÃO E EXTENSÃO DA UNIMONTES. 21 a 24 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.fepeg.unimontes.br/index.php/eventos/forum2011/paper/viewFile/1923/1161. Consultado no dia 04 de dezembro de 2011.

SODRÉ, M. L. S. População tradicional ribeirinha e política de reforma agrária: um olhar sobre o Agroextrativista São Francisco PASE-SF. In: IV ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: MUNDO RURAL, POLÍTICAS PUBLICAS, INSTITUIÇÕES E ATORES EM RECONHECIMENTO POLÍTICO, Paraná; IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo Rural, Políticas Publicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político, 2010.

SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. A história do Assentamento Agro-extrativista São Francisco e a análise do modo de vida e dos projetos dos assentados. Trabalho apresentado no GT 11B – Mundo Rural na Sociedade Brasileira: Territórios, Atores, Projetos. SBS – XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA,2008.

STRALEN, Cornelius J. van. A capitalização do Campo e as políticas de saúde: o caso do Norte de Minas. (mimeo.). Belo Horizonte: Fundep/CRS; Montes Claros, 1980.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. *Pierre Bourdieu*: a teoria na prática. Rio de Janeiro: RAP. 40 (1), jan/fev., 2006, p. 27-55.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

TURNER, Victor. Dramas Sociais e Metáforas Rituais. In: *Dramas, Campos e Metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora UFF, 2008. p.19-52.

VALCUENDE DEL RIO & CÁRDIA. Etnografia das fronteiras Políticas e Sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. In: *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Universidad de Barcelona, 2009, vol. XIII, n. 292, . p. 01-25.

VAN VELSEN, J. A Análise Situacional e o Método de Estudo do Caso detalhado. In: Feldman-Bianco, B. (Org.). Antropologia das Sociedades contemporâneas. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 345-374.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel & VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Unicamp, 1995.

VIOLA, Eduardo. A Multidimensionalidade da Globalização, as Novas Forças Sociais Transnacionais e seu Impacto na Política Ambiental no Brasil, 1989-1995. In: VIOLA, E. (Org.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Unicamp, 1996.

ZHOURI, A. *Trees and people*: an anthropology of British campaigners for the Amazon Rainforest. PhD Thesis – Department of Sociology, University of Essex, 1998.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. In: Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais.* Belo Horizonte: autêntica, 2005. p. 49-64.

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. Quando o Lugar resiste ao Espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

ZHOURI, Andréa; BARBOSA, Rômulo; ANAYA Felisa; ARAÚJO Elisa; SANTOS, Fábio; SAMPAIO Cristina. Processos Socioambientais nas Matas Secas do Norte de Minas Gerais: políticas de conservação e os povos do lugar. In: *MG Biota*: Boletim Técnico Científico da Diretoria da Biodiversidade do IEF – MG, v.1, n. 2, 2008, p. 14-27.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (Orgs.). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental*: desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais. Belo Horizonte: autêntica, 2005.

DOCUMENTOS

BRASIL, República Federativa do. Constituição de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL, República Federativa do. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Lei 6.040, Brasília, 2007.

BRASIL, República Federativa do. Regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei 4.887, Brasília, 2003.

BRASIL, República Federativa do. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei 9985. Brasília: 2000.

BRASIL, República Federativa do. Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Lei 11.428. Brasília, 2006.

CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS, ILHA DA INGAZEIRA, MAIO de 2006.

CARTA-MANIFESTO DOS VAZANTEIROS EM MOVIMENTO: POVOS DAS ÁGUAS E TERRAS CRESCENTES, MATIAS CARDOSO, 24 DE JULHO DE 2011.

CARTA-PROPOSTA DOS VAZANTEIROS E VAZANTEIRA DA ILHA DE PAU DE LÉGUA: POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES DO SÃO FRANCISCO, 2010.

MINAS GERAIS, Estado de. Mata Seca. Lei 17.353: Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. Criação do Parque Estadual da Mata Seca. Lei 41.479. Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. Utilização e proteção da Mata Seca. Lei 17.353. Belo Horizonte, 2008.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. 76° Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 1989. Disponível em: www.cpisp.org.br/açoes.

PROPOSTA DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SÃO FRANCISCO. 2007. Uma contribuição do CAA NM e CPT aos vazanteiros da Ilha da Ressaca. Matias Cardoso. (fotocopiado).

PROPOSTA DE USO E OCUPAÇÃO DOS AMBIENTES PELOS VAZANTEIROS DE PAU PRETO: novos indicativos à proposta de RDS no contexto do diálogo com o IEF. Matias Cardoso, setembro de 2010.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. 1987. Disponível em: http://futurocomum.ning.com.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação: lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n° 4.340, de 22 agosto de 2002. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação: lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto n° 4.340, de 22 agosto de 2002. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004.